

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.4, n.6, jan/jun 2016

nlep  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

 FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Editores

André Guimarães Augusto, UFF | Brasil

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Paulo Henrique Furtado de Araujo, UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFES | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Renake das Neves, UFF | Brasil

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Ronaldo Rosas Reis, UFF | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Miranda, UFF | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Juarez Duayer, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco *in memoriam*, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, UFF | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX

Revisão de texto

Renake Bertholdo David das Neves

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

Eva M. Maschio

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.4, n.6, jan/jun 2016

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.4, n.6, jan./jun. 2016. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

188 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política Editorial

Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx— é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

SUMÁRIO

9 Editorial

Artigos

13 Qual modelo econômico para a China?

Tony Andréani e Rémy Herrera

35 O Enigma K: o kirchnerismo e a insurreição como restauração

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira

59 Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas

Giovani Ferreira Bezerra

78 *O Todos pela Educação* como política “pública” (?) dos governos petistas

Edison Riuitiro Oyama

95 Evald Vasilievich Ilienkov: um marxista a ser descoberto

Marcelo José de Souza e Silva

111 Breve história da violência estatal

Pedro Rocha de Oliveira

128 O romance histórico ontem e hoje – fato e ficção em *Terras do sem fim*, de Jorge Amado

João Paulo Ferreira

Notas críticas

145 Notas sobre o efeito estético

Hermenegildo Bastos

- 151 A busca pela essência do imperialismo: uma breve nota a partir de *O império do capital* de Ellen M. Wood
Leonardo de Magalhães Leite
- 157 Einstein, nosso contemporâneo: cem anos depois
Natan Oliveira
- 167 Terror e miséria: *Uma entrevista com o coletivo da montagem de Terror e Miséria do Terceiro Reich*, de Bertolt Brecht
Kênia Miranda e José Rodrigues

Luta e memória

- 182 Perseguição e Vigilância na UFF (1964-1987)
Ludmila Gama Pereira

Editorial

Em tempos de avanço conservador no Brasil e no mundo, os artigos publicados nesse número da revista *Marx e o Marxismo* remetem à questão da emancipação humana, mesmo sem tratar diretamente a questão: seja tratando de dimensões que remetem diretamente ao projeto de emancipação humana, caso da educação e da estética, seja colocando em questão os entraves para a emancipação, presentes em políticas de vários países e no autoritarismo, seja resgatando pensadores que deixaram um legado fundamental para o projeto emancipatório do marxismo.

Nesse número, publicamos dois artigos que se voltam para o campo internacional, promovendo um exame da situação recente da China e da Argentina.

No artigo “Qual modelo Econômico para a China?”, Tony Andréani e Rémy Herrera fazem uma análise crítica do livro “*A via Chinesa*”, de Michel Aglietta e Guo Bai. Contrapondo-se à tese dos autores regulacionistas que interpretam a economia chinesa como um “capitalismo *sui generis*”, Andréani e Herrera defendem que a via socialista não foi abandonada pela China. No artigo, os autores apresentam as características e a dificuldade desse “socialismo à chinesa”, assinalando, na sua conclusão, a luta interna entre a ala socialdemocrata e a socialista no interior do Partido Comunista Chinês.

O artigo de Carlos Eduardo Rebuá de Oliveira tem como objeto o Kichnerismo na Argentina, findado recentemente com a eleição de Eduardo Macri. De forma sintética, o autor caracteriza o Kichnerismo como um “fenômeno político capaz de hibridizar novos sentidos com velhas práticas, promovendo restaurações sob signos insurrecionais e insurreições limitadas pela restauração da ordem como imperativo colocado para seus artífices quando do início da década passada”.

Dois outros artigos publicados nesse número abordam as políticas educacionais. As políticas de inclusão escolar são o objeto de Giovani Ferreira Bezerra no artigo “Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas”. Giovani demonstra que a política de inclusão escolar posta em prática nos últimos anos fundamenta-se na ideologia neoliberal e “se constitui atrelada aos princípios obedientes às regras do jogo mercantil”. Em contraposição às atuais políticas de inclusão, o autor propõe, na perspectiva marxista, políticas inclusivas humanizadoras e que coloquem em questão a sociedade capitalista.

No artigo “O *Todos pela Educação* como política ‘pública’(?) dos governos petistas”, Edison Riutiru Oyama defende que, nos governos petistas, “o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em associação com o Movimento Todos pela Educação (MTPE), materializa a agenda do capital para a educação escolar no Brasil, cujos objetivos não são apenas políticos, mas principalmente econômicos. Tais objetivos são alcançados por meio da apropriação privada de fundos públicos e pela transformação da escola pública em um mercado para venda dos produtos e serviços escolares privados. Diante disso, o autor diagnostica a “morte” da educação escolar pública.

Marcelo José de Souza e Silva apresenta a obra de Ilienkov no artigo “Evald Vasilievich Ilienkov: um marxista a ser descoberto”. Souza e Silva nos mostra que a obra de Ilienkov resgatou o papel da dialética hegeliana na obra de Marx e se afastou das concepções positivistas de subjetividade, contrapondo-se ao positivismo e à filosofia soviética oficial no período stalinista. Por suas posições contrárias à distorção stalinista do marxismo, Ilienkov foi proibido de ensinar e teve várias obras censuradas. O artigo é um chamado ao resgate da obra de Ilienkov, que se estende pelos campos da filosofia, da psicologia e da educação.

No artigo intitulado “Breve história da violência estatal”, Pedro Rocha de Oliveira apresenta uma história da formação e da consolidação do Estado Moderno enquanto imposição da forma de vida capitalista. Destaca o papel socializador da violência presente em um discurso explícito relacionado com a conformação institucional característica desse Estado e a consciência histórica a respeito de seu caráter violento. Explorando certas diferenças específicas entre as formas absolutista e burguesa do Estado Moderno e o contraste entre “forma de vida capitalista” e “Estado burguês”, constrói um argumento que relaciona transformações no sentido econômico da população em geral, formas de legitimidade política e práticas estatais repressivas paradigmáticas.

Por fim, João Paulo Ferreira, no artigo “O romance histórico ontem e hoje – fato e ficção em *Terras do sem fim*, de Jorge Amado”, defende que *Terras do sem fim* se adequa à tradição do romance histórico clássico, partindo das teorias de György Lukács e de Frederic Jameson sobre o romance histórico e de Antonio Candido sobre a obra de Jorge Amado. Segundo o autor, “O que queremos dizer é que este romance é histórico por mostrar como, em situações extremamente hostis, ameaçadoras ao ser humano, ser humano ainda é possível. Assim, acreditamos que a reificação e o fetichismo não podem dar a palavra final. Enquanto houver vida humana, haverá possibilidades outras”.

Publicamos quatro notas críticas nesse número. Em “Notas sobre o efeito estético”, originalmente apresentado por Hermenegildo Bastos na Sessão Plenária “A luta libertadora da arte e da cultura”, do evento Marx e o Marxismo 2015 (promovido anualmente pelo NIEP-MARX-UFF), temos uma reflexão teórica firmemente ancorada na contribuição de György Lukács e que resgata a missão

desfetichizadora da arte, no seu momento catártico, de recompor a unidade dialética entre interior e exterior ontologicamente posta no ser social e que as diversas formas de estranhamento sempre colocam em perigo. Ressalta que a superação da condição de indivíduo singular e a tomada de consciência de seu pertencimento ao gênero humano pode ser propiciada pela arte; portanto, a eficácia estética da arte exige a presença da dimensão ética na arte.

Na nota crítica “A busca pela essência do Imperialismo: uma breve nota a partir de *Império do Capital* de Ellen M. Wood”, Leonardo de Magalhães Leite defende que a obra de Wood oferece indicações para análise do imperialismo no âmbito da essência e da aparência. Com o texto de Leonardo, ressaltamos a importância do legado de Ellen Wood, falecida em janeiro deste ano, para o marxismo.

Na nota crítica “Einstein nosso contemporâneo: cem anos depois”, Natan Oliveira faz uma breve apresentação da teoria da relatividade e das ondas gravitacionais, cuja existência foi confirmada em 11 de fevereiro deste ano. A nota crítica, segundo o autor, procura “contribuir minimamente para o avanço do trato das ciências da natureza pela tradição marxista”. Natan nos lembra também de que Einstein declarou o sentido social de sua prática científica e defendeu uma posição de esquerda no artigo “Por que o socialismo?”.

Ainda na seção notas críticas, publicamos “Terror e miséria: uma entrevista com o coletivo da montagem de Terror e Miséria do Terceiro Reich, de Bertolt Brecht”, por José Rodrigues e Kênia Miranda. Os autores entrevistaram o coletivo que encenou a peça durante os meses de julho e agosto de 2015, no centro cultural municipal Solar do Jambeiro, situado no bairro do Ingá, em Niterói (RJ, Brasil). Na entrevista, o coletivo fala sobre a importância da peça de Brecht para o momento atual, o questionamento da divisão do trabalho na montagem da peça e a modificação da relação com o público na encenação.

Na seção “Luta e Memória”, publicamos quatro documentos da Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense que revelam a perseguição aos professores dessa Universidade durante a ditadura. Na introdução aos documentos, Ludmila Gama Pereira mostra os mecanismos de veto a professores e de interferência do MEC na escolha de cargos de direção na Universidade Federal Fluminense.

O NIEP-Marx agradece ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro para a preparação desta edição.

Editores



ARTIGOS

Qual modelo econômico para a China?

Which economic model for China?

Tony Andréani* e Rémy Herrera**

Resumo

Este artigo propõe um exame crítico do livro *A Via Chinesa*, de Michel Aglietta e Guo Bai. Depois de ter apresentado a interpretação do “capitalismo *sui generis* chinês” dada pelos autores, e a opinião que formamos da sua leitura, voltaremos a alguns dos temas abordados neste livro: a análise dos desequilíbrios da economia chinesa, as questões da alocação de fatores e de seus preços, as regras dos mercados de obrigações e de ações, as especificidades das empresas públicas, a concepção de serviços públicos, a planificação estratégica, o problema do poder e o “socialismo à chinesa”.

Palavras-chave: China, desenvolvimento, capitalismo; socialismo de mercado

Abstract

*This article presents a critique of the book *La Voie chinoise* written by Michel Aglietta and Guo Bai. After having presented the interpretation of the “Chinese *sui generis* capitalism” given by the authors, we give our own interpretation. This is followed by a discussion of some of the key issues examined in the book, including the imbalances of the Chinese economy, the allocation of factors and their prices, the rules applied to the bond and stock markets, the specificities of state-owned enterprises, the conception of public services, the question of strategic planning, and that of power in “socialism with Chinese characteristics.”*

Keywords: *China, development, capitalism, market socialism*

* Professor emérito de Ciências Políticas da Universidade de Paris e Saint Denis.

** Pesquisador no CNRS, UMR 8174 Centro de Economia da Sorbonne.

Introdução

O livro de Michel Aglietta e Guo Bai, *A Via Chinesa: capitalismo e império*, publicado em 2012, desenvolve de modo muito argumentado teses originais sobre a China – pelo consenso geral, o sistema chinês seria uma combinação aberrante entre a ditadura “comunista” de um partido único e os derivados de um capitalismo desenfreado. Para os autores de *A Via Chinesa*, haveria na China “um capitalismo *sui generis*”, regido por um poder burocrático que, para salvar os seus interesses e a sua legitimidade, manteria sob controle os interesses privados capitalistas e procuraria os meios de manter um consenso social. De acordo com eles seria muito mais apto do que o capitalismo ocidental não apenas para aumentar a sua «riqueza real», o que não se confunde com o crescimento do produto interno bruto – pois o desenvolvimento deve ser sustentável, preservar os recursos naturais e preocupar-se com as gerações futuras –, mas também melhorar o bem-estar social, o que depende de escolhas políticas. A este respeito, o sistema político chinês mostrar-se-ia superior às democracias liberais pela sua capacidade em planificar o futuro, a sua ética (de inspiração confucionista), a sua vontade de impulsionar as formas de democracia participativa compensando o seu autoritarismo. Seguindo a orientação geral do livro, sentimos que os pontos positivos superam os aspectos negativos. Isso desde que os desequilíbrios atuais sejam ultrapassados por uma nova regulamentação, para a qual o livro fornece uma série de recomendações. Afinal, como iremos ver, o que se propõe aos dirigentes chineses é quase uma espécie de compromisso socialdemocrata – embora este não funcione na maioria dos países ocidentais –, mas o adaptando à época da mundialização e ao desafio ambiental. São estas as teses, num rápido resumo, que propomos submeter a um exame crítico.

Um capitalismo *sui generis*?

O fundamento da análise, exposta no início da obra, é a teoria da regulação, da qual Michel Aglietta é um dos líderes e, talvez, o representante mais prestigiado. Vejamos o essencial. Na medida em que os indivíduos são separados pela troca monetária e que o trabalho é separado do capital, único proprietário dos meios de produção, podemos falar de regimes capitalistas. Esses últimos só se diferenciam pelas instituições (regras, “crenças” ...) que regulam esta dupla separação, ligadas ao mercado e à propriedade privada. Tais regimes implicam também esses mercados particulares “de promessas futuras” que são o mercado do crédito e os mercados financeiros, indispensáveis a uma boa alocação dos capitais produtivos, e cujo objetivo é o de fazer dinheiro com dinheiro. Finalmente, as relações entre os Estados são arbitradas pela finança, pois é ela que, em esfera mundial, comanda a distribuição das várias categorias de capitais segundo modelos de regulação. Com base nessas premissas, o sistema chinês atual

só pode ser concebido como uma forma particular de capitalismo, que se oporia ao “período socialista” da era maoísta (e à do “socialismo real” dos países ex-comunistas). A notar aqui que, implicitamente, os autores não consideram as análises de outros teóricos regulacionistas que viam também nesses sistemas uma forma especial do capitalismo, em que a economia era dirigida e ordenada pelo Estado em lugar de uma economia de mercado, teríamos mais tendência a falar da nossa parte, a partir de outras referências teóricas, de “capitalismo sem capitalistas”. O problema é, em nossa opinião, que, para todos estes regulacionistas, o socialismo parece não ser nada menos (nem mais) que isso.

Vejamos que, nessa interpretação, não resta muito mais de marxismo – no qual Michel Aglietta se inspirou até os finais da década de 1970. O capitalismo é mais complexo para a análise marxista. Implica uma separação mais forte entre a propriedade dos meios de produção e o trabalho. Para Marx, os proprietários do capital são tendencialmente coletores, e esses não exercem mais nenhum trabalho na produção. Isso se realiza plenamente no capitalismo financeirizado contemporâneo: a gerência é aí delegada aos administradores e o lucro da empresa toma a forma do puro valor acionário. Sendo assim, parece-nos que numerosas pequenas empresas chinesas estão mais próximas de uma produção familiar ou artesanal que do modo de produção capitalista. Ou seja, a lógica do capitalismo é da maximização da taxa de lucro distribuível aos proprietários (forma particular da mais-valia, segundo Marx). Isso não é observado nas empresas públicas chinesas, como demonstra a ausência ou a escassez dos dividendos pagos ao Estado, que se parecem mais com um imposto sobre o capital. Além disso, a separação capital/trabalho pode ser, e é frequentemente, muito relativa no contexto chinês. Veremos como ela é limitada no caso das empresas públicas – o que impede de considerá-las simplesmente como uma forma de capitalismo de Estado – e que ela o é ainda mais na economia “coletiva”, onde os trabalhadores participam na propriedade do capital, ou têm a propriedade plena – como nas cooperativas (por ações ou não) ou nas comunas populares mantidas. Claro está que, nos últimos casos, a propriedade fica mais ou menos “separada” da gestão, mas todo esse campo da economia não estatal está esquecido na obra, e poderia ser colocado na categoria de um “capitalismo *sui generis*”.

As análises de Michel Aglietta e Guo Bai afastam-se dos discursos dos principais dirigentes chineses na maior parte das suas declarações públicas. Para lá do forte conteúdo ideológico e dos estereótipos que caracterizam muitos dos discursos oficiais – sejam chineses ou ocidentais – e a mistura de terminologias, os dirigentes chineses, evidentemente, não negam que existe hoje na sua economia um importante setor capitalista privado, nacional ou estrangeiro. Mas este seria um componente de uma “economia socialista de mercado” mista, em que “a predominância é dada ao setor público” e em que se deve “reforçar o poder global do Estado socialista”. De acordo com muitos líderes chineses, o seu país

estaria numa “fase primária do socialismo”, “etapa incontornável” para desenvolver as forças produtivas (e “que levaria uma centena de anos para alcançar o seu termo”). O fim histórico é a etapa do socialismo desenvolvido, mas sem os contornos definidos. Para os nossos autores, embora não o digam diretamente, estas declarações são apenas fachada, encobrem uma forma especial de capitalismo, e não merecem ser levadas a sério. Para eles, o socialismo estaria morto e enterrado; o “período socialista” fracassara. Será assim, também na China, o fim da história?

Do nosso lado, fazemos uma leitura diferente do “socialismo à chinesa”, que seria, no geral, um socialismo de mercado, ou com mercado.

O socialismo, em poucas palavras, assentar-se-ia nos sete pilares seguintes, os quais são muito estranhos ao capitalismo:

1) a persistência de uma planificação forte, que toma formas diversas e mobiliza instrumentos distintos segundo os diferentes setores;

2) uma forma de democracia política que torna possíveis as escolhas coletivas que estão na base deste planeamento;

3) serviços públicos que condicionam a cidadania política, social e económica e que, como tais, estão fora de mercado ou pouco mercantilizados;

4) formas de propriedade diversificadas e adequadas à socialização de forças produtivas: as empresas públicas – durante um período de transição longo, na condição de diferir da firma capitalista sob vários aspectos, principalmente o da participação dos trabalhadores na gestão – ou outras formas, que vão da pequena propriedade privada individual aos vários tipos de propriedade socializada, numa economia em que a propriedade da terra e dos seus recursos naturais fica no domínio público. A propriedade capitalista é mantida durante a transição, até mesmo encorajada, para dinamizar a economia e incitar as outras formas de propriedade a comprovar a sua eficácia;

5) a orientação geral consiste em aumentar os rendimentos do trabalho em relação a outras fontes de renda, e a promover a justiça social numa perspectiva igualitária;

6) a preservação da natureza, considerada como indissociável – e não antagonica – ao progresso social, é um dos objetivos centrais do desenvolvimento económico, a fim de maximizar a riqueza efetiva; e

7) as relações económicas entre Estados assentam-se num princípio de benefícios mútuos e as relações políticas baseiam-se na procura da paz e de relações equilibradas entre as nações e os povos (Andreani, 2001; Herrera, 2014).

Veremos assim que o “socialismo à chinesa”, apesar de muitas críticas, não está tão distante sob essa perspectiva, embora possamos aí distinguir duas linhas que se opõem: uma que é uma via socialdemocrata renovada, como a proposta

por Michel Aglietta e Guo Bai, e outra, próxima da via socialista. Voltemos agora à análise dos nossos autores.

“Má alocação de fatores” ou distorção voluntarista dos seus preços?

Michel Aglietta e Guo Bai partem de um fato dificilmente contestável: há desequilíbrios profundos na economia chinesa. A parte consagrada ao investimento no rendimento nacional, em vez de diminuir à medida que se realiza a acumulação necessária ao desenvolvimento rápido da economia, continua a aumentar, à custa do consumo, mesmo com a melhora do nível de vida. Assim, o investimento nos serviços (nas famílias ou nas empresas) progride menos do que na indústria. O setor imobiliário tem tendência a aumentar, exigindo restrições de crédito. A parte da renda das famílias na renda nacional não pára de diminuir. A taxa de poupança torna-se excessiva, devido essencialmente a uma insuficiência da cobertura social, que leva as famílias a aumentar a poupança por precaução. Além disso, os recursos naturais não são suficientemente taxados para evitar as derrapagens e os ataques ao ambiente, e permitir uma transição energética. O sistema econômico chinês seria demasiado dependente das exportações, não suficientemente centrado no mercado interno (Aglietta & Lemoine, 2010). Daí resulta um desequilíbrio da balança de pagamentos, que se traduz por uma acumulação crescente de reservas colocadas no exterior, especialmente em dívidas do tesouro americano (com os riscos daí inerentes). Os autores da “via chinesa” pensam que o governo está consciente desses desequilíbrios e tenta remediá-los, mas sem grande êxito; e eles propõem soluções – às quais voltaremos depois.

Veremos que, se é claro que um dos traços essenciais da expansão da economia chinesa é o dinamismo das suas exportações de mercadorias desde os decênios de 1990 e, sobretudo, 2000 (Sawaya, 2011) – mal interrompida pela crise global de 2008-2009 –, seria precipitado concluir que as exportações constituem o único motor de crescimento do país. A estratégia de desenvolvimento aplicada pelos dirigentes chineses apoia-se num modelo autocentrado e coerente. O impulso da demanda interna, estimulado pelo consumo e mantida pelas verbas do capital do Estado, guia os planos de investimentos para o optimismo, e o aumento dos salários reais industriais é acompanhado por fortes ganhos de produtividade do trabalho, sem deterioração da competitividade do país.

Os autores consideram que a maior parte dos desequilíbrios já referidos vem de “uma grave distorção dos preços de factores”, e que seria necessário desenvolver os mercados libertando-os dos constrangimentos administrativos, a fim de permitir uma “melhor alocação desses recursos”. Em primeiro lugar, segundo ambos, o preço do capital em dinheiro mantém-se artificialmente baixo devido a uma “repressão” das taxas de crédito – resultado da administração destas últimas, mesmo se esta tiver sido flexibilizada. A poupança das famílias

é fracamente remunerada, o que permite aos estabelecimentos bancários, ao mesmo tempo que obtêm lucros elevados, emprestar às empresas a um preço tão baixo que elas podem continuar investindo. Esse preço baixo do dinheiro favorece assim os investimentos em grande escala, ou seja, às grandes empresas públicas, em detrimento das pequenas e médias empresas, que se encontram majoritariamente no setor privado. Sempre segundo os autores, seria necessário liberalizar as taxas de juros para desencorajar investimentos demasiado intensivos em capital susceptíveis de travar o progresso tecnológico e a capacidade de criação de valor adicionado. Correlativamente, esta liberalização das taxas de juros permitiria uma maior concorrência entre os bancos.

Tratando-se do mercado de trabalho, conviria, segundo eles, não o entravar pela dualidade artificial resultante de diferenças introduzidas entre trabalhadores das cidades, os quais dispõem de contratos relativamente protegidos (principalmente nas empresas públicas), e trabalhadores migrantes das zonas rurais, frequentemente privados de direitos e submetidos à boa vontade dos seus patrões, o que atrasaria a progressão do conjunto dos salários. Quanto aos preços da terra – que continua sendo propriedade do Estado nas cidades e propriedade coletiva em zona rural –, Michel Aglietta e Guo Bai consideram que seria necessário também ampliar o mercado, de modo que os camponeses, em vez de se verem mal indenizados pelos governos locais para a cessão de sua parcela, possam negociá-la a “preço justo”, ou seja, não ao preço de uma terra agrícola, mas para construção. Isso evitaria que um mercado demasiado barato para construções industriais estimule o sobre investimento, com a cumplicidade dos governos locais, que, assim, forcem receitas fiscais suplementares.

A concepção da distorção dos preços dos fatores tal como é aqui avançada pelos autores se assenta ainda (demasiadamente) na teoria econômica padrão da combinação dos “fatores de produção” (capital, trabalho, terra...) e de sua alocação “ótima” pelos mercados. Sejamos justos: não é o caso, pois os nossos autores sabem bem que o mercado de trabalho, por exemplo, não é um mercado como os outros, e que depende também das relações de forças entre empregadores e empregados, de regras negociadas e de leis... É, de resto, a razão pela qual defendem melhoramentos da sua regulação (passando por sindicatos mais ativos, inspeção do trabalho, leis melhor aplicadas...), mas desejam simultaneamente que esse mercado seja mais aberto e menos segmentado. Notam que certos tipos de “capital intangível” (o que chamam capital “institucional” e “social”) não têm um mercado propriamente dito, e que para outras categorias ainda, os mercados funcionam mal, o que os leva a defender a ideia de que, na mistura entre liberalização e regulação, é esta última que deve ser muito mais forte. Esta regulação deveria mesmo tomar a forma de um “planejamento estratégico”, agindo sobre a formação dos preços – voltaremos a isso. Mas o paradigma a que se referem Michel Aglietta e Guo Bai, como muitos autores neoinstitucionalistas da

órbita aproximada da ortodoxia neoclássica (Chow, 1993; Jefferson, Rawski & Zheng, 1996; Chow & Li, 2002), continua sendo o paradigma mercantil.

Nós mantemos que uma das especificidades e forças da economia chinesa é a distorção voluntária dos preços de fatores. O governo chinês teve razão em não deixar o mercado estabelecer “livremente” o preço do dinheiro, de modo a ficar senhor da oferta de crédito, tão difícil de controlar, e tão vital para a economia. Esta oferta pode ser muito fraca, quando os bancos não emprestam o suficiente porque antecipam uma diminuição da atividade e riscos excessivos, ou muito forte, quando vivamente demandados, e nadam num otimismo enganador (re-cordemos o excesso de créditos que levou a economia norte-americana à catástrofe). Além disso, a política monetária do banco central produz efeitos que permanecem incertos sobre o comportamento dos estabelecimentos bancários e financeiros.

Segundo Michel Aglietta e Guo Bai, uma multidão de atores privados estaria mais apta a avaliar os riscos que as autoridades estatais. Pensamos, pelo contrário, que estas têm uma visão mais ampla (macroscópica) dos riscos e, principalmente, que são as únicas a poder guiar a economia no seu conjunto, de acordo com um plano. Claro que há taxas de juros administrados que não permitem ajustes rápidos e flexíveis entre a oferta de poupança doméstica e as necessidades de financiamento da economia. Conviria, em nossa opinião, preferir um regime de juros “semiadministrados”, com um piso para a remuneração de poupança e tetos para oferta de créditos – variando de acordo com as necessidades de realização do plano. Assim, o instrumento de reservas obrigatórias parece ser um meio eficaz para fazer variar a oferta de crédito dos bancos — e não é por acaso que tem sido tão utilizado pelo Banco Popular da China. No debate atualmente em curso sobre a liberalização de taxas de juro, inclinamo-nos para a permanência de um certo dirigismo. Dito isto, reconhecemos que o nível de remuneração da poupança é hoje muito baixo na China, o que corresponde a um subsídio implícito estimulando o superinvestimento, principalmente o intensivo em capital.

Tratando-se de salários, estamos de acordo com os autores em que para trabalhadores migrantes das zonas rurais, “a indigência dos salários e a ausência de proteção social reduziram a parte dos salários no rendimento nacional, impediram o rendimento doméstico de subir como seria possível e comprimiram as despesas de consumo” (p. 291), mas também que as leis do trabalho, ainda que reforçadas, seguem sendo mal aplicadas, e que o baixo custo do capital deu aos empregadores um poder excessivo sobre os salários. Os autores pedem uma regulação mais forte e eficaz, passando em particular sobre a instauração de convenções coletivas e uma melhor proteção social, ou seja, para a criação de dispositivos de níveis comparáveis aos do Estado de bem-estar das economias ocidentais –embora hoje em vias de desmantelamento. O governo chinês parece caminhar nesse sentido, mas, na nossa opinião, isso é insuficiente: neste mercado

assim regulado, as desigualdades sociais tornam-se muito fortes; e só o imposto poderá tentar aplainá-las.

Segundo os nossos autores, duas alavancas poderiam melhorar a situação em relação a esse compromisso socialdemocrata, e o poder burocrático poderia dispor desses meios: a participação dos trabalhadores na gestão (poderiam decidir sobre a política salarial da empresa) e o exemplo que poderiam mostrar no assunto certas empresas públicas (num papel de “locomotiva social”; e na China existem formas originais de poder operário nessas empresas). Pois aí, o governo tem o poder de instaurar novas regras na hierarquia dos salários e nas negociações salariais. E podemos já constatar que hoje as leis trabalhistas são, em geral, mais respeitadas nas empresas públicas que no setor privado. Essa regulação forte poderá pesar nas condições salariais das outras empresas, porque terá possibilidades de criar um deslocamento da mão de obra para o setor público – como vemos atualmente algumas comunas populares atraindo trabalhadores migrantes devido aos numerosos benefícios sociais que lhes concedem, mesmo com salários inferiores. Eis um argumento que milita poderosamente a favor de um reforço do setor público – um reforço que, evidentemente, os nossos autores não desejam.

Desenvolver os mercados de obrigações e de ações... ou controlá-los?

Lamentando que o sistema financeiro chinês continue essencialmente apoiado no crédito, Michel Aglietta e Guo Bai defendem o mercado de obrigações, ao qual atribuem virtudes que o mercado de crédito não possuiria: melhor avaliação de riscos pela “comunidade de investidores” do que os bancos; perspectiva de longo prazo, já que estes últimos prefeririam os títulos de curto prazo; capacidade de contrapor as restrições de crédito quando os estabelecimentos estão em dificuldades; bases que permitam ao Banco Central passar de um controle direto do crédito a uma política de fixação de juros básicos e eliminar o controle de capitais, ligar o sistema interno aos mercados globais e tornar mais flexível o mercado de divisas a fim de se dotar de uma moeda totalmente conver-sível e internacionalizada. O que parece ser apenas uma reforma particular, destinada a alargar os financiamentos de atores públicos e de empresas, poria em causa o conjunto do sistema financeiro chinês de modo a alinhá-lo sobre padrões ocidentais e de mundializá-lo.

Diversas medidas preconizadas inscrevem-se nessa lógica, como uma ampla abertura do mercado obrigatório aos oligopólios estrangeiros – recordemos que, até o presente momento, esta está limitada por quotas acessíveis aos investidores “qualificados”.

Só podemos ficar admirados perante esta fé nas virtudes da finança, já que os seus defeitos são provados – e os autores os conhecem. Na realidade, nenhum

dos argumentos apresentados é convincente. Os atores do mercado de obrigações não são mais competentes que os bancos. Fiam-se frequentemente nas avaliações de agências de risco, tão indiretas, que muitos dos investidores institucionais decidiram só dependerem de si próprios – como os estabelecimentos bancários que concedem crédito. São, na sua “comunidade”, mais próximos dos emissores de obrigações que os bancos? Claro que não, se forem bem geridos. São (trata-se de fundos de pensão, por exemplo) mais preocupados com o longo prazo? Vemos alguns bancos conceder créditos de longo prazo em condições satisfatórias. Se o sistema bancário conhece turbulências, é principalmente porque se adulterou através de um modelo de “banco universal”. Está longe de ser evidente que a regulação de financiamentos pela única via oblíqua de juros básicos é mais eficaz que aquela que utiliza meios diretos, tal como os juros de reservas obrigatórias.

O argumento mais convincente a favor do mercado de obrigações é que este permite atingir um maior número de investimentos que os bancos. Mas isto diz respeito principalmente aos Estados ou coletividades locais e empresas de grande porte. É, portanto, lógico que o governo pense em desenvolver esse mercado, quase ainda inteiramente restrito a obrigações públicas. Coloca-se, porém, a questão da regulação do mercado secundário, quando sabemos os riscos de erros de avaliação e o custo associado à proliferação de derivativos sobre taxas de juro. Os autores aprovam as precauções tomadas pelas autoridades chinesas, a título experimental, como quotas de emissão de títulos pela Comunidade de Reforma e Desenvolvimento. Será suficiente? Quanto à abertura aos investimentos estrangeiros, pode ter o interesse de favorecer a utilização de outras moedas para além do dólar, mas pensamos que liberalizar o mercado de divisas abandoná-lo-ia à irracionalidade da especulação.

Tratando-se do mercado de ações, Michel Aglietta e Guo Bai não propõem explicitamente desenvolvê-lo; e queremos acreditar que estarão atentos aos problemas deste “mercado de promessas” de lucros. Mas a recomendação que formulam de alargamento da esfera privada implica, logicamente, um tal impulso do mercado de ações. Achamos, pelo contrário, que este último pode e deve ser limitado. Tem a sua necessidade para o setor privado, mas achamos que as empresas públicas deveriam ter cada vez menos necessidade dele, à medida que conseguissem reforçar as suas capacidades de autofinanciamento e que o Estado disponha de um fundo alimentado crescentemente por elas para permitir realizar aumentos de capital. Pensamos, igualmente, que o mercado de revenda deve estar muito bem enquadrado, e a sua expansão travada por disposições legais ou fiscais.

Coloca-se, de novo, a questão delicada do grau de abertura do mercado de ações aos investimentos internacionais. Notemos que esta abertura é hoje muito fraca, restrita aos investidores “qualificados” e submetida a um sistema de quotas. Tem atualmente de ampliar-se para dar força às bolsas chinesas, mas os poderes

públicos chineses desconfiam manifestamente de movimentos especulativos. Eles têm razão. O governo proíbe, até agora, que empresas estrangeiras emitam ações em yuans sobre o mercado interno. Soltar esses entraves, e avançar, assim, para uma conversão plena do yuan – e as suas supostas vantagens – acarretaria, em nossa opinião, na submissão às grandes manobras dos mais poderosos oligopólios financeiros internacionais, especificamente os dos Estados Unidos.

Não acreditamos na ideia de alguma “eficiência” dos mercados financeiros, que mergulha as suas raízes no corpo dominante (neoclássico) das ciências econômicas e sustenta que desempenham um papel no fornecimento de informações, de avaliação e de alocação “ótimo”. É em nome desses argumentos que foi conduzida a desregulamentação dos sistemas de financiamento que levou ao capitalismo financeiro atualmente dominado pelos oligopólios financeiros. Para além de ser contestável na teoria, essa tese é rejeitada pela história dos últimos decênios, que mostra que estes mercados são incapazes de fornecer preços coerentes – e menos ainda “justos” – para os ativos financeiros de todo tipo, incluindo, essencialmente, as ações. É aqui necessário lembrar os seus erros e o impacto da explosão das suas “bolhas” sobre as economias do sistema mundial? Que eficiência constatar aquando da desvalorização de ações de uma firma que realiza bilhões de lucros? Que racionalidade observar quando a mesma empresa despede massivamente enquanto continua a distribuir dividendos exorbitantes aos seus acionistas? Não partilhamos esta confiança expressa nas virtudes de mercados financeiros que conhecem entusiasmos miméticos, caem na profecia autorrealizadora, ignoram as forças de aviso de perigo, dão lugar a práticas especulativas, afastando-se da sua principal função de instrumentos financeiros de cobertura, e engendrando, finalmente, autênticas catástrofes econômicas. Entendemos que o crédito e o autofinanciamento possam não bastar, mas pensamos que o recurso ao mercado de ações (como o apelo aos investidores estrangeiros) deveria também ficar o mais possível limitado – e, principalmente, não deveria levar a um alinhamento sobre a prática do valor acionário, calculado como o que deve exceder o prêmio de risco exigido pelos títulos financeiros. Pois nos parece que a poupança chinesa é bastante abundante para ser canalizada através de investidores institucionais nacionais a que se podem impor limites de rentabilidade, e que não seriam, forçosamente, os mesmos exigidos pelo Estado acionista.

“Normalizar” as empresas públicas ou preservar as suas especificidades?

Michel Aglietta e Guo Bai acham anormal que as empresas públicas sejam privilegiadas em relação às firmas privadas, já que durante muito tempo não pagaram dividendos ao Estado, e que, mesmo agora, pagam muito pouco. Como também se beneficiam de empréstimos a juros baixos, não entrariam em uma concorrência leal com o setor privado. Mais ainda, são quase incitadas a realizar

investimentos excessivamente intensos em capital, o que, segundo eles, iria em detrimento do consumo doméstico. Assim, os autores propõem juntá-los à norma comum, a fim de pagarem grandes dividendos ao orçamento de Estado, que poderia assim utilizá-las para melhorar a proteção social.

Desse modo, ignoram completamente o que na China é uma das especificidades das empresas públicas: justamente, não enriquecer os seus proprietários. Que descontem impostos e façam pagamentos fixos para utilização do capital público, nada mais normal; mas se fossem submetidos a um regime de rentabilidade financeira, já não apresentariam qualquer diferença em relação ao estatuto de firmas privadas.

Pensamos, pelo contrário, que a justificativa destas empresas públicas é tripla: elas podem distribuir mais aos seus assalariados; o governo tem toda a liberdade para aí definir o modo de gestão (por exemplo, a hierarquia salarial); e o governo pode mais facilmente colocá-las a serviço dos seus projetos, sem, no entanto, lhes retirar toda a autonomia nem os submeter a planos demasiado imperativos. Portanto, é normal que se destine os dividendos que lhes exigem a um fundo especial de suporte do crescimento de empresas públicas através das ferramentas à disposição do organismo de gestão de participações de Estado. Inse-re-se, assim, melhor numa via socialista que numa visão socialdemocrata, em que o setor público vem apenas em apoio do setor privado, ou serve simplesmente de peneira para absorver as perdas antes de um retorno à propriedade privada.

Uma explicação da força das empresas públicas chinesas é que este setor não é gerido como as firmas privadas ocidentais, cotadas na Bolsa e orientadas unicamente para a maximização do valor de ações com distribuição de dividendos, valorização de ações e retorno sobre investimento elevado, porque elas pressionam cadeias de subcontratação (locais ou deslocalizadas). Se as empresas públicas chinesas se comportassem de modo tão rapace, fá-lo-iam em detrimento do tecido doméstico local, o que manifestamente não é o caso. Estaríamos lidando com uma forma selvagem de “capitalismo de Estado” (como muitas vezes se pretende no Ocidente), e não vemos em que seria superior ao capitalismo privado. Mas, justamente, parece que, se as empresas públicas são (ou se tornam) rentáveis, a bússola que as guia não é o enriquecimento dos acionistas, mas antes o investimento produtivo e o serviço prestado aos seus clientes. No fundo, pouco importa que elas realizem menos lucros que as suas concorrentes ocidentais, se estes lucros servem em parte para estimular a economia no seu conjunto. Estas empresas públicas pagam impostos, mas só distribuem poucos dividendos ao seu acionista principal, o Estado (cerca de 10%), para as caixas do Tesouro. Eis a razão pela qual, em nossa opinião, a entrega de dividendos ao Estado inspirou práticas capitalistas, e não é uma boa fórmula. Seria melhor que o Estado instaurasse uma taxa para o capital, uma espécie de aluguel para o uso dos seus bens.

As empresas que funcionassem de modo rentável poderiam conservar uma maior parte das suas receitas para fins de investimento e de P&D – sabendo que o imposto sobre as receitas é já um imposto proporcional aos seus lucros.

É verdade que hoje os especialistas do Banco Mundial e outras organizações internacionais preconizam também aumentar dividendos pagos ao Estado; e a Comissão de regulação da Bolsa parece mesmo, por vezes, ir nessa direção. Isso nos parece ser uma má política, pois as empresas públicas chinesas ver-se-iam, então, privadas dos seus maiores trunfos, e mesmo quando controladas pelo Estado, teriam tendência, como são levadas a fazer as grandes firmas capitalistas ocidentais, a distribuir cada vez mais para conseguir favores de acionistas privados – mais frequentemente dependentes de estratégias de portfólio dos oligopólios financeiros mundialmente dominantes.

As empresas públicas chinesas não devem, em nossa opinião, ser geridas como o são as empresas privadas. O socialismo de mercado “à chinesa” assenta-se na manutenção de um setor público poderoso, que desempenha um papel estratégico na economia. Tudo leva a pensar que está aí um dos “segredos” do êxito da economia chinesa em termos de crescimento, desagradando aos liberais que pregam a propriedade privada e a maximização do lucro individual. Isso está, sem dúvida, ligado ao tamanho das empresas públicas, verdadeiros mastodontes, nos setores de energia, materiais de base, produtos semiacabados, construção ou transporte marítimo – as economias de escala reduzem fortemente o custo em todos os níveis (compra, produção, venda). São estas empresas que fornecem insumos baratos a uma miríade de pequenas e médias unidades de produção, permitindo-lhes, entre outros fatores, condições de produção que fazem o seu sucesso no mercado mundial.

Uma “superioridade” das empresas públicas chinesas é a participação (limitada, mas real) do pessoal na gestão das unidades, via seus representantes no Conselho de Supervisão e no Congressos de trabalhadores. O impulso de uma lógica acionista só poderia ir contra uma tal participação; participação que, em nossa opinião, deve ser reforçada. O grupo de acionistas assalariados, utilizado em certas empresas ocidentais, é minoritário, não tem nenhum peso na gestão e coloca os trabalhadores numa contradição com os seus interesses de acionistas e de assalariados.

Outra “superioridade” das empresas públicas chinesas é que elas podem facilmente responder aos objetivos da planificação. Claro que não se trata de lhes impor tarefas, para fins políticos, que poriam em causa a sua autonomia e pesariam nos seus resultados. O plano poderia igualmente orientar a atividade das empresas privadas por meios indiretos (fiscalidade, subvenções...). Mas, controlando a nomeação e a gestão de dirigentes, os poderes públicos – o Estado em sentido lato, governo central e governos locais, do qual dependem muitas empresas – têm os meios de assegurar que atuem de maneira apropriada, mesmo

nos setores de compra e venda. A especificidade das empresas públicas é ainda mais forte quando fornecem bens sociais no quadro dos serviços públicos. Aceitamos que se beneficiam de algumas vantagens injustas em caso de crédito, mas apenas no sentido em que falseiam a concorrência que podem manter com as firmas privadas e unicamente no caso em que produzam “produtos normais”.

Abrir os serviços públicos ou tomar a sério o seu conceito ampliado?

Na China, os serviços sociais (educação, saúde, aposentadorias, benefícios sociais) estão na totalidade ou na sua imensa maioria nas mãos do Estado – i.e., do governo central ou, mais frequentemente, dos governos locais. Michel Aglietta e Guo Bai lamentam-no, devido à sua ineficácia e rigidez (p. 180). Não propõem privatizá-los, mas terminar com esse monopólio: “O Estado deve assim cessar de impedir os atores privados de entrar no mercado da proteção social e reorientar as funções governamentais. Estas passarão da mediação da gestão quotidiana dos fornecedores sociais à regulação [...] dos mercados, que devem compreender agentes públicos e privados” (p. 381). Segundo eles, seria necessário, portanto, tender para um sistema misto, com concorrência de mercado.

Pensamos que uma tal evolução não é desejável. Os serviços públicos não fornecem bens como os outros, mas bens sociais por oposição aos mercantilizados pelo setor privado – o que significa bens necessários ao exercício da cidadania, que deem aos indivíduos a capacidade de serem sujeitos políticos (educados, informados), sociais (de boa saúde, dispondo de meios coletivos de transporte...) e econômicos (com formação, meios de acesso ao emprego...). Isso nada tem a ver com a definição econômica normal de “bens públicos” utilizada pelos nossos autores, “não rivais e não exclusivos” (p. 225), cujas características técnicas tornariam os bens dificilmente mercantilizáveis.

A definição à qual recorrem apoia-se na realidade sobre a dos teóricos neoclássicos dominantes. A nossa interpretação é outra: os serviços públicos são bens sociais que não podem ser comercializados (como no caso da segurança, da justiça, ou mesmo da educação), ou inteiramente mercantilizados (como para estes bens de “civilização” que são a eletricidade, o telefone ou a água, cuja utilização é comum, mas fica à discrição do indivíduo). Como tais, relevam-se da responsabilidade do Estado. Tomemos o exemplo da educação. Deve ser fornecida gratuitamente, no essencial, a todos os cidadãos de modo igual (como na França, onde é um dos fundamentos da República). Podemos admitir que – por razões de liberdade pessoal, confessional ou outras – exista uma educação privada, mas esta deve fornecer o ensino obrigatório, com profissionais válidos e pagos pelo Estado; e para o resto terá de ser paga. Pensemos no caso da saúde. Podem existir clínicas privadas, onde a maior parte dos cuidados são reembolsados pela seguridade social, e onde os outros benefícios serão pagos. Mas, em todos os

casos, não é admissível, se queremos que os indivíduos sejam também cidadãos, que tais bens sociais sejam submetidos a um regime concorrencial – concorrência que será de resto distorcida (porque sabemos, por exemplo, que as clínicas privadas tendem a posicionar-se nos segmentos mais rentáveis e deixam aos hospitais públicos as tarefas ingratas mais indispensáveis). Vemos aqui a diferença que separa as orientações socialdemocratas (ou antes, “social liberal”) e socialista.

Mas o alcance dos serviços públicos não fica por aí. A concepção chinesa amplia-o, e bem, em nossa opinião, ao que podemos chamar “bens estratégicos”, confiando-os a empresas públicas, e apoia-as de todas as maneiras: acesso privilegiado ao crédito, intervenções de “bancos políticos”. O setor privado não está excluído, e poderá complementar ou servir de estimulante, mas os poderes públicos chineses não hesitam em favorecer o setor público no exercício da concorrência – permitindo, de resto, uma verdadeira concorrência entre as próprias empresas públicas. O poder destes serviços públicos “estratégicos” é hoje uma das maiores forças da economia chinesa.

Ouve-se dizer, frequentemente, que o sucesso das exportações chinesas se deve, essencialmente, ao custo muito baixo da mão de obra. É um grande erro: os custos de mão de obra não representam mais que uma fraca proporção dos preços de venda (da ordem de 5 a 10 % em média); o que não chegaria – mesmo se os salários chineses tivessem tendência a crescer mais depressa que os das economias concorrentes do Sul – a compensar os custos de transporte para os países importadores. O sucesso da China na exportação é devido, numa certa medida, aos preços muito mais baixos dos insumos (energia, materiais de base...), e esse nível de encargos menos pesados para os produtores decorre precisamente de que aqueles são fornecidos pelas empresas públicas a preços fixos (por exemplo, os combustíveis) ou fortemente controlados pelo Estado. Sem dúvida, é necessário levar em conta o fato de que os salários chineses nessas empresas são muito mais baixos do que no Ocidente, mas sem deixar de dizer que são muito mais elevados que os famosos “salários de miséria” das fábricas clandestinas em que se produzem inumeráveis mercadorias exportáveis.

O que está em jogo nesta concepção de serviços públicos estratégicos é a soberania nacional. Eis um termo sistematicamente caluniado pelos partidários da mundialização, que, hipocritamente, não se importam, porém, de colocar os Estados nacionais ao serviço dos seus interesses. Eis uma China constantemente acusada de nacionalismo, embora a sua ambição seja de preservar a sua civilização e as aquisições da sua revolução. Vamos mais longe. Consideramos que as nações, quando não têm intenções imperialistas, constituem uma riqueza da humanidade, uma espécie de sociodiversidade que a preserva da uniformização de modos de vida, consumo e de cultura. De nossa parte, não vemos nenhuma vaidade nas declarações repetidas do “socialismo à chinesa” ou da “civilização espiritual chinesa” além do cuidado de não se fundir no magma circundante dos

valores e modos ocidentais. O que não exclui a vontade de partilhar valores universais, tal como muito bem expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

Não temos, no Ocidente, exemplos de degradação manifesta de serviços públicos consecutivamente após a sua privatização, mesmo parcial? Não sabemos que algumas firmas do setor privado descobrem meios de contornar as suas missões de serviço público, onde fazem tudo para falsear a concorrência nos mercados em benefício próprio (por exemplo, “otimização fiscal”, publicidade inútil ou enganadora...)? Desejamos que as autoridades chinesas saibam resistir às sereias do liberalismo nessa matéria. Está em jogo o destino do “socialismo à chinesa”. Para além das vantagens associadas à implantação de mecanismos de mercado, principalmente em termos de aceleração do crescimento económico – que legitima a estratégia atualmente adotada –, pensamos que a escolha da via capitalista pelo governo chinês será o meio mais seguro de garantir o fracasso da sua estratégia de desenvolvimento.

Um poder “burocrático favorável” ou engajado na via socialista?

Um traço importante no sistema político e económico chinês é uma planificação poderosa que, se mudou nos seus objetivos e seus instrumentos no decurso dos últimos decênios, continua a ser aplicada. Basta ler os discursos do Primeiro-ministro e do ministro do Planeamento, todos os anos, perante a Assembleia Nacional Popular para ficarmos convencidos: podemos ver aí, em que medida, objetivos precisos e enumerados se inscreveram no plano quinquenal e se realizaram – e é frequentemente o caso – ou conhecer aqueles a atingir no ano seguinte. Michel Aglietta e Guo Bai ficaram também manifestamente impressionados com essa planificação, que se projeta para o futuro num mundo marcado por uma incerteza crescente, e o livro deles é cheio de referências a uma “planificação estratégica”.

Sem dúvida, eles as percebem como políticas públicas suscetíveis de guiar os agentes, principalmente em assuntos sociais, de urbanização e ambientais. Mas os autores não defendem a ideia do “Estado estrategista” à moda do Ocidente – expressão significando que o Estado se afasta da economia para “regulá-la”. As políticas públicas que são necessárias, segundo seu ponto de vista, devem ser mais intervencionistas, agindo sobre os preços de fatores no sentido desejado, especialmente para “reequilibrar a riqueza para o capital intangível e o capital natural” (p. 237).

Assim, o planeamento “estratégico” que mobiliza os autores aparece, essencialmente, como uma simples ferramenta governamental, à imagem de que se queria o “planeamento incitativo” à francesa dos Trinta Gloriosos. Nós pensamos que o planeamento tem outro significado. Deve ser o local onde se elabora

e se decidem as escolhas coletivas, e deve ser o âmbito da democracia. As escolhas coletivas são uma coisa diferente das “preferências coletivas a revelar”: são a expressão de uma vontade geral. A planificação é, assim, o espaço em que uma nação escolhe um destino coletivo, e o meio para um povo se tornar senhor desse devir comum. E isso, em todos os domínios da existência, como por exemplo: um modo de vida mais ou menos individualista ou coletivo, um modo de consumir, maneiras de habitar e ocupar o espaço... Acontece que, na China, hoje, é o Partido Comunista que efetua essas escolhas para os cidadãos, em nome do povo – e isso originara mais discussões sobre esse regime político, que não nos tocam diretamente, exceto para dizer que o princípio da consulta é cada vez mais colocado como uma necessidade fundamental. É essencialmente esse sentido forte da planificação que se revela nos discursos oficiais como nas práticas governamentais.

E esta planificação forte, em meios modernizados e adaptados às exigências do tempo presente, é justamente um dos principais traços distintos de uma via socialista. Nada a ver com o “bom governo” de inspiração neoliberal, que é a inversão exata do que se pode esperar de um “bom governo”, consistindo apenas em fixar regras que operam em proveito de forças dominantes dos mercados, retirando ao Estado todo o poder. Ao invés, os instrumentos técnicos de uma tal planificação “estratégica” são diversos. Para Michel Aglietta e Guo Bai, o mais importante é a fiscalidade. Sem dúvida, uma ferramenta importante, mas longe de ser a única à disposição do Estado chinês. Lamentamos que não tenham feito menção aos “juros” subsidiados amplamente utilizados na China. Também não se faz alusão à regulamentação de certos preços, nem ao papel desempenhado pelas autoridades públicas. Ora, são também estas, essencialmente, que formam a razão da eficácia da planificação chinesa.

Para esses autores, o poder político na China inscreve-se na velha tradição imperial. O poder imperial era diferente de uma monarquia absoluta, porque não havia direito divino e assentava-se numa espécie de “contrato social” com o povo (o soberano devia fornecer aos seus administrados certos serviços em troca da sua lealdade), oferecendo possibilidades de ascensão social através de um sistema de seleção – sem o qual perderia a sua legitimidade e poderia ser destruído. Além disso, esse poder devia conformar-se a regras éticas (justiça, honestidade, respeito por valores familiares) e comportar-se segundo um código moral essencialmente inspirado no confucionismo.

O mesmo acontece, segundo os autores, com o Partido Comunista. O seu poder seria hierárquico (com o “centralismo democrático”), mas não ditatorial (pois nele se pratica a colegialidade). Desequilibrando o aparelho de Estado, esse Partido não pode ser aceito pelo povo se não cuidar do bem-estar social e aumentar a “riqueza real”; o que implicará que as categorias de capital sejam todas corretamente levadas em conta, incluindo o “capital humano” ou o “capital natural”

(caracterizado pela raridade de recursos, daí a exigência de um desenvolvimento “sustentável”). O bem-estar social suporia, principalmente, a procura da coesão social, a qual requer uma redução significativa das desigualdades, assim como uma participação maior da sociedade civil e a garantia de direitos sociais – condições que só são realizáveis se o poder for guiado por considerações éticas.

Este é o resumo do que os autores encaram como objetivo da política e, a este respeito, afirmam que as autoridades chinesas estariam mais bem equipadas que algumas democracias liberais que, após intensas batalhas, termina com uma maioria dominando uma minoria, assistem ao triunfo de interesses privados em detrimento do interesse geral, só visam satisfazer indivíduos vivos, sem se preocuparem com as gerações futuras, etc. As autoridades chinesas estariam mais bem equipadas porque só têm como força de legitimidade a realização do objetivo de um desenvolvimento sustentável e do bem-estar social, e porque pode ter uma visão de longo prazo, enquanto as democracias ocidentais defrontam-se, em curto prazo, com insucessos eleitorais.

Esta análise, próxima, pelos conceitos que utiliza, dos trabalhos da Comissão Stiglitz ou das ideias de Amartya Sen, é, sem dúvida, bastante inovadora, mas podemos dizer que ela procura orientar a “via chinesa” no sentido do que chamamos um “compromisso socialdemocrata renovado”, que desejaria submeter os detentores do capital físico, tanto público como privado, a um Estado que quer a valorização de outras formas de capital (humano, social, institucional, natural...), frequentemente negligenciados pelo “capitalismo ordinário”. Encontraríamos novamente, segundo os autores, o modo como antes o império chinês dirigia os interesses privados. Ora, embora possa encontrar pontos de apoio na política chinesa atual, esta análise não nos convence.

Temos a impressão de que a interpretação do poder político chinês sugerido pelos autores tende a projetar na realidade presente desse país algo como uma ficção do estado socialdemocrata. Ficção, pois ela reencontra a visão (que era também a de Keynes) de uma responsabilidade excessiva dada ao Estado – o Estado de uma das variantes do capitalismo. Essa mesma fé que levava Keynes a acreditar na possibilidade de ver intervenções públicas exógenas à lógica capitalista da maximização do lucro faria desaparecer os “aspectos chocantes do capitalismo” (desemprego em massa e desigualdades de renda). Essa análise subestima, na nossa opinião, o atual poder dos oligopólios financeiros mundialmente dominantes e gera ilusões políticas quanto à suposta capacidade de um Estado “reformista” de orientação “simplesmente socialdemocrata”. Nós estamos longe de rejeitar a liberalização financeira globalizada expressa pelo governo chinês e, com ela, numerosos países do Sul – não sem contradição, é certo. Como manter uma política alternativa, simultaneamente social e democrática, quando ficamos num tal quadro “reformista”? Não nos condenaremos à impotência perante o capital financeiro mundializado?

Tratar a procura do “ótimo” na alocação das diversas categorias de capital leva a considerar que são todas igualmente necessárias à produção de riqueza, recursos “tangíveis”, “humanos” (para utilizar a linguagem da gestão) ou naturais. Trataríamos, aqui, de um emprego teórico e não metafórico do termo capital. Enquanto que na tradição marxista, as duas únicas fontes de riqueza (em valores de uso) são o trabalho e a terra – sendo só o trabalho criador de valor. Ora, o caso é que o Partido Comunista chinês reivindica, sempre explicitamente, essa tradição. É certo que os seus dirigentes chegam a utilizar o termo “fatores de produção” (trabalho, capital, técnica...), mas podemos considerar que esses elementos são para eles, como para Marx, fatores da força produtiva do trabalho. E o princípio fundamental da repartição do produto fica sendo a distribuição segundo o trabalho; os rendimentos, tirados dos outros “fatores” tão justificáveis quanto possível, deduzem-se do valor produzido pelo trabalho.

O que dizemos aqui pode parecer absurdo quando observamos a escala das remunerações na China e o número dos seus milionários; mas nos parece que é essa a linha geral. É certo, mas com alguns problemas, que a sua aplicação foi “suspensa”, de modo a acelerar o desenvolvimento, após anos de crescimento desacelerado pelo igualitarismo (daí a palavra de ordem “enriquecer antes dos outros”), para ter sido novamente retomada com a promoção de temas da justiça social e de igualdade. É por isso que a maioria dos altos dirigentes chineses continua obstinadamente a considerar-se socialista.

Tratando-se de ética, os responsáveis do Partido Comunista dão ênfase à “moral socialista”, retirando daí as características: “retidão”, “honra”, “trabalho consciencioso”, “solidariedade” – algo mais que um apelo aos princípios abstratos que são a liberdade, igualdade, imparcialidade, a procura do bem... Podemos discutir estas virtudes morais: declaradas socialistas e não confucionistas. Mas ao mesmo tempo, elas soam bem com alguns dos traços da moral tradicional chinesa, e o Partido também tem a intenção de “fazer brilhar as virtudes tradicionais”. É nesse sentido que podemos falar da “moral chinesa”.

Tudo isto pode levar ao ceticismo, aos sarcasmos, quando se conhece o estado dos comportamentos na China atual: dinheiro, arrivismo, gosto pelo luxo, consumismo, corrupção (mesmo nos altos postos do Partido). Mas não devemos encarar este discurso moral com ligeireza; é o do Estado chinês, constantemente oposto a esta degradação de costumes (e exige-se aos membros do Partido ainda outras qualidades morais, e uma atitude exemplar...). Tudo isto para dizer que se há uma certa continuidade com a tradição, de resto reivindicada, a “via chinesa” postula explicitamente os ideais modernos do socialismo, e não os ouropéis de uma socialdemocracia, que consistem numa justiça social restrita a uma redistribuição limitada dos rendimentos, numa igualdade no sentido (rawlsiano) da desigualdade justa se é acompanhada de um melhoramento da sorte dos mais

fracos, e numa democracia representativa de fachada, negando, nos fatos, a participação do povo.

Concordamos que estamos hoje longe do ideal igualitário geralmente associado ao socialismo – com as modulações que deveremos aqui aplicar ao princípio “a cada um segundo o seu trabalho”. A China permanece seguramente um país em que as desigualdades sociais são extremamente fortes, e em que o sistema de proteção social é não só fraco (exceto para os funcionários e empregados de empresas públicas), mas ainda muito pouco redistributivo – bem menos que um sistema socialdemocrata à escandinava de antigamente, como os autores justamente sublinham. Estes últimos propõem fortalecer os pilares do Estado, fazendo financiar os riscos universais (não só ligados ao trabalho) e o risco de saúde por um imposto social antecipado sobre todos os rendimentos. Aí estamos de acordo, mas para ir ainda mais longe, até às aposentadorias e ao seguro de desemprego – pelo menos para uma ampla base de cobertura.

Mas o fundo do problema continua a ser as desigualdades de rendas primárias: é porque são consideráveis que devemos redistribuí-la de modo geral pelos impostos (e, em matéria de fiscalidade, os autores propõem uma série de medidas bastante sensatas). Mas não nos esqueçamos de acrescentar que é apenas no setor público que o Estado – governo central e governos locais – dispõe dos meios mais diversificados e mais eficazes para reduzir radicalmente essas desigualdades... Em resumo, Michel Aglietta e Guo Bai sugerem às autoridades chinesas adotar o que eles pensam ser “o melhor” do regime socialdemocrata em matéria de redistribuição, e isso representa sem dúvida um avanço em relação à situação atual. Mas pensamos que a via socialista deverá, no futuro, avançar ainda mais.

Reflexões finais

Sendo nossa linha de argumentação diferente da de Michel Aglietta e Guo Bai – cujo trabalho saudamos –, interpretamos a realidade chinesa de outro modo. Parece-nos que a via socialista não foi abandonada. O setor público ganha agora, de novo, terreno em relação ao setor privado (as empresas públicas estão a comprar muitas firmas privadas). A ideia que a política chinesa e a economia explicam-se pela vontade de um Partido Comunista, hierarquizado e disciplinado, manter-se no poder, e para isso, satisfazer prioritariamente os interesses de uma burocracia do Estado que domina e sobre o qual se apoia, não nos parece já corresponder à realidade. Primeiro, é muito normal que um partido que reivindica uma revolução procure conservar o poder para atingir os objetivos que pensa serem do interesse do povo. Segundo, é preciso ver de perto os esforços de autorreforma que esse partido empreendeu, que não receia expor os seus defeitos, as insuficiências da sua democracia interna, e as reformas do sistema político que dirige passo a passo. Podemos assim ter uma outra leitura do regime político chinês.

Dito isto, achamos que há uma luta oculta – já não aberta, como na época maoísta – no seio do Partido, das universidades e dos centros de pesquisa, dos centros intelectuais e até, de modo discreto, das mídias locais, entre duas linhas políticas, ou seja, uma visão socialdemocrata (que alguns chamariam “liberal”) e uma orientação socialista. Esta última é atribuída, em parte à “nova esquerda”, que se coloca numa certa continuidade da herança maoísta. A via socialista supera amplamente a via socialdemocrata na força de seus argumentos – e acrescentemos que, se esta última predominasse, conheceria igualmente as suas lutas de tendências. Num sentido, podemos animar-nos: nada é pior que o pensamento único.

Referências

- AGLIETTA, Michel & LEMOINE, Françoise. “La nouvelle Frontière de l’économie chinoise”. In: CEPII (dir.), *L’Économie mondiale 2011*. Paris: La Découverte, 2010.
- ANDREANI, Tony. *O socialismo é o futuro*. Paris: Syllepse, 2001.
- _____. *Dez Ensaio sobre o socialismo do Século XXI*. Paris: Le Temps des Cerises, 2011.
- ANDREANI, Tony & HERRERA, Rémy. “Système financier et socialisme de marché à la chinoise”. Paris: La Pensée, no 373, pp. 65-76, (publicado em chinês *In Marxismo e Realidade*, Beijing), 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. Londres: Verso, 2009.
- CEIC (vários anos). *China Premium Database – Macroeconomic, Industry and Financial time-Series Databases for Global Emerging and developed Markets*. Beijing: CEIC Data Company.
- CHANDRA, Nirmal Kumar. “La Chine et l’Inde : convergence entre la croissance économique et les tensions sociales ?”, *Recherches internationales*, n° 86, avril-juin, 2009.
- CHI, Tsui. *Histoire de la Chine et de la civilisation chinoise*. Paris: Payot, 1949.
- CHOW, G. C. “Capital Formation and Economic Growth in China”, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 108, n° 3, pp. 809-842, 1993.
- CHOW G. C. & LI, K. W. “China’s Economic Growth: 1952-2010”, *Economic Development and Cultural Change*, vol. 51, n° 1, p. 247-256, 2002.
- CRÉDIT SUISSE. *China Market Strategy*, February, 2012.
- DUFOUR, Jean-François. *Made by China: Les Secrets d’une conquête industrielle*. Paris: Dunod, 2012.
- FAURE BOUTEILLER, Anne. *La Chine: Clés pour s’implanter sur le dernier grand marché*. Paris: Vuibert, 2005.

- FOSTER, V.; BUTTERFIELD, W.; CHEN, C. & OUSHAK, N. *Bâtir des ponts : le rôle croissant de la Chine dans le financement des infrastructures en Afrique subsaharienne*. In: Banque mondiale et PPIAF, Tendances et orientations, n° 5, 2009.
- HERRERA, Rémy. *Un Autre Capitalisme n'est pas possible*. Paris: Syllepse, 2010a.
- _____. *Os Avanços revolucionários na América Latina: Transições socialistas no Século XXI?* Lyon: Parangon, 2010b.
- _____. "Reflections on the Current Crisis and its Effects", *Economic and Political Weekly*, vol. XLVII, n° 9, pp. 62-71, 2012.
- _____. "Quelques Problèmes liés à l'expansion actuelle de l'économie chinoise", *Marché & Organisations*, n° 21, pp. 15-32, Paris, 2014.
- _____. *La Maladie dégénérative de l'économie: le "néoclassicisme"*. Paris: Éditions Delga, 2015.
- JEFFERSON G.H.; RAWSKI, T. G. & ZHENG, Y. "Chinese Industrial Productivity: Trends, Measurement Issues, and Recent Developments", *Journal of Comparative Economics*, vol. 23, n° 2, pp. 146-180, 1996.
- KERN, Antoine. *La Chine vers l'économie de marché*. Les privatisations à Shenyang. Paris: Karthala, 2004.
- LAU, Kin Chi & HUANG, Ping (dir.). *China Reflected*. Hong Kong: Asian Regional Exchange for New Alternatives Editions, 2003.
- LIN, Chun. *The Transformation of Chinese Socialism*. Durham: Duke University Press, 2006.
- NAKATANI, Paulo & HERRERA, Rémy. "Critique des politiques anticrise orthodoxes", *La Pensée*, n° 360, pp. 31-42, 2009.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS. *China Statistical Yearbooks*. Beijing, vários anos.
- PRASAD, Eswar & YEA Lei (Sandy). *The Renminbi's Role in the Global Monetary System*, Global Economy and Development at Brookings, février, 2012
- SAWAYA, Rubens & CHINA, R. "Uma estratégia de inserção no capitalismo mundial", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n° 28, pp. 5-35, 2011.
- South-South Forum, *China's Real Experience – Course of Industrialization: Eight Crises with Subsequent Soft Landing in 60 Years*, mimeo, Hong Kong: Lingnan University, 2011.
- UBS. *China Economics – Outlook 2011*. Hong Kong: UBS Investment Research, 2012.
- TIEJUN, Wen. *The 'San Nong' Problem and Institutional Transition*. Beijing: China Economic Press, 2009.
- _____. "Centenary Reflections on the 'Three Dimensional Problem' of Rural China", *Inter-Asia Cultural Studies*, vol. 2, n° 2, pp. 3-11, 2001.

Qual modelo econômico para a China?

WONG, Erebus & SIT, Tsui. "Rethinking 'Rural China', Unthinking Modernization".
In: HERRERA, Rémy & LAU, Kin (dir.). The Struggle for Food Sovereignty.
Londres: Pluto Press, 2012.

Recebido em 24 de maio de 2015

Aprovado em 27 de janeiro de 2016

O Enigma K: o kirchnerismo e a insurreição como restauração

K Enigma: the kirchnerism and insurrection as restoration

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira*

Resumo

No bojo das reconfigurações hegemônicas ocorridas na América Latina nos últimos quinze anos, surgiu na Argentina – sob o duplo batismo do peronismo e dos episódios da Crise de 2001 – o kirchnerismo, fenômeno político capaz de hibridizar novos sentidos com velhas práticas, promovendo restaurações sob signos insurreccionais e insurreições limitadas pela restauração da ordem como imperativo colocado para seus artífices quando do início da década passada.

Dialogando com autores argentinos e brasileiros e lastreados pelo horizonte do materialismo histórico-dialético empreendemos no presente artigo um esforço tanto de radiografia quanto de diagnóstico do K, centrados no mandato de Néstor Kirchner [2003-2007], mas também abordando os governos de Cristina Kirchner, tentando elaborar uma mirada ampla sobre a quarta experiência peronista na/da Argentina, derrotada nas urnas recentemente pelo primeiro presidente assumidamente conservador e oriundo do mercado a ser eleito no país.

Palavras-Chave: kirchnerismo; neoliberalismo; revolução passiva

Abstract

Within the context of hegemonic rearrangements happening in Latin America during the last fifteen years, it started in Argentina – under the double baptism of “peronism” and episodes of 2001 Crisis – the “kirchnerism”, a political phenomenon that mixed new senses with old practices, promoting restorations under insurrections and insurrectional ideas, limited by the return of order as an imperative condition stated by their makers in the beginning of last decade.

Discussing with Argentine and Brazilian authors based on historic-dialectic materialism horizon, in this article, we have the purpose in radiographing as well as diagnosing K, focusing Nestor Kirchner’s [2003-2007] mandate, trying to have an ample vision on the fourth “peronist” experience in/on Argentina, recently defeated in the polls by the first presumably conservative president, originated from the market, to be elected in the country.

Keywords: kirchnerism; neoliberalism; passive revolution

* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ] - História. Professor Adjunto da Pós-Graduação Stricto Sensu [mestrado/doutorado] em Educação da Universidade Católica de Petrópolis [UCP]. E-mail: rebua7@gmail.com

*Sólo el que ha muerto es nuestro,
sólo es nuestro lo que perdimos.*

[Jorge Luis Borges, “*Posesión del ayer*”, *Los conjurados*]

O quarto peronismo: um líder sem partido num reino sem monarca

No século XXI, talvez a América Latina seja o principal lugar do mundo onde é possível pensar a política com mais frescor, ou seja, onde a dimensão política das dinâmicas sociais apresenta as experiências mais inovadoras, imprevisíveis, radicais (sobretudo em relação aos movimentos sociais) e o que mais nos interessa: as experiências que conseguem articular manutenção da ordem capitalista e mudança social, promovendo ações (e sentidos) regressivas (os) e progressivas (os), ao mesmo tempo. É possível que deste cenário latino-americano a Argentina desponte como o caso mais emblemático em termos de contemplação dos aspectos que elencamos acima: nenhum outro país do continente, neste início de século e milênio, vivenciou de forma tão dramática os efeitos do laboratório neoliberal. Ao mesmo tempo, nenhuma outra nação (Bolívia, Venezuela e Equador, com processos muito mais populares, não viveram a “quebra” na mesma amplitude que ocorreu na Argentina) foi capaz de promover a quantidade de saídas auto-organizadas à esquerda (principalmente no âmbito da sociedade civil, de baixo para cima) em meio ao jantar dos *fondos buitres*¹ (ou fundos especulativos) em voga hoje naquele país; nenhum outro país da região teve cinco presidentes e dois ministros da Economia em cerca de dez dias; não houve outra sociedade do “próspero” Cone Sul que tenha ido do céu ao inferno com tanta voracidade e rapidez.

O kirchnerismo tem pelo menos duas claras certidões de nascimento: o peronismo e seu policlassismo, aliado à sua incorrigível capacidade felina de descobrir novas vidas (Galasso, 2011a, p. 137), e os eventos da Crise de 2001 com a consequente debilidade política instaurada com a *débâcle* da nação. Tal fenômeno emergiu no início dos anos 2000 como uma intrigante “novidade” no cenário político argentino e latino-americano. Se dentro do peronismo, um reino sem monarca (Arzadun, 2004) desde a morte de Perón em 1974, o kirchnerismo representou uma quarta experiência² (para muitos em tom de epílogo), em termos de exercício do poder executivo consolidou-se como o governo de um líder sem partido (Sidicaro, 2010, p. 256), que logrou altos índices de aprovação social até

¹ Abutres, aves de rapina.

² Após os dois “Peróns” (1946-1955; 1973-74) e Menem (1989-1999). Obviamente, os diversos peronismos não são idênticos, fatias de um mesmo todo, mas expressões históricas que mantêm entre si vínculos tanto de similaridade quanto de dessemelhanças.

2007, após romper traços de continuísmo com o *duhaldismo* e em virtude de todo o dissenso dentro do *Partido Justicialista* (PJ).

A gravidade da crise política fica eloquentemente demonstrada quando se lembra que na Argentina dos dois primeiros meses de 2002 os políticos e dirigentes estatais praticamente não podiam aparecer em público, e quando o faziam estavam protegidos por eficientes dispositivos de segurança, ou se disfarçavam para evitar serem reconhecidos e agredidos, física ou verbalmente, nas ruas. Foi uma crise que devorou quatro presidentes em pouco mais de uma semana e que, como era previsível, deixou profundas sequelas na vida pública. Uma delas: a radical deslegitimação da classe política tradicional, cujos efeitos continuam produzindo efeitos nos dias de hoje (Borón, 2006-2007, p. 14).

Antes de Néstor chegar à Casa Rosada, houve o turbulento governo do peronista Eduardo Duhalde (2002-2003), um milionário envolvido com cartéis de droga, ex-vice de Menem e ex-governador da província de Buenos Aires por duas vezes, que tentou administrar o caos econômico, político e social do pós-Crise de 2001 com o receituário da violência³. Tais ações provocaram massivas manifestações e o fizeram adiantar o processo de sucessão presidencial para março de 2003, antecipando em cinco meses a data prevista. Em meio aos embates internos do/no peronismo e da conjuntura extremamente dinâmica e imprevisível, o Conselho Superior do Partido Justicialista da Capital Federal, sob forte influência de Duhalde (que buscava um sucessor de confiança, passível de ser satelizado e capaz de derrotar seu arqui-inimigo de La Rioja, Menem), pronuncia-se pela candidatura de Néstor Kirchner, governador por três mandatos da província austral de Santa Cruz, com altos índices de aprovação e interessado na disputa presidencial desde meados de 1998: as dinâmicas políticas e sociais acelerariam as coisas para Kirchner.

Um peronista da “periferia” derrotaria não apenas figuras como R. López Murphy, Elisa Carrió e Rodríguez Saá, mas principalmente Carlos Menem, que obteve 24,36% de votos no primeiro turno contra 22% de Kirchner, líder da *Frente para la Victoria* (FpV), coalizão fundada em 2003 que congregava partidos e dissidentes de distintos espectros políticos, desde o PCCE (*Partido Comunista Congreso Extraordinario*) até a UCR (*Unión Cívica Radical*) com os chamados *Radicales K*. Como as pesquisas para o segundo turno indicavam quase 60% das

³ O chamado Massacre de Avellaneda de 26 de junho de 2002 foi o grande ápice deste agravamento da crise política pós-2001. Uma manifestação nesta cidade acabou com o fuzilamento de dois jovens militantes do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) Aníbal Verón: Maximiliano Kosteki e Darío Santillán.

intencões de voto em Néstor, Menem desistiu de sua candidatura e o “penetra *pero no mucho*” de Río Gallegos assumiu a presidência argentina em 25 de maio de 2003⁴. As circunstâncias de 2001 e o antimenemismo de amplos setores da sociedade argentina fizeram com que um presidente inesperado chegasse à Casa Rosada com apenas 22% dos votos: mais uma novidade vinda de nossos vizinhos argentinos, que na figura de Kirchner viram um presidente brincalhão, pela primeira vez na história, brincar como uma criança com o bastão presidencial (*bastón de mando*)⁵ quando da posse, num gesto que “desglorificou” o poder (Moyano, 2012, p. 188). Sem dúvida, tivesse chegado ao segundo turno das eleições majoritárias, Kirchner teria alcançado a maior proporção de votos da história do país, o que o fortaleceria de forma vigorosa.

De acordo com Borón (2006-2007, p. 16), o perfil “*progre*” (progressista) de Néstor – mais por conta de sua militância juvenil no peronismo de esquerda e menos por sua atuação no governo provincial – somado ao compromisso que assumiu da manutenção de Roberto Lavagna (ministro da economia de Duhalde que obtivera importantes êxitos), bem como o reconhecimento da “opinião pública” em sua posterior gestão no caos de 2001, serviram para tornar mais robusta a campanha do santa-cruzense. Para o marxista argentino, outros dois elementos também contribuíram para a construção do rótulo de “*progre*”: o apoio da estrutura do peronismo da Capital, que bem ao *modus operandi* do General, abdicou de suas antipatias e apoiou Néstor; e a oportuna (ou oportunista) radicalização do discurso de Kirchner (com uma retórica profundamente oposta ao neoliberalismo, ainda que tivesse desempenhado papel importante na sustentação do projeto neoliberal menemista⁶ quando governador de Santa Cruz), influenciada sobremaneira pela atmosfera político-social pós-queda da conversibilidade: mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza, com metade desta em condições de indigência.

Oriundo de uma família suíça radicada na Patagônia, Kirchner desde jovem militara no peronismo, tanto em sua cidade natal quanto em La Plata. Advoca-

⁴ A regra eleitoral na Argentina determina que se nenhum candidato alcançar 45% dos votos considerados válidos, os dois mais votados devem disputar um segundo turno.

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cNmb7QthAkk>>. Acesso em: dez. 2015.

⁶ O que ficou evidente em 1994, quando se elegeu membro da Assembleia Constituinte incumbida de reformar a Constituição a fim de permitir a reeleição de Menem no ano seguinte, e que repassava para as províncias a soberania integral das riquezas minerais, medida recebida festivamente pelas grandes empresas petrolíferas, que poderiam, a partir de então, negociar sem atravessadores com os débeis e corruptos governos provinciais, longe da grande mídia e livres para imporem suas condições. O mesmo ocorreu com a privatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), que teve em Kirchner (à época governador de Santa Cruz) um importante apoio, assim como em outras políticas com o carimbo do Consenso de Washington.

gado formado no ano de instauração do *Proceso*⁷ (1976), exerceu a profissão durante todo o período e atuou vigorosamente – junto a Cristina Fernández de Kirchner, sua esposa e com quem amealhou uma robusta fortuna – nas frentes antirregime. Eleito governador da província petrolífera de Santa Cruz (tendo sido intendente entre 1987 e 1991) em 1991, 1995 e 1999, apoiou o menemismo e depois rompeu com ele. Uma Argentina destruída e um presidente imprevisto (adjetivo muitas vezes confundido com “marginal” de maneira equivocada): estas são as fotografias mais precisas da chegada do “pingüino” à presidência, mesmo ano em que, no Brasil, Lula da Silva iniciava seus oito anos no Palácio do Planalto.

Neste período, dentro do peronismo e em linhas gerais, temos dois grandes processos vinculados dialeticamente entre si: (i) uma reconfiguração do PJ sob a liderança de Kirchner, num processo que Arzadun chama de “*colonización del PJ*” (2013, p. 57), objetivo estratégico da linha política implementada por Néstor desde 2003; (ii) uma reconfiguração do próprio peronismo, com novos/velhos sentidos/práticas hibridizados em torno do “bonapartismo periférico” (Secco, 2012)⁸ kirchnerista. Galasso (2011a, p. 68), reivindicando a contribuição de Hernández Arregui, afirma que o peronismo representaria um “*bonapartismo distinto, popular*”. De uma forma sintética, podemos dizer que Kirchner e sua insígnia “K” (que assumiria o lugar de signo deste novo campo da política argentina) buscaram paulatinamente se afastar de peronismos como os de Menem/Duhalde, almejando ampliar sua base de sustentação dirigindo-se aos movimentos sociais e setores populares de outras organizações partidárias e também às frações distintas do empresariado. Reconstruir a frente policlassista, a “comunidade organizada” de Perón, alicerce político-ideológico do peronismo, era para o K a batalha mais importante para dentro e para fora do PJ:

[...] el justicialismo, aliado durante la última década a los sectores neoconservadores liberales [...]. Toda la vida milité en el peronismo, siempre soñé con cambiarlo pero sé que hay un aparato muy grande, hay mucha plata, clientelismo, les importan poco las propuestas, los proyectos. Hoy en día el peronismo dejó de representar a los que re-

⁷ O *Proceso de Reorganización Nacional* foi como se autodenominou o último regime civil-militar (1976-1983) argentino, o mais violento da América Latina junto ao Chile de Pinochet (1973-1990). Na história argentina, a chamada “*Organización Nacional*” corresponde ao período compreendido entre a derrota do regime de Rosas (1852) e a chegada ao poder da *Generación del 80*, elite que governaria o país durante a denominada República Conservadora (1880-1916), tendo como presidentes nomes como Urquiza, Mitre, Sarmiento e Avellaneda. De acordo com Gorini (2006, p. 37), “fue precisamente en esa época en que, para mayor similitud, se produjo la enorme matanza de los pueblos originarios de la Patagonia. Y así, más allá de estimables diferencias, es posible afirmar que ambos momentos [Proceso de Reorganización e Organización Nacional] intentaron y lograron consolidar un sistema y que ambos sistemas tuvieron su acta de nacimiento en un genocidio”.

⁸ Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/06/15/o-bonapartismo-periferico/>>. Acesso em: dez. 2015.

presentaba, los usa. Hay mafias internas, aprietan a los clubes en la provincia de Buenos Aires para que no me alquilen para hacer actos. Ya no hay cuadros militantes: tienen gerentes y clientes. [...] una inmensa confederación de partidos provinciales con liderazgos territoriales muy definidos [...] La falta de discusión interna quedó patentizada cuando el gobierno de De la Rúa se derrumbó y el peronismo debió hacerse cargo del gobierno. Lo único que había en el justicialismo era la unidad jurídica, porque en su seno tenía corrientes abiertamente contradictorias, excluyentes, diría [...] un partido vaciado de contenido, sin ideas (Kirchner *apud* Sidicaro, 2010, p. 252).

O fenômeno K

O diagnóstico preciso de Kirchner a respeito da(s) metamorfose(s) do peronismo e de sua descaracterização enquanto alternativa política popular é capaz de indicar nitidamente o tamanho deste fenômeno político-social que, como definiu Feinmann (2012, p. 10), “es ‘más’ que todos los sujetos que han desarrollado su praxis en él”. É possível compreendermos o kirchnerismo como o peronismo de nossa época ou como um peronismo de novo tipo misturado com velhas práticas/sentidos e oriundo da crise orgânica de 2001-2002. O projeto “K” foi impedido a forjar um plano de salvamento da autoridade estatal, cuja crise se confundiu com a própria Crise de uma década e meia atrás: “no sólo el Estado no cumplía sus funciones, sino que los ciudadanos dejaron de creer en el Estado” (González García, 2007, p. 113). Nenhum outro país latino-americano teve que recomeçar do ponto de partida em que a Argentina o fez.

No processo de conformação de uma base política – a despeito de sua heterogeneidade⁹ – que desse sustentação ao novo governo, Kirchner aproximou-se de distintos setores populares, desde *piqueteros* e *desocupados* até as *Madres de Plaza de Mayo*, movimento que jamais declarara apoio a nenhum mandatário da Casa Rosada e/ou projeto político *oficialista*. Agitando um país que há muito tempo caminhava de cabeça baixa, o kirchnerismo foi capaz de, em muito pouco tempo, conferir a si mesmo três alcunhas de extrema significação política e social, a despeito dos limites destas ações e de sua real profundidade: defensor incontestado dos Direitos Humanos; protagonista de uma integração regional com posicionamentos anti-Washington, antimonopólios, anti-FMI e Banco Mundial,

⁹ Em relação aos setores médios, houve muita antipatia no início em relação ao ex-militante peronista dos anos 1970, para muitos um *outsider* despreparado para assumir o comando da nação (Galasso, 2011, p. 598). No que se refere às centrais sindicais – CGT (Confederación General del Trabajo) e CTA (Central de Trabajadores de la Argentina) –, o governo de Kirchner tentou inicialmente manter certo equilíbrio entre elas, obtendo gradativamente apoio de amplos setores da classe trabalhadora.

não sem contradições e problemas (passar da crítica discursiva à prática político-institucional), e inimigo número um dos grandes grupos midiáticos do país, notadamente o *Clarín*.

Antes de analisarmos de maneira mais cuidadosa cada uma destas empreitadas e de estabelecermos a necessária crítica pela esquerda do fenômeno K, tentando apontar seus limites, metamorfoses e sentidos, é importante afirmar: trata-se de ações que no Brasil, país das comemorações no/do Clube Militar em todo dia 31 de março, da colocação internacional do país como potência regional (com todos os ônus e bônus auferidos por tal “título”) e do terceiro maior grupo midiático do mundo, assumem uma feição bastante radical, tamanha a impossibilidade num horizonte próximo de mudanças (efetivas!) nos rumos destas três esferas (menos em relação à proximidade de Lula/Dilma com os governos “à esquerda” no continente): punição dos responsáveis diretos e indiretos pelo regime empresarial-militar de 1964, solidariedade regional e regulação midiática.

Dos três *fronts* citados anteriormente, talvez o mais difundido entre acadêmicos, militantes, entusiastas e até mesmo críticos do kirchnerismo seja o relativo à atuação dos governos de Néstor (2003-2007) e Cristina (2007-2015) na questão dos Direitos Humanos, ou mais especificamente, nos embates pela memória do *Proceso* a partir da ótica daqueles que o enfrentaram e que foram por ele mutilados. Raúl Alfonsín (1983-1989) foi o primeiro presidente a efetivamente começar tal empreitada, mas logo retrocedeu e cedeu às pressões das elites econômicas e dos próprios militares. Néstor, já no início de seu mandato, empreendeu esforços vários no tocante ao tema: removeu a cúpula do Exército e da Polícia Federal; desenvolveu uma política ativa no sentido de colocar fim à impunidade e a concretizar a famosa insígnia “*castigo a los culpables*”, anulando as cínicas leis de *Punto Final* (1986) e *Obediencia Debida* (1987)¹⁰; inaugurou o Museu da Memória da/na ESMA¹¹ (principal centro de tortura e detenção do regime); obrigou o chefe do Exército a retirar os quadros dos ditadores das paredes da Escola; exigiu uma autocrítica da Marinha (*Armada*); retomou os juízos dos repressores e disse ao mundo que os argentinos são todos *hijos y nietos* das *Madres de Plaza de Mayo* e das *Abuelas de Plaza de Mayo*. Mais que isso: Néstor colocou-se publicamente como um de seus filhos/netos.

¹⁰ Promulgadas durante o governo de Alfonsín, as leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida* representaram, na tensa correlação de forças do pós-ditadura, formas legais de não se imputar aos autores de crimes (assassinatos, torturas, desaparecimentos etc.) a culpa por seus atos. Enquanto a primeira colocava uma data limite (60 dias a partir de dezembro de 1986, incluídos os recessos de final e início de ano) para que pessoas vítimas do *Proceso* pudessem entrar com ações na Justiça, a segunda estabelecia que – a partir de concepções e regras militares – os atos cometidos por militares “subalternos”, que apenas cumpriam ordens ao praticarem tais ações de extermínio, deveriam ser desconsiderados. Tal lei criava níveis de responsabilidades nos “crimes oficiais”, defendendo que, sob ordens, muitos não tinham poder de decisão.

¹¹ Escola Superior de Mecânica da Armada.

Obviamente não tardou a acontecer a adoção do peronista de Rio Gallegos por aquelas mulheres que, há décadas, ansiavam por ações efetivas no campo da memória coletiva e individual. Exaltando as bandeiras históricas das *Madres*, Néstor ainda pediu perdão, num discurso oficial na ESMA¹², afirmando, como governante, que o Estado argentino deve pedir perdão por ter sido um Estado terrorista contra o povo. Para Barros e Daín (2012, p. 18), os movimentos de DH integraram de forma pujante o protagonismo dos movimentos sociais nos processos de 2001-2002, assumindo por vezes a direção das movimentações. Kirchner soube entender e capitalizar isso. O apoio inédito de um dos mais significativos movimentos sociais do país, as *Madres de Plaza de Mayo*, independentes por mais de duas décadas, ao projeto kirchnerista provocou profundas cisões internas no Movimento, bem como mágoas, silêncios e muitas perguntas: qual seria o saldo desta mudança de rumos? O que queria o kirchnerismo ao se colocar como artífice dos sonhos daquelas mães e como seu privilegiado interlocutor político?

Ainda de acordo com Barros e Daín, estudiosos do kirchnerismo, este novo bloco histórico foi capaz de promover, concomitantemente, duas rupturas políticas de profundo simbolismo para o imaginário coletivo: com o menemismo (ainda que tardiamente) e com o *Proceso*. A luta contra a impunidade pode ser entendida como um elo que vincula estes dois rompimentos, dizem os autores, ampliando-se para outras frentes de combate, quais sejam, as lutas contra a desigualdade, a exclusão social, pela justiça, verdade e memória. Hebe de Bonafini, líder das *Madres de Plaza de Mayo*, e Estela de Carlotto, líder das *Abuelas de Plaza de Mayo*, declararam sua “simpatia” e depois seu apoio a Kirchner logo no início de seu mandato: “Kirchner no es como los demás. Ha empezado a hacer algunas cosas con las que todos estuvimos soñando desde hace mucho tiempo” (Bonafini *apud* Barros; Daín & Morales, 2012, p. 25). “El presidente Kirchner es un ignoto que está haciendo más de lo que prometió hacer” (Carlotto, *ibidem*). De uma forma sintética, podemos afirmar, sem problemas, que o kirchnerismo politizou a questão dos Direitos Humanos – obviamente, não sem aparelhamentos e sem conferir os rótulos de “verdadeiros” movimentos de DH (sugerindo que alguns são mais “autorizados” que outros) para alguns grupos –, promovendo/permitindo novos usos e sentidos ao tema.

No tocante à questão da integração latino-americana, da aproximação entre governos de caráter mais “progressista”, Kirchner desempenhou um papel central, assim como Lula e Chávez, sendo a IV Cúpula das Américas de 2005 (Mar del Plata) o momento mais simbólico desta nova configuração hegemônica regional, capitaneada pelos novos governos (autointitulados de “nova esquerda”) de fim dos anos 1990 e início da década seguinte. Na Cúpula, o intento estadunidense de

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yCvGJiCLg1s&feature=youtu.be>> . Acesso em: dez. 2015.

construção da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), um “NAFTA do Sul”, fracassaria de forma concreta, com a materialização de uma política latino-americanista acentuada, onde Kirchner ocupou lugar de destaque, apoiando/fortalecendo o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e sendo decisivo na criação da UNASUL (União de Nações Sul-americanas). Projeto criado em 2004, a UNASUL visa construir um bloco que fortaleça as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre os doze países da América do Sul. Consolidado em 2007 e efetivamente fundado no ano seguinte, em Brasília, a organização teve Néstor como seu primeiro secretário-geral, de maio de 2010 até sua morte em outubro do mesmo ano.

Todavia, dentro dos aspectos paradoxais de sua política externa e de seus discursos de escala mais ampla – capazes de pronunciamentos extremamente radicais, “de esquerda” (muito mais verbais que substantivos), como o que dirigiu a Bush na Cúpula de 2004 ou como aqueles contra os grandes monopólios, as empresas privatizadas, os burocratas do FMI e do BM (que atraíram para si grande apreço por parte de amplos setores da Argentina) –, Kirchner manteve relações com o governo estadunidense do período classificado por Borón como “*subordinação consentida*” (2006-2007, p. 17), que mesmo sendo bem distinta da relação íntima de Menem com Washington, explicitou preocupantes elementos de continuidade:

[...] uma atitude de “fria e distante circunspeção” – dito deste modo para não confundir os diferentes matizes – em relação a Cuba; cautela na aproximação com Chávez, compartilhando com Lula o propósito de “domesticá-lo” (mesmo diante do hiper-ativismo e a habilidade política do líder bolivariano, e também das sólidas vinculações econômicas entre Argentina e Venezuela, que contribuem para desbaratar tal projeto); obediência ao império no episódio do envio de tropas (em lugar de médicos e professores, como fez Cuba) ao Haiti, alinhando a Argentina com o Brasil e o Chile numa política destinada ao fracasso, e que pressupõe a contínua repressão sobre o povo haitiano; cumplicidade silenciosa diante da carnificina executada por Israel no Líbano e na Palestina e, salvo em alguns temas econômicos pontuais, alinhamento flexível com as grandes linhas da política externa norte-americana (Borón, op. cit., pp. 17-18).

Em relação ao embate midiático na Argentina dos Kirchners, temos um conjunto de ações que objetivavam a democratização dos meios de comunicação do país, por meio do combate aos monopólios e da formulação, aprovação e cumprimento (de forma inédita na região e no país) de uma legislação que valoriza e protege a diversidade informativa e cultural, com marcos regulatórios

democraticamente discutidos e instituídos. Antes, em 2005, Néstor integrou o esforço, também pela primeira vez no continente, de criação da *Telesur*¹³, rede de televisão multiestatal com sede em Caracas e construída a partir da ação de Venezuela (com 51% das cotas), Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Nicarágua, e contando com intelectuais de prestígio em seu Conselho Assessor: Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet, Atilio Borón, Adolfo Pérez Esquivel dentre outros (Moraes, 2009, pp. 126-127).

A *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (LdSCA), *Ley 26.522*, ou popularmente conhecida como *Ley de Medios*, foi promulgada em outubro de 2009, em meio a uma profunda crise política¹⁴, pela presidente Cristina Kirchner, após duros embates com o maior grupo midiático do país e um dos maiores do continente¹⁵, o *Grupo Clarín*, maior beneficiado com o *Proceso* no campo das comunicações e que até 2009 demonstrara apoio ao K. Em seu artigo 161, a lei estabelece que cada grupo deve ter até 24 licenças de TV a cabo e 10 licenças de serviços abertos (TV aberta, rádios AM e FM). Com esta nova legislação, foi possível instalar 152 rádios em escolas de primeiro e segundo graus, 45 TVs e 53 rádios FM universitárias, além de criar o primeiro canal na TV aberta e 33 canais de rádio comprometidos com os povos originários e a eles vinculados: “O Clarín não poderá mais ter a posse de jornais, revistas e editora; emissoras de rádio; televisão aberta e de televisão por assinatura, serviço que abrange mais de 70% dos lares daquele país”¹⁶.

Os Kirchners absorviam, com a *Ley de Medios*, demandas importantes dos movimentos sociais, notadamente aqueles vinculados ao tema de democratização das comunicações, que num documento intitulado *21 puntos de la Iniciativa Ciudadana por una Ley de Radiodifusión para la Democracia*¹⁷, demarcaram posições e reivindicações importantes. Defendida pela direita argentina como uma *Ley Mordaza* (algo muito ouvido aqui no Brasil quando se fala de Venezuela, Cuba ou Argentina), a *Ley de Medios* deve ser entendida no contexto maior de

¹³ Disponível em: <<http://www.telesur.net/index.html>>. Acesso em: dez. 2015.

¹⁴ Em 2008 ocorreu a aprovação da polêmica *Resolución 125*, que aumentou os impostos e as regras de exportações de produtos agrícolas (grãos), provocando a ira massiva dos produtores rurais (notadamente a SRA: *Sociedad Rural Argentina*) e de seus porta-vozes da/na grande mídia, agravada pelo recrudescimento da inflação. No ano seguinte deu-se a maior derrota do kirchnerismo até então: as eleições legislativas de junho, que segundo algumas pesquisas de opinião indicavam um repúdio de quase 80% às figuras de Néstor e Cristina (Barros & Daín, 2012, p. 33).

¹⁵ Junto à Globo (Brasil), Televisa (México) e Cisneros (Venezuela).

¹⁶ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-ley-de-medios-e-constitucional-3613.html>>. Acesso em: dez. 2015. O *Grupo Clarín*, que adquiriu a empresa *Papel Prensa* em 1978, foi judicialmente investigado na gestão dos K, por conta da criação e apropriação da empresa dedicada à produção de papel para jornais. O episódio acirrou ainda mais as tensões entre governo e o grupo de mídia (Barros & Daín, 2012, p. 40).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/advf/imagenes/especiales/documentos/2012/11/509435587ec92.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

luta contra a impunidade, tocada por Néstor e por Cristina, tanto na frente dos Direitos Humanos quanto no tema dos meios de comunicações. Num país onde sete grupos de comunicação (*Clarín, Admira-Telefónica, América Multimedios, HMT&F, Hadad, Uno-Vila Manzano e La Nación*) controlavam ou tinham participação acionária em cerca de duzentos veículos, não são de pouca monta as transformações estimuladas pelo K, a despeito de seus vínculos com corporações de outras esferas.

O kirchnerismo como insurreição-restauração

Os aspectos regressivos do kirchnerismo são discutidos por diferentes autores, sobretudo marxistas, atentos ao que de velho existe no novo e quais os limites das novidades trazidas pelo “governo sem partido” (que reduziu o protagonismo parlamentar) num “reino sem monarca”. Féliz e López (2012, p. 22) traduzem perfeitamente o que a crise orgânica neoliberal originou e/ou tornou possível: melhorou as condições materiais de vida dos setores populares, permitindo maior êxito em suas demandas/reivindicações, ao mesmo tempo em que garantiu para os setores dominantes (ou algumas de suas frações) a recuperação de seu potencial hegemônico tanto na economia quanto na política. Sidicaro (2010, pp. 258-259) enfatiza, em sua análise do K, a heterogeneidade dos apoios políticos, provenientes de indivíduos e agrupamentos cujas trajetórias, em muitos casos, eram antagônicas ao projeto kirchnerista. O dilatado campo político do K tendeu a não negar apoios (com exceção dos militares, da Igreja e dos grandes grupos de mídia), sobretudo em seu processo de gênese e de início, num contexto de perda da referência político-partidária, de incertezas e de repúdio geral (“*¡Que se vayan todos!*”). O caráter multifacetado dos respaldos do governo de Néstor (e depois de Cristina, eleita com 45%) provocou um *desconcierto* em seus opositores, que não podiam simplesmente rechaçar o projeto K, situação que o fortaleceu.

Peronistas tradicionais (sendo o apoio da Confederação de Partidos Justicialistas Provinciais¹⁸ o mais importante), Radicais (os *radicales K*), movimentos de DH, empresários, corporações, *desocupados, piqueteros*, sindicalistas, sindicatos, *antimenemistas*, grupos de mídia, *Madres*, dentre outros. A soma de pedaços, segundo o pesquisador argentino, não conformou uma identidade política una; não foi capaz de originar um sujeito coletivo mobilizado por inúmeros

¹⁸ Grupo que materializava o processo de colonização do PJ pelo K, com a nacionalização da condução partidária. Os apoios de alguns destes grupos através do sufrágio em âmbito nacional, a despeito da pouca densidade populacional das regiões que representavam, tinham um peso igual na composição do Senado. O modelo de governo de líder sem partido conformava um “toma lá dá cá”, em que os chefes da Confederação não interferiam nas questões nacionais e, em troca, as contribuições que recebiam eram mantidas ou “melhoradas” (Sidicaro, 2010, pp. 261-262).

fatores, dentre eles a ausência daquilo que amalgamou em Perón o lugar de *condottiere*: liderança carismática, integração social e mobilizações de massa. A ausência de um projeto político compartilhado, unificado, provocou embates, por exemplo, entre peronistas kirchneristas e radicais kirchneristas. O kirchnerismo não foi capaz de promover renovações políticas substantivas, o que pôde ser comprovado há pouco, quando da derrota do K – na figura de Daniel Scioli, da FpV – para o liberal conservador Mauricio Macri, do PRO (*Propuesta Republicana*), fundado em 2005.

Satisfeitos com as ações econômicas do governo Duhalde, o grande empresariado transferiu suas expectativas e apoios a Kirchner, que manteve Roberto Lavagna como ministro da economia, ainda que, no início do mandato, Néstor tivesse se mostrado pouco inclinado a negociar com as corporações empresariais, algo que não causou grandes tensões: as incertezas de setores do empresariado eram menores que a certeza da manutenção dos efeitos favoráveis para os grandes interesses oriundos do ciclo de crescimento econômico surgido a partir do ajuste de 2002. Kirchner soube se colocar como amortecedor da relação capital-trabalho, das tensões entre o empresariado e os trabalhadores. A necessidade de obter o máximo de apoios possível, num contexto de saída do caos, e de garantir para os sindicatos e para os setores populares o atendimento de demandas salariais fez com que a relação K-empresários caminhasse muito mais no sentido do entendimento que do dissenso.

No velho estilo peronista, Néstor referia-se então aos empresários como trabalhadores, assim como os assalariados. Houve uma forte intenção do governo em separar o “joio” dos ideólogos neoliberais ortodoxos do “trigo” dos “verdadeiros empresários”. Em poucas palavras, era fundamental para o K estimular um capitalismo nacional através não apenas do discurso, mas também de créditos públicos desejados ardorosamente pelo setor patronal. A criação de um “*capitalismo de amigos*”, como afirma Sidicaro (*ibidem*, p. 265), não tardou a provocar críticas ao governo. A combinação entre o fomento governamental à incorporação de capitais nacionais em empresas sob controle de firmas estrangeiras, assim como as políticas de incentivos a determinados serviços ou produções, foi atacada por seus críticos. Contudo, não se pode negar que com a recuperação econômica do período teve início um ciclo de melhora dos salários reais.

Em relação ao setor agrário, pelo menos até a Resolução 125 de 2008, houve uma relação harmônica, sobretudo devido à expansão da produção agrícola (com destaque para a soja), fundamental para o crescimento da economia e para o conseqüente aumento dos recursos públicos. O fim da convertibilidade do período Menem também permitiu às atividades agrárias grandes margens de lucro. Por sua vez, os sindicatos, que na época de Perón exerciam forte protagonismo, no período K – a bem da verdade, desde o menemismo – apresentaram-se com menos força, a despeito da recuperação de uma certa presença na cena pública.

Tanto os sindicatos mais próximos do kirchnerismo quanto aqueles do espectro mais crítico não desempenharam um papel de preponderância nas principais decisões em termos de políticas públicas, como o fizeram em presidências peronistas anteriores. A moderação do sindicalismo mais próximo do K deve-se à sua dupla vinculação, tanto à direção corporativa quanto à classe política (almejando cargos no aparato de governo), algo que vimos nas últimas décadas ocorrer no Brasil, sobretudo com a CUT.

Bonnet (2015, p. 65), no esforço de uma análise macro do kirchnerismo, defende que este fenômeno foi “*la insurrección como restauración*”, dialogando de certa maneira com o conceito de revolução passiva de Gramsci (ainda que não o cite): revolução passiva como revolução-restauração. Revolução passiva representa categoria consagrada, porém não criada pelo filósofo da Sardenha, que se notabilizou dentro e fora do marxismo por ter ampliado significativamente conceitos importantes e polissêmicos, como Estado, intelectual, partido e revolução passiva, este presente em três autores estudados por ele: Vincenzo Cuoco (quem mais o inspirou), Edgar Quinet e Lênin. “Revolução passiva” (Cuoco), “revolução-restauração” (Quinet) e “via prussiana” (Lênin) representam as referências fundamentais de Gramsci na elaboração de seu conceito próprio de “revolução pelo alto”, que nos *Cadernos* aparece também como “revolução sem revolução”. Gramsci e seu historicismo radical encontrará nessa categoria uma poderosa ferramenta analítica para tratar de distintos processos históricos na/da Europa, com destaque para a França (Revolução de 1789) e a Itália (*Risorgimento*):

O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (Gramsci, 2002a, pp. 209-210). Sobre a revolução passiva. Protagonistas os “fatos”, por assim dizer, e não os “homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase (*ibidem*, p. 328).

Maristela Svampa (2013a) trabalha de forma direta com tal categoria, ajudando-nos no processo de caracterização do K a partir da contribuição do materialismo histórico-dialético. O kirchnerismo, como já dissemos, não pode ser compreendido sem se levar em conta os processos de 2001, que tiveram nas palavras de ordem “*que se vayan todos*” e no termo histórico-sociológico “insurreição” um rótulo político bastante difundido. Foi a primeira vez na história argentina

que uma mobilização de massas derrubou um governo democraticamente eleito, em meio a uma feroz repressão que resultou em trinta e três vítimas fatais, a maioria na capital. A insurreição – heterogênea, complexa, plural – também sepultou a convertibilidade e a hegemonia política que o neoliberalismo tinha conseguido construir, além de ter sido a resistência contra os ajustes: “la insurrección implicó, en este sentido, una profunda ruptura del orden político” (*ibidem*, p. 66). Em meio às novas formas de organização que eram gestadas antes, durante e depois de 2011 (ensaios populares *desde abajo*), nascia o kirchnerismo em meio ao vácuo político e ao desgaste daqueles que encarnavam a velha política, conseguindo manejar tanto demandas e bandeiras insurreccionais quanto da ordem, da restauração. Numa consideração explícita sobre o K como insurreição-restauração pontua Bonnet:

Desde la perspectiva de los insurrectos, en cambio, el kirchnerismo entero no representaría sino la restauración del orden. Y este carácter restaurador se verificaría tanto en su origen como en su posterior trayectoria. Respecto de su origen, y a pesar de la retórica refundacionista de sus apologetas, recordemos que el kirchnerismo no constituyó un emergente de la insurrección, sino una respuesta restauradora proveniente del propio orden establecido (*ibidem*, p. 68).

O kirchnerismo foi capaz de promover/concretizar saídas econômicas, tais como: fim da convertibilidade, com a desvalorização do peso; recuperação da rentabilidade dos setores produtivos do capital ao reforçar a competitividade dos capitais voltados à exportação (gerando um robusto superávit primário) e proteção daqueles menos competitivos voltados para o mercado interno; aplicação de *retenciones* (impostos) combinadas com impostos sobre o consumo que geravam superávit fiscal e reservas de divisas; renegociação e contenção real das tarifas dos serviços públicos e dos preços de energia e combustíveis; recuperação gradativa do peso e incentivos ao setor privado; reestruturação/renegociação da dívida externa, modificando as relações do país com os mercados e com os organismos financeiros internacionais; saneamento e relegitimação de instituições como a Corte Suprema e as Forças Armadas, dentre outras. Todavia, a despeito do que o próprio governo afirmava de si, não se construía a partir destas medidas um novo modelo de governo, mas sim ações impostas pelas circunstâncias, adotadas pelo governo provisório de Duhalde em 2002 e retomadas por Néstor Kirchner a partir de 2003, objetivando a restauração da ordem econômica, política e social.

Houve, de uma forma geral, um relaxamento da disciplina de mercado, com uma moeda menos atada ao dólar, preços domésticos menos vinculados aos internacionais, juros menos ligados aos mercados financeiros de fora, salários e

ganhos menos presos às condições de exploração vigentes nos processos de produção. Esta recomposição da acumulação lançou bases materiais para a muito mais lenta e complexa recomposição da dominação. A insurreição como restauração parece efetivamente ser uma leitura acurada do K. A passagem do êxito econômico ao fracasso tem a partir dos anos de 2007-2008 uma datação precisa: no final do governo de Néstor e início do governo de Cristina, tais medidas começaram a colocar em evidência suas limitações, sendo substituídas por outras que acabariam sendo menos exitosas. Inflação, maquiagem dos índices inflacionários, controle de preços, desvalorizações, tendência à redução do superávit comercial, imposição de entraves às importações, retorno do déficit fiscal, escândalos de corrupção etc. A restauração não manteve respeito pela insurreição, uma vez que é sua forma de existência negada; insurreição que esteve na gênese da restauração pelo alto e seguiu tendo vida dentro dela, mas que foi sendo minada à medida que as medidas de exceção foram paulatinamente se generalizando como regra. Num contexto de profunda implosão do neoliberalismo ortodoxo, era necessário, para os grupos hegemônicos do/no país, um governo que pudesse recompor a acumulação/dominação, afrouxando a disciplina do mercado e liberando alguns “anéis” econômicos (sobretudo para os desempregados e para os trabalhadores em luta) de seus dedos, num momento de recuo estratégico do grande capital, que saía do ato, mas não do espetáculo.

Como uma etapa de continuidades e rupturas: o kirchnerismo soube articular de forma sensível mudança e permanência, deixando inalterados os núcleos hegemônicos do capital, promovendo rupturas muito mais na forma que no conteúdo, muito mais discursivamente que praticamente. Casas (2014, p. 40) salienta que Néstor soube ler de maneira correta a correlação de forças que estava posta no início da década passada, propondo-se a reconstruir a governabilidade sem deixar de atender, de maneira focada, demandas importantes dos setores populares (a questão dos Direitos Humanos, por exemplo). Néstor foi capaz de utilizar o imaginário e as utopias “*setentistas*” ao mesmo tempo em que as banalizava, vinculando-as a um projeto de refundação da nação, assumindo como horizonte político-econômico-social a ideia de um “*capitalismo ‘serio’ o ‘normal’*”, ou ainda “*inteligente*” (Borón, 2006-2007, p. 20), sem reformas estruturais e mudanças sociais profundas. Assim como se deu no Brasil do “lulismo¹⁹/petismo” (2003-2012), estava nítido já na *Frente para la Victoria*, que alçou Néstor à Casa Rosada, o *slogan* do “mal menor” e da “política do possível” (Casas, 2014, p. 43; Del Pozo, 2014, p. 61), ou, em outras palavras, a explicitação categórica de que as questões de fundo do país não poderiam ser resolvidas uma vez que o que estava em jogo era a recuperação/refundação da nação.

¹⁹ Preferimos o termo “lulismo”, a partir das contribuições basilares de Braga (2012) e Singer (2012), sendo que este último diferencia lulismo de “petismo” (2009, p. 96).

O K soube se impor – na tensa e complexa trama dos eventos de 2001 assim como nos anos subsequentes – como a única estratégia estatal capaz de tocar a recomposição da governabilidade capitalista, justificando-se como menos selvagem que outros modelos: um capitalismo progressista protagonizado por um governo progressista. Para Del Pozo (*ibidem*, p. 61), o kirchnerismo representou continuidade e aprofundamento de um modelo econômico extrativista que teve início na década de 1990 (expansão da soja, megamineração, exploração petrolífera, avanço dos transgênicos), bem como do consumo. As reservas oriundas destas atividades permitiram, dentre outras ações, sustentar as políticas clientelistas e de subsídios como estratégia para a desarticulação de espaços autônomos de luta social. Para a autora, a alcunha de “progressista” ou “menos pior” cai no terreno da ilusão e fantasmagoria, impondo uma lógica de sentido comum acrítico diante das análises do capital como dominação social. Svampa (2013a, p. 14), em sua caracterização do kirchnerismo, defende duas teses: que o K se constituiu em um “populismo das classes médias” e protagonizou um processo de revolução passiva. A autora argentina situa historicamente o K não apenas no marco de um novo ciclo econômico global, concentrado no crescimento pujante dos preços das matérias-primas, mas também no processo de transição do Consenso de Washington para o que ela chama de “Consenso das Commodities”²⁰.

Como fio articulador do kirchnerismo ela destaca três pontos: a combinação entre continuidades e rupturas; os duplos discursos e as ambivalências. Dentro do PJ, os movimentos de renovação e de afastamento da velha estrutura do partido duraram até 2005, com o K fechando alianças com setores mais conservadores. Forjando um discurso do “eu/nós” contra “eles”, onde de um lado estaria um bloco supostamente popular (o K) e do outro setores de poderes concentrados (monopólios, corporações, antiperonistas), a intelectual defende que, em termos econômicos, longe de a Argentina kirchnerista ser dona de uma indústria rediviva (visão compartilhada por industriais e sindicalistas), estava em verdade assentada no agronegócio, na precariedade das relações/condições de trabalho, na expropriação territorial/ambiental, na manutenção e até aprofundamento dos vínculos com as corporações transnacionais (como Monsanto e Barrick Gold). O modelo de acumulação então vigente tem pés fincados no avanço da megamineração, na expansão do agronegócio e na concentração fundiária.

Epílogo ou sobrevida? A crise do K num balanço crítico

Como explicações plausíveis para a erosão da imagem triunfante e unificadora do kirchnerismo podemos citar: (i) tentação “hegemonista” e o processo de

²⁰ Conceito melhor trabalhado em outro texto da autora intitulado “*Consenso de los Commodities' y lenguajes de valoración en América Latina*” (2013). Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Acesso em: dez. 2015.

fetichização do Estado (sobretudo devido ao massivo apoio eleitoral a Cristina em 2007 e à concepção peronista da autossuficiência em dar conta dos interesses populares); (ii) a piora da situação econômica (inflação, desemprego, precarização do trabalho etc.); (iii) o aprofundamento visível das alianças com as grandes corporações (agronegócio, mineração, petróleo, transportes). Como dissemos, a partir de 2008-2009 há um claro arrefecimento do kirchnerismo e uma crescente insatisfação de inúmeros setores sociais, notadamente as camadas médias (algo semelhante ao que se dá no Brasil a partir do final do primeiro governo de Dilma Rousseff), porta-vozes de insossos discursos republicanos alicerçados na crítica da corrupção e do autoritarismo. Tais embates se intensificaram exatamente num contexto de maior aproximação do K com as classes médias e de rupturas/desgastes com sua base sindical²¹.

Para além do progressismo, o modelo kirchnerista foi profundamente peronista, articulando audácia política e uma herança organizacional tradicional, explicitando uma visão pragmática da transformação social (alicerçado, por exemplo, no possibilismo parlamentar e no corporativismo sindical) e da construção hegemônica, ancorada na participação social tutelada pelo Estado através da figura amalgamadora do líder. Ao contrário do que ocorreu na Bolívia (Morales), na Venezuela (Chávez) e no Equador (Correa), o K não estimulou na base social processos de matiz verdadeiramente participativo e popular, conformando-se, como dissemos, um populismo das classes médias (autodenominadas progressistas) e não um “populismo das classes populares”²². Em outras palavras, o kirchnerismo foi capaz de empoderar os subalternos via consumo e políticas focais em detrimento do empoderamento político, orgânico. Todavia, isto não significa que não tenha havido protagonismo dos subalternos nestas dinâmicas sociais: houve um protagonismo limitado, precário, vigiado.

Tendo como núcleo duro o que Svampa (2013a, p. 14) chama de “*Consenso de Commodities*”, o K, ao mesmo tempo em que fez avançar questões importantes como as do campo dos Direitos Humanos e das comunicações, reforçou sob novas-velhas morfologias o avanço da espoliação vinculada ao extrativismo (agronegócio, mineração, petróleo, megaempreendimentos turísticos etc.), expropriando terras, bens, territórios e direitos, agora não mais tanto dos *desocupados*, mas sobretudo dos povos originários argentinos e dos camponeses.

²¹ O rompimento com Hugo Moyano, da tradicionalmente peronista CGT, cada vez menos composta por dissidentes, talvez seja o maior símbolo deste processo.

²² Sob a bandeira do antineoliberalismo, diz Borón (2006-2007, p. 13), triunfaram Lula, Kirchner, Bachelet, Vázquez e outros governos latino-americanos do/no início dos anos 2000, “em que pese o fato de nenhum deles ter demonstrado, uma vez eleitos, a intenção de colocar em prática o que haviam prometido em suas respectivas campanhas eleitorais. Com essa mesma bandeira também triunfaram Chávez, Evo Morales e Correa, mas com uma pequena diferença: estão cumprindo com o prometido”.

Ainda que a gestão dos Kirchners não tenha se limitado, em relação aos aspectos positivos, ao plano retórico, promovendo ações concretas que devem ser citadas (conforme fizemos anteriormente), no campo da economia foram tímidos demais os ganhos para a grande maioria da população, com a dívida social acumulada da democracia argentina continuando a ser de extrema gravidade. Borón (2006-2007, p. 19) é contundente ao afirmar, em relação ao tema do neoliberalismo na Argentina, que “nada autoriza supor que na agenda governamental de Kirchner figure a ruptura com o neoliberalismo”. Ainda que fale apenas do governo de Néstor (e o texto é do final de seu mandato), as considerações do pensador marxista são importantes para aquilo que defendemos em nossa tese de doutorado (Rebuá, 2015) sobre as universidades populares de *Madres de Plaza de Mayo* e MST, ao analisarmos tanto o lulismo quanto o kirchnerismo: não se trata de governos pós-neoliberais, mas de novas configurações hegemônicas que hibridizam neoliberalismo com políticas sociais, neodesenvolvimentismo com transformismos moleculares²³, transformações do Estado pelo alto com fortes doses de dor na consciência, modernização econômica e precariedade no/do mundo do trabalho²⁴. Sobre o capitalismo com características humanas implementado no país dos Kirchners, sentencia o marxista argentino:

[...] o capitalismo que não seria sério, isto é, aquele “risonho”, “irresponsável”, “dos amigos” (crony capitalism), transnacionalizado e torpe, em vez de inteligente, produziu esplêndidos resultados para os capitalistas, com taxas exorbitantes de lucros e a garantia de privilégios extraordinários que nenhum burguês “sério” consideraria abandonar, por mais que o presidente aconselhasse. Como convencer os dez por cento mais ricos da Argentina – e cujos proventos em 2003 foram 53 vezes superiores em relação aos dez por cento mais pobres – que é urgente e necessário tornar o capitalismo mais “sério”, para evitar semelhantes injustiças? O mais provável é que a pessoa em questão considere “pouco séria” a preocupação presidencial com a “seriedade” de um capitalismo que produz tão magníficos resultados (Borón, 2006-2007, p.20).

²³ Em Gramsci, dois dos efeitos mais importantes dos processos de revolução passiva são, de acordo com Coutinho (2007, p. 203): (i) o fortalecimento do Estado (sociedade política *stricto sensu*)/ enfraquecimento da sociedade civil e (ii) o transformismo. O transformismo é definido por Gramsci como a criação de uma classe dirigente “cada vez mais ampla (...), com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários” (Gramsci, 2002, p. 63).

²⁴ A manutenção de Roberto Lavagna no Ministério da Economia (que já exercia a função no governo de Duhalde) e aqui no Brasil a indicação do tucano Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central (cargo que exerceria de 2003 a 2011), bem como a do “*Chicago Boy*” Joaquim Levy para a Fazenda já no segundo governo de Dilma Roussef, são exemplos bem didáticos da permanência de fortes elementos/representantes do neoliberalismo nos dois países, nos governos dos Kirchners e do PT, respectivamente.

Sobre os “ganhadores” e “perdedores” das políticas econômicas do K, tivemos os mesmos dos governos de Menem e da *Alianza*²⁵: no primeiro grupo as empresas privatizadas, os oligopólios estrangeiros e os setores mais concentrados do capital nacional; no segundo grupo, os trabalhadores, a classe média empobrecida, o precariado²⁶ (fração proletária precarizada em condições sociais capitalistas periféricas).

Entendemos que o kirchnerismo é sim um processo de revolução passiva – sobretudo por seu manejo e satisfação do par transformação-restauração ou conservação (reação das elites à subversão inorgânica das massas)/inovação (incorporação de parte das reivindicações dos subalternos) –, assim como pela forja de transformismos moleculares em distintos níveis e do aparelhamento do Estado (resultante dos processos de revolução passiva) e da burocracia sindical. No caso do kirchnerismo, é possível entendermos o próprio peronismo como um longo e complexo processo de revolução passiva, capaz de modernizar o Estado argentino com baixos índices (sobretudo com a condução de Perón no primeiro peronismo, de 1946 a 1955) de tensão entre capital e trabalho e garantindo à massa proletária ganhos robustos em termos de demandas econômico-corporativas, além de permitir a construção de um bloco histórico poucas vezes visto na América Latina. Concordamos, a partir de Braga (2012, p. 24), que, na Argentina dos Kirchners, vitórias políticas, intelectuais e morais dos subalternos fortaleceram dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício dos de cima²⁷.

Valendo-nos novamente de Braga (2010, p. 11), afirmamos que o kirchnerismo também compreende uma dialética multifacetada e tensa que estabelece um reformismo pelo alto que é ao mesmo tempo conservador (praticamente não modifica a estrutura de classes) e progressista, abrindo caminhos para novas mudanças, progressistas ou regressivas. Segundo Svampa (2013a, p. 16), a categoria de revolução passiva serve para ler de forma mais acurada a tensão entre transformações e restaurações em períodos de transição, que “desemboca finalmente em la reconstitución de las relaciones sociales en un orden de dominación jerárquico”. Mudança/conservação; progressismo de corte nacional-popular/aspirações

²⁵ Aliança criada em 1997 entre a União Cívica Radical (UCR), uma das mais tradicionais forças políticas do país, e a chamada FREPASO (*Frente País Solidário*), confederação integrada por distintos partidos. Foi vitoriosa nas eleições presidenciais de 1999, colocando na Casa Rosada Fernando de la Rúa, presidente derrubado pelos eventos decorrentes da Crise de 2001.

²⁶ De acordo com Braga (2013, p. 1): “o precariado é o proletariado precarizado, ou seja, um grupo formado por trabalhadores que, pelo fato de não possuírem qualificações especiais, entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho. Além disso, devemos acrescentar os trabalhadores jovens à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, e trabalhadores submetidos ao manejo predatório do trabalho. O precariado é composto por aquele setor da classe trabalhadora pressionado tanto pela intensificação da exploração econômica quanto pela ameaça da exclusão social”.

²⁷ Onde podemos citar novamente os avanços do K no campo da questão dos DH, do enfrentamento com alguns setores sociais/organismos internacionais/corporações e da mídia.

latinoamericanistas; espoliação/consumo são alguns dos pares apontados pela autora ao descrever o caráter híbrido do fenômeno K.

Foram as classes médias “progressistas”, portadoras de um discurso de ruptura e em aliança (como de costume) com os altos escalões do poder, as encarregadas da tarefa de recompor pelo alto a ordem dominante, neutralizando e cooptando demandas de grupos de baixo. Os limites desta estratégia de recomposição – ou, como pontuamos, esta reconfiguração hegemônica – estão postos na inversão entre o “volume” das políticas de corte progressista e a precarização/espoliação: estas últimas têm suplantado em muito as primeiras, indicando que as questões de fundo da sociedade argentina continuam adiadas, a despeito dos avanços pontuais em algumas áreas/dimensões da vida social.

Na análise que fizemos do kirchnerismo, falamos bem mais do período Néstor (2003-2007) que do período Cristina (2007-2015), pelo fato da bibliografia sobre o kirchnerismo ser muito mais extensa sobre o governo do primeiro que sobre o período CFK, principalmente por conta de o primeiro mandato kirchnerista ter sido capaz de implementar/iniciar as principais ações e restaurações/transformações do período. Ao mesmo tempo, outra explicação para a pouca presença do nome de CFK aqui é o fato de muitas análises teóricas tratarem do K sem distinguir os governos, abordando em bloco a década kirchnerista.

De uma forma panorâmica, podemos dizer que o primeiro governo de Cristina Kirchner foi possível graças à enorme popularidade auferida por seu marido, o que acabou conformando (principalmente a partir do próprio peronismo) um imaginário social que associava Néstor a Perón e Cristina a Evita²⁸. Todavia, foi na gestão de CFK na Casa Rosada que o projeto K sofreu seus maiores reveses – por razões externas, como a Crise de 2008-2009, e internas, como a polêmica Resolução 125 –, com destaque para as eleições legislativas de 2009, primeira grande derrota do kirchnerismo após as vitórias de 2005 (derrotando o duhaldismo no pleito legislativo) e de 2007 (pleito presidencial). Por outro lado, se foi com Néstor que se deram os maiores embates contra os militares do *Proceso* e as principais ações de corte latinoamericanista, foi com Cristina que se efetivou a *Ley de Medios*, agravando os embates com o grupo *Clarín*. Com CFK ampliou-se o vínculo entre o governo e as *Madres de Plaza de Mayo*, como pode ser visto explicitamente na sede das *Madres*, onde foi pintado um painel com as mães históricas do movimento tendo Cristina no centro!

Foi no período da presidência de Cristina que ficaram mais nítidos os limites do kirchnerismo, com a ida às ruas não apenas de distintos setores populares (num contexto de crise econômica, tensão política e de recrudescimento das formas de espoliação), mas também dos representantes do sindicalismo,

²⁸ Em Buenos Aires é possível ver grafites, painéis e outras expressões imagéticas, em distintos lugares, construindo esta associação.

com inúmeros *paros* e ações massivas, assim como de setores médios, com seus *cacerolazos*. O kirchnerismo, nascido sob o signo da insurreição, foi se acomodando gradativamente às estruturas dominantes, perdendo legitimidade junto a diferentes grupos sociais, ancorando-se no mito de um capitalismo desenvolvimentista e soberano, sendo na prática um

Estado superavitario que renegoció la deuda externa con quites significativos y recuperó cierta capacidad redistributiva, aseguró al gran capital (predominantemente extranjerizado) y al sector financiero niveles de ganancia excepcionales, sin dejar de otorgar una serie de concesiones a los sectores populares. El desempleo y la miséria extrema retrocedieron, aunque las desigualdades e inequidades sociales no dejaron de aumentar (Casas, 2014, p. 41).

O ciclo virtuoso prometido pelo kirchnerismo teve, progressivamente, consequências cada vez mais danosas, antinacionais e antipopulares. Tal cenário intensificou-se nos governos de CFK, ainda que obviamente se tenha avançado em algumas questões/temas. Nos governos de Cristina, de uma maneira geral e sob a ótica dos subalternos, dos movimentos sociais, foram muitas as necessidades/demandas não atendidas e imensas as ações no sentido contrário daquilo que as classes populares exigem. Ajuste, inflação, desaceleração, desemprego, repressão, avanço do capital em diferentes âmbitos da vida econômica e social, sob discursos conformistas e desconectados do real, bem conhecidos no Brasil do lulismo – defender a busca do “mal menor” (Arantes, 2015, p. 2) ou a “política do possível” –, são alguns dos elementos do caldeirão político argentino do período pós-Néstor, onde a oposição conservadora ao K cresceu, mas sem a capacidade de forjar uma unidade robusta.

O mesmo se deu com as forças de esquerda, com extrema dificuldade de diálogo e com muitas divisões entre si, tendo sofrido investidas de desarticulação por parte do K, interessado na neutralização da rebeldia social em diversos momentos. As construções mais sólidas (da esquerda à direita), de uma maneira geral, dão-se na esfera provincial e não nacional. Como explica Arzadun (2013, p. 242), o campo opositor configurou-se, durante o período kirchnerista, mais como “meros fenómenos de opinión” do que como forças partidárias com grande representatividade e capilaridade. Todavia, sob o signo da imprevisibilidade das dinâmicas políticas, mais incisivas na Argentina do pós-Crise, e a partir do esgotamento do K em diversas frentes, tornou-se possível o fortalecimento de uma legenda sem expressão há uma década e que hoje foi capaz de colocar na Casa Rosada o primeiro presidente “independente” da história recente argentina: não é radical, não é peronista, não é militar. Além disso, é o primeiro presidente a se eleger sem a ajuda de grandes caciques da política nacional e a assumir seu lugar de membro e porta-voz do *business* (capitaneando a segunda economia da Amé-

rica do Sul, sendo ele mesmo um grande símbolo do empresariado no país), sob bandeiras e posturas conservadoras já antes da posse e não ao longo de seu mandato. Macri é o primeiro líder de centro-direita desde a volta da democracia. O ex-prefeito da capital e ex-presidente do Boca Juniors, clube de futebol mais popular da Argentina, logrou derrotar o K de forma contundente, expondo nas urnas os limites de um projeto que articulou mudanças e permanências por mais de uma década, sendo estas últimas muito mais visíveis quando do final de um ciclo de um pacto político-social.

O projeto K, que nasceu da insurreição e que flertou com rupturas, chegou ao governo de CFK mais fraco: mais “da Capital” que do interior; menos comprometido com os projetos populares; sem alternativas de base (de dentro do próprio kirchnerismo) para a sucessão (para além do *La Cámpora*²⁹); envolto em uma série de ações e escândalos que às vezes se parecem com os dos anos 1990; comprometido com um modelo econômico extrativista e alicerçado no par consumo/precarização; adversário dos movimentos camponeses e dos povos originários, tendo engessado e limitado distintos sujeitos coletivos (notadamente as *Madres*), que internamente foram se metamorfoseando *paripassu* com os processos de revolução passiva tocados pelo kirchnerismo, numa nação que, se parece acertar as contas com o passado (sobretudo o *Proceso*), está longe de ser capaz de resolver os problemas estruturais e urgentes do/no presente.

Os próximos anos indicarão o caráter de ato final ou de ressurreição do projeto kirchnerista num país onde drama e política produziram tabelas paradigmáticas ao longo da história. O casamento entre o K e o peronismo tenderá ao desquite ou a uma nova etapa de um relacionamento que foi capaz de orientações progressistas-nacionalistas e ao mesmo tempo de restaurações/manutenções de velhas estruturas de poder? Se houve uma renovação do peronismo sob o projeto kirchnerista, também se deu uma metamorfose – complexa, imprevisível e sob fortes marcas de um processo de revolução passiva (modernização + conservação) – na base de sustentação do justicialismo, sobretudo na Capital, uma vez que se alicerçou muito mais nos setores médios, na juventude que nos setores *obreros* organizados (e desorganizados). Como ficará a direção política e intelectual do peronismo, conduzida pelo K desde 2003, nestes anos de “macrismo” que se seguirão? Cristina Kirchner será capaz de manter sua liderança e sobreviver às dinâmicas internas do kirchnerismo – cuja vida pode depender, como na epígrafe de Borges, de sua própria morte – e às divisões dentro do peronismo (sobretudo nas próximas eleições legislativas)? Terá o *La Cámpora* força e destreza para não sucumbir ao “pós-kirchnerismo”?

²⁹ Agrupamento político peronista-kirchnerista fundado em 2006, o *La Cámpora* congrega sobretudo setores da juventude, tendo como principal liderança o filho do casal Kirchner, Máximo Kirchner, e como um de seus expoentes o jovem ex-ministro da economia argentina, Axel Kicillof. Mais informações em: <<http://www.lacampora.org/>>. Acesso em: dez. 2015.

Na imprevisível Argentina de nosso tempo, parece razoável sermos comedidos nas previsões e incisivos nos balanços sobre projetos, utopias e sentidos tecidos num país onde é impossível não se falar de política, mesmo quando se defende sua exclusão das esferas de poder, como afirmou o próprio Macri ao confessar recentemente que, para além dos revanchismos e das disputas, quer governar “sem a política”.

Referências

- ARANTES, Paulo. “A fórmula mágica da paz social se esgotou”. In: *Correio da Cidadania*, 2015. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10949:manchete150715&catid=72:imagens-rolantes>. Acesso em: out. 2015.
- ARZADUN, Daniel. *Peronismo y kirchnerismo: guerra, muerte y resurrección*. Buenos Aires: Agebe, 2013.
- BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David. “El kirchnerismo y la desmesura de lo político”. In: BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David & MORALES, Maria Virginia. *Escritos K*. Villa María: Eduvim, 2012. pp. 15-46.
- BONNET, Alberto. “El kirchnerismo: un breve balance”, *Revista Herramienta*, Año XVIII, Nº 56, otoño de 2015. pp. 65-72.
- BORÓN, Atilio. “Néstor Kirchner e as desventuras da ‘centro-esquerda’ na Argentina”, *Revista Lutas Sociais*, nº 17/18, 2006-2007, pp. 9-22.
- BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de & RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, 2012.
- _____. “A economia e seus impactos na população”. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1407>>. Acesso em: abr. 2015.
- CASAS, Aldo. “Argentina: claves para interpretar un momento de cambios”, *Revista Herramienta*, Año XVII, Nº 54, otoño de 2014. pp. 37-47.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DEL POZO, Juana. “Sobre la década kirchnerista”, *Revista Herramienta*, Año XVII, Nº 54, otoño de 2014. pp. 59-62.
- FEINMANN, José Pablo. *Peronismo: filosofía política de una persistencia argentina*. Vol. 1. Buenos Aires: Planeta, 2012.
- FÉLIZ, Mariano & LÓPEZ, Emiliano. *Proyecto neodesarrollista en la Argentina: ¿Modelo nacional-popular o nueva etapa en el desarrollo capitalista?* Buenos Aires: Herramienta; El Colectivo, 2012.

- GALASSO, Norberto. *Historia de la Argentina: desde los pueblos originarios hasta El tiempo de los Kirchner*. Tomos I e II. Buenos Aires: Colihue, 2011.
- _____. *De Perón a Kirchner: apuntes sobre la historia del peronismo*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2011a.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Ginés. “Conferencia de clausura”. In: *Segundo seminario internacional sobre modernización del Estado*. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros, 2007.
- GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres*. Historia de las Madres de Plaza de Mayo Tomo I (1979-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (vol. 5).
- MORAES, Denis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.
- MOYANO, Manuel. “Una década política: lo K y su historicidad”. In: BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David & MORALES, Maria Virginia. *Escritos K*. Villa María: Eduvim, 2012. pp. 175-193.
- REBUÁ, Eduardo. *Da praça ao solo: um novo chão para a universidade*. As experiências das universidades populares de Madres de Plaza de Mayo [UPM-PM] e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [ENFF] em tempos de crise neoliberal na América Latina [2000-2010]. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SECCO, Lincoln. *O bonapartismo periférico*. 2012. Disponível em: <<http://blogda-boitempo.com.br/2012/06/15/o-bonapartismo-periferico/>>. Acesso em: mai. 2015.
- SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos: Estado e poder económico: 1946-1955, 1973-1976, 1989-1999*. Buenos Aires: Siglo Vientiuno Editores, 2010.
- SINGER, André. “Raízes sociológicas e ideológicas do lulismo”, *Revista Novos Estudos – CEBRAP*, 2009. pp. 83-102.
- _____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SVAMPA, Maristela. “‘Consenso de los commodities’ y lenguajes de valoración en América Latina”, *Nueva Sociedad*, nº 244, marzo-abril de 2013. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Acesso em: mai. 2015.
- _____. “La década kirchnerista: populismo, clases medias y revolución passiva”, *LASA Forum*, Vol. XLIV, 2013a. pp. 14-16.

Recebido em 27 de janeiro de 2016

Aprovado em 6 de maio de 2016

Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas*

Historical and dialectical materialism and school inclusion: critical reflections

Giovani Ferreira Bezerra**

Resumo

Este texto problematiza a proposta de educação inclusiva, formulada sobretudo a partir dos anos de 1990, pelos organismos internacionais a serviço do capital, a qual foi, posteriormente, incorporada na política educacional brasileira. Parte-se do materialismo histórico-dialético como paradigma gnosiológico e político-revolucionário, defendendo-se a crítica superadora à forma alienante e fetichizada de inclusão escolar de alunos com deficiência ou outras singularidades.

Palavras-chave: Educação inclusiva; materialismo histórico-dialético; fetichismo.

Abstract

This text discusses the proposal of inclusive education, formulated especially since the 1990s, by international agencies working for the conveniences of Capital, later incorporated into the Brazilian educational policy. It starts from the historical and dialectical materialism as a gnosiological and political revolutionary paradigm, defending the surpassing critique of alienating and fetishized form of school inclusion of students with disabilities or other singularities.

Keywords: *Inclusive education; historical and dialectical materialism. fetishism.*

* Este texto retoma, amplia e reelabora discussões já empreendidas em outros trabalhos já publicados pelo seu autor.

** Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Educação (UFGD/FAED). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Paranaíba (UEMS). Professor Assistente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Naviraí (UFMS/CPNV). E-mail: gfbezerra@gmail.com

Introdução

O século XXI surge atrelado à perspectiva e aos princípios da chamada educação inclusiva¹, movimento político-filosófico-educacional forjado nas décadas anteriores, sobretudo nos anos de 1990, tendo por base duas grandes declarações de alcance internacional: a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, de 1990, e a *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais*, de 1994, à qual se integra a *Estrutura de Ação em Educação Especial*.

A inclusão escolar de alunos com deficiência e/ou outras diferenças tornou-se, desde então, uma preocupação constante de governos, universidades e professores, alcançando respaldo jurídico e grande mobilização da sociedade em prol dessa causa, sem que se alterasse a base produtiva capitalista, ontologicamente excludente. Dessa forma, em que pese, porém, o fato de a escola comum inclusiva ser fundamental e irrenunciável para o pleno desenvolvimento dos alunos com alguma deficiência ou limitação ontogenética, superando-se o modelo segregador das classes e escolas especiais de outrora, o movimento inclusivista tem se articulado conforme pressupostos e interesses capitalistas, fundamentados na ideologia (neo)liberal.

Uma análise filosófica e crítica é, portanto, necessária para se compreender o núcleo ideológico da educação inclusiva, tal qual esta vem se concretizando nos discursos, políticas e práticas educacionais. Para tanto, este *paper* busca, justamente, empreender uma análise crítico-dialética da perspectiva hodierna de inclusão escolar, pela mediação do Materialismo Histórico-Dialético enquanto paradigma gnosiológico e político-filosófico. Assim sendo, primeiro expõem-se, em linhas gerais, alguns fundamentos clássicos desse paradigma. Em seguida, apresenta-se, de forma panorâmica, a proposta de educação inclusiva conforme esta vem se configurando desde o final do século XX e, por fim, fazem-se as inter-relações interpretativas e explicativas entre ambos, rumo à síntese superadora.

Espera-se, dessa forma, contribuir para o avanço de uma concepção revolucionária *da* e *na* práxis social e pedagógica, o que significa não se conformar com reformas paliativas, tampouco com as aparências sedutoras do discurso dominante. Consequentemente, sem negar a importância de se garantir aos alunos com deficiência ou outras condições atípicas em seu desenvolvimento o direito inalienável à educação em uma escola comum, o texto intenta uma leitura *materialista* desse fenômeno, como resposta ao *idealismo* predominante nas teorias hegemônicas sobre o assunto.

¹ Neste texto, para fins de simplificação conceitual, admite-se educação inclusiva e inclusão escolar como expressões sinônimas.

1. Materialismo Histórico-Dialético: apresentando um paradigma revolucionário

A partir de meados do século XIX, Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) elaboraram uma nova forma de compreender as (inter)relações econômicas e sociais, explicando a realidade a partir de suas determinações materiais, isto é, do modo de produção que a condiciona em determinado momento histórico (Marx & Engels, 2007). Essas relações sociais de produção, vivenciadas a partir da base material e de suas forças produtivas, refletir-se-iam, por sua vez, na esfera superestrutural da sociedade, determinando, em última instância, as ideologias, as concepções, os valores, as instituições e as formas de regulação jurídico-políticas dessa mesma sociedade. Nas palavras de Marx (1996, pp. 82-83) “O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”.

Coerentes com essa perspectiva, no plano gnosiológico, os autores também vislumbraram a superação das explicações metafísicas e da lógica formal aristotélica, que se faziam dominantes até aquele momento enquanto modo de conhecimento e apreensão do real, bem como empreenderam uma crítica superadora da dialética idealista de Hegel (1770-1831), que os antecederam (Cf. Prado Júnior, 2001). Nesse sentido é que se pode dizer que os dois filósofos subvertam as bases gnosiológicas de seu tempo, inaugurando um novo paradigma epistemológico, que não dissociava a teoria revolucionária da ação revolucionária, denominado como materialismo histórico-dialético. No rol dessas considerações, o revolucionário Gramsci (1995, p. 18) bem esclarece que “Uma filosofia da *praxis* só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)”.

No bojo dessa concepção, Marx e Engels avançaram no sentido de evidenciar que o conhecimento é sempre um conhecimento de relações contraditórias e não de partes isoladas do real, tampouco de ideias puras ou de essências particulares, deslocadas da materialidade, dissociadas da forma como os homens, diuturnamente, produzem a existência concreta de suas vidas. Prado Júnior (2001, p. 37), sobre isso, lembra que:

É numa tal operação de progressiva determinação de relações – “descoberta’, pela análise, de relações” – nas palavras de Marx [...] – é nisto que consiste a elaboração do Conhecimento. O Conhecimento [...] não é de “coisas”, “entidades”, “seres”, a sua “essência” ou maneira de ser deles nos termos da Filosofia clássica em geral, e de sua metafísica em particular. O Conhecimento é de tais relações que se trata de descobrir, determinar e representar mentalmente.

Essas relações que se busca apreender, por sua vez, dependem das condições materiais e objetivas que se apresentam ao sujeito. Assim, no modo de produção capitalista, onde impera o fetiche da mercadoria, segundo os pensadores, tais condições tornam o homem um ser alienado, subsumido pelo valor de troca de sua força de trabalho e/ou potencial de consumo, limitado por particularismos *classistas* e interesses individualistas (Marx & Engels, 2000, 2007; Marx, 1843, 1989). Não se deve pensar, contudo, que, diante disso, os homens “[...] deixam de ser pessoas; mas sua personalidade é condicionada por relações de classe inteiramente determinadas [...]” (Marx & Engels, 2007, p. 95).

No livro *A Ideologia Alemã*, concluído em 1846, Marx e Engels apresentam algumas considerações fundamentais que evidenciam seu entendimento acerca da organização social classista e as implicações disso para a formação humana. É preciso considerar, a esse respeito, que, no capitalismo, há uma polarização ontológica entre a classe detentora dos meios de produção – e, conseqüentemente, do controle ideológico –, a burguesia, e a classe expropriada, o proletariado, cujo único bem é a força de trabalho potencial, reduzida a mais uma mercadoria. Na acepção dos filósofos,

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal [*ideell*] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx & Engels, 1982, n. p. – grifo dos autores).

Marx e Engels (1982) entendem, portanto, que a classe dominante, pela coerção do poder material, controla e determina, conseqüentemente, as ideias, as representações, as práticas sociais como um todo, levando a classe dominada

a reproduzir as ideias, convicções e valores daquela, sem grandes possibilidades de subversão dessa situação, a não ser pela via revolucionária propriamente dita. Em uma direção complementar, o marxista Lukács (1978, n. p. – grifo meu) entende que, a partir das relações sociais de produção capitalistas, todos os produtos da ação humana reduzem-se à mercadoria, ao valor econômico de mercado:

A característica principal da organização social capitalista deveria ser buscada então no fato de que a vida econômica deixou de ser um instrumento para a função vital da sociedade e se colocou no centro: se converteu em fim em si mesmo, o objetivo de toda a atividade social. *A primeira consequência, e a mais importante, é a transformação da vida social em uma grande relação de troca; a sociedade em seu conjunto tomou a forma de mercado.* Nas distintas funções da vida, tal situação se expressa no fato de que cada produto da época capitalista, como também todas as energias dos produtores e dos criadores, reveste a forma de mercadoria. *Cada coisa deixou de valer em virtude de seu valor intrínseco (por exemplo, valor ético, valor artístico): tem valor unicamente como coisa vendável ou adquirível no mercado.* Tudo o que este realizou destrutivamente sobre toda a cultura – expressando-se esta seja em atos, em criações de obras de arte, ou em instituições – é algo que não exige análises ulteriores. Da mesma maneira que a independência dos homens das preocupações de sustento e a livre utilização de suas próprias forças como fim em si são a condição humana e social preliminar da cultura, assim tudo o que a cultura produz pode ter valor cultural autêntico só quando tem valor para si. *No momento em que assume o caráter de mercadoria e entra no sistema de relações que o transforma em mercadoria, cessa ainda sua autonomia, a possibilidade da cultura.*

Ao formular essa análise, Lukács (1978) tinha em mente o conceito marxiano de fetichismo da mercadoria, que embrutece os homens e leva à perda do *valor em si* das realizações humanas. De fato, em *O Capital*, Marx (1996) propõe-se a explicar o segredo da mercadoria, seu caráter enigmático na sociedade capitalista, e chega à conclusão de que o *mistério* dela não decorre nem do valor de uso, nem da grandeza responsável pela determinação do seu valor, ou seja, da quantidade de trabalho humano dispendida em certo intervalo de tempo para a produção desses bens e objetos. Para Marx (1996, pp. 198-199 – grifo meu),

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos

de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...]. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume *a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas*. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Conforme o exposto, a fetichização ocorre aos homens porque, *no estranho mundo das mercadorias*, eles passam a se relacionar com os produtos de seu trabalho, material e intelectual, como se estes fossem criações independentes do processo produtivo, em vez de concebê-los como resultado da atividade humana historicamente situada. Aquilo que é produzido pela *mão humana* ganha autonomia e põe-se a regular as relações intra e interpessoais, convertendo-as numa relação entre coisas (reificação), as quais fogem ao controle dos indivíduos. Os objetos, conquanto sejam entendidos como mercadorias, assumem superioridade sobre o produtor, nega-o e parece ter sempre existido dessa maneira, pois é naturalizado.

Desse modo, os homens alienam-se cada vez mais, o que significa dizer que não enxergam sentido no que fazem, não se reconhecem em seu trabalho, porque este deixa de ser concebido em sua totalidade, e, então, veem-se separados dos produtos de sua própria atividade. O valor de uso dos objetos é suplantado pelo valor de troca, pois interessa o lucro, criando-se novas necessidades de consumo, conforme sugere o excerto de Lukács (1978). Nessas circunstâncias, a situação do proletariado torna-se especialmente degradante, não apenas pelas condições exaustivas de trabalho, mas, também, pelo sofrimento psíquico, que o reduz a mero apêndice do processo produtivo, necessário nos limites da extração da mais-valia.

Para fazer frente a essa situação, Marx e Engels (2007) reclamavam uma filosofia capaz de não apenas interpretar a realidade, analisando-a de modo abstrato, especulativo e idealista, como fizeram os predecessores, mas propunham a transformação social radical. Esperavam que, conforme conhecessem criticamente a realidade, os trabalhadores, unidos contra a exploração, desejassem a revolução e, enquanto classe social engajada, teriam chances objetivas de conduzi-la, à medida que se acumulassem as contradições do modo de produção capitalista.

Na contramão do idealismo, ambos os pensadores combatiam os jovens hegelianos, que davam autonomia às representações ideológicas e acreditavam que a libertação do homem se desse simplesmente no plano ideal, pela “troca” de certas ideias por outras, de uma consciência velha por uma nova, sem maiores ponderações quanto aos determinantes sócio-históricos e econômicos; ou, nas palavras dos autores “Nenhum desses filósofos teve a ideia de se perguntar qual era a ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a ligação entre a sua crítica e o seu próprio meio material” (Marx & Engels, 2007, p. 10).

Daí ser possível entender que a dialética defendida por Marx (1999) era não apenas instrumento de pensamento, como na lógica formal, mas o próprio pensamento em (super)ação na concretude da práxis sócio-histórica. E isso significa, portanto, que, desse ponto de vista, para conhecer qualquer aspecto da realidade, é necessário ao sujeito partir das contradições e das manifestações fenomênicas da prática social, considerando-a em sua dimensão empírica e sincrética, rumo ao concreto pensado, síntese de múltiplas determinações e relações, unidade do diverso.

Ao concreto pensado só se pode chegar, porém, pelo trabalho da análise, que envolve as abstrações e organização de conceitos e categorias analíticas, com os quais se pode, mediante a explicitação de um sistema de relações, superar a aparência do empírico, dado no ponto de partida, captando-se, enfim, a totalidade concreta. Esta, sendo dialética, não é de modo algum absoluta e definitiva, mas sempre passível de novas sínteses qualitativamente superadoras.

Tal é, em linhas gerais, o que propõe o materialismo histórico-dialético enquanto paradigma de conhecimento e proposta político-revolucionária. Passemos, em seguida, à discussão sobre o fenômeno da inclusão escolar de pessoas com deficiência, o qual tem se objetivado em práticas sociais contraditórias e se destacado nas proposições educacionais mais recentes, como já antecipado. Posteriormente, será possível, então, relacioná-lo à perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, tornando sua compreensão mais elaborada, totalizante e crítica.

2. O fenômeno da inclusão escolar na atualidade: o novo cenário da educação

A defesa pela inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais² torna-se mais evidente principalmente após as proposições político-pedagógicas resultantes de duas grandes conferências internacionais: a *Conferência Mundial sobre Educação para todos*, realizada de 5 a 9 de

² No contexto da Declaração de Salamanca, “[...] o termo ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem” (Unesco, 1994, n. p.).

março de 1990, em Jomtien, na Tailândia (Unesco, 1990), e a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais*, ocorrida entre 7 e 10 de junho de 1994, em Salamanca, na Espanha (Unesco, 1994). Da primeira resultou a *Declaração Mundial sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, ao passo que da segunda adveio a *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e a Estrutura de Ação em Educação especial*.

Essas declarações foram pensadas por seus idealizadores como marcos para se enfrentar as mazelas sociais e econômicas vivenciadas no mundo todo, que frustravam, a muitas pessoas, a efetivação do direito básico à educação formal, junto a seus pares. Diante desse contexto, partia-se do pressuposto que “[...] a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, económico [sic] e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (Unesco, 1990, n. p.).

Sendo assim, tais documentos disseminaram, sob o aval e financiamento de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Banco Mundial, o *slogan* de *educação para todos*, mediante a proposta de uma escola comum inclusiva, unificada, com o intento de eliminar dos sistemas públicos de ensino, sempre que possível, os serviços segregados e/ou paralelos de Educação Especial. Destarte, os países ocidentais democráticos foram chamados a “[...] endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiar o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais” (Unesco, 1994, n. p. – grifos meus).

Em vez de se priorizarem espaços muito especializados e/ou diferenciados, passou-se a considerar que a escola comum inclusiva, de modelo único, seria a mais indicada para acomodar todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais e/ou deficiências. Nessa direção, foi solicitado aos países signatários de tais documentos que adotassem “[...] o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (Unesco, 1994, n. p.). Isso ocorreria, de fato, no Brasil, algum tempo depois, com a formulação de uma política educacional de inclusão escolar, além de legislação regulamentadora a respeito.

Sob essa perspectiva, os governos deveriam assumir que o “princípio fundamental [...] é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter”, em “[...] um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total” (Unesco, 1994, n.p.). Ademais, os signatários da Declaração de Salamanca foram enfáticos ao afirmarem, textualmente, que, para

além das vantagens sociais e pedagógicas, propaladas em todo o documento, as escolas inclusivas trariam a melhor relação *custo-benefício*, do ponto de vista econômico e da racionalidade administrativa, para a reorganização dos sistemas escolares dos Estados nacionais. Conforme o documento,

- Aqueles [estudantes] com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- *escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva* constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas *proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional* (Unesco, 1994, n. p. – grifos meus).

No caso do Brasil, vimos oficializar-se essa proposta de inclusão escolar ampla e irrestrita, pela qual todos os alunos considerados público-alvo da educação especial³ passaram a ser matriculados nas escolas e classes comuns, independentemente de suas particularidades ontogenéticas, ao longo da primeira década do século XXI, compreendida entre os anos de 2001 e 2010. A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, instituindo as diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), pode se considerada um marco nesse processo. Ainda que admitisse, “em alguns casos”, a educação especial como substitutiva dos “serviços educacionais comuns”, já reivindicava que: “*Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos*” (Brasil, 2001, p. 1 – grifo meu). Tal resolução pôs em perspectiva a necessidade de abertura da escola comum para todos os estudantes, ao mesmo tempo em que reclamava nova configuração para a instituição escolar.

Em 2008, após alguns anos de acirrados debates, foi finalmente concluída e lançada, pelo governo federal, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEEPEI). Esta, pelo menos em tese, eliminou a

³ Considera-se público-alvo da educação especial os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008). Deve-se ponderar que, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil optou por delimitar esse público-alvo, evitando, assim, o uso do termo necessidades educacionais especiais. Bastante genérico e ambíguo, esse termo incluiria uma amplitude de sujeitos, conforme é empregado na acepção adotada pela Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), incluindo todas as crianças com dificuldades de aprendizagem, decorrentes dos mais variados fatores.

possibilidade de se matricular *alunos com deficiência, altas habilidades ou transtornos globais do desenvolvimento* em escolas ou classes especiais, de forma substitutiva à escola comum. Com isso, pôde-se observar a ressignificação do próprio conceito da educação especial. A responsabilidade precípua desta modalidade de ensino passou a ser a de organizar, fomentar e apoiar a oferta, no *contraturno*, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos supracitados, em caráter complementar e/ou suplementar; mas não substitutivo à escolarização na sala de aula comum (Brasil, 2008).

Em publicação subsidiada pelo Ministério da Educação (MEC), Batista e Mantoan (2006, p. 17) explicam que “Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência”. Como *lócus* do AEE, admitem-se tanto as antigas escolas especiais, hoje redefinidas, porém, como Centros de Atendimento Educacional especializado (CAEEs), devidamente conveniados aos sistemas de ensino, quanto as escolas públicas comuns, por meio da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), observando-se a preferência governamental pela oferta de AEE nessas salas, conforme têm disposto as diretrizes legais e orientações emanadas do MEC (Brasil, 2008, 2009, 2011; Fávero; Pantoja & Mantoan, 2007; Gomes; Poulin & Figueiredo, 2010).

Tais arranjos inclusivos implementados no Brasil estão, pois, de acordo com o preconizado pelas diretrizes internacionais, que, desde os anos de 1990, demandavam que os governos atribuíssem, em seus países, “[...] a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais” (Unesco, 1994, n. p.), prevendo serviços adicionais, mas não desvinculados da educação formal. A recomendação, seguida no país, era de que “Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente” (Unesco, 1994, n. p.). Essa foi a base para o desenvolvimento do AEE.

Uma vez explicitada a configuração geral da política educacional inclusiva no Brasil e no mundo, no que tange ao público-alvo da Educação Especial, resta-nos esclarecer em que medida o materialismo histórico-dialético, acima abordado, colabora na compreensão crítica desse fenômeno. Em outras palavras, como esse paradigma pode nos esclarecer sobre as contradições, limites e possibilidades da educação inclusiva, que tem se tornado hegemônica na orientação pedagógica das escolas brasileiras? Responder a essa questão é, por certo, um desafio, que se intenta enfrentar nas partes consecutivas deste texto, a fim de se vislumbrar uma síntese dialética do exposto, sem pretensões de esgotar o assunto.

3. Por uma análise crítico-dialética da educação inclusiva

Da perspectiva do materialismo histórico-dialético, é mister situar a educação inclusiva, também, no bojo das contradições atuais de reprodução socio-metabólica do capital (Mészáros, 2010). Entende-se que a análise crítica acerca das questões educacionais, como a inclusão escolar de pessoas com deficiência, não pode dispensar o debate econômico e político, vale dizer, o (re)conhecimento das interfaces entre estrutura e superestrutura, considerando, nesse processo, a existência de antagonismos de classes na sociedade hodierna, sem idealizá-la. Não obstante, no cerne do ideário inclusivista hoje disseminado como o mais avançado em educação, a base material tem permanecido incontestada, embora se divulgue a ideia de que é possível superar tanto a exclusão, historicamente vivenciada pelas pessoas com deficiência, quanto as contradições capitalistas mais amplas, que perpassam escola e a sociedade, mediante a lógica mistificadora do reformismo (Mészáros, 2008).

Destarte, as escolas “inclusivas”, conforme a perspectiva das agências internacionais e a política oficial de inclusão que tem sido praticada no Brasil, nascem do *céu* e vêm a *terra*, e não o oposto, para utilizar aqui uma expressão marxiana. Essa atitude mistificada toma as escolas como uma força redentora *per se*. Supõe-se que a educação, na conjuntura delineada, pode, efetivamente, levar ao “[...] desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades” (Unesco, 1994, n. p. – grifo meu), sobretudo com a proposição das *escolas inclusivas*, advogadas pelo texto de Salamanca. Em virtude disso, a proposta de educação inclusiva converte-se em uma representação ideológica hegemônica que escamoteia as muitas contradições socioeconômicas, ficando alienada da história real de exclusões, opressão e individualismo, concretamente manifestos nas sociedades capitalistas, às quais se quer, pela via discursiva, tornar acolhedoras e inclusivas.

Tal como a corrente filosófica dos jovens hegelianos, que acabavam se tornando intérpretes do conservadorismo, apesar de se crerem *ideólogos* revolucionários, as escolas inclusivas sucumbem, pois, a uma fraseologia de cunho romântico e metafísico, pois representam a si mesmas como potências determinantes (Marx & Engels, 2007), cujo

[...] mérito [...] não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um *passo crucial* no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de *criar* comunidades acolhedoras e de *desenvolver* uma sociedade inclusiva (Unesco, 1994, n. p. – grifo meu).

A escola inclusiva poderia, então, sozinha, eliminar o preconceito, a discriminação e as exclusões, substituindo, de pronto, tais atitudes por comunidades

de aprendizagem acolhedoras que, por seu turno, promoveriam o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva. Nesse cenário onde o solipsismo pode prevalecer inquestionável, a “Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas” (Unesco, 1994, n. p.). Com a interpretação utópica da prática social, fica obliterada, por conseguinte, a compreensão dialética acerca das determinações recíprocas e relativas entre escola e sociedade (Saviani, 2003, 2009). Ademais, a inclusão de alunos com deficiência e outras necessidades educacionais é pensada em termos de custo-benefício e eficiência administrativa. O fim último é o aprimoramento dos sistemas educacionais, a fim de se “[...] impedir o desperdício de recursos e o enfraquecimento de esperanças [...]” (Unesco, 1994, n. p.).

Desse modo, a perspectiva inclusiva não assume como referência principal a humanização do homem, porquanto se constitui atrelada aos princípios obedientes às regras do jogo mercantil. A educação é interpretada como mais uma mercadoria a ser (re)produzida, de acordo com a racionalidade da produção fabril. Tanto que sequer parecem questionáveis os interesses subjacentes à afirmação segundo a qual “[...] tais escolas [inclusivas] proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e *aprimoram a eficiência* e, em última instância, o *custo da eficácia de todo o sistema educacional*” (Unesco, 1994, n. p., grifos meus). Nessas condições, o fenômeno da inclusão escolar é revelador da ideologia alienante que se firma no mundo do capital, pela qual a totalidade das determinações sócio-históricas é abandonada “[...] em nome de uma presumida legitimidade de lidar *apenas com manifestações particulares*” (Mészáros, 2008, p. 62 – grifos do autor), com ajustes pontuais.

Longe de representar uma atitude míope do sistema, isto constitui, por assim dizer, sua ontologia mesma. O objetivo tácito é desviar o foco dos problemas estruturais e dos aspectos contraditórios imanentes à dinâmica capitalista, em especial quando se acentuam as disparidades socioeconômicas e as tensões pela liderança política em escala planetária, ameaçando-se a reprodução metabólica do capital (Mészáros, 2008). Assim, esse discurso pela inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, *quando* visto à luz dos interesses hegemônicos, é uma variante sociopolítica do reformismo inerente à pós-modernidade; um corretivo tipicamente marginal à lógica dominante (Mészáros, 2008), a fim de conservá-la, sem ameaçar sua integridade. O movimento inclusivista assume, contraditoriamente, no dia a dia das escolas e no mundo fenomênico das aparências mistificadoras, a função precípua de

[...] tentar desviar a atenção das determinações *sistêmicas* – que no final das contas definem o caráter de todas as questões vitais – para discussões mais ou menos aleatórias sobre *efeitos* específicos enquanto se deixa a sua incorrigível *base causal* não só incontestavelmente

permanente como também omissa (Mészáros, 2008, pp. 63-64 – grifos do autor).

Nessa direção, deve-se questionar como um ajuste pontual, isto é, a incorporação de alunos público-alvo da educação especial nas escolas comuns, possa realmente promover uma grande mudança na amplitude das relações institucionais e sociais, segundo propalado nos documentos internacionais e legislações nacionais, colocando a escola como uma agência autônoma em relação ao modo de produção imperante e aos objetivos mercadológicos observados nessa lógica de incluir para baratear os custos dos sistemas educacionais. Afinal, soa no mínimo suspeita a importância crescente dada à categoria de inclusão, certamente não apenas de pessoas com deficiência, mas também de outras “diversidades” por um sistema mantido “[...] sob a égide do capitalismo, que faz da exclusão sua premissa ontológica básica, seu critério de funcionalidade” (Bezerra, 2011, p. 40).

Na realidade, o que se depreende é que “A dispersão das pessoas em comunidades e grupos de interesse arrefece o poder de pressão e deixa o Estado numa posição confortável”. Logo, o fetiche em torno das “minorias”, das diferenças individuais, sejam elas decorrentes ou não de uma deficiência, provoca o enfraquecimento, senão a anulação, das forças contrárias à incessante acumulação capitalista e suas reformas pontuais. Além disso, engendra a negação, no plano gnosiológico, da totalidade, da historicidade, das relações dialéticas e da objetividade dos conhecimentos, condenando-se, assim, a existência da universalidade do próprio gênero humano (Duarte, 1993, 2001).

Seguindo o movimento dialético descrito e empregado neste texto, não se trata, contudo, de negar a validade de uma proposta educacional aberta às diferenças individuais e ao justo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência ou outras singularidades; nem sequer se defende aqui uma posição saudosista quanto às escolas especiais e/ou práticas segregadoras. A crítica direciona-se, certamente, ao fetichismo e à alienação que perpassam a proposta de educação inclusiva, tal como consentida pelos ajustes do capital. Cada vez mais se autonomiza e se mistifica a diferença, a diversidade, a ponto de se retratá-las como categorias abstratas. Ambas tornam-se, assim, um *fetichismo* a ser venerado, ganham vida fora dos homens que as encarnam como propriedade viva e pulsante de sua singularidade concreta. Evidentemente, não se entende, aqui, essa fetichização ao modo econômico *stricto sensu*; mas no sentido de se considerar tais diferenças como a motivação maior para o intercâmbio humano.

Em vez de *uma relação entre pessoas*, assiste-se a uma *relação entre diferenças*. Estas, coisificadas, não são percebidas como decorrentes de (cri)ações humanas, do modo como se organiza historicamente a produção material de uma determinada organização societária, mas sim como características pessoais sobrepostas ao próprio indivíduo, que deixa de ser visto em sua *concreticidade*,

isto é, como sujeito síntese de múltiplas relações, pertencente ao gênero humano em sua totalidade constitutiva. Consoante à lógica inclusivista, os alunos iriam à escola, sobretudo, para aprender a conviver com a diversidade e a partilhar experiências com o diferente, mas mantendo suas individualidades desarticuladas e alienadas do compromisso transformador com a coletividade e com desenvolvimento pleno de todo o gênero humano. Ora, se retomarmos as análises de Prado Júnior (2001, pp. 33-34, grifos meus), quando visto à luz da teoria marxista, tal posicionamento revela-se antidialético, porquanto

[...] implica a concepção de uma Realidade dispersa, seccionada em coisas, seres, entidades, não importa o nome, mas cada qual sua individualidade e identidade própria e exclusiva. Individualidade e identidade estas que se determinam, marcam, afirmam precisamente pela sua essência respectiva.

[...].

Em vez da unidade universal, englobando a Realidade como um todo único [...], a concepção metafísica se alicerça naquelas partes ou elementos estanques, individualizados e somente exteriormente ligados uns aos outros bem como imutáveis, que se emparelham e se sucedem uns aos outros, mas não se integram em conjuntos e se transformam com esses conjuntos.

Dessa maneira, o homem, como ser concreto, social e histórico, é subjugado pela celebração fetichista das diferenças, que são enaltecidas e valorizadas, em uma escola supostamente *acolhedora*. Porém, quanto mais se valoriza a diferença, *sob o ângulo inclusivista*, menos democrática ficam a sociedade e a escola, porque se naturalizam os privilégios de classe e mantém-se cada um no seu lugar, na sua “diferença”. Na esfera da *pseudoconcreticidade*, no entanto, a reação inclusivista passa-se por um discurso revolucionário, com forte poder de convencimento, apregoando que “[...] uma *sociedade justa* e que dê *oportunidade para todos*, sem qualquer tipo de discriminação, *começa na escola*” (Mantoan apud Cavalcante, 2005, p. 24 – grifos meus).

Mantida essa perspectiva, contudo, sob a égide do capital, o apelo às diferenças individuais ganha uma “forma misteriosa”, por naturalizar o histórico e dissimular os conflitos de classe que subjazem à sociedade produtora de mercadorias. O resultado é a ênfase nas microrrelações, no subjetivismo, no pragmatismo da cotidianidade alienada, na aparência fenomênica da realidade e no crescente descrédito aos saberes objetivos que possam levar ao enriquecimento universal do gênero humano. Em síntese, vista sob o prisma do materialismo histórico-dialético, a proposta de inclusão escolar adentra o segundo decênio do século XXI abstraída e dissociada da base material contraditória que a engendra,

o que lhe confere um caráter de formulação pedagógica ingênua e não crítica (Saviani, 2009).

Em contraposição, o referencial adotado neste texto evidencia a necessidade premente de se reconhecer a manipulação ideológica implícita nos *slogans* dessa proposta, graças aos quais “[...] a diferença e a diversidade, dimensões importantes da vida humana, mascaram a violência social da desigualdade e afirmam o mais canibal individualismo” (Frigotto, 2005, p. 71). Desfeitas as ilusões, é preciso considerar que o ponto fulcral é assumir um compromisso político transformador quanto à escolarização das pessoas com deficiência ou outras singularidades, entendendo esse processo como a síntese de múltiplas determinações (Marx, 1999).

Considerações finais: a pretexto de uma síntese

Tendo em vista as discussões dos tópicos anteriores, é preciso ressaltar que, se neste texto esboça-se um posicionamento crítico acerca da escola e da proposta inclusivas, tal como elas vêm se manifestando na *práxis*, nem de longe se assume um ponto de vista reacionário, pautado na defesa de práticas escolares excludentes e seletivas. Estas devem ser combatidas teórica e praticamente. Nesse sentido, o pensamento de Barroco (2007a, p. 20) bem ilustra o teor da reflexão ora pretendida. Logo, corrobora-se a perspectiva da autora, segundo quem, é

[...] legítima a luta pela observação e respeito à condição que a deficiência e o desenvolvimento diferenciado do curso regular impõem, os quais têm motivado ações muito importantes por parte de diferentes segmentos e organizações, mas é preciso ter claro, também, que o preconceito, o estigma, a lógica da exclusão, etc. apresentam-se às pessoas com base nas condições objetivas e, sem superação das mesmas, a transformação pleiteada não se torna possível nos moldes como se defende e se gostaria.

Mediante o exposto e tendo por base as (pro)posições políticas e educacionais levantadas, o debate em torno da educação inclusiva, de acordo com a perspectiva materialista histórico-dialética, precisa levar também a um questionamento cada vez mais agudo acerca da organização social capitalista que a promove e a mobiliza no cotidiano educacional. Do contrário, permanecer-se-á na *fase romântica* da inclusão escolar, que superestima os “poderes” da escola, vista como um espaço harmoniosamente “includente” *por si* só corretor das desigualdades socioeconômicas. Dito de outro modo, entende-se que a convocatória pela inclusão escolar deve alinhar-se, reciprocamente, ao combate da sociedade

que (re)produz essa lógica excludente, mediante o engajamento dos sujeitos sociais envolvidos em prol da formulação coletiva de um projeto político-pedagógico e econômico oposto à ordem capitalista; capaz de propiciar a todos, com ou sem deficiência, com ou sem uma “diferença”, a fruição plena das riquezas materiais e intelectuais historicamente produzidas e acumuladas pela humanidade, sem apelos “inclusivistas” e medidas paliativas. Como diz Barroco (2007b, p. 160), “Se esse empenho parece utópico, ainda assim constitui-se em um norte para o qual seguir. Mas essa luta torna-se estéril se não for considerada a lógica da sociedade de classes capitalista”.

Mediante as palavras da autora, vislumbra-se, por conseguinte, um grande desafio: revolucionar as atuais circunstâncias e lutar por sua transformação, a menos que se concorde com sua continuidade. Tal empreendimento não será, contudo, tarefa fácil, posto que a tão propalada educação inclusiva não está além da história, o que significa dizer que é também ela um produto dessas circunstâncias hodiernas. Como Saviani (2009, p. 77) sempre alertou, “[...] acreditar que estão dadas, nesta sociedade, as condições para o exercício pleno da prática educativa é assumir uma atitude idealista”. Essa atitude só cabe, pois, às pedagogias que não estão comprometidas, em seu núcleo teórico-prático, com a superação da sociedade de classes e de suas formas burguesas de educação, caracterizadas pelo aviltamento do saber elaborado para a grande maioria dos indivíduos, alienados das realizações humanas mais avançadas, tanto materiais como intelectuais.

Por outro lado, tomar consciência dos limites históricos à ação revolucionária, nas mesmas circunstâncias atuais, bem como pugnar com o idealismo e a mistificação no trato das questões educacionais, sobretudo quando se fala em inclusão escolar de pessoas com deficiência, não significa que nada é permitido fazer. Nessa linha de raciocínio, compreende-se que a crítica à escola inclusiva não se esgota na dimensão crítico-reprodutivista (Saviani, 2009). Consoante ao pensamento dialético, se “Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente é necessário partir da situação atual” (Marx, 2011, p. 138). Em termos mais específicos, a situação atual permite que se entenda a proposta de inclusão escolar como uma concessão contraditoriamente forjada pelo avanço das condições materiais e políticas engendradas pelo próprio capital. Este, na busca por estratégias de autopreservação e justificação ideológica, tem possibilitado, no entanto, a emergência de algumas práticas educacionais e sociais mais humanizadoras. É preciso que tais práticas sejam cada vez mais socializadas e ampliadas para toda a população, como parte de um projeto revolucionário, distinto do que ora está hegemônico.

Para tanto, será preciso, de início, tratar a educação inclusiva com *entusiasmo crítico* (Saviani, 2002), pelo qual os condicionantes objetivos da sociedade são conhecidos em suas múltiplas dimensões e, por isso mesmo, passíveis de

serem enfrentados, teórica e praticamente, apesar da coerção material exercida pelas forças produtivas, ainda organizadas segundo o modo de produção capitalista. Como concebiam Marx e Engels (2007), não se pode olvidar que os homens são, também, produtores das circunstâncias, são os agentes vivos da História. É nesse sentido que se identifica um potencial revolucionário a partir da inclusão escolar, contanto que esta seja compreendida como proposta burguesa que se quer superar, por incorporação dialética, rumo a uma sociedade socialista. Nesses termos, incluir alunos com deficiência ou outras singularidades nas escolas comuns pode desempenhar um papel estratégico na agudização das contradições sociais hoje existentes, porquanto essa prática põe em perspectiva a necessidade contraditória de nova organização social e escolar, para além do capital.

Referências

- BARROCO, Sonia Mari Shima. *A educação especial do novo homem soviético e a Psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais*. 2007. 414 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007a. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp042915.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2010.
- _____. “Psicologia e Educação: da inclusão e exclusão ou da exceção e da regra”. *In: MEIRA, Maria Eugênia Melillo & FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs.). Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2007b. pp. 157-184.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota & MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. “Inclusão e exclusão social: um breve diálogo com educadores”. *In: ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro & BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani (Orgs.). Inclusão social e educação: diferentes perspectivas*. Paranaíba: UEMS, 2012. pp. 35-45.
- BRASIL. *Decreto n.º 7.611*, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art8>. Acesso em 24 dez. 2011.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n.º 4*, de 1º de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <<http://www.cesarcallegeri.com.br/v1/edesp.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2011.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução n.º 2*, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes

- Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2012.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria n.º 555/2007, prorrogada pela portaria n.º 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. *Inclusão: revista de educação especial*. Brasília, v. 4, n. 1, pp. 7-17, jan./jun. 2008. (Edição Especial).
- DUARTE, Newton. *A individualidade para-si: contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados, 1993.
- _____. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2001.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P. & MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. “Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação”. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICE, José Luís (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados; Histedbr, 2005. pp. 61-74. (Coleção Educação Contemporânea).
- GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN, Jean-Robert & FIGUEIREDO, Rita Vieira de. *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual*. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LUKÁCS, György. “Velha e Nova Cultura”. [1978]. In: *Arquivo Marxista na Internet*. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lukacs/1920/mes/cultura.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, *Nova Escola: a revista do professor*. São Paulo, ano xx, n. 182, pp. 24-26, maio 2005. Entrevista concedida a Meire Cavalcante.
- MARX, Karl. *A questão judaica*. 1843. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>>. Acesso em: 12 de dez. 2011.
- _____. “Fetichismo e Reificação”. Tradução Reginaldo Sant’Anna. In: IANNI, Octavio (Org.) & FERNADES, Florestan (Coord.). *Marx: Sociologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1996. pp. 159-172. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *Para a crítica da filosofia do Direito de Hegel*: Introdução. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2008. (Coleção Textos Clássicos LusoSofia).

- Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2011.
- _____. *Para uma crítica da economia política*. Ridendo Castigat Mores, Rocket Edition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2011.
- _____. “Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana”. Tradução Viktor Von Ehrenreich. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx, Engels: História*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. pp. 146-181. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. . São Paulo: Global, 2000.
- _____. “Oposição das Concepções Materialista e Idealista (Capítulo Primeiro de A Ideologia Alemã)”. 1982. In: *Arquivo Marxista na Internet*. Não paginado. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/index.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Atualidade história da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Teoria Marxista do Conhecimento e método dialético materialista*. Ridendo Castigat Mores, Rocket Edition, 2001. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/caio.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2015.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 41. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.
- _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 14. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e estrutura de ação em educação especial*. Salamanca, 1994. Não paginado. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2011.
- _____. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. Não paginado. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso 2 de dez. 2011.

Recebido em 31 de outubro de 2015
Aprovado em 29 de maio de 2016

O Todos pela Educação como política “pública” (?) dos governos petistas*

The All for education as “public” politics (?) of the petist administrations

Edison Riuitiro Oyama**

Resumo

Nossa tese central repousa no fato de que a educação escolar pública está “morta”, em decorrência da sua submissão e assunção de funcionalidade às necessidades e imperativos do capital, o que gerou o virtual desaparecimento das fronteiras entre o público e o privado. Assim, a partir do segundo governo de Lula da Silva, continuando com o governo Dilma Rousseff, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em associação com o Movimento Todos pela Educação (MTPE), materializa a agenda do capital para a educação escolar no Brasil, cujos objetivos não são apenas políticos, mas principalmente econômicos. Isto é, por meio da espoliação do fundo público, o MTPE promove também a realização e a circulação de mercadorias, com claros benefícios aos representantes do capital envolvidos com o MTPE.

Palavras-chave: Relações Estado-capital; educação e capitalismo; Movimento Todos pela Educação.

Abstract

Our central thesis is based on the fact that public school education is “dead” due to its submission and acceptance of functioning to capital necessities and imperatives, which produced the virtual disappearance of boundaries between public and private. Thus, since the Lula da Silva’s second administration, and keeping on the Dilma Rousseff’s administration, the Development Plan of Education (DPE), associated to All for Education Movement (AFEM), materialize the capital agenda for the school education in Brazil, which goals are not only politics, but chiefly economics. That is, in order to the public fund deprived, the AFEM brings about also the execution and the circulation of commodities with clear benefits for the capital representatives involved with the AFEM.

Keywords: *State-capital relationships; education and capitalism; All for Education Movement.*

* Esta é uma versão ligeiramente modificada, escrita com base em três artigos de nossa autoria: “A morte da educação escolar pública” (OYAMA, 2015a); “A necessidade da atualização, revitalização e adoção de novas ‘estratégias de luta’ para o movimento sindical das IES” (OYAMA, 2015b) e “O Todos pela Educação como política ‘pública’ (?) dos governos petistas” (OYAMA, 2015c).

** Docente lotado no Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) desde o ano de 2002. Desenvolve pesquisas nas áreas de economia política da educação, marxismo e educação, socialismo e educação. De 2012 a 2014 fez parte da diretoria do sindicato dos docentes da UFRR. E-mail: erioyama@gmail.com

Introdução

No processo de constituição e consolidação do modo de produção capitalista, o Estado vai assumindo importância e um papel cada vez mais destacado, de modo que, atualmente, ocorre o virtual desaparecimento das fronteiras entre o *público* e o *privado*, caracterizando, na esfera da educação escolar, o que denominamos de “morte” da educação escolar pública.

Nossa tese central é a de que, por meio da espoliação do fundo público, setores das classes dominantes no Brasil, organizados em torno do Movimento Todos pela Educação, em parceria com o Estado, por meio do planejamento e da condução das políticas públicas, promovem também a realização e a circulação de mercadorias, levando ao rebaixamento da educação escolar e transformando-a num local de implementação de políticas e programas pontuais, focalizados e descontínuos, em que a escola perde gradativamente sua condição de espaço de produção, sistematização e difusão do saber.

Sendo assim, além desta *Introdução* e das *Considerações finais*, este artigo está organizado nos seguintes itens: 1. *Apontamentos sobre a relação Estado-capital*, 2. *A “morte” da educação escolar pública* e 3. *O Todos pela Educação como política “pública” (?) dos governos petistas*.

1. Apontamentos sobre a relação Estado-capital¹

Dada a primazia do capital no modo de produção capitalista² (MPC), ele e seus processos correspondentes de valorização, acumulação e reprodução constituem a chave para a existência do Estado contemporâneo, o qual deve garantir-lhe os fundamentos econômicos, jurídicos e políticos. Em outras palavras, o aparelho estatal contemporâneo configura-se como uma necessidade social, cujo fundamento repousa nos processos de valorização, acumulação e reprodução do capital.

Porém, mesmo considerando tais premissas, o Estado não se constitui como derivação lógico-funcional direta do econômico, mas se estabelece a partir das contradições, tensões, conflitos, interesses, concorrência, etc. decorrentes das lutas e disputas de classes, seja entre o capital e o trabalho, seja entre as frações das classes capitalistas. Na condição de entidade relacional, condensando e atendendo a dinâmicas sociais específicas, o Estado assume autonomia relativa

¹ Para elaboração do presente tópico, baseamo-nos fundamentalmente em: Mascaró (2013) e Mézáros (2015).

² Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. [...] *O capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina*. (Marx, 2011, pp. 59-60 – grifos nossos).

frente ao todo social. Perpassado pela luta de classes e pela dinâmica de relações sociais em disputa, sofrendo a ação decorrente de múltiplos e por vezes contraditórios interesses, as instituições ou aparatos do Estado podem ser apropriados ou influenciados de modo majoritário por pressões de grupos ou classes específicas (Poulantzas, 2000). É assim que se explica a existência de governos ou setores estatais que, em certos momentos, podem beneficiar o capital financeiro, o agronegócio, o capital comercial, elites sindicais, partidos políticos, certas demandas populares; muitas vezes criando, simultaneamente, tensões, conflitos e uma convivência não tão pacífica entre esses setores.

Dessa forma, uma das funções do Estado é “absorver”, processar a luta de classes, trazê-la para dentro de si, reconfigurando-a, moldando-a aos parâmetros políticos instituídos e, portanto, freando seu ímpeto conflituoso e eventualmente revolucionário. Ou seja, *não se faz revolução nem se reforma o capitalismo por dentro do Estado burguês*. Ademais, a propriedade privada, as mudanças estruturais no modo de produção e no sistema econômico *nunca* são colocadas em xeque, posto que tudo fica restrito e subjugado às “regras democráticas republicanas”.

Na condição de elemento fulcral da sociabilidade capitalista, o Estado não é apenas um “terceiro”, um representante, ou um títere da classe dos capitalistas e de suas frações de classe (embora, por vezes, o seja, de fato); mas, desempenhando *funções políticas e econômicas*, ele é o indutor, partícipe dos processos de valorização e circulação de mercadorias, garantidor da propriedade privada dos meios de produção e protagonista privilegiado nos processos repressivos e integradores da sociedade. Em outras palavras: o Estado é essencialmente burguês por motivos estruturais e não porque ele seja um singelo refém da burguesia ou de seus representantes.

No tocante à função política estatal, desdobramo-la em duas: a repressiva e a integradora. Com relação à forma repressiva, essencialmente, o objetivo é garantir, manter e perpetuar a propriedade privada e as suas correspondentes relações de produção. Isto é, a repressão caracteriza o uso legítimo da força por parte do aparato estatal contra qualquer ameaça que venha das classes dominadas à propriedade privada, às relações de produção ou à manutenção e continuidade dos processos de valorização, acumulação e reprodução do capital³.

Por sua vez, a forma integradora consiste basicamente em promover a internalização, a incorporação, a integração das classes dominadas à lógica capitalista, de maneira que estas continuem aceitando sua exploração sem a necessidade do uso da força. Contudo, ressalte-se que a ação integradora não é exclusiva da instituição Estado, posto que estão em jogo elementos ligados à cultura, aos meios de comunicação, aos valores, à moral e, sobretudo, às categorias

³ As manifestações de rua que aconteceram recentemente no mundo e no Brasil são provas cabais de como, em quais condições e por que o Estado faz o uso legítimo da força.

de pensamento peculiares à estrutura e ao funcionamento da sociedade burguesa – a mercadoria e seu fetichismo, a generalização do papel do dinheiro, o individualismo, a competição, a obtenção do lucro a qualquer preço, a reificação do capital etc.

A função econômica do Estado relaciona-se com pelos menos duas rubricas.

Primeira rubrica: providenciar e viabilizar as condições gerais da produção, as quais não podem ser asseguradas, assumidas ou pelas quais a classe dos capitalistas não têm interesse, tais como: a) prover os pré-requisitos gerais e técnicos necessários ao processo produtivo (meios de comunicação, implantação de indústrias de base, construção e manutenção de estradas, portos, aeroportos, ferrovias etc.); b) propiciar os pré-requisitos gerais, sociais e institucionais (garantia e manutenção da lei e da ordem social, definição de um mercado nacional, autonomia sobre o território, controle alfandegário); c) proporcionar os fundamentos econômicos (garantia e manutenção de um sistema monetário, mediante a atuação do Banco Central na economia – emissão da moeda, garantia do controle e da estabilidade dos fundamentos econômicos –, manutenção de um sistema fiscal e tributário); d) prestar “socorro” emergencial ou perene e sistemático às vítimas capitalistas acometidas por crises, via subsídios, renúncia fiscal, financiamentos privilegiados, nacionalização de empresas privadas ou partes das mesmas não rentáveis ou falidas etc.; e) via educação formal, promover a produção e a reprodução contínua das formas de trabalho intelectual e manual necessárias à produção econômica. Segunda rubrica, caracterizada por: a) inserir-se diretamente nos processos de produção e valorização, por meio da garantia de ganhos ao setor privado e ao mercado mediante a realização (compra) de mercadorias; b) produzir mercadorias; c) operar empréstimos, investimentos e aplicações em favor do capital etc. (Bottomore, 1988; Mandel, 1985).

Pari passu ao processo de constituição e consolidação do modo de produção capitalista, o Estado vai assumindo importância e papel cada vez mais destacado na sociedade. É assim que, atualmente, por conta dos imperativos do capital financeiro-especulativo, a totalidade da produção capitalista depende de um conjunto de decisões econômicas cada vez mais internacionalizadas, fato que diminui a importância, a atuação, as amarras e o controle político dos Estados nacionais.

Ocorre, assim, a transferência consentida/conluio dos centros de decisões dos Estados locais para o capital internacional, com o correspondente esfacelamento e implosão de certos setores dos aparatos estatais locais, além do reordenamento e da refuncionalização das funções políticas estatais no contexto das relações mundiais interestados, de modo que estes passam a atuar essencialmente no sentido de uma concorrência frequente e sistemática para oferecer ao capital internacional melhores condições para o investimento e o lucro, disputando-o entre si. Em outras palavras: a primazia do capital financeiro-fictício,

majorando-se no plano internacional, altera a soberania e as funções dos Estados nacionais. Mas esse poder do capital *por sobre* os Estados materializa-se, necessariamente também, passando *pelos* Estados, de modo que as atuais formações estatais locais atuam e sustentam a força expansiva e devastadora do capital.

Desse modo, por um lado, tal processo leva à exacerbação desmesurada e descontrolada dos ganhos, principalmente, do capital financeiro-especulativo, e, por outro, gera a fragilização das condições sociais internas dos países, com o recrudescimento das dificuldades e dos problemas econômicos e o “esgarçamento” das condições sociais, como a crise ecológica, a crise hídrica, o aumento do desemprego, de todas as formas de violência (institucionalizadas ou não), da favelização generalizada, dos deslocamentos humanos, das guerras e dos conflitos localizados, da diminuição da atividade econômica em geral etc., gerando novos e específicos conflitos, demandas e lutas em âmbito mundial.

Portanto, o maior poder, penetração e importância fazem com que o capital internacional atue sobre os Estados locais, fazendo-os operar para lhe oferecer as melhores condições de lucro, tornando-os menos permeáveis social e politicamente mais repressivos e autoritários. Não é à toa que a recente/atual explosão de movimentos, levantes e convulsões sociais em vários pontos do globo tem a contrapartida do recrudescimento das funções repressivas do Estado, com destaque para o aumento da ação e do poderio militar-policial-jurídico. Além disso, à medida que diminuem os conflitos entre Estados intercapitalistas, a violência tende a se concentrar em indivíduos, grupos e classes que agem dentro e fora de cada território estatal (a caça ao terror, os conflitos no Oriente Médio, a política de extermínio de negros, pobres e favelados no Brasil, a xenofobia generalizada na Europa, o recrudescimento do racismo nos EUA, etc.).

As dificuldades crescentes e cada vez mais intensas de valorização do capital e de realização da mais-valia de forma regular relacionam-se diretamente com a hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado contemporâneo, o que lhe dá, conseqüentemente, um controle maior sobre os rendimentos sociais, de modo que “[...] a parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe cresce constantemente.” (Mandel, 1985, p. 342). Os exemplos em âmbito mundial e nacional são recorrentes, generalizados e incontáveis: na crise financeira de 2008 envolvendo as hipotecas *subprime*, o governo dos EUA disponibilizou, literalmente, trilhões de dólares ao capital; no Brasil, citamos o papel fundamental que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenha como investidor na conta do capital nacional; no caso das políticas públicas em educação, citamos a transferência do fundo público para a educação privada, por meio de todos os tipos de financiamentos, subsídios e renúncia fiscal; a adoção das parcerias público-privadas e das “organizações sociais” etc.

Logo, a irmandade siamesa Estado-capital tem tornado as fronteiras entre o que denominamos de *público* e *privado* cada vez mais tênues, a ponto de promover o virtual desaparecimento da dimensão pública.

2. A “morte” da educação escolar pública

A universalização da educação escolar no mundo capitalista, enquanto forma predominante de organização, sistematização e disseminação do saber, nos moldes atuais de uma educação formal e institucionalizada, é o resultado de um processo longo, complexo e plurissecular, cujos primórdios remontam aproximadamente aos séculos XV-XVI (Aranha, 2006; Petitat 1994; Ponce, 2001).

E embora em nosso imaginário exista certa oposição entre os termos público e privado, de modo que público se refira à *coisa pública*, relativa ao povo, *populus*, ao bem comum, e privado, contrariamente, refira-se ao interesse particular, individual ou de grupos privilegiados, é forçoso reconhecer que o ideário, a universalização e a consolidação da educação escolar como modo predominante de educação formal no mundo contemporâneo, sob os auspícios da instituição Estado e sob a consigna liberal da *coisa pública*, ocorreram de forma associada e sob a égide, as necessidades, os imperativos e o movimento do modo de produção capitalista, desde a época da sua acumulação primitiva.

Assim, sob o influxo combinado de determinantes sociais, econômicos e políticos (a reforma protestante; retirar, controlar, evitar os *vagabundos* da Idade Média; catequizar o povo; formar e preparar mão-de-obra; adestrar para as atividades comerciais, quando do florescimento do comércio; a formação dos Estados nacionais etc.), vão se constituindo e consolidando os sistemas escolares público-estatais, os quais deságuam, convergem e sintetizam-se quando da eclosão das revoluções liberal-burguesas do século XVIII na Europa (Alves, 2001; Lopes, 2008; Petitat, 1994; Ponce, 2001).

Foi dessa forma que a escola republicana assentou-se sobre o tríptico “[...] formar o trabalhador, instruir o cidadão e educar o homem [...]” (Laval, 2004, p. 43). Ou seja, *grosso modo*, o discurso, a constituição e a implantação da educação escolar nada mais foram que a manifestação de uma *necessidade instrumental* por parte do capital, tanto sob o ponto de vista econômico, no tocante à garantia de certas condições necessárias à sua produção e reprodução (por exemplo, a formação de uma mão-de-obra minimamente qualificada e a formação de consumidores), quanto sob o ponto de vista político, com relação ao imperativo da universalização, da internalização e do funcionamento de um *ethos* burguês (a formação do cidadão, a incorporação de regras, condutas e valores socialmente aceitos, o adestramento à obediência, à subserviência etc.).

Ademais, a efetiva universalização e o estabelecimento da educação escolar no mundo ocidental ocorreram apenas quando o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação do capital em nível mundial foram suficientes para financiar o investimento e os gastos na construção dos sistemas escolares, principalmente a partir da segunda metade do século XX. É sob tal ótica que se pode então falar da existência de um sistema escolar estatal, público, universal e gratuito. Em outras palavras, foi necessário que o modo de produção capitalista

alcançasse sua fase imperialista e monopolista, para que o Estado contemporâneo, na condição de coadjuvante, parceiro e indutor privilegiado do capital, transferisse parte da renda social à construção, expansão e universalização da educação escolar pública, incluindo grandes contingentes populacionais de alunos e trabalhadores da educação aos quadros escolares (Alves, 2001).

O ponto de inflexão desse processo é a onda longa descendente de 1970, a qual caracteriza uma crise clássica de superprodução (Mandel, 1990, p. 23), cujas evidências relacionam-se com a queda: do lucro bruto e da taxa de lucro das principais empresas capitalistas; na utilização da capacidade produtiva da indústria; na taxa de produção industrial e do Produto Interno Bruto dos principais países capitalistas; nas taxas de ocupação e emprego etc. (Gorender, 1995; Hobsbawm, 1995; Mandel, 1990).

Com relação às crises no modo de produção capitalista, elas são estruturais e inelimináveis. Isto é, o “[...] *capitalismo é crise* [...]” (Mascaro, 2013, p. 128 – grifos nossos), pois “[...] não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise [...]” (Paulo Netto & Braz, 2006, p. 157), de maneira que a história do capitalismo, após a consolidação do comando da produção pelo capital, é a história de uma sucessão de crises econômicas. Além disso, no século XIX, quando o capitalismo se torna mundial, suas crises também se tornam mundiais. Tais fenômenos são o resultado da dinâmica contraditória e inerente do MPC, posto que suas múltiplas contradições convergem e eclodem na forma de crises, cujas causas são estruturais e pluricausais, quais sejam: a anarquia da produção; a lei tendencial da queda da taxa de lucro; a dissociação entre o valor de uso e o valor de troca, entre o valor de troca e o dinheiro, entre o processo de produção e de circulação; a interrupção do circuito $D - M - D'$ etc. (Bensaïd, 2009, pp. 18-19; Paulo Netto & Braz, 2006, p. 156).

Mas conquanto esses eventos caracterizem certa funcionalidade ao sistema, na medida em que eles constituem mecanismos pelos quais o “[...] MPC restaura, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade [...]” (Paulo Netto & Braz, 2006, p. 162), eles tendem à generalização e ao aprofundamento dos problemas e mazelas estruturais do capitalismo. E no final, quem “paga a conta” são os trabalhadores em geral, os pequenos e médios capitalistas, a população mais desprotegida social, política e economicamente. Fatores como estruturas diferenciadas de salário, inflação permanente, crise nas finanças do Estado, desenvolvimento econômico desigual dispersam os efeitos das crises econômicas sobre certos grupos, como os consumidores, idosos, enfermos, crianças em idade escolar etc. (Bottomore, 1988, pp. 83-85; Paulo Netto & Braz, 2006). De maneira que na história

do capitalismo, cada crise de superprodução combina traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção

capitalista, com traços particulares que resultam do momento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção. A recessão econômica generalizada de 1973/74 não escapa a essa regra. (Mandel, 1990, p. 29)

A propósito, destacamos duas particularidades da crise de 1970.

A primeira refere-se à política de expansão monetária que foi empregada de forma sistemática e periódica pelos países capitalistas centrais no pós-Segunda Guerra Mundial – a expansão da moeda escritural e da massa de dinheiro. Por conseguinte, a aplicação repetida de uma política de expansão monetária a cada cinco ou seis anos, mas de forma dessincronizada no plano internacional, conduziu a uma aceleração mundial da inflação, levando à derrocada do sistema monetário internacional e da paridade ouro-dólar em 1974. Isto é, de uma inflação permanente, ministrada em “doses homeopáticas”, cujo objetivo era estimular a atividade capitalista, passa-se progressivamente a uma aceleração descontrolada dessa inflação, gerando a *estagflação* (estagnação econômica com inflação) e a *slumpflação* (recessão com inflação), a partir de 1974-1975 (Mandel, 1990, p. 12ss).

A outra particularidade é que, em geral, numa crise de superprodução, há um excedente de capitais que não conseguem se valorizar. No caso de 1970, conforme visto acima, os capitais foram inflados ao longo de décadas e, na medida em que havia excesso de capital-moeda em circulação, tais capitais precisavam freneticamente buscar valorização em outras operações fora do circuito da produção (a qual se encontrava em franca depleção). Por conta disso, ampliam, aprofundam e complexificam-se as atividades ligadas à intermediação financeira.

Em outras palavras, tratou-se de usar capital-moeda (muitas vezes de origem duvidosa) para financiar e expandir o volume total de crédito em outros setores que não o produtivo. Ou seja, quanto mais o investimento produtivo diminuía ou estagnava, mais os bancos dispunham de abundância de liquidez, buscando operações lucrativas alhures, que poderiam ser qualquer outra operação de crédito, duvidosa, especulativa, fraudulenta ou não. Assim, o sistema expandiu-se sem controle, acalentado: pela especulação, evasão e fraudes fiscais; pelo estreitamento e dependência de relações entre o Estado, sistema bancário, lobbies políticos; pela corrupção de funcionários públicos, políticos e homens de negócio (Mandel, 1990, p. 67ss).

O que muitos autores denominam de neoliberalismo, reestruturação produtiva, ataque ao polo trabalho, revolução tecnológica e informacional, *toyotismo* etc., em seu conjunto, constituem nada mais do que uma série de estratégias combinadas que o capital adota e emprega sempre e de forma recorrente, todas as vezes que uma crise sistêmica assola tal modo de produção (mas adequando-as

às especificidades históricas e contextuais), quais sejam: o aumento da taxa de exploração, mediante o aumento da mais-valia absoluta e relativa; a redução do capital variável pela baixa dos salários diretos e indiretos; a “amputação” do salário indireto (os mecanismos de proteção social); a aceleração da rotação do capital; a intervenção do Estado via despesas públicas investidas em armamentos e circulação de outras mercadorias, os subsídios fiscais e a “socialização das perdas”; a redução do capital constante pela economia no uso de matérias primas, instalações e com o estoque zero; a facilidade do crédito via endividamento do Estado; a intensificação do uso da publicidade e do marketing; a obsolescência dos produtos e a falsa novidade da moda etc. (Bensaïd, 2009, p. 23ss).

Conforme mencionado, a crise de 1970 forçou o capitalismo a buscar novos modos de obtenção do lucro. No caso, principalmente as funções intermediárias, que por sua vez assumiram independência e importância crescentes. Dessa forma, se em fases anteriores ao do capitalismo tardio (Mandel, 1985), o capital, que era relativamente escasso, concentrava-se mais diretamente na produção de mais-valia nos domínios tradicionais da produção de mercadorias, diante de uma crise estrutural do sistema em que o capital tende a obter desvalorização crescente, foi uma questão de necessidade de sobrevivência que novas massas de capital penetrassem em áreas não tradicionalmente produtivas: as áreas ligadas à intermediação financeira e aos denominados serviços sociais (previdência e assistência social, saúde e *educação escolar*).

Consequentemente, o capital passou a imiscuir-se em setores antes não tradicionais ao processo de valorização e que estavam sob o jugo do Estado de Bem Estar Social, na condição de *serviços públicos*. Desse modo, promoveu-se o mais insidioso e amplo processo de cortes nos gastos e investimentos sociais, ao mesmo tempo em que ocorria a privatização generalizada desses serviços, de maneira que novos ordenamentos foram impostos à educação escolar: sua privatização e sua conformação para se tornar uma mercadoria. Houve então a descoberta do gigantesco potencial econômico relativo à previdência, à saúde e à educação escolar (além de outros), transformando-as num excelente nicho para se obter lucro. No caso da educação escolar, promoveu-se o mais intenso e profundo processo de sua transformação em um serviço/produto comercializável (Siqueira, 2004).

Ou seja, com a crise do capital da década de 1970, promoveu-se, em praticamente todo o mundo, a destruição e a implosão dos sistemas escolares públicos construídos há somente algumas décadas, segundo o modelo do Estado do Bem Estar Social. Assim, a educação escolar pública, vista sob o prisma do *bem comum*, não existe mais, posto que, sob o ponto de vista estrutural, ela se tornou instrumental e funcional ao MPC.

Em outros termos, atuando sob o jugo do aparato estatal, a educação escolar cumpre simultaneamente com as funções políticas e econômicas do Estado,

conforme exposto no *item 1* deste artigo, com destaque para sua função integradora, bem como a produção e a reprodução das formas de trabalho intelectual e manual e para a circulação e a realização de mercadorias (Cristaldo, 2012; Drummond, 2014⁴; FNDE ..., 2006; País ..., 2013). Neste quesito, a parceria Estado-Movimento Todos pela Educação via programas de governo é exemplar, ao transformar parte do serviço público num paramercado ou num escoadouro privilegiado de mercadorias (Leher & Evangelista, 2012; Scaff, 2011).

3. O *Todos pela Educação* como política “pública” (?) dos governos petistas

Várias mediações relacionadas e mutuamente dependentes perpassam o *Movimento Todos pela Educação* (MTPE): a realização das Conferências Mundiais de Educação de 1990 e 2000 (Martins, 2009), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula da Silva (Camini, 2010) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América Latina (IIRSA) (Leher, 2007)⁵.

Criado em 2005 (Martins, 2009), o MTPE tem lastro nos principais grupos econômicos ligados à indústria da educação privada, em associação com o bloco do poder composto pelo capital financeiro, ao qual acomodaram-se posteriormente o setor agroexportador e os grandes grupos industriais nacionais-transnacionais (bancos, agronegócio, indústria editorial, informática, comunicação etc.) (Boito Jr., 2006; Freitas, 2013; Leher, 2010a; Leher, 2010b; Leher & Evangelista, 2012), os quais são os atuais planejadores e mentores das políticas públicas em educação escolar no Brasil, bem como os seus maiores beneficiários, em termos da obtenção dos lucros decorrentes da privatização e da mercantilização generalizadas da educação, de maneira que a presença empresarial

na formação direta de um quarto da população brasileira possui dimensão jamais conhecida na história recente da educação brasileira. A incorporação da agenda empresarial ocorre por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). [...] Na Exposição de Motivos do PDE, o governo assume explicitamente que a sua elaboração objetiva implementar a agenda empresarial do movimento “Compromisso Todos pela Educação”, iniciativa que reúne os principais grupos econômicos que constituem o bloco de poder dominante. (Leher, 2010a, pp. 378-379)

⁴ Destaque da matéria: “A presidenta da República tem a sua própria lista de pontos. Em debate recente com candidatos na CNI [Confederação Nacional da Indústria], detalhou a pauta da política industrial do governo: desoneração de tributos, crédito subsidiado, *compras governamentais*, formação técnica e científica de pesquisadores [...]”. (p. 46, grifos nossos)

⁵ Infelizmente, em função de limitações de tempo e espaço, não nos foi possível analisar tais mediações.

Assim, depreende-se que os nexos entre o MEC e o MTPE não são apenas conjunturais, mas estruturais – foi significativo que o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, tenha batizado o principal plano de ação do governo Lula da Silva (o PDE) com a denominação de *Compromisso Todos pela Educação*, numa alusão desabrida e direta ao MTPE. Ou seja, o governo Lula da Silva materializou a agenda do capital para a educação (Leher & Evangelista, 2012).

Nesse sentido, a leitura do Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, o qual dispõe “[...] sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados [...]” (BRASIL, 2007, p. 1), é muito esclarecedora. No Decreto, em seu artigo 7º consta que:

Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica. (ibidem, p. 4 – grifos nossos)

Os motivos e interesses da atuação do MTPE na elaboração e na condução das políticas “públicas” (?) para a educação escolar relacionam-se diretamente com o patrocínio e a ação em programas de governo, atingindo aproximadamente 50 milhões de jovens e crianças em idade escolar (Leher, 2010a), quiçá visando a socialização, integração, internalização e funcionamento segundo regras e condutas “socialmente aceitáveis”; a incorporação de um *ethos* burguês; o controle social; a formação de mão-de-obra minimamente qualificada etc.

Concordamos com Martins (2009, p. 26) quanto à existência da função política (integradora) do Estado, relacionada ao PDE/MTPE:

Sua inserção na sociedade civil, embora definida como uma “aliança” de esforços para o bem da nação, é, na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial. Nesse movimento, a responsabilidade social se afirma como referência ideológica que assegura a unidade política da “direita para o social” em seu trabalho de legitimação da sociedade capitalista e de um projeto restrito de educação para as massas.

Contudo, destacamos a importância da função e dos objetivos econômicos associados à implementação das políticas públicas para a educação escolar conduzidas pelo MTPE. Novamente, recorreremos ao Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007, p. 4), em seu Capítulo IV – Da assistência técnica e financeira da União:

Art. 8º. As adesões ao Compromisso nortearão o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados.

§1º. O apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes constantes do art.2º, observados os limites orçamentários e operacionais da União.

[...]

§3º. O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos seguintes eixos de ação expressos nos programas educacionais do plano plurianual da União:

- I – gestão educacional;
- II – formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar;
- III – *recursos pedagógicos*;
- IV – *infra-estrutura física*. (grifos nossos)

Noutras palavras: o custeio do Compromisso Todos pela Educação é de responsabilidade da União por meio do uso do fundo público e não dos representantes do capital, embora estes sejam os seus mentores e principais beneficiários; todos os eixos de ação constantes acima no §3º, conquanto impliquem em apoio técnico, sempre envolverá gastos/investimentos públicos advindos essencialmente da máquina fiscal do Estado.

A propósito, o financiamento da educação escolar no Brasil decorre de duas principais fontes: a) da vinculação e da subvinculação das receitas provenientes de impostos, conforme consta na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e na Emenda Constitucional 56/2006 (que criou o FUNDEB) (respectivamente) e, b) os recursos provenientes do Salário-Educação que são gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Ednir & Bassi, 2009).

Embora seja um tema complexo, com muitos dados díspares e imprecisos, estima-se que o financiamento da educação escolar no Brasil esteja em torno de 5,8% do PIB. O que, para Helene (2013, p. 71ss), é um valor superestimado, posto que muitos itens, no mínimo questionáveis, são incluídos na rubrica “financiamento da educação”, tais como as transferências de capital como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). E, tanto no caso da vinculação/subvinculação de receitas, quanto do salário-educação, conclui-se que quem efetivamente financia os gastos/investimentos em educação é a classe trabalhadora e a população em geral, posto que são eles quem de fato “pagam a conta”, por meio do recolhimento de todo o tipo de tributos, enquadrados num sistema tributário fortemente regressivo (Ednir & Bassi, 2009; Helene, 2013; Salvador, 2007).

Citamos anteriormente que a função econômica da educação escolar relaciona-se também com a circulação e a realização de mercadorias. Tal tese pode ser comprovada quando observamos o orçamento destinado do FNDE, que em 2013 foi de R\$ 50.929.322.829,62⁶; em princípio, disponível inclusive para gastos destinados à miríade de programas que envolvem o PDE/MTPE, dentre eles aqueles destinados a compra de projetores, salas de recursos multifuncionais, ônibus, laboratórios didáticos, serviços de internet (fibra ótica, banda larga etc.), construção de creches, pré-escolas, escolas, quadras esportivas, lanchas, bicicletas, livros, computadores, notebooks, netbooks, tablets, impressoras, mobiliário escolar etc.

Considerações finais

Num cenário de crise econômica, de “esgotamento do ciclo das commodities” (Brasil, 2015), alta da inflação, recessão econômica, déficit fiscal do governo, endividamento generalizado da população, chega a ser curiosa e enigmática a intenção dos representantes do capital envolvidos nas políticas públicas pela “melhoria da qualidade da educação básica”. Ora, todos nós sabemos que o altruísmo não é a maior qualidade dos representantes do capital, mas sim a busca desmesurada e desenfreada pelo lucro. Sendo assim, tal parece ser o verdadeiro (e não declarado) objetivo do envolvimento do Movimento Todos pela Educação no planejamento e na condução das políticas públicas para a educação escolar.

O real objetivo do governo e dos representantes do MTPE não aparenta ser a melhoria da qualidade da educação escolar pública, mas instrumentalizar e obter lucros com a educação, por meio principalmente da venda de mercadorias e serviços que são “desovados” no sistema educacional. Logo, via aparelhamento, apropriação pura e simples, tráfico de influência junto ao Estado, além de outros expedientes não muito éticos, as classes dominantes fazem valer seus interesses.

O que é interessante é que a má qualidade da educação é um dos motivos e a justificativa para a implementação de tais programas e o argumento sobre o qual se assenta a compra/venda de mercadorias e serviços. Mas como tais programas padecem de organicidade, planejamento geral, centralização de planos e ações, visão de conjunto, eles contribuem muito pouco ou quase nada para a totalidade do sistema, com relação à melhoria das condições materiais, de trabalho, funcionamento, salariais; em suma, para a melhoria da qualidade da educação.

⁶ Informação disponível no painel.mec.gov.br, no *site* do MEC, referente à Evolução do orçamento do FNDE. Até maio de 2015, não foram encontradas informações para os anos de 2014 e 2015.

Concordamos com Mandel (1985) quando este autor nos alerta que é a partir da compreensão das tendências do desenvolvimento econômico e social do capitalismo (tardio, para Mandel), de forma articulada, é que devemos tirar as conclusões sobre a política do Estado capitalista. A propósito, noutra ocasião escrevemos:

O capitalismo é irreformável, suas leis tendenciais e a criação de contradições em seu seio são inexoráveis e inderrogáveis, as quais necessariamente convergem e explodem em crises, e cada vez que isso ocorre, há tanto um decréscimo, quanto a exponenciação da sua dificuldade de valorização. Tal parece ser o fundamento que compele o capital a penetrar e a subordinar de forma cada vez mais profunda, universal e agressiva todas as esferas da existência, com o único e exclusivo objetivo de obter lucro. Em verdade, trata-se da necessidade intrínseca da garantia de sobrevivência e perpetuação do modo de produção capitalista. E à medida que o capital avança, as forças progressistas, os movimentos e os espaços de combate são comprimidos, perdendo paulatinamente sua ação.

Tais são alguns dos mecanismos que constroem a educação escolar pública contemporânea e é por isso que as suas mazelas e dificuldades avolumam, reeditam e aprofundam-se. [...] (Oyama, 2105a, p. 15)

Em função de seu movimento, de suas leis e elementos intrínsecos, o capital opera de forma cada vez mais hostil e sem precedentes, subjugando todas as esferas do real à obtenção do lucro. E assim, as consequências associadas à mercantilização-privatização, instrumentalização, submissão à circulação e à realização de mercadorias da educação escolar não poderiam ser mais dramáticas, nefastas e desastrosas – elas rebaixam a qualidade do ensino e desconsideram a riqueza cultural, antropológica e social de todos os envolvidos no processo pedagógico (Laval, 2004, p. 311).

A escola, por seu turno, perde a sua dimensão associada à sistematização, produção e disseminação do saber. Em suma: ocorre o rebaixamento da condição e do potencial humano da educação escolar; e além de ver-se destituída do seu caráter humano e pedagógico, a escola transforma-se num local de implementação de políticas e programas sociais pontuais, focalizados, descontínuos, fragmentados, nos quais muitas vezes predomina o assistencialismo (Leher & Evangelista, 2012; Scaff, 2011).

Novamente, afirmamos: “[...] a incongruência entre os fins, os objetivos e a utopia de uma educação escolar verdadeiramente pública, estatal, popular e as necessidades do capital é *absoluta*.” (Oyama, 2105a, p. 15). Portanto, o capitalismo nunca irá propiciar uma educação escolar verdadeiramente pública e de qualida-

de. Nesse sentido, precisamos refletir, planejar, buscar e implementar novas formas de educação e sociabilidade que estejam *muito* além do capital.

Referências

- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BENSAÏD, Daniel. “Préface: Marx et les crises”. In: MARX, Karl. *Les crises du capitalisme*. Paris: Éditions Demopolis, 2009. p.3-26.
- BOITO JR., Armando. “A burguesia no Governo Lula.” In: BASUALDO, Eduardo & ARCEO, Enrique. (Comp.). *Neoliberalismo y sectores dominantes*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. pp. 237-263.
- BOTTOMORE, Tom. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. *Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 23 jun.2014.
- _____. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*. SAR: Brasília, 2015. Disponível em: <<file:///D:/download/P%C3%81TRIA-EDUCADORA%20Mangabeira%20Unger%20SAE%20vers%C3%A3o%20preliminar.pdf>>. Acesso em: 04 mai.2015.
- CAMINI, Lucia. “A política educacional do PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.”, *RBP AE*, v. 26, n. 3, pp. 535-550, set./dez. 2010.
- CRISTALDO, Heloisa. “Mercadante inicia entrega de tablets para professores do ensino médio”. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-11-20/mercadante-inicia-entrega-de-tablets-para-professores-do-ensino-medio>>. Acesso em: 21 nov.2012.
- DRUMMOND, Carlos. “Queda livre” In: *Carta Capital*. São Paulo, pp.46-48, 13 ago. 2014.
- EDNIR, Madza & BASSI, Marcos. *Bicho de sete cabeças*. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, 2009.
- FNDE compra 102,5 milhões de livros didáticos para 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u4733.jhtm>>. Acesso em: 5 set. 2006.
- FREITAS, Luiz Carlos. *Alerta: Todos pela Educação avança no MEC*. Disponível em: <<http://avaliacaoeducacional.com/2013/05/02/alerta-todos-pela-educacao-avanca-no-mec/>>. Acesso em: 02 mai.2013.
- GORENDER, Jacob. “Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização.”, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 25, pp. 93-112, 1995.

- HELENE, Otaviano. *Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea)
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*. Londrina: Planta, 2004.
- LEHER, Roberto. *Programa de Aceleração do Crescimento, Educação e Heteronomia Cultural*. Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt5/sessao3/Roberto_Leher.pdf>. Acesso em 13 jul. 2015.
- _____. “25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço no período.” In: GUIMARÃES, Cátia. (Org.). *Trabalho, educação e saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010a. pp.29-72.
- _____. “Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu.” In: FILGUEIRAS, Luiz et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b. pp. 369-412.
- LEHER, Roberto & EVANGELISTA, Olinda. “Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira.”, *Trabalho Necessário*, Ano 10, nº 15/2012, Niterói, RJ, , pp. 1-29.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *As origens da educação pública*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2008.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).
- _____. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS, André Silva. “A educação básica no século XXI: o projeto do organismo ‘Todos pela Educação’”, *Práxis Educativa*, v.4, n.1, Ponta Grossa, jan-jun. 2009, pp.21-28.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015. (Mundo do trabalho).
- OYAMA, E.R. “A morte da educação escolar pública.”, *Universidade e Sociedade*, ano XXIV, n.55, Brasília, fev. 2015a, pp. 6-17.
- _____. “A necessidade da atualização, revitalização e adoção de novas “estratégias de luta” para o movimento sindical das IES.”, *Caderno de Textos do IV Seminário Nacional sobre Estado e Educação do ANDES-SN*. Brasília: ANDES-SN, mai.2015b, pp.44-46.
- _____. “O *Todos pela Educação* como política “pública” (?) dos governos petistas.” In: *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. Universidade

Federal Fluminense, 2015c. Niterói. Anais. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/MM2015/anais2015/mc39/Tc394.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

PAÍS terá mais 6 mil unidades de creches e pré-escolas até 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18571>. Acesso em: 11 abr. 2013.

PAULO NETTO, José & BRAZ, Marcelo. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.1)

PETTAT, André. *Produção da escola, produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SALVADOR, Evilásio. “A distribuição da carga tributária: quem paga a conta?” In: SICSÚ, João. (Org.). *Arrecadação e gastos públicos*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 79-92.

SCAFFE, Elisângela Alves da Silva. “O modelo gerencial de gestão pública e sua aplicação na educação brasileira.” In: LIMA, Paulo Gomes & FURTADO, Alessandra Cristina. (Orgs.). *Educação brasileira*: interfaces e solicitações recorrentes. Dourados: Ed. UFGD, 2011. pp. 1-16.

Recebido em 2 de novembro de 2015

Aprovado em 11 de julho de 2016

Evald Vasilievich Ilienkov: um marxista a ser descoberto

Evald Vasilyevich Ilyenkov: a Marxist to be discovered

Marcelo José de Souza e Silva*

Resumo

Evald Vasilievich Ilienkov foi um filósofo soviético que teve como cerne de sua obra o confronto ao neopositivismo/empirismo, além de ter elaborado sobre a teoria do conhecimento, a lógica e a dialética, sob um ponto de vista materialista, enfatizando a unidade entre o subjetivo e o objetivo e a ligação orgânica entre a lógica e a história; discutiu também questões sobre psicologia, educação, estética, e escreveu sobre a teoria da personalidade, o desenvolvimento do pensamento e da apropriação do conhecimento no ensino escolar, enfatizando a questão social no tornar-se humano. Publicou uma vasta obra, incluindo artigos em enciclopédia e periódicos e capítulos em livros, além de ter deixado diversos manuscritos. Suas obras foram traduzidas para muitas línguas, recentemente também para português. Entretanto, apesar da tradução em inúmeras línguas e de ser até hoje influente na Rússia pós-soviética, Ilienkov ainda permanece sendo um autor pouco conhecido internacionalmente e no Brasil.

Palavras-chave: Evald V. Ilienkov; Filosofia; União Soviética.

Abstract

Evald Vasilyevich Ilyenkov was a Soviet philosopher who had as the core of his work the confrontation of neopositivism/empiricism. Besides, he has elaborated on the theory of knowledge; on logic and dialectic, from a materialistic point of view, emphasizing the unity of the subjective and the objective; on the organic link between logic and history. He had also discussed issues on psychology, education, aesthetics, and wrote on the theory of personality, the development of thought and about the appropriation of knowledge in school education, emphasizing the social question in becoming human. He published a vast work, including articles in journals and encyclopedia and chapters in books, and he has left many manuscripts. His works have been translated into many languages, recently also for Portuguese. However, despite the translation in several languages and the fact that he is still influential in post-Soviet Russia, Ilyenkov remains a little-known author, internationally and in Brazil.

Keywords: Evald V. Ilyenkov; Philosophy; Soviet Union.

* Possui graduação em Farmácia (2011) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2013). Atualmente é professor do departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Paraná e doutorando em Medicina Preventiva na Universidade de São Paulo. marcelojss@gmail.com

Vida e morte

Evald Vasilievich Ilienkov nasceu em 18 de fevereiro de 1924, em Smolensk, oeste da Rússia (na época, Bielorrússia), filho do escritor Vassili Pavlovich Ilienkov (1897–1967) e da professora Elizabet Ilinichna. Em 1941 formou-se na escola nº 170 de Moscou, iniciando em setembro do mesmo ano seus estudos em filosofia na Faculdade de Filosofia do Instituto de Filosofia, Literatura e História de Moscou. Foi obrigado a se afastar em 1942, devido ao alistamento militar para a II Guerra Mundial. Com o fim da guerra, o Instituto de Filosofia e Artes de Moscou foi fechado e Ilienkov continuou seus estudos, a partir de fevereiro de 1946, na Universidade Estadual de Moscou, onde conhece Valentin Ivanovich Korovikov e Alexander Ivanovich Meshcheriakov (1923–1974). Conclui o curso em junho de 1950, mesmo ano em que se tornou membro do Partido Comunista, com recomendações para os cursos de pós-graduação do Departamento de História de Filosofia Marxista-Leninista, e em que se casa com a pedagoga Olga Salimova.

Em setembro de 1953, sob orientação de Teodor Ilich Oizerman (1914–), Ilienkov defende sua dissertação de mestrado, intitulada *Alguns Problemas na Dialética Materialista da Crítica da Economia Política de Karl Marx*. Neste ano passa a lecionar, juntamente com Valentin Korovikov, na Universidade Estadual de Moscou. Este também é o ano da morte de Joseph Vissarionovich Stalin (1878–1953), período no qual começa o *degelo kruschovista*, liderado por Nikita Sergeievich Khrushchev (1894–1971). Entretanto, apesar de suas promessas de superar os dogmas do período anterior, falhou em remover os velhos filósofos stalinistas das instituições de ensino. Isso faz com que surjam expoentes de um novo grupo de teóricos dispostos a enfrentar os dogmas do regime stalinista, tendo como principais figuras Ilienkov e Aleksandr Aleksandrovich Zinoviev (1922–2006), os quais, na tentativa de combater o legado stalinista, entram em choque com esses velhos filósofos.

Por esses embates e por se posicionar por uma necessidade da filosofia soviética se repensar, é demitido da Universidade Estadual de Moscou em maio de 1955, acusado de revisionismo¹, após ele e Korovikov declararem publicamente que a filosofia marxista é lógica e teoria do conhecimento, sendo seu objeto o pensamento (Naumenko, 2005). Essas articulações foram entendidas como fuga dos problemas vitais práticos da *ciência pura* para o *pensamento puro*. De acordo com a comissão do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, isso se constituía em uma perversão da filosofia do marxismo, uma revisão da base da filosofia marxista-leninista. Entretanto, de acordo com Siebert (2005), o

¹ Segundo Maidansky (2013), para a surpresa de muitos, Ilienkov foi defendido por influentes intelectuais europeus, como Palmiro Togliatti, líder do Partido Comunista Italiano, o maior da Europa naquele momento, e Todor Pavlov, diretor do Instituto de Filosofia e presidente da Academia de Ciências Búlgara.

que Vigotski buscou enquanto psicólogo, Ilienkov buscou enquanto filósofo: superar a separação formal entre filosofia e ciências concretas, elaborando uma teoria que rejeita o dualismo entre corpo e mente. Ilienkov e Korovikov buscaram retornar a filosofia às raízes do marxismo, restringindo seus objetivos à esfera do pensamento puro, pois, para Ilienkov, o objeto genuíno da filosofia era o ideal e seus fenômenos (Maidansky, 2005), buscando entender a natureza do pensamento na estrutura das relações sociais e mostrar que o ideal é a forma especial de movimento dos corpos no processo de trabalho e dentro da cultura, distanciando-se do entendimento do senso comum de que o ideal é um sinônimo de mental, em contraste com o real que é tangível (Maidansky, 2014). Ilienkov buscava resgatar a filosofia do empobrecimento que ela vinha sofrendo durante o século XX, um empobrecimento de seu objeto de estudo, um reducionismo obsessivo que se manifesta na substituição de seu objeto por qualquer outro. Alguns filósofos transformaram a filosofia em um simples apêndice das ciências naturais, outros a igualaram com a lógica formal, ainda outros com a matemática, com a psicologia, com a fisiologia, com a linguística, com a teologia e alguns também com a arte. Nessa esteira, a psicologia ainda foi reduzida à fisiologia, a matemática à lógica, a lógica à linguística, e assim por diante (Naumenko, 2005).

Algum tempo depois de sua expulsão, por recomendação de Oizerman e Marc Moisieievich Rosental (1906–1975), Ilienkov consegue um cargo no Instituto de Filosofia da U.R.S.S., no setor Materialismo Dialético (onde trabalhou até sua morte). Porém, mesmo tendo sido aceito no instituto, Ilienkov foi sendo cada vez mais isolado devido aos seus embates com os filósofos do regime stalinista e, eventualmente, foi até mesmo impedido de ensinar. Como exemplo, Bakhurst (1991) especula que Ilienkov foi impedido pelos diretores do instituto de participar de um simpósio chamado *Marx and the Western World* na Universidade de Notre Dame, em 1965, além de ter sido objeto de uma campanha de acusações, na qual seu artigo enviado, *Do Ponto de Vista Marxista-Leninista*, é acusado de ser antimarxista. Segundo Maidansky (2013), os três relatórios enviados por Ilienkov falam sobre a alienação criada pela divisão do trabalho, afirmando que, no socialismo, essa alienação ainda continua, pois a forma de propriedade criada com a revolução socialista era apenas uma negação formal-jurídica da propriedade privada. Para Ilienkov, a propriedade que pertence ao Estado é pública apenas formalmente, apenas no aspecto judicial, enquanto, na prática, a forma socialista de propriedade continua sendo privada. A real superação da alienação é um processo de transformação da propriedade privada na verdadeira propriedade de cada indivíduo, de cada membro da sociedade, e não a monopolização da propriedade no Estado. Essas argumentações não passaram na censura e foram cortadas da versão enviada ao simpósio.

Mesmo com todas as adversidades, na segunda metade da década de 1950, Ilienkov publica os artigos *A Dialética do Abstrato e do Concreto no Pensamento*

Científico e Teórico (1955), *Sujeito e Objeto* (1956), *Sobre a Questão da Contradição no Pensamento* (1957), *Sobre a 'Especificidade' da Arte* (1960), além do discurso *Sobre o Papel da Contradição no Conhecimento* (1958) na conferência *O Problema da Contradição no Mundo Científico e Prático Contemporâneo*, do Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da U.R.S.S., a resenha do livro *O Jovem Hegel* (1956), de György Lukács (1885–1971), e as traduções para o russo de *Quem Pensa Abstratamente?* (1956), de Hegel, e *Critérios Econômicos de Hegel no Período de Jena* (1956) – parte do livro *O Jovem Hegel*, de Lukács.

Segundo Carrión (2012), depois da publicação do livro *A Dialética de O Capital de Karl Marx*, de Marc Rosental, em 1955, iniciou-se um ciclo de investigação muito frutífero sobre os problemas da dialética materialista. Nesse ínterim, Ilienkov e alguns de seus alunos criaram um grupo de estudo sobre a relação entre a lógica hegeliana e a dialética materialista. Esse grupo buscou traduzir para o russo a obra *O Jovem Hegel*, de Lukács. Buscando solucionar dúvidas terminológicas sobre a relação entre os conceitos *Entäußerung* e *Entfremdung*, entraram em contato com o autor, que indicou que procurassem o filósofo russo Mikhail Alexandrovich Lifschits (1905–1983), amigo e estudioso de Lukács. De acordo com Maidansky (2013), nessa mesma época, em 1956, ocorre a insurreição húngara e, como Lukács era Ministro da Cultura, foi impossível publicar seus trabalhos em russo. Dez anos depois, Ilienkov e seus alunos tentaram publicar mais uma vez a tradução, novamente sem sucesso. E apesar de seu interesse na obra de Lukács e de muitos pontos em comum, Ilienkov era contrário à divisão lukacsiana entre ontologia e gnosiologia. Para ele, essa divisão ocorre quando se entende a realidade como refratada no espelho do intelecto, enquanto o que a filosofia deve buscar é um princípio materialista da identidade do pensamento e do ser, procurando superar o objeto da ontologia – a relação do pensamento com a realidade (realidade em geral) – pelo objeto da filosofia da relação da realidade com si mesma, realidade essa concretamente histórica. Para Ilienkov, a lógica formal é a ciência das formas simbólicas da expressão do pensamento, funcionando muito bem no campo da linguagem. Enquanto a lógica formal ensina apenas a expressar pensamentos corretamente, a lógica dialética ensina a produzir pensamentos. A *Lógica*, a dialética (materialista), portanto, é o pensamento sobre o pensamento (Maidansky, 2013).

Em 1960, é publicado pela Editora da Academia de Ciências da U.R.S.S. o seu primeiro livro, *A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx*, que continha o manuscrito *A Dialética do Abstrato e do Concreto no Pensamento Científico e Teórico*. P. N. Fedoseiev, diretor do Instituto de Filosofia na época em que Ilienkov lá trabalhava, leu o manuscrito do livro e mandou destruí-lo, não permitindo sua publicação. Porém, alegando ter sido roubado, o manuscrito aparece na Itália, como futura publicação da editora Feltrinelli. Com isso, o Instituto faz com que Ilienkov reescreva o manuscrito para ser publicado

em russo antes da edição italiana, retirando, por pressão, a maioria das partes hegelianas e toda sua crítica contra a lógica formal, sendo publicado, ao final, um livro com aproximadamente um terço do conteúdo original. A tradução italiana foi publicada em 1961. Contraditoriamente, em 1965, por seu trabalho sobre a história e a teoria do conhecimento da dialética materialista, recebe da Academia de Ciências o prêmio Tchernichévski.

Em 1962, escreve o verbete *Ideal* para o segundo volume da *Enciclopédia Filosófica*, sendo que até esse momento a categoria *ideal* havia sido pouco explorada por autores marxistas. Segundo Maidansky (2014), esse verbete gerou grandes debates, considerado por muitos como puro hegelianismo. No verbete, Ilienkov inicia a grande questão que foi seu objeto de estudo e para a qual sempre retornou, o ideal, procurando resgatá-lo das concepções positivistas – que o entendiam enquanto sinônimo de mental, de subjetivo –, mostrando que o ideal existe apenas no movimento da atividade humana, apenas no momento de conversão da forma de uma coisa na forma de atividade e vice-versa, pois tão logo a atividade humana acabe, o ideal é imediatamente extinto. O ideal é a representação da própria essência das coisas, portanto, essa essência é material, sendo o ideal algo objetivo (mesmo que não seja necessariamente material). E dentro da consciência essa forma ideal objetiva da atividade humana adquire subjetividade. Essa representação aparece de forma superior através do conceito, pois o único requisito do conceito é que ele expresse devidamente a essência de seu objeto, que ele seja verdadeiro, não importando como essa coisa apareça, de como mude seu aspecto externo. Ilienkov, em *A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx*, usará o valor como exemplo (seguindo os passos de Marx (1818–1883) em *O Capital*) da forma ideal, sendo seu conteúdo a atividade material do ser humano – que tem o trabalho enquanto sua substância e que existe apenas enquanto as relações entre os indivíduos se dão através do mercado (no modo de produção capitalista)² (Maidansky, 2010).

Aqui cabe colocar as ressalvas feitas por Jones (1998; 1999) e Bakhurst (1991; 1997) em sua interpretação do que é o ideal na obra de Ilienkov. Ideal não é qualquer coisa resultante de uma atividade humana que possui uma ideia, uma intenção, por trás de sua produção. A idealidade também não consiste na função,

² “Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 2013, p. 147). “O trabalho não confere, por si mesmo, valor aos produtos; somente o *trabalho organizado numa determinada forma social* (na forma de uma economia mercantil). [...] O valor das coisas expressa um determinado tipo de relações de produção entre as pessoas” (Rubin, 1980, p. 84, grifos no original). “Se o produto do trabalho só adquire valor numa determinada forma social de organização do trabalho, então o valor não representa uma ‘propriedade’ do produto do trabalho, mas uma determinada ‘*forma social*’ ou ‘*função social*’ que o produto do trabalho desempenha como elo de ligação entre produtores mercantis isolados, como um ‘intermediário’ ou um ‘portador’ das relações de produção entre pessoas” (Rubin, 1980, p. 84, grifos no original).

utilidade das coisas produzidas, assim como quando Ilienkov trata da representação, não é no sentido de representação da atividade exercida pelo objeto. A idealidade da forma valor está calcada nas relações sociais de produção capitalistas, que exigem que os diversos produtores privados igualem suas mercadorias no mercado para que ocorra a troca. Mas essa mesma produção, sob outras relações sociais de produção, poderá ocorrer sem a necessidade de mensurar a quantidade de trabalho contida no produto, não haverá a necessidade da produção humana possuir valor – os produtos do trabalho humano em geral não serão mercadorias. Ilienkov, quando trata da forma ideal, trata das coisas que possuem uma função representativa, desempenhando um papel na mediação da atividade humana, e não necessariamente dos instrumentos de trabalho ou mercadorias. A divisão entre coisas materiais e ideais não tem como base estarem na cabeça das pessoas ou não, e sim quais suas funções dentro da produção da vida humana, qual seu papel nas relações sociais de produção. O ideal existe fora e independente da cabeça das pessoas, mas é percebido por essas mesmas cabeças: o ideal se produz e se realiza na e através da atividade prática humana de produção da vida.

Outra ressalva que podemos destacar é a realizada por Maidansky (2005; 2010) sobre a polêmica iniciada por Mikhail Lifschits após a morte de Ilienkov, em que ele buscou discutir a teoria da forma ideal, porém, não através da própria teoria de Ilienkov, mas sim mudando o significado do conceito, expressando ideal como é entendido no senso comum, como um horizonte inatingível, que deve ser sempre buscado por aproximações. Ou seja, ao final, Lifschits acabou não realizando aquilo que queria: dialogar com Ilienkov.

Durante essa década, Ilienkov também segue suas discussões sobre estética, com os artigos *Sobre a Natureza Estética da Fantasia* (1964), *Avaliando a Concepção de Hegel da Relação de Verdade com Beleza* (1966) e *O Que Está por Trás do Espelho?* (1969), nos quais discute questões como a natureza da beleza, conceitos de imaginação e sensibilidade estética, relação do entendimento artístico e científico, focando principalmente em artes visuais. Ilienkov considerava a arte pop/moderna como um espelho que nos mostra uma imagem das pessoas em um mundo alienado, sendo depressiva porque é um reflexo verdadeiro de um mundo distorcido, porém, como ela não pode se ver pelo que realmente é, acaba naturalizando essa realidade, afirmando e perpetuando esse mundo alienado e irracional (Bakhurst, 2001).

Ilienkov segue também com as discussões que *A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx* suscitou, publicando *Resposta a J. A. Kronrod (O Capital de Karl Marx e o Problema do Valor)* (1961), *Discurso aos Economistas* (1965), *Contribuição à Questão da Produção de Mercadorias* (meados da década de 1970). Na década de 1960, publica ainda *A Dialética Antiga como Forma de Pensamento*, em que discorre sobre a filosofia grega clássica, *O Problema do Ideal na Filosofia* (1963) e *Hegel e a “Alienação”* (1967).

Alexander Meshcheriakov funda, em 1963, uma escola especializada em crianças cegas e surdas de nascimento, na cidade de Zagorski e, algum tempo depois, torna-se diretor do Laboratório para Treinamento e Estudo de Crianças Surdas e Cegas I. A. Sokolianskii do Instituto de Pesquisa Científica de Educação Especial, sob os auspícios da Academia de Psicologia da U.R.S.S. Juntam-se a ele nesta experiência Ilienkov, Vasili Vasilievich Davidov (1930–1998) e Alexei Nikolaevich Leontiev (1903–1979). Segundo Suvorov (2003) e Oittinen (2005), Ilienkov participou ativamente dessa experiência, procurando ver na prática sua teoria sobre o ideal, sua teoria do processo de formação da personalidade como objetivo da história do mundo. Ilienkov buscou entender as habilidades individuais de forma distinta do marxismo dogmático da *Diamat*³, entendendo essas habilidades, incluindo os cinco sentidos, como *produtos históricos* e não como dons da natureza (Mareyeva, 2005). Para Ilienkov, o ser humano é um *ser universal*, que não se identifica com qualquer programa previamente imposto, tendo o potencial para ser absolutamente flexível, sendo inimigo de um plano preordenado, seja ele a anatomia do corpo orgânico, a estrutura neurodinâmica, instintos ou estereótipos culturais (Naumenko, 2005). Depois da morte de Meshcheriakov, em 1974, Ilienkov dirigiu e completou o treinamento de quatro estudantes selecionados em 1968, que ingressaram e se formaram no curso de psicologia da Universidade de Moscou.

Sobre o tema da educação, escreve diversos artigos em meados da década de 1960 e 1970 (alguns não sendo publicados em vida), como *Nossas Escolas Devem Ensinar a Pensar!*, *Sobre a Natureza da Habilidade*, *O Biológico e o Social no Homem*, *Contribuição para a Discussão sobre a Educação Escolar*, *Contribuição para a Questão do Conceito de 'Atividade' e sua Significância para a Pedagogia*, *Conhecimento e Pensamento*, *Contribuição para uma Conversa Sobre Educação Estética*, *Aprender a Pensar Enquanto Somos Jovens* (1977). Para Ilienkov, a forma como deve ser ensinado qualquer assunto deve ser construída de tal forma que o processo de ensino e aprendizagem, além de transmitir conteúdo, ou seja, transmitir o universal, as bases substanciais da cultura (e não suas particularidades), também treine a mente, treine a habilidade de pensar (Novokhat'ko, 2007), pois o intelecto não nasce com o ser humano, ele é resultado do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, sendo, portanto, um talento dado pela sociedade ao indivíduo, e isso se dá através da educação, “um processo que envolve a transformação qualitativa da criança de um mero modo animal de existência para um sujeito consciente de pensamento e experiência” (Bakhurst, 2005, pp. 266-267).

³ *Diamat* é um acrônimo russo para materialismo dialético (e *Istmat*, um acrônimo para materialismo histórico) e representa a filosofia marxista-soviética oficial do período stalinista, esquematizada no capítulo 4 do livro *História do Partido Comunista da União Soviética*, de 1938.

A partir de 1968, quando o Instituto de Filosofia da U.R.S.S. passa a ser liderado por Pavel Vasilevich Kopnin (1922–1971), os livros de Ilienkov passam a ter permissão para publicação. Nesse mesmo ano, publica o livro *Sobre os Ídolos e Ideais*, e em novembro defende sua tese de doutorado, intitulada *Quanto à Questão da Natureza do Pensamento (Na Análise de Materiais da Dialética Clássica Alemã)*. Em 1969, publica o livro *V.I. Lenin e os Problemas Atuais da Dialética*; em 1974, publica um livro que reúne diversos trabalhos: *A Lógica Dialética – Estudos em História e Teoria*; em 1977, o livro *Aprender a Pensar Desde Cedo*; e em 1979, publica *Dialética Leninista e a Metafísica do Positivismo: Reflexões sobre o livro “Materialismo e Empiriocriticismo” de V. I. Lenin*, seu último trabalho publicado em vida. Durante a década de 1970, ainda publica diversos artigos, como o verbete *Substância* (1970), na *Enciclopédia Filosófica*, que, de acordo com Oittinen (2005), desafia o conceito de matéria oficial da *Diamat*, além de *Humanismo e Ciência* (1971), *O Universal* (1973), *Atividade e Conhecimento* (1974), *Dialética e Visão de Mundo* (1979) e *O Problema da Contradição na Lógica* (1979).

Ao final da década de 1970, desgastado o clima intelectual na União Soviética, a inatividade dos dogmáticos e a atividade cada vez mais agressiva do que Lifschits chamou de *intelectualidade liberal-burguesa soviética* tiveram grande impacto em Ilienkov. Buscaram distanciá-lo dos alunos do experimento de Meshcheriakov, além de o diretor do Instituto de Filosofia ter se negado por seis vezes a publicar seu artigo *O Problema do Ideal*. Ilienkov buscava mudar de local de trabalho, e alguns de seus amigos tentaram ajudá-lo, porém, antes que conseguissem realizar qualquer ação, veio a inesperada notícia de seu suicídio (Carrión, 2012).

Após sua morte, em 21 de março de 1979, foram publicadas diversas obras, como *A Arte e o Ideal Comunista* (1984), uma segunda edição de *Lógica Dialética* (1984), *Filosofia e Cultura* (1991), *A Dialética do Abstrato e do Concreto no Pensamento Científico e Teórico* (1997), *A Escola Deve Ensinar a Pensar* (2002), e uma segunda edição de *Sobre os Ídolos e Ideais* (2002). Além de livros, Ilienkov publicou uma vasta obra, incluindo capítulos e artigos em livros, artigos em enciclopédia e periódicos, além de ter deixado diversos manuscritos. Suas obras foram traduzidas para muitas línguas, entre elas alemão, chinês, coreano, inglês, italiano, espanhol, francês, tcheco, polonês, servo-croata, finlandês, grego, punjabi e japonês; e recentemente também foram traduzidos alguns desses textos para o português⁴. Apesar da tradução em inúmeras línguas e de ser até hoje influente na Rússia pós-soviética, Ilienkov ainda permanece sendo um autor pouco conhecido internacionalmente e no Brasil.

⁴ < <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/index.htm> >

Em 1980, um ano após a morte de Ilienkov, seus ex-alunos realizaram o *I Seminário em Memória de E. V. Ilienkov*, tendo sido realizado anualmente até 1990. Nesse ano, Serguei Nikolaevich Mareiev e Guennadi Lobastov, dois de seus discípulos, decidem transformar o seminário em um encontro filosófico de nível mais elevado, nascendo assim conferências chamadas *Leitura de Ilienkov*, realizadas, desde então, anualmente. A partir de 1997, os assuntos discutidos passaram a ser publicados. Também existe um arquivo de suas publicações *online*, curado por Andrey Maidansky, chamado *Lendo Ilienkov*⁵.

O contexto de sua obra

Para entender a obra de Ilienkov, é preciso entender que na época em que foi educado, a União Soviética era uma ilha comunista em um mundo capitalista, e que essa ilha estava se desenvolvendo em uma velocidade extraordinária, saindo da situação praticamente feudal de antes da revolução, para uma industrialização que rivalizava com as nações capitalistas mais desenvolvidas. Porém, apesar dos extremos avanços em diversas áreas, principalmente sociais e econômicas, a área filosófica sofria severamente. Ao final da década de 1930, quase todos os pensadores da revolução haviam sido expurgados pelo stalinismo e, aqueles que haviam se formado desde então – pelos motivos que tiveram –, resumiram-se a expor e interpretar os escritos de Stalin, principalmente seu texto chamado *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*⁶ (*Diamat e Istmat*). Isso também se deve ao fato que nenhuma pesquisa, nenhum plano acadêmico, nenhum suporte de universidades e instituições de educação superior era aprovado se o pesquisador não seguisse as linhas doutrinárias da *Diamat*. Porém, a doutrina stalinista era apenas um dos fatores que influenciavam o pensamento dos filósofos da época, e, devido àqueles que conseguiram se manter ensinando em Moscou, como Valentin Ferdinandovich Asmus (1894–1975), Aleksei Fedorovich Losev (1893–1988) e Mikhail Lifschits, muitos estudantes se interessaram pela investigação intelectual, devido às contradições entre o dogma que lhes era ensinado e os textos que deveriam estudar. Isso faz com que estes sujeitos se voltem ao estudo dos filósofos clássicos, principalmente as obras de Karl Marx. Dessa forma, com o fim do stalinismo, fortalece-se uma nova geração de filósofos, com uma abordagem criteriosa da herança marxista.

⁵ <<http://caute.ru/ilyenkov/>>

⁶ Ilienkov, em 1954, declarou ao tutor da cadeira do Materialismo Dialético da Universidade Estadual de Moscou que no marxismo não existe tal coisa como “materialismo dialético” e “materialismo histórico”, e sim uma concepção materialista de história (Levant, 2012).

Logo após a Revolução de 1917, durante praticamente toda a década de 1920, existiu um grande campo de debate filosófico, mas que não conseguiu sobreviver à tomada de poder definitivo por Stalin. Nessa década surgiram dois grandes grupos de teóricos, os deborinistas (teóricos que se uniram em torno de Abram Moiseievich Deborin (1881–1963)) e os mecanicistas (um grupo mais eclético, que incluía um ativista do partido bolchevique, Ivan Ivanovich Skvortsov-Stepanov (1870–1928), um antigo menchevique, Liubov Isaakovna Akselrod (1868–1946), o filósofo bolchevique Alexander Aleksandrovich Bogdanov (1873–1928), e aqueles que eram apoiados por Nikolai Ivanovich Bukharin (1888–1938)). Os mecanicistas estavam unidos pela visão de que os recursos explicativos das ciências eram suficientes para explicar a realidade objetiva; já os deborinistas acreditavam que o pensamento era uma qualidade particular da matéria, o lado subjetivo dos processos objetivos, materiais, fisiológicos, que não eram idênticos e não podiam ser reduzidos deles, e acreditavam também que os mecanicistas estavam comprometidos com um evidente reducionismo. Este debate não foi resolvido e sim calado em 1929, quando os mecanicistas foram derrotados por um perigo político, pois Deborin e seus seguidores os acusavam de um desvio à direita, a mesma acusação que estava sofrendo Bukharin. Tática similar foi utilizada um ano mais tarde contra os deborinistas, que foram acusados de um desvio à esquerda, associado a Leon Trotsky (1879–1940), e ao fato de que Deborin havia sido um menchevique. Apesar de serem grupos adversários e ambos terem sido esmagados pelo stalinismo, em discussões mais recentes, Serguei Mareiev, que é um dos principais representantes do legado de Ilienkov na Rússia contemporânea, diz que o positivismo e o reducionismo característicos da *Diamat* estavam presentes em ambos os grupos, e não apenas nos mecanicistas (Levant, 2012).

Com a derrota dos deborinistas, começa a era da filosofia oficial soviética, que foi oficialmente instituída em 1931 e dominou a filosofia soviética por quase toda sua existência. Ela só foi contestada em meados da década de 1950, por Ilienkov e outros pensadores soviéticos. Esses teóricos procuravam, além de reagir contra a filosofia soviética da época, repensar a forma como se entende a realidade, como se constrói o conhecimento, de forma não-mecanicista, de forma dialética. A reação de Ilienkov contra o dogma stalinista traz à tona temas dos períodos iniciais da filosofia soviética, principalmente das décadas de 1920 e 1930, além de dar uma grande ênfase nos estudos de Lenin do período pré-revolucionário, quando este último combatia os empiriocriticistas. Segundo Nauhenko (2005), na história da filosofia soviética, o fenômeno Ilienkov consiste sobretudo no fato de que ele levou a filosofia para além da luta que ocorria dentro da *Diamat* entre os mecanicistas e os mencheviques idealistas, assim como com os acadêmicos stalinistas.

Foi um crítico implacável da interpretação grosseira e materialista mecanicista da teoria marxista pela *Diamat*⁷, que reduzia a consciência a uma simples reflexão da matéria, chamada por ele de empirismo ou neopositivismo, cuja linha teórica é a de que, explicando aqui de forma resumida, existem dois reinos distintos (o dualismo cartesiano), da subjetividade e da objetividade, sendo que, para os empiristas, o entendimento da realidade se dá através da ciência natural – o positivismo –, e tudo aquilo que não é do escopo dessa ciência positiva existe somente na mente dos sujeitos, portanto, sendo possível ser analisado apenas na mente singular de cada sujeito. Esse ponto de vista teórico também leva a variantes idealistas, para as quais o mundo externo é apenas uma construção da mente, que existe uma realidade independente na mente de cada pessoa. Para Ilienkov, porém, a relação entre o subjetivo e o objetivo é uma relação de unidade realizada em um único mundo, o mundo material, onde o sujeito pensante vive, produz e reproduz sua vida através do trabalho. Diferente de autores como Louis Althusser (1918–1990), Gilles Deleuze (1925–1995) e Antonio Negri (1933–), que procuraram realizar uma leitura espinoziana (ou seja, a partir de um caráter antipositivista e anticientífico) da dialética de Marx, na tentativa de articular uma leitura alternativa à dialética hegeliana presente em sua obra, Ilienkov utiliza tanto a dialética hegeliana quanto o monismo espinoziano, combatendo não o hegelianismo em si, mas sim o neopositivismo. “Em outras palavras, a coisa pensante não é o sujeito com seu cérebro, mas o coletivo como idealiza o material e materializa o ideal” (Levant, 2012, p. 132). Para ele, o positivismo alastrou-se na ciência, na filosofia e na consciência da população em geral devido à extrema intensificação da divisão do trabalho na sociedade industrial, substituindo a *personalidade* pelo *profissional*, fazendo com que o positivismo se tornasse uma abordagem utilitária da cultura em geral nos séculos XIX e XX (Mareyeva, 2005).

Apesar de Ilienkov ter desenvolvido suas principais ideias antes, e independentemente, de seu contato com os escritos de Lev Semenovitch Vigotski (1896–1934),

⁷ Cabe aqui ponderar sobre a relação de Ilienkov com o marxismo e com o próprio socialismo soviético. Alguns autores, como David Bakhurst, enfatizam uma suposta não ortodoxia marxista-leninista de Ilienkov, mas sim a utilização de um linguajar necessário para *enganar* a censura stalinista. De forma alguma concordamos com essa asserção. Por um lado, Ilienkov era sim um marxista ortodoxo, que buscou ver a realidade através do legado deixado por Marx. Sua leitura da realidade sempre perpassava as lentes do marxismo. Por outro lado, foi justamente sua ortodoxia que o fez ter grandes embates com a *Diamat* e sua leitura não ortodoxa, e sim *dogmática* do marxismo. Da mesma forma é sua relação com o socialismo soviético: por um lado ele critica o caminho que estava seguindo a União Soviética; por outro, ele era um entusiasta da necessidade do comunismo para a humanidade. Vemos a análise de Bakhurst como algo parecido com o que fizeram com as obras de Vigotski (principalmente as traduções em inglês), da qual retiraram o marxismo (buscaram torná-lo não essencial para a teoria) para facilitar sua apropriação por teorias não marxistas e não comunistas. No caso de Vigotski, isso é muito bem exposto por Duarte (2006).

acredita-se que suas concepções sobre a mente sejam *descendentes*⁸ das teorias do psicólogo bielorrusso, pois ele foi atraído particularmente pelas aplicações práticas na pedagogia e no desenvolvimento psicológico da escola histórico-cultural, além de que ambos possuem uma abordagem antiessencialista da consciência humana, ou seja, ambos argumentam que a consciência não se desenvolve espontaneamente junto com o desenvolvimento do cérebro humano, e sim que a consciência é um produto social. De acordo com Surmava (2010), ambos Vigotski e Ilienkov possuíam um entendimento de que a psicologia não era uma ciência empírica positivista, mas uma verdadeira ciência teórica que possui uma base sólida calcada não na prática do psicoterapeuta, uma prática construída artificialmente pelos próprios psicólogos por razões não livres de interesse próprio, mas em uma prática superiormente organizada⁹.

Ilienkov, diferentemente de muitos filósofos da época – e diferentemente de muitos intelectuais atuais –, era contra uma suposta existência de uma divisão entre o que se considera um *jovem Marx* e suas obras *filosóficas*, e um *Marx maduro* com suas obras *econômicas*. A compreensão dele era de que os estudos econômicos de *O Capital* são incompletos sem a preservação de um entendimento do ser humano de suas obras mais antigas, como os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, e o que ocorre, na verdade, é que Marx não rompe com as ideias de seus escritos juvenis, e sim que ele aperfeiçoa e precisa a utilização dos termos e conceitos dessas obras nos escritos posteriores.

Também era contra uma leitura metafísica de *O Capital*, a respeito da contradição entre o conceito de valor que aparece no livro I (no qual o mais-valor é produto da parte variável do capital e somente dessa parte) e no livro III (no qual o mais-valor nasce simultaneamente de todas as porções do capital investido). Com base nessas afirmações, os economistas vulgares se vangloriam em dizer

⁸ Levant (2012) argumenta que essa continuidade entre o trabalho dos dois teóricos ainda é um assunto que precisa de maiores discussões, apesar de existir uma inconfundível linha de afinidade entre eles e outros autores da psicologia histórico-cultural. Acreditamos que esse desconforto em afirmar ou não uma continuidade entre Vigotski e Ilienkov tenha como base a proximidade entre Ilienkov e Leontiev e as discussões entre a continuidade ou não entre Leontiev e Vigotski. Apesar de ser uma questão que pode ser engajada e que pode trazer resultados positivos, nossa posição é de que isso se constitui enquanto uma falsa polêmica. A questão principal não é se um autor continuou o outro e de que esse é o ponto que determina a falsidade ou veracidade da teoria de um autor, mas sim se esse autor buscou analisar a realidade objetiva até suas últimas consequências, ou seja, se o autor buscou descobrir a verdade. Se o fez seguindo um outro autor ou não, é uma questão de relevância menor. Uma análise que busque entender a realidade até as últimas consequências, realizada por um autor que não segue Marx, não deixará de ser menos verdadeira do que uma análise que segue Marx (entendendo que, no capitalismo, análises que não seguem Marx acabam se constituindo enquanto limitadas, por não apreenderem a essência dessa sociedade – que foi o objeto de estudo de *O Capital*).

⁹ Vigotski e Ilienkov também tinham em comum o fato de que não buscavam desenvolver uma teoria *sua*, mas sim uma teoria *marxista*, pois ambos entendiam marxismo e científico (a busca pela verdade) como a mesma coisa e que, portanto, buscar a verdade é realizar uma análise marxista.

que Marx não foi capaz de resolver o problema das antinomias da teoria do valor-trabalho de David Ricardo, como havia prometido, e que todo *O Capital* não é nada mais que uma artimanha dialética especulativa. Porém, segundo Ilienkov, a contradição existente em *O Capital* é a contradição existente na realidade objetiva do capital, e que essas análises têm como base uma concepção metafísica, em que uma lei universal é provada por fatos somente quando pode ser tomada em concordância sem contradições diretas com a forma empírica geral do fenômeno, com as características gerais dos fatos abertos para a contemplação direta. Para Ilienkov, isso é exatamente o que não se encontra em *O Capital*, e esses economistas vulgares, esses empiristas, gritam que as proposições do livro III contrariam as do livro I, e que isso é evidência da falsidade da lei do valor, contrariando a realidade. Porém, no sistema de Marx, as definições teóricas não eliminam a contradição interna da realidade, pois não procura resolver a contradição através de sua eliminação da teoria e sim entende que a contradição do objeto não pode e nunca será resolvida de qualquer forma que não o desenvolvimento dessa realidade plena dessa contradição em uma realidade mais elevada, mais avançada; já a metafísica não consegue e não sabe utilizar qualquer outra lógica que não a lógica formal, reduzindo qualquer contradição a uma contradição externa, um erro subjetivo do pesquisador¹⁰.

Ilienkov é incluído no que atualmente conveniu-se chamar de “marxismo soviético *criativo* [творческий]”, em distinção a certas correntes do “marxismo soviético *oficial*” na forma da *Diamat*. Segundo os autores que utilizam essa classificação, a corrente *criativa* é encontrada principalmente nas áreas acadêmicas nas décadas de 1920 e de 1960, diferenciando-se do pensamento da corrente *oficial*, principalmente, pelo afastamento das concepções positivistas de subjetividade (Levant, 2012).

Além do confronto ao neopositivismo/empirismo, Ilienkov também elaborou sobre a teoria do conhecimento, a lógica e a dialética, sob um ponto de vista materialista, enfatizando a unidade entre o subjetivo e o objetivo e a ligação orgânica entre a lógica e a história. Como filósofo, também discutiu questões sobre psicologia, educação, estética, e escreveu sobre a teoria da personalidade, o desenvolvimento do pensamento e da apropriação do conhecimento no ensino escolar, enfatizando a questão social no tornar-se humano, opondo a interiorização de toda a cultura humana necessária para humanizar o indivíduo à exteriorização, que para ele, e Meshcheriakov, possui um sentido de padrões comportamentais programados geneticamente, como se o indivíduo se humanizasse naturalmente. Segundo Sovorov (2003), enquanto Vigotski descobriu o *fato* da interiorização, Sokolianskii e Meshcheriakov, e também Ilienkov, revelaram o *mecanismo* dessa

¹⁰ Uma análise contemporânea dessa questão encontra-se em Kliman (2007).

interiorização. Na psicologia também chegou a respostas que seu contemporâneo, Leontiev, não conseguiu, pois segundo Ilienkov, o último elaborou erroneamente a questão, uma vez que o problema de estabelecer a relação entre atividade externa-sensorial e atividade interna-psíquica é impossível, porque, segundo ele, não existe já de início dois objetos de investigação diferentes e opostos, o corpo e o pensamento, mas apenas um único objeto, o corpo pensante de uma pessoa viva real, somente visto a partir de dois ângulos diferentes e até mesmo opostos. Isso não significa que Ilienkov encontrou todas as respostas para a psique humana, porém, “deu o primeiro passo na transformação da psicologia da magia e feitiçaria em uma teoria científica baseada na prática” (Surmava, 2010, p. 59).

Considerações finais

Ilienkov, em sua breve carreira acadêmica (cerca de 30 anos), foi um filósofo extremamente importante para sua época na então União Soviética, por seus embates com o tradicionalismo e o dogmatismo que imperavam nas ciências, principalmente na filosofia, a partir de uma abordagem dialética entre o abstrato e o concreto, entre o real e o ideal, como forma de entendimento verdadeiro sobre a realidade da atividade prática social humana e sua manifestação dialética e mediada na consciência humana. Entretanto, sua obra transcende o período histórico em que foi escrita, pois trouxe e ainda traz discussões que, mesmo hoje, são desconhecidas para muitos filósofos, inclusive filósofos marxistas, principalmente sua discussão em torno do que é o ideal – além da atualidade de sua luta contra o neopositivismo e suas formas.

A obra de Ilienkov está calcada ortodoxamente na obra de Marx, não por citá-lo ou simplesmente utilizar sua obra, mas por analisar a realidade buscando entendê-la de fato, entender sua essência, de forma dialética, assim como Marx fez ao analisar o capitalismo no século XIX. Isso leva aos debates com outros autores que fugiam do entendimento dialético da realidade e acabavam buscando sempre justificá-la e não transformá-la. É uma obra, portanto, que nos permite ampliar o entendimento da essência da realidade humana, especificamente da realidade do modo de produção capitalista, a partir de uma compreensão histórico-dialética da atividade humana e suas manifestações ideais. Essa análise dialética, em conjunto com o conhecimento elaborado pelo autor, constituem-se enquanto instrumentos importantes para a classe trabalhadora munir-se teoricamente na luta revolucionária pela superação do capitalismo, da mesma forma que serviu para a crítica radical ao regime stalinista na antiga União Soviética, além de permitir um entendimento das possibilidades daquilo que pode vir a ser.

E no momento histórico atual, marcado por grandes crises que levaram o capitalismo a buscar novas formas que o permitam se conservar enquanto sociedade, expresso principalmente pela reorganização do trabalho (cujo grande

exemplo é o toyotismo) e do Estado, com a forma neoliberal de seu gerenciamento, ocorre, por um lado, a retirada sistemática de direitos dos trabalhadores e, por outro, uma flexibilização do trabalho com o intuito de uma maior exploração, devido à necessidade do capital em produzir valor e expropriar o trabalhador de um mais-valor que permita a constante revalorização do próprio capital. Nesse momento histórico, contraditoriamente, observa-se uma busca pelas obras marxianas, com o movimento dos trabalhadores buscando entender o capital na busca de sua superação, ao mesmo tempo em que se exacerba a luta contra o próprio marxismo, tanto na figura da manutenção do *status quo*, quanto na figura das lutas por direitos individuais não relacionadas com a luta de classes.

O marxismo se constitui em um forte instrumento teórico na luta pela superação do capitalismo, fazendo-se mister o estudo da obra marxiana; associado a este estudo, acreditamos que o estudo da obra de Ilyenkov permitirá ampliar o entendimento da realidade com vistas a sua superação pela classe trabalhadora, rumo a uma sociedade sem classes.

Referências

- BAKHURST, David. *Consciousness and Revolution in Soviet Philosophy: From the Bolsheviks to Evald Ilyenkov*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. "Meaning, Normativity and the Life of the Mind.", *Language & Communication*, v. 17, n. 1, pp. 33-51, 1997.
- _____. "Ilyenkov on Aesthetics: Realism, Imagination, and the End of Art.", *Mind, Culture, and Activity*, v. 8, n. 2, pp. 187-199, 2001.
- _____. "Ilyenkov on Education.", *Studies in East European Thought*, v. 57, n. 3-4, pp. 261-275, 2005.
- CARRIÓN, Víctor Antonio. "Evald Vasilievich Iliénkov." In: ILIÉNKOVA, Evald Vasilievich. *La Lógica Económica del Socialismo*. Quito: Edithor, 2012, pp. 17-36.
- DUARTE, Newton. *Vigotski e o "Aprender a Aprender": Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós-Modernas da Teoria Vigotskiana*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- JONES, Peter. *Symbols, Tools, and Ideality in Ilyenkov*. 1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/psychology/works/jones/ideal.htm>
- _____. *Ideality, Symbols, and the Mind* (Response to David Bakhurst). 1999. Disponível em: <http://caute.ru/ilyenkov/cmt/jones.htm>
- KLIMAN, Andrew. *Reclaiming Marx's Capital: A Refutation of the Myth of Inconsistency*. Plymouth: Lexington Books, 2007.
- LEVANT, Alex. "E.V. Ilyenkov and Creative Soviet Theory: An Introduction to 'Dialectics of the Ideal'." *Historical Materialism*, v. 20, n. 2, pp. 125-148, 2012.
- MAIDANSKY, Andrey. "Metamorphoses of the Ideal." *Studies in East European Thought*, v. 57, n. 3-4, pp. 289-304, 2005.

- _____. "Ascent Toward the Ideal.", *Russian Studies in Philosophy*, v. 48, n. 4, pp. 63-75, 2010.
- _____. "The Dialectical Logic of Evald Ilyenkov and Western European Marxism." *In: OBOLEVICH, Teresa; HOMA, Tomasz; BREMER, Józef (Eds.). Russian Thought in Europe: Reception, Polemics, Development.* Kraków: Akademia Ignatianum, Wydawnictwo WAM, 2013, pp. 537-549.
- _____. "Reality of the Ideal." *In: LEVANT, Alex; OITTINEN, Vesa (Eds.). Dialectics of the Ideal: Evald Ilyenkov and Creative Soviet Marxism.* London: Brill, 2014, pp. 125-143.
- MAREYEVA, Elena. Was Il'enkov an Aesthetician? *Studies in East European Thought*, v. 57, n. 3-4, pp. 277-287, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital.* São Paulo: Boitempo, 2013.
- NAUMENKO, Lev. "Evald Il'enkov and World Philosophy.", *Studies in East European Thought*, v. 57, n. 3-4, pp. 233-248, 2005.
- NOVOKHAT'KO, A. "The Training of the Mind.", *Journal of Russian and East European Psychology*, v. 45, n. 4, pp. 6-8, 2007.
- OITTINEN, Vesa. "Evald Il'enkov as an Interpreter of Spinoza.", *Studies in East European Thought*, v. 57, n. 3-4, pp. 319-338, 2005.
- RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor.* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SIEBERT, Birger. "Prospects for a Cultural-Historical Psychology of Intelligence.", *Studies in East European Thought*, v. 57, n. 3-4, pp. 305-317, 2005.
- SURMAVA, Alexander V. "Ilyenkov and the Revolution in Psychology.", *Russian Studies in Philosophy*, v. 48, n. 4, pp. 36-62, 2010.
- SUVOROV, A.V. "Experimental philosophy (E.V. Ilyenkov and A. I. Meshcheriakov).", *Journal of Russian and East European Psychology*, v. 41, n. 6, pp. 67-91, 2003.

Recebido em 2 de novembro de 2015

Aprovado em 29 de maio de 2016

Breve história da violência estatal

A brief History of State violence

Pedro Rocha de Oliveira*

Resumo

O presente trabalho sugere uma história da formação e da consolidação do Estado Moderno enquanto imposição da forma de vida capitalista. Atenta-se à maneira como a conformação institucional que caracteriza o Estado Moderno relacionou-se com um discurso explícito a respeito do papel socializador da violência, espelhando não apenas uma contínua leitura da competição econômica intrínseca à produção sistemática de mercadorias, mas também uma consciência histórica constante a respeito do caráter violento do próprio Estado. Através da exploração de certas diferenças específicas entre as formas absolutista e burguesa do Estado Moderno, bem como do contraste conceitual entre “forma de vida capitalista” e “Estado burguês”, é construído um argumento que relaciona transformações no sentido econômico da população em geral, formas de legitimidade política, e práticas estatais repressivas paradigmáticas.

Palavras-chave: Estado Moderno, forma de vida capitalista, Estado de Direito, Estado de Exceção

Abstract

This paper advances a history of the formation and consolidation of the Modern State as the imposition of the capitalist form of social life. The way is discussed in which the institutional development characteristic of the Modern State relates to an explicit discourse about the socializing role of violence, mirroring not only a continuous understanding of the economic competition inherent in the systematic production of commodities, but also a constant historical consciousness of the violent character of the State itself. Highlighting certain specific differences between the absolutist and bourgeois forms of the Modern State, and conceptually contrasting the “capitalist form of social life” and the “Bourgeois State”, the paper finally suggests a connection between transformations in the economic role of population in general, forms of political legitimacy, and paradigms of state repression.

Keywords: *Modern State, capitalist form of social life, rule of law, State of emergency*

* Doutor em Filosofia e Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: oliveira.rocha.pedro@gmail.com

A relação entre o poder público e a violência está no cerne da discussão contemporânea sobre a experiência social da violência, a qual, por sua vez, é indissociável das questões sobre a prática política em geral. Apesar das inflexões contemporâneas específicas, esse tema, evidentemente, não é novo: estava no centro das primeiras formulações do pensamento político moderno. Thomas Hobbes (1588-1679), contemporâneo da Guerra Civil inglesa, foi um dos importantes pioneiros aí. Hobbes escreveu no momento em que o capitalismo mercantil tomava sua forma definitiva na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XVII. A terra, tradicionalmente de uso comum e regida por esquemas de posse, vinha, há décadas, sendo convertida em propriedade privada, o que levava à expulsão de populações inteiras do campo, sua conversão em sem-terra e sem-trabalho e, eventualmente, em revoltosos que precisavam ser brutalmente reprimidos para que a ordem social pudesse ser mantida. Observando, também, o conflito entre interesses privados e a competição econômica constante no âmbito nacional – especialmente, entre a nobreza tradicional e aquela que se voltava para as atividades comerciais –, e as guerras internacionais entre as potências marítimas, travadas em torno do domínio colonial do Novo Mundo, além da intervenção da Coroa na economia, e sua disputa por riquezas e poder político junto às classes mercantes em ascensão, Hobbes descreveu a vida social como, tendencialmente, uma “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1998, p. 85). Comparando essa humanidade em guerra com lobos que tentavam se devorar uns aos outros, Hobbes chamou essa guerra de “estado de natureza”, em consonância com a filosofia política da época.

Mas se, por um lado, a guerra civil parecia a Hobbes algo constante, espontâneo e natural, por outro lado, também lhe ocorreu observar que os negócios e o governo poderiam ser muito mais lucrativos e eficientes se ela fosse de alguma forma coibida. Para pensar como aplacar a guerra civil natural, Hobbes lança mão de uma ideia política antiquíssima, a de que o monarca precisa ser mais poderoso que as demais forças econômico-político-militares em competição, de modo a abrir para elas a possibilidade de uma trégua. Impondo violentamente a lei sobre a violência generalizada, o monarca inaugura um “estado civil” em torno do qual a sociedade eventualmente se organiza de forma voluntária, percebendo suas vantagens sobre o caótico “estado de natureza”.

Para nós, habitantes do século XXI, acossados pelo fluxo constante de violência social, a relação explicitada por Hobbes entre violência, ordem social e atuação estatal parece absolutamente familiar. O discurso sobre a ameaça do crime ou do terrorismo; as intervenções militares internacionais e os bombardeios com *drones*; a violência policial racial e economicamente seletiva; as recorrentes “ondas” mundiais de manifestações populares e o caráter geralmente brutal das respostas governamentais, seja no Brasil, nos EUA, ou na Turquia; a normalização da violência sistemática como recurso corriqueiro da administração pública, das

Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro, às Zonas Urbanas Sensíveis de Paris: todos esses fenômenos marcam uma época em que o Estado, de bom grado, *declara-se como necessariamente violento*. A sensação difusa e difundida de que a ordem sociedade está em risco, sob ameaça, em frangalhos, etc., intensificada em escala industrial pela cuidadosa e científica produção midiática, conflui com a fala dos chefes do Poder Executivo em todos os níveis, secretários de segurança, porta-vozes das polícias e das agências de vigilância, etc., no sentido de criar um discurso de urgência constante e respostas administrativas rápidas e enérgicas, no contexto das quais a violência é legítima, imprescindível à manutenção da ordem – aliás, da ordem precária, continuamente ameaçada, continuamente dependente de medidas excepcionais, emergenciais e brutais. Aspectos do velhíssimo raciocínio hobbesiano estão presentes, aí, de forma horripelantemente clara: diante do risco da ordem social ficar inoperante, diante da possibilidade de que a violência pura triunfe, seria preciso exercer uma violência oficial e organizada. Não é exatamente assim que o projeto das UPPs, no Rio de Janeiro, apresenta o “território” das favelas sob o “controle” do “tráfico de drogas”, e posteriormente “ocupado” e devolvido para o seio da sociedade civil?¹

Hobbes, entretanto, viu que esse esquema tinha uma pegadinha. A força que instituía a ordem legal e o estado civil – no seu caso, o monarca, nesse sentido chamado de “soberano” – devia, claramente, estar acima, e fora, da ordem legal e do estado civil (Hobbes, 1998, pp. 116ss). Assim, o soberano preservaria sempre uma relação “natural” com a sociedade como um todo, ou seja: ele *podia* explorar e reprimir a sociedade para seu benefício próprio, tratando seus súditos de maneira arbitrária, violenta e desonrosa. A lei não podia limitar a ação do soberano: seria mero cinismo vazio dizer que o rei imporá leis para limitar seu poder de imposição! Assim, segundo Hobbes, nada impedia o soberano de atuar de maneira explicitamente interessada e violenta, exceto o cálculo privado: o rei deveria preocupar-se como, em determinadas situações, o emprego da violência e da arbitrariedade desmedidas poderiam acabar prejudicando-o. E o autor, de fato, reconhecia a prerrogativa da revolta popular: em resposta aos “excessos” do monarca, os súditos, evidentemente, *podem* rebelar-se. Entretanto, o soberano está acima da lei, e por isso não há critério jurídico para julgá-lo, de modo que não há como agir de forma legal contra o soberano. Quem vive dentro da lei – do estado civil – são os súditos, para quem, portanto, a rebelião, que coloca esse estado civil em questão, é *sempre injusta*.

¹ Primeiro a mídia, depois intelectuais simpatizantes, e finalmente a própria Secretaria de Segurança, desenvolveram e aperfeiçoaram esse discurso, como se lê no *site* de “Informação Pública” sobre o projeto das UPPs do Governo do Estado do Rio de Janeiro: “As UPPs representam importante estratégia do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Segurança Pública (Seseg) para recuperar territórios antes dominados por grupos criminosos e estabelecer o Estado Democrático de Direito.” Fonte: <<http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1041262>>. Acesso: Março de 2015.

Essa lógica simples, consistente e implacável é constitutiva do Estado Moderno: a ordem jurídica em si mesma é, em última análise, mais importante que os direitos dos cidadãos, e precisa ser preservada ainda que, para isso, esses direitos sejam pisoteados. É assim que, para instaurar uma UPP, o judiciário autoriza a figura constitucionalmente irregular do mandado de busca e apreensão coletivo (Correia, 2014), e o presidente da república autoriza a inconstitucional atuação das forças armadas em território nacional (Carvalho, 2010).

É importante manter em mente que aquela elaboração teórica hobbesiana da alvorada da sociedade moderna desenvolveu-se em paralelo a um conjunto de práticas concretas de dominação e administração social inéditas, as quais marcam a especificidade do Estado Moderno mais precisamente do que os desenvolvimentos no pensamento político. Essas práticas ficam especialmente visíveis quando atentamos para configurações sociais da Inglaterra dos séculos XVI-XVII, quando da consolidação do peculiar absolutismo inglês (Anderson, 2013, pp. 113-142). Aí, a imposição do poder monárquico que aparece na teoria correspondeu, na prática, à dissolução das instituições feudais e à centralização do poder pela corte e pela Coroa: a consolidação de um sistema jurídico e policial centralizado que desarticulasse os mecanismos de exercício de poder por senhores locais, e uma igreja institucionalmente forte, hierarquizada e centralizada (Grummit, 2004; Rigby, 2008) – todas medidas arquitetadas de forma mais ou menos consciente pela Coroa, em paralelo à supracitada conformação do capitalismo mercantil, que tanto contribuiu para aquelas medidas, quanto beneficiou-se delas (Hill, 1970, pp. 27ss; Sayer, 1992).

De fato, mesmo a reforma da Igreja não pode ser considerada independentemente de suas consequências econômicas imediatas. Tratava-se de algo especialmente importante em vista do fato de que as interpretações libertárias do discurso religioso funcionaram, durante muito tempo, como o principal discurso político disponível para expressão e justificação da revolta popular, a qual, no período da formação do absolutismo inglês, se organizava sobretudo em torno da resistência à expropriação da terra – ou da manutenção das práticas pré-modernas de uso livre da terra – e à dissolução das guildas e formas tradicionais de organização profissional. Heresias tais como as dos anabatistas e antinomianos, insistindo no fato de que a vinda de Jesus era um sinal de que a humanidade estava salva de todo pecado, defendiam que todos os homens (e, dependendo da seita, também as mulheres) podiam pregar a palavra de Deus, empreendendo, com isso, um combate à Igreja enquanto instituição. Ademais, segundo a mesma lógica, as “leis dos homens” não podiam ter primazia sobre as leis de Deus, que havia criado a terra para usufruto de todos os seres humanos, sem distinção. Assim, em certo sentido, lutavam, também, contra o Estado Moderno, e pela manutenção dos costumes tradicionais de relativa autonomia comunitária. À interpretação radical das Escrituras correspondia, portanto, uma luta concreta pelo

controle da terra e o estabelecimento de práticas autônomas de produção através de várias formas de democracia eclesiástica e aldeã (McGregor & Reay, 1984). Tratava-se, portanto, de revoltas contra a *forma de vida moderna, ou capitalista*.

Ora, para combater um movimento social com esse perfil, o esforço de formação do Estado moderno tinha que contar com o controle religioso, mas não podia limitar-se a tanto, e tampouco à imposição jurídico-militar da propriedade privada: precisava incluir, ainda, um esforço estatal de transformação concreta da *forma de vida* das pessoas comuns. Uma das instituições tipicamente modernas que se encarregou disso diretamente foi a prisão (Rusche & Kirchheimer, 2004, pp. 43ss, 67ss). Para começar, foi criada e redefinida toda uma gama de tipos penais, centrados na criminalização da população que, através da privatização da terra, foi tornada incapaz de trabalhar para manter-se viva. Aparecem duríssimas leis contra a mendicância e a “vagabundagem”, ou seja, a involuntária migração permanente dos sem-terra criados pelo capitalismo agrário. Ao mesmo tempo, a cadeia, transformada em “casa de correção”, instituiu-se como um local de treinamento compulsório para o trabalho assalariado ao qual era necessário submeter as populações expulsas da terra, como alternativa ao movimento social que lutava por retomar e manter o modo de vida rural. Os idealizadores desse treinamento insistiram conscientemente na criação de castigos que incutissem no prisioneiro o hábito da disciplina de horário e da ação repetitiva, traços nominalmente ausentes do trabalho rural pré-moderno (Thompson, 1991, pp. 97ss, 352ss). Ao mesmo tempo, os presos eram recrutados para serviços fisicamente destrutivos que ninguém desempenharia de bom grado, desde a colonização de áreas inóspitas do Novo Mundo até a drenagem de pântanos para expansão da agricultura comercial e o serviço escravo nos exércitos nacionais, seja nas galés, seja nas forças militares coloniais (Linebaugh & Rediker, 2000, pp. 36ss). Desse modo, a sociedade moderna aparece como um sistema com elementos políticos, jurídicos, econômicos e penais próprios e inter-relacionados.

Um pressuposto da configuração moderna da cadeia como instituição de transformação da vida é uma mudança no caráter das populações expulsas da terra no início do processo de formação do capitalismo mercantil. Se os planejadores da sociedade moderna viram-nas inicialmente como população sobrando, gente sem utilidade socioeconômica a ser punida exemplarmente através de mutilações, açoites, enforcamento, etc., logo o desenvolvimento do capitalismo mercantil permitiu uma mudança nessa percepção (Hill, 1980, p. 38ss). A crescente demanda de mão-de-obra pela manufatura – a complementação da agricultura mercantil que vinha expulsando as pessoas da terra – significava que um número cada vez maior de pessoas podia ser convertido em uma população de trabalhadores. Essa conversão teve significados de amplo alcance na história da humanidade, na medida em que acarretou a quebra da relação – em sentido físico-geográfico e social – entre o ser humano e os meios de manutenção direta de

sua vida. E foi uma conversão duplamente forçada: de um lado, na medida em que envolveu a atuação militar, legislativa e penal do Estado; de outro, porque a sedimentação de relações econômicas mercantis gradualmente tornou o caminho de retorno social à lida direta com a terra imediatamente impossível, na prática, para a maior parte das pessoas.

O processo histórico de consolidação e expansão da figura social do trabalhador assalariado representa, assim, uma alteração extremamente significativa no modo de vida da espécie humana. Por isso, obviamente, introduziu modificações na forma da dominação social, movendo-a para além do paradigma absolutista, e também transformando o perfil da luta política. Gradualmente, as lutas populares contra as relações político-econômicas modernas – contra o Estado Absolutista, contra o trabalho assalariado, contra a privatização da terra – tornaram-se lutas para a transformação e o governo do Estado Moderno. Ao mesmo tempo, o volume de riqueza produzida e circulante, bem como a multiplicação dos atores econômicos, lentamente deslocou a Coroa do seu papel central na atividade econômica. Os processos intrínsecos ao capitalismo mercantil e ao absolutismo empurraram a sociedade moderna para além do capitalismo mercantil e do absolutismo, em direção ao capitalismo industrial pleno e à sociedade burguesa.

Para efeitos da presente exposição, podemos considerar que a mudança de paradigma do absolutismo para a sociedade burguesa tem como referenciais a Guerra de Independência americana e a Revolução Francesa. Tratou-se, ambas, de revoltas promovidas por setores sociais para quem a concentração de poder pelo Estado Absolutista, que havia sido fundamental para a expansão inicial do capitalismo mercantil, tornou-se, eventualmente, um limite para a atividade econômica. As guerras civis então desencadeadas, em ambos os casos, tiveram participação de populações que estavam significativamente inseridas na forma de vida capitalista: comerciantes, pequenos proprietários rurais, mercantes, trabalhadores assalariados do campo e da cidade, profissionais liberais. O que é importante entender aqui é que a existência dessas populações – gente cuja sobrevivência dependia, em larga medida, de dinheiro, compra e venda de mercadorias e força de trabalho – é o sinal da consolidação de uma *forma de vida capitalista*. O que estamos chamando, aqui, de *sociedade burguesa* é o que resulta quando, em meio à consolidação dessa forma de vida, setores sociais atacam os aparatos de administração específicos ao Estado Absolutista, e criam instituições próprias, ao mesmo tempo em que a forma de vida capitalista é preservada, intensificada e expandida.

Como se sabe, esse processo de criação não foi absolutamente original, tendo tomado como referências as centenárias repúblicas italianas e holandesas, o direito romano, e releituras do vocabulário político da Grécia clássica, para erguer, a partir das décadas finais do século XVIII, os pilares da representação

política e da legislação sobre a propriedade e o trabalho, que, estendidas em escala nacional, são as marcas fundamentais da sociedade burguesa. Por outro lado, a especificidade burguesa dessas instituições, para efeitos de nossa discussão, está numa mudança *do caráter* da ordem legal, o que não é a mesma coisa que uma mudança *na* ordem legal. Se, no paradigma absolutista, o pensamento político representava a ordem legal como boa simplesmente porque *era legal* (Sommerville, 1991) – ou seja, nos termos de Hobbes, porque eliminava a violência espontânea do “estado de natureza” –, a ordem legal burguesa precisa ser não apenas legal, mas, também, *politicamente legítima*. Isso quer dizer que a questão central não é tanto *que* existem leis, mas *de onde* provêm essas leis. Formulada concisamente, essa questão muito cedo tomou a forma de um discurso político que substituíu o conteúdo da figura do poder soberano que cria as leis: soberano não é o monarca; soberano é o “povo”.

É preciso atentar para a razão pela qual esse conceito de “povo”, teoricamente pouco preciso, porém politicamente funcional, entra no pensamento político. Rebeliões de pessoas comuns, sem sangue nobre, e não-participantes da hierarquia eclesiástica, *contra instituições políticas* – governos, igrejas, impérios, etc. – foram uma constante na história da humanidade. A própria consolidação do Estado Moderno deu-se através do massacre e da desarticulação de rebeliões desse tipo, algumas das quais assumiram alto grau de organização – como na Guerra Civil Inglesa, com suas fortes facções hereges. No entanto, com a sociedade burguesa, o conceito de povo em geral é mobilizado *para a criação de instituições políticas*. Enquanto, no paradigma absolutista, as instituições existentes tratavam as pessoas comuns como um “Terceiro Estado”, definido negativamente como todos aqueles que não pertenciam nem à nobreza nem ao clero, na sociedade burguesa o povo será *definido* positivamente como a fonte do poder político e das instituições.

Evidentemente, tal definição não significa que, *de fato*, o povo terá nas mãos as rédeas do governo e do Estado. Mesmo assim, a questão burguesa da legitimidade popular não pode ser descartada como mera conversa fiada. A centralidade da legitimidade no discurso político burguês é expressão do fato de que as instituições burguesas, na acepção aqui sugerida, foram forjadas como resultados de guerra civil e revoluções, com massiva participação popular, contra as relações econômicas e políticas típicas do absolutismo: monopólios comerciais, controle econômico, distinções legais entre nobres e não-nobres, concentração de poder e considerável margem para arbitrariedade executiva e legislativa por parte do monarca e da corte. Ao mesmo tempo, no momento em que as revoltas em questão explodem, parte politicamente significativa da população já se encontrava materialmente convertida à forma de vida moderna/capitalista, podendo, por isso, expressar suas necessidades e anseios nos termos da forma de vida moderna/capitalista: leia-se, em termos de propriedade privada, mercadoria e

trabalho assalariado. Assim, “povo” torna-se um conceito politicamente produtivo para pensar e arquitetar novas instituições políticas a partir das estruturas administrativas desenvolvidas para gerir a forma de vida moderna – ou seja, *a partir do Estado Moderno* (e não contra ele, como quiseram as rebeliões populares dos séculos XVI-XVII). Nesse sentido, as lutas sociais que inauguraram a sociedade burguesa foram lutas nas quais choques de interesse de amplo alcance social tinham expressão na forma de projetos conflitantes a respeito *da direção e do aprofundamento das relações socioeconômicas capitalistas*.

Em outros termos: a sociedade burguesa nasce de um ataque, por parte de grupos sociais *inseridos na forma de vida capitalista*, contra o *Estado Absolutista*, mas não contra o *Estado Moderno*, cujo esqueleto – moldado pela forma de vida capitalista e pelo absolutismo – será aproveitado pela sociedade burguesa para construir um Estado especificamente burguês. Esquemáticamente, a sociedade burguesa descarta o absolutismo, mas fica com a forma de vida capitalista e com o Estado Moderno.

Atentemos para alguns traços marcantes da versão burguesa do Estado Moderno. Chama atenção como, para começar, a questão da legitimidade política assume, aí, traços nitidamente negativos: a revolta *contra* as instituições do absolutismo deixa marcas indeléveis no discurso político e nas instituições burguesas. No que tange à questão da soberania, o ponto central pode ser resumido como a extinção do reconhecimento legal de privilégios sociais, concretamente fundada na necessidade de eliminar as institucionalizadas vantagens econômicas e políticas da nobreza e do clero: desaparece a nobreza enquanto setor social com a prerrogativa semidivina de administrar as terras, e daí por diante. Tal extinção resulta numa simples e abstrata igualdade entre os “cidadãos”. O povo vira um conjunto de cidadãos iguais quando cria leis para si mesmo, as quais, essencialmente, e circularmente, devem garantir que não haja desigualdade, e só por isso podem ser reconhecidas como leis – ou seja, só por isso são “leis legítimas”. Esse jogo lógico é a estratégia do pensamento político burguês para preservar o fundamento conceitual do Estado Moderno – a soberania – eliminando a figura de um soberano acima da lei. Ao mesmo tempo, esse raciocínio não consegue evitar as contradições intrínsecas à figura da soberania e do equipamento do Estado que a acompanha.

Vimos como, no esquema absolutista hobbesiano, o monarca, enquanto soberano, era a origem do “estado civil”, ou da ordem legal, e também como, no esquema burguês, é o povo, enquanto soberano, que inaugura a ordem legal. A ordem legal instaurada pelo povo soberano para extinguir o privilégio de classe institucionalizado consiste numa coleção de direitos: o direito à propriedade privada, à liberdade, à participação política, etc. Garantir esses direitos é a função principal do Estado supostamente estabelecido pela soberania popular. Mas, então, em torno dessa soberania, estabelece-se a mesma configuração que caracte-

rizava a soberania monárquica: ela inaugura uma ordem social e, portanto, deve estar mais ou menos acima dessa ordem social, de modo a ser capaz de zelar por ela. Assim, repetindo a problemática da soberania monárquica, será necessário prever, para a soberania popular, situações em que o Estado que dela emana precisará agir fora da lei e acima da lei. Entretanto, aqui, o paradoxo é ainda mais profundo, porque, em tese, tal atuação precisa ser pensada ela mesma como *legítima*, na medida em que o Estado é emanção da soberania popular. O resultado disso será uma bizarrria lógica: a legitimação, ou a transformação em lei, da eventual atuação fora-da-lei do Estado burguês. Nas constituições burguesas, tal bizarrria está destilada sob a forma do chamado Estado de Exceção.

O conceito de Estado de Exceção tem origem jurídica precisa e aponta para um instrumento de administração social muito específico: a suspensão do Estado de Direito através do direito. A ideia geral da exceção é que, em situações de emergência, pode ser preciso suspender os direitos do cidadão para preservar a ordem legal, e que tal suspensão deve ser, ela mesma, legal.

Vejamus um exemplo de como isso funciona: um tsunami acomete cidades costeiras, arrasando sistemas de comunicação, interrompendo o fornecimento de energia elétrica, destruindo os reservatórios de água e as vias de circulação de víveres. A população entra em pânico, o poder público não consegue centralizar informações nem instruções, o dinheiro deixa de ter valor, policiais usam seus armamentos para pilhar supermercados, etc. Numa situação de levante popular generalizado, algo semelhante pode acontecer. Como tais situações extremas podem – dizem os legisladores e juristas – levar ao colapso da ordem social e legal que existia antes delas, é preciso que toda legislação preveja formas de atuação contínua e emergencial na ausência de aparato legal funcional. Na medida em que tal atuação visa restaurar a ordem social, é preciso, ademais, formalizar medidas de emergência que sejam juridicamente legítimas. Isso quer dizer que, em resposta ao tsunami ou à rebelião, a ordem social ameaçada tem – segundo a tradição jurídica burguesa – o *direito* de agir para zelar pela sua própria reconstituição, em estreita proximidade com o aparato militar, e agindo sem consultar órgãos legislativos ou jurídicos. O poder público, na forma do Executivo, falará de “ameaça à ordem pública”, “à nação”, “ao povo”, etc., constatará oficialmente a desfuncionalidade dos poderes Legislativo e Judiciário, e justificar-se-á com a necessidade de agir com “presteza”, “prontidão”, “energicamente”, etc. Seguir-se-á a decretação do estado de exceção, sítio, emergência, ou urgência. Os nomes são vários e, ademais, nos Estados contemporâneos, muitas vezes o Estado de Exceção é empregado sem que haja tsunami nem rebelião, e sem ser chamado por qualquer nome, quando, então, podemos falar não de Estado de Exceção em sentido rigoroso, mas de medidas de exceção.

Ou seja: se, sob a égide da soberania popular, nenhuma atividade social pode estar acima ou fora da lei, é preciso legislar sobre as situações calamitosas

em que a ordem legal fica parcialmente suspensa, e é preciso tornar legítimas as ações emergenciais e potencialmente violentas do poder público nessas situações, mesmo quando – ou, talvez, especialmente quando – tais ações voltam-se contra o povo (entendido enquanto conjunto de cidadãos). Mas não se trata, aqui, apenas de problema lógico ou embanamento filosófico, mas da necessidade de dar respostas concretas a problemas políticos concretos que inevitavelmente surgiram no seio dos processos violentos das guerras civis que deram origem ao que estamos chamando de sociedade burguesa. De fato, as primeiras leis burguesas da exceção foram promulgadas em 1791, em plena Revolução Francesa, pela Assembleia Constituinte preocupada inicialmente em definir o “Estado de Sítio”, ou a previsão de preservar a ordem legal caso a França fosse sitiada e invadida pelas potências vizinhas, refratárias ao processo revolucionário. Quando, meses depois de criada, a legislação do Estado de Sítio foi reformulada de modo a poder ser aplicada não apenas unicamente à invasão da nação, mas ao colapso da ordem legal em cidades isoladas, em face do contínuo turbilhão social em Paris e nas províncias, desencadeado pela própria população francesa, o caminho para a trivialização ulterior da Exceção já fica claramente traçado (Agamben, 2004, p. 16).

Quer dizer: a Exceção, que consiste na previsão legal da atuação violenta do Estado, não é manifestação de hipocrisia institucional, mas um desdobramento (hediondamente) coerente do desenvolvimento do Estado moderno – especificamente, uma consequência da centralidade da legitimidade política da ordem legal. A sociedade moderna, que inicia com a relativização institucional da capacidade do ser humano comum de produzir o que precisa para viver, também torna a violência social algo *normal*, no sentido enfático do termo. A Exceção, evidentemente, é apenas uma das expressões disso. O princípio da soberania popular exige que a turbulência política revolucionária que dá origem às novas ordens sociais seja preservada nessas ordens sob a forma de mecanismos institucionalizados de transformação social permanente – mecanismos esses que, na lógica do Estado Moderno, evidentemente não podem estar sob controle direto do povo, mas apenas sob controle indireto do cidadão, que tem sua vontade política expressa nas instituições estatais.

Ao lado da normalização da violência estatal, o paradoxo burguês de um Estado resultado da ação de um povo soberano tem outra expressão especialmente significativa. O sufrágio mais ou menos amplo e periódico, outro traço típico do imaginário e da institucionalidade burguesa, enquanto manifestação da vontade (de parte) do povo, realiza, em tese, um pacto através do qual as pessoas comuns interferem normalmente na administração social. Com isso, ficaria garantida não apenas uma instituição original da ordem legal pelo povo, mas uma manutenção constante da ordem legal pelo povo. Isso equivale a dizer que a transformação social se torna coisa normal (Arantes, 2014, p. 92). A vida social passa, assim, a ser pensada sob o signo do progresso permanente.

É importante observar que, evidentemente, no cerne do aparato legal burguês está o direito – e, portanto, a proteção – à propriedade privada, em torno da qual a sociedade burguesa constrói um sistema social de privilégios. Tais privilégios são absolutamente determinantes para a experiência social burguesa: desde os votos censitários das primeiras democracias, até a privatização da justiça que torna alguns assim-chamados cidadãos obviamente mais capazes de defenderem seus interesses do que outros. O que nos importa salientar aqui, entretanto, são alguns dos mecanismos institucionais específicos através dos quais o privilégio econômico se manifesta na experiência social. Por um lado, o aparato conceitual de justificação da ordem burguesa como que obscurece os privilégios de classe – especificamente, os privilégios dos detentores de propriedade privada, ou seja, o privilégio econômico –, escondendo-os por trás de representações da soberania popular e da igualdade formal entre os cidadãos. Por outro lado, em certo sentido, é a *realização* da soberania popular sob a forma do Estado burguês, e não o seu fracasso, que permite a manutenção do privilégio econômico, através da produção e reprodução da forma de vida capitalista. Essa é a sugestão que procuraremos estabelecer através da discussão da história esquemática da sociedade burguesa que realizaremos no que se segue.

Atentemos à questão da relação entre legitimidade política, soberania popular e progresso social. O Estado personificado no monarca que cria uma ordem jurídica e social é substituído por um povo que dá origem a uma ordem jurídica e a um Estado que, além de estar em perpétuo aperfeiçoamento, precisa manter um vínculo para com o povo que o constitui, através da obediência de sua vontade na figura dos governantes, dos legisladores, e das leis. Isso é o chamado Estado de Direito. Nele, *formalmente*, não há ninguém que esteja acima da lei. Com isso, a instabilidade política – sobretudo, a ação política popular direta – é domesticada sob a forma do progresso, e a violência do poder soberano que institui a ordem legal é domesticada sob a forma da emergência e da exceção.

Historicamente, o ideário político do progresso constante, além de alimentar o discurso político em que estariam enraizadas as instituições da democracia representativa, correspondeu, ao longo do século XIX, a um processo material de intensificação das relações econômicas modernas, ou seja, à expansão e desenvolvimento do capitalismo. O aumento gigantesco da produtividade do trabalho através do emprego do maquinário industrial logo permitiu a expansão do consumo de artigos fundamentais para a manutenção da vida, tais como vestuário, calçados e utensílios domésticos. O contínuo desenvolvimento técnico e comercial projetou a imagem de uma sociedade em que haveria um aumento constante e indefinido da capacidade de fabricar e distribuir as coisas capazes de satisfazerem nossas necessidades. Por isso, muito cedo, a questão dos rumos do desenvolvimento técnico tornou-se central para o pensamento político (Marx, 2003, p. 31): estavam em jogo os primeiros vislumbres da possibilidade de que,

através do trabalho e da ciência, a manutenção da vida pudesse ser facilitada enormemente.

É claro que, em paralelo às primeiras décadas da industrialização, ocorreu uma hedionda expansão da pobreza urbana, resultado do crescimento caótico das cidades, e salários baixíssimos. Jornadas de trabalho longuíssimas e condições de trabalho insalubres somavam-se a isso para constituir um quadro social tenebroso. O descontentamento popular produzido por essas condições combinou-se com a consciência da possibilidade de abundância material projetada pelo desenvolvimento técnico, e com o imaginário do progresso social, para produzir um movimento operário que atuou politicamente junto às instituições do Estado de Direito. As primeiras grandes vitórias desse movimento tiveram a forma da legislação trabalhista – a regulamentação do tempo de trabalho, do trabalho infantil e feminino –, a qual se tornou um item definitivo do arcabouço jurídico do Estado moderno. Seguiram-na expansões do sufrágio, o direito à organização sindical, o reconhecimento de direitos relativos à assistência social, a regulação jurídica do salário mínimo, etc.

Ora, as associações de trabalhadores, a organização contra os interesses do patronato, as greves, só se tornaram oficialmente legítimas através de um longo e árduo histórico de lutas, o que significa que, durante muito tempo, ocorreram no limbo jurídico da ilegitimidade oficial. O movimento operário atuou, assim, dentro do espírito do Estado de Direito – na medida em que esse está supostamente baseado na legitimidade popular –, mas sem sua proteção formal, enquanto não foram conquistadas leis trabalhistas regulando tal atuação, prevendo o direito a greves e à associação sindical, e daí por diante. Isso significa que os trabalhadores organizados foram alvo de uma repressão ao mesmo tempo brutal e legal durante grande parte da história do Estado de Direito.

Com isso, a centralidade burguesa da legitimidade política inspirou o movimento operário num duplo sentido. Por um lado, a quase-ilegalidade mostrou aos trabalhadores organizados, desde muito cedo, as limitações do Estado de Direito, e o seu caráter de classe enquanto Estado de Direito *burguês*, apontando para a necessidade de uma interferência de classe junto a ele. Nesse sentido, a luta eleitoral com o objetivo da transformação social mobilizou gerações de trabalhadores, e atingiu seu ápice com a Social Democracia alemã nas primeiras décadas do século XX (Canfora, 2007, pp. 102ss).

Por outro lado, interpretações radicais da legitimidade da ação política popular, da função do Estado, e do progresso social, também inspiraram setores da luta operária a manterem uma distância cética frente à institucionalidade burguesa. Se, por um lado, era preciso organizar-se a partir dessa institucionalidade – ou, pelo menos, a partir do imaginário burguês –, criando partidos, lutando por direitos, etc., era preciso reconhecer as limitações da forma social burguesa. A referência na Revolução Francesa e em fenômenos semelhantes apontava para a

necessidade de organizar cuidadosa e politicamente a violência necessária para destruir e superar a sociedade burguesa, a qual, afinal, havia preservado institucionalmente a capacidade de se preservar através da violência – e da violência *legítima*. Constituíram-se, assim, tradições de ação e pensamento político centradas no conceito geral de revolução. O imaginário da transformação revolucionária da sociedade burguesa foi, obviamente, uma força política inegavelmente significativa nos séculos XIX e XX, em todo o mundo.

De todo modo, na medida em que, de uma forma ou de outra, a questão da soberania esteve sempre implicada na atuação do movimento operário, devido à sua relação paradoxal com o Estado de Direito, não foram raras as situações em que a ordem legal teve legitimidade para evocar seu dispositivo máximo de auto-preservação, o Estado de Exceção, para combater o movimento operário – em nome da “nação” e até do “povo”, mas contra os interesses dos trabalhadores organizados. Exemplo especialmente dramático disso foram os levantes operários de 1848 na França (Canfora, 2007, pp. 105ss).

Como sabemos, por uma miríade de razões, a despeito dos projetos de tomada do poder e superação da sociedade burguesa, as conquistas do movimento operário tiveram sobretudo a forma ou bem de um acúmulo de experiências e de práticas sociopolíticas sugestivas de outras formas de organização social, ou bem de legislação obtida e legitimada pela luta popular. Tal legislação, muito embora arrancada a fórceps, foi extraída do útero da sociedade burguesa, de modo que tradicionalmente remeteu a aspectos da forma de vida capitalista, sobretudo às condições do trabalho assalariado e à capacidade de consumo. Isso significa que, ingratamente, o movimento operário contribuiu de forma indelével para a conformação da sociedade capitalista e do Estado de Direito, num movimento histórico paralelo à expansão e à intensificação das relações capitalistas de produção.

Quando, no século XX, depois das duas Guerras Mundiais, as instituições políticas na Europa se configuram em torno do processo eleitoral, de um lado, e da manutenção da prosperidade econômica, de outro, podemos dizer, esquematicamente, que a atuação do movimento operário força o paradigma do Estado de Direito a dar lugar ao Estado Social. Como sabemos, para além dos direitos da fase clássica da sociedade burguesa, os quais orbitavam em torno da propriedade privada, da representação política, e do trabalho assalariado, os direitos sob o Estado Social dirão respeito a *contribuições diretas* do Estado para a manutenção da vida.

Os “direitos sociais” projetados por tal atuação estatal remontam a correntes ao mesmo tempo radicais e estatistas que atuaram no processo complexo da Revolução Francesa. Essa origem comum é responsável pelo fato de que tais direitos figuram como referências centrais para o imaginário do socialismo revolucionário, bem como das revoluções nacionais terceiro-mundistas ao longo do século XX. Uma discussão de tais fenômenos tornaria impossível a presente tentativa de

história esquemática e sintética das formas estatais, visto que implicariam a necessidade de discutir o conceito de soberania extensivamente, confrontando-o com complexas questões da economia política, de modo a pintar o quadro do “socialismo realmente existente”, o qual só desempenharia papel periférico na argumentação que nos leva das origens do Estado Moderno às configurações do capitalismo contemporâneo. No que tange à problemática mais estrita do presente texto, bastará observar o sentido amplo do desenvolvimento dos direitos sociais.

No quadro do pós-guerra, a capacidade de atuação do Estado é enormemente beneficiada pelo crescimento da máquina administrativa propiciado e necessitado pelas duas Guerras Mundias. Os ganhos técnicos e operacionais somam-se, ainda, ao volume de investimento estatal e internacional voltado para a reconstrução dos países arrasados e os gastos com a manutenção do aparato de “aniquilação mútua assegurada” – o equipamento bélico e o pessoal diretamente empregado pela Guerra Fria. O sistema nacional público de saúde da Grã-Bretanha, peça fundamental do esforço de guerra, expandido e desenvolvido no pós-guerra, aponta para a direção tomada pela expansão de direitos: trata-se de expandir os *serviços públicos*. Saúde, educação, transporte, assistência, financiamento público de sistemas de informação e entretenimento, eventuais nacionalizações na indústria de base e energética, entram gradualmente para o repertório do poder público e das demandas das organizações políticas e movimentos sociais.

Sugerimos acima que a figura do Estado emanado e legitimado pela soberania popular contribuía para a domesticação da violência política. Pois bem: é como se, com o Estado Social, tal domesticação tivesse chegado ao seu limite, de tal modo que não apenas a própria reivindicação política, mas também as possibilidades dessa reivindicação estivessem todas previstas no inventário de relações possíveis entre o povo, o mercado e o Estado, responsável pelo bem-estar social. Em outros termos: a forma de vida específica à sociedade burguesa chega à sua maturidade e plenitude, e é preciso entender que o que está em jogo aqui não é um mero jogo de palavras. Se, na alvorada da sociedade burguesa, populações vivendo em formas de vida pré-modernas precisam ser convertidas, através da atuação do exército e da “casa de correção”, em populações funcionais para a economia capitalista, a coisa muda onde o Estado Social entra em operação: aí, já existe uma tradição de luta popular *por direitos* cristalizada sob a forma de instituições invulneráveis à luta social porque alimentada diretamente por ela. A alteridade entre os interesses das pessoas comuns organizadas e o aparato de desenvolvimento econômico do Estado-mercado desaparece nos grandes centros urbanos do mundo chamado “desenvolvido”. Evidentemente, isso não quer dizer que o movimento operário, por exemplo, tenha se paralisado: ao contrário, ele obteve importantes vitórias eleitorais, e foi especialmente atuante na Europa do pós-guerra, com palpáveis resultados na qualidade de vida dos trabalhadores

(Abendroth, 1977, pp. 127-8, 133ss). O que gostaríamos de frisar é que essa vida era, agora, totalmente a vida *da* sociedade burguesa: ganhar salário, comprar coisas, pagar por “serviços” direta ou indiretamente, influir no Estado quando possível, e daí por diante.

Esse quadro manteve-se em operação durante algumas décadas no chamado Primeiro Mundo, alimentando o imaginário do Terceiro através de variantes do discurso do progresso socioeconômico. Entretanto, uma de suas importantes forças motoras, a enorme demanda econômica proporcionada pela necessidade de reconstruir a Europa, tinha data de validade limitada. As crises de dívida, os choques do petróleo e do dólar, começaram a mostrar, já nos meados dos anos 1960, que o investimento estatal no “campo social” e a situação de pleno emprego que era o suporte material do movimento operário não sobreviveriam até o final do século, como, de fato, não sobreviveram.

A ideologia que previu, planejou e executou o desmanche do Estado Social, é usualmente conhecida como Neoliberalismo. Seu – como se diz – receituário está centrado no corte seletivo dos gastos estatais: privatização das empresas públicas de infraestrutura, privatização dos até então chamados serviços públicos – desde saúde e educação até companhias postais, telefônicas, etc. – bem como reformulação da legislação trabalhista e de assistência social – a cruelmente (ou ironicamente) chamada “flexibilização” das relações de trabalho (Harvey, 2011, pp. 177ss). Evidentemente, nada disso pôde acontecer sem uma dose gigantesca de repressão ao movimento de trabalhadores organizados que, quase em toda parte, foi derrotado principalmente através da violência estatal, deixando o caminho aberto para as chamadas “contrarreformas” neoliberais.

Com isso, estamos terminando nossa breve história do Estado Moderno, e chegando à forma social contemporânea. Ela está balizada, de um lado, pelo neoliberalismo e, do outro, por duas transformações econômicas fundamentais, crescentemente manifestas a partir da década de 1960: a financeirização da economia e a introdução da microeletrônica na produção industrial. Esses dois fenômenos estão conectados (Mattick, 2011; Mandel, 1975, pp. 184ss, 438ss). O gigantesco crescimento relativo do investimento em maquinário e tecnologia frente aos gastos com salários, e o aumento relativo do volume de investimentos frente à lucratividade industrial causam um desvio do perfil dos investimentos, para longe da produção de coisas, e em direção ao mercado financeiro. Isso implica uma reconfiguração no papel econômico das pessoas comuns. Se a forma populacional típica dos períodos anteriores da sociedade burguesa plena era a do trabalhador-consumidor, a sociedade contemporânea parece projetar uma população em que o exército industrial de reserva torna-se proporcionalmente maior, o trabalho tendencialmente mais precário, irregular e informal (ILO, 2015), e o consumo dependente de uma miríade de formas de crédito. Aí, a riqueza é acumulada através da compra e venda de produtos financeiros em operações

que independem de quantidades proporcionalmente significativas de trabalhadores assalariados em regime regular e estável. Desse modo, as populações das sociedades contemporâneas encontram-se na difícil posição histórica de estarem irremediavelmente inseridas na forma de vida para qual o disciplinamento para o trabalho assalariado preparou-as através dos séculos, sem, entretanto, o respaldo do crescimento econômico, da conseqüente demanda de trabalho, e da expansão de direitos sociais das fases anteriores.

Assim, por um lado, os trabalhadores, subempregados, semiempregados e historicamente expropriados em geral continuam impedidos, pela manutenção do monopólio estatal sobre a violência, e pelo equipamento jurídico da propriedade privada, de acessar meios de reproduzir sua própria vida, como têm sido desde a alvorada do Estado Moderno. Por outro lado, a inserção econômica na esfera do consumo e os direitos sociais e do trabalho, em expansão no quadro do progresso e da mudança social permanente da sociedade burguesa, estão barrados num quadro em que a produção de riqueza concentra-se em processos meramente financeiros, e a política neoliberal mina sistematicamente os mecanismos de compensação social da miséria. É fácil observar como, no contexto contemporâneo, a luta política assume cada vez mais a forma da luta pela conservação de direitos, ao invés da expansão dos direitos.

Finalmente, a violência estatal também muda de sentido. O papel da polícia e da prisão é cada vez menos o de contribuir para o disciplinamento para o trabalho assalariado, conforme ocorria desde a alvorada do Estado Moderno. Práticas de extermínio lento e contínuo da população empobrecida e formas de encarceramento e controle territorial que simplesmente visam a contenção de setores populacionais potencialmente explosivos política ou criminalmente dominam o cenário da administração estatal (Wacquant, 2003)², cada vez mais abundante e desinibidamente presentes no discurso da política partidária e na cultura de massas. No Brasil, basta assistir a cinco minutos de propaganda eleitoral, ou atentar para a guinada no cinema nacional introduzida por filmes tais como *Tropa de Elite* (2007), para verificar a obviedade disso.

É por essa criminalização da pobreza, bem como pela necessária natureza do protesto político, que o problema do Estado de Exceção entra na pauta dos assuntos cuja discussão é especialmente relevante hoje. Sem o amparo da direção específica do desenvolvimento econômico capitalista projetada pelas instituições burguesas, a luta política e o protesto social organizado em torno do ideário, do direito e das instituições burguesas tornam-se um caminho ao mesmo tempo inevitável – porque, afinal, vivemos constrangidos pela realidade dessas instituições – e sem perspectivas – porque essas instituições dão sinais claros de esgota-

² O subtítulo original da obra de Wacquant aponta exatamente para o tipo de configuração que queremos ressaltar aqui: “O governo neoliberal da insegurança social”.

mento de possibilidades. O papel que a violência tem repetidamente desempenhado na atividade política na contemporaneidade, combinado à dificuldade e à relutância em se investir nas formas de organização tradicionais, dá testemunho disso. A eficiência da administração pública depende, por todas essas razões, cada vez mais das medidas de exceção.

Isso tudo coloca o imaginário político moderno numa sinuca-de-bico histórica. As revoluções burguesas desencadearam um processo de desenvolvimento e refinamento de instituições, legislação e práticas políticas que mediaram a expansão da forma de vida capitalista. Esse processo teve dois produtos históricos particularmente significativos: de um lado, os movimentos revolucionários que pretenderam implodir a sociedade burguesa, radicalizando seus fundamentos ideológicos da soberania popular e da legitimidade; do outro, a sedimentação e a expansão dos direitos burgueses no Estado Social. O desmonte contemporâneo do Estado Social vem empurrando a luta social ou bem para a luta pela *manutenção* ou *reconquista* de direitos, ou bem para um discurso radical dissociado de mudanças tangíveis na forma de vida e, por isso, confinados a organizações com baixa adesão popular e politicamente incapazes de se tornarem realmente expressivas. De fato, a forma de vida capitalista nunca esteve tão bem sedimentada quanto hoje: obviamente, não por suas vantagens para a sobrevivência humana – metade da humanidade vive em insegurança alimentar, só para início de conversa –, mas devido à expansão das instituições burguesas por todo o planeta. A terra cultivável, a água, as tecnologias de produção, as sementes, os remédios, as armas portáteis e de destruição em massa, os complexos aparatos de vigilância, tudo é propriedade privada protegida por Estados tornados, na maior parte do mundo, praticamente invulneráveis pelo gigantesco poder concentrado. Ao mesmo tempo, a combinação de concentração de poder bélico e econômico, vida precária, e retração de direitos impulsiona populações as mais diversas em direção ao conflito social – o qual, entretanto, não pode mais encontrar referências criativas dentro dos limites da sociedade moderna. Ou seja: a forma de vida moderna como um todo está em cheque. Esse árduo, árido, destrutivo fim-de-jogo já se perpetua há décadas.

Referências

- ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Tradução: Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução: I. D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, Perry. *Lineages of the Absolutist State*. London: Verso, 2013
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- CANFORA, Luciano. *A democracia*. História de uma ideologia. Tradução: J. J. Serra. Lisboa: Edições 70, 2007.
- CARVALHO, Jailton de. “Forças Armadas ficarão no Complexo do Alemão ‘quanto tempo for necessário’, diz Lula”. In: **Extra**. 30/11/2010. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/forcas-armadas-ficarao-no-complexo-do-alemao-quanto-tempo-for-necessario-diz-lula-18558.html>>. Acesso: Março de 2015.
- CORREIA, Douglas. “Mandado de busca coletivo autoriza revista a casas do Complexo da Maré”. In: **Uol Notícias**. 30/03/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/30/mandado-de-busca-coletivo-autoriza-revista-a-casas-do-complexo-da-mare.htm>>. Acesso: Março de 2015.
- GRUMMIT, D. “The establishment of the Tudor dynasty.” In: TITTLER, R. & JONES, N. *A companion to Tudor Britain*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. pp. 13-28.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução: A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.
- HILL, Christopher. *A revolução inglesa de 1640*. Tradução: W. Ramos. Lisboa: Presença, 1977.
- _____. *Intellectual origins of the English Revolution*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. New York: Oxford, 1998.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO): *World employment and social outlook 2015: The changing nature of jobs*. Geneva: ILO, 2015
- LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *The many-headed hydra*. Boston: Beacon Press, 2000.
- MANDEL, Ernst. *Late Capitalism*. Tradução: J. De Bres. London: NLB, 1975
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.
- MATTICK, Paul. *Business as usual*. The economic crisis and the failure of capitalism. London: Reaktion Books, 2011
- McGREGOR, J. F. & REAY, B. (eds.). *Radical religion in the English Revolution*. New York: Oxford University Press, 1984.
- RIGBY, S. H. & EWAN, Elizabeth. “Government, power and authority. 1300-1540”. In: PALLISER, D. M. (org). *The Cambridge Urban History of Britain*. Volume 1. 600-1540. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. pp. 291-312.
- RUSCHE, Georg & KIRCHHEIMER, Otto. “Mercantilismo e surgimento da prisão”. In: Punição e estrutura social. Tradução: G. Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SAYER, Derek. “A Notable Administration: English State Formation and the Rise of Capitalism”, *American Journal of Sociology*, Vol. 97, No. 5 (Mar., 1992), pp. 1382-1415

- SOMMERVILLE, J. P. "Absolutism and royalism". *In*: BURNS, J. H. (org.) *The Cambridge History of Political Thought. 1450-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. pp. 348-373.
- THOMPSON, E. P. *Customs in common*. Pontypool: Merlin Press, 1991.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Recebido em 15 de outubro de 2015

Aprovado em 18 de julho de 2016

O romance histórico ontem e hoje – fato e ficção em *Terras do sem fim*, de Jorge Amado

The historical novel in the past and future – fact and fiction in Terras do sem fim, of Jorge Amado

João Paulo Ferreira*

Resumo

Falar de Jorge Amado nem sempre é fácil, ainda mais quando se trata de estudar sua obra à luz de uma estética marxista, já que seu apaixonado engajamento quando mais novo e um certo afastamento partidarista, por assim dizer, quando mais tarde, fizeram com que muitos estudiosos lhe nutrissem certo “desprezo”. Mas para o nosso estudo, deixemos a obra mesma falar. Pois acreditamos ser *Terras do sem fim* (1943) um romance histórico, considerando o método figurativo bem próximo do de escritores realistas clássicos como Walter Scott, Honoré de Balzac e mesmo Leon Tolstói, inclusive sinalizado nas leituras de Antônio Candido. Para darmos conta de demonstrar a coerência e relevância de nosso estudo, buscamos na tradição marxista, principalmente em György Lukács (2011; 1978; 1968) e Fredric Jameson (2007), o nosso entendimento de romance e romance histórico, e em Antonio Candido (1992), um apoio para discutir Amado numa conjuntura literária e política nacional.

Palavras-chave: Literatura; *Terras do sem fim*; romance histórico.

Abstract

*Talk about Jorge Amado isn't always easy, especially when it refers to study his work based on a marxist aesthetic, since his passionate engagement when younger and a certain detachment from the political activism caused many scholars nourished him a certain “scorn”. But, for our study, we will let his own work talk by itself. Because we believe *Terras do sem fim* (1943) is a historical novel, considering the figurative method close to the classic realist writers like Walter Scott, Honoré de Balzac and even Leo Tolstoy, even signalled in Antonio Candido's analysis. To be able to demonstrate the consistency and relevance of our study, we seek in the Marxist tradition, especially in György Lukács (2011; 1978; 1968) and Fredric Jameson (2007), our understanding of novel and historical novel, and in Antonio Candido (1992), a support to discuss Amado in a literary context and national policy.*

Keywords: Literature; *Terras do sem fim*; historical novel

* Mestrando em Teoria Literária e Práticas Sociais, pelo Departamento de Teoria Literária da Universidade de Brasília. Membro da Linha de Pesquisa Crítica Literária Dialética e do Grupo de Estudos Literatura e Modernidade Periférica. E-mail: joaopaulofds@yahoo.com.br

Breve introdução

Sem pretendermos uma análise extensiva da literatura amadiana, o presente artigo intenciona ver em que medida o romance *Terras do sem fim*, de 1943, do Jorge Amado, configura-se como um romance histórico, ao mesmo tempo em que procuraremos abordar a especificidade do gênero romanesco numa perspectiva histórico-dialética. Para melhor darmos conta do nosso objeto, trabalharemos a partir da concepção lukacsiana do personagem Coadjuvante, do herói mediano.

Para situarmos o nosso autor, é sabido que Jorge Amado é um dos grandes expoentes da literatura brasileira, marcado, sobretudo, pelo seu engajamento e sua literatura regionalista, configurada pela intensa presença do fator social e proletário, mas também pela sua grande sensibilidade poética. Assim, o que nos chama a atenção é o fato de muitos enxergarem na literatura amadiana somente um meio para fazer análises sociológicas ou estudar história (sobretudo a história da formação de Ilhéus)¹, ou destacarem temas como o sensualismo, o religioso, e mesmo o panfletário, de modo que – e sobretudo depois das adaptações e divulgações televisivas dos enredos dos romances – tais tendência despontem como o coração da ficção de Amado.

De fato, talvez o escritor baiano tenha contribuído para tais leituras, já que sua literatura, seguindo de certo modo suas próprias experiências pessoais, em determinados momentos, do ponto de vista estético, ora se eleva, figurando verdadeiros tipos humanos em situações típicas (fazendo uso aqui de expressões engelsianas), ora relatando situações e criando personagens que não ultrapassam os limites naturalistas. Seguindo este raciocínio, ao estudarmos alguns textos do professor Antonio Candido – especificamente o ensaio *Poesia, documento e história* (1992) –, identificamos que este vê a literatura de Jorge Amado como sendo de “altos e baixos”, desdobrando-se entre “poesia e documento”. Conforme Candido,

documento e poesia são representados, na obra de Jorge Amado, por um certo número de preocupações e de temas. Encarados do ângulo documentário, os seus romances constituem sempre uma asserção e uma informação. Informação de níveis de vida, de ofícios, de gêneros de ocupação, de miséria, de luta econômica, de produtos; asserção de

¹ Há uma ampla bibliografia a este respeito, desde teses e dissertações a publicações individuais e de grupos de pesquisas da área das ciências humanas. Conferir, por exemplo, uma publicação de 2001, do professor de História da UESC (Universidade Estadual Santa Cruz), Antonio Pereira Sousa, *Tensões do tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*. Publicado pela Editus. Conferir também uma organização de artigos no livro *Jorge Amado: 100 anos escrevendo o Brasil*, reunidos e publicados pelos professores pesquisadores Myriam Fraga, Aleiton Fonseca e Evelina Hoisel, que realizaram em 2012 o *II Colóquio de Literatura Brasileira*. Uma outra publicação que abarca Amado pelo viés historicista e sociológico é um estudo de 2003, de Ilana Seltzer Goldstein, *O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional*, publicado pela Senac, São Paulo.

certos pontos de vista de onde se descortinam atitudes sociais, reivindicações proletárias, desajustamento de classe.

Do ângulo poético, são temas formadores de ambiência em que o documento é exposto e vivificado; em que adquire realce e ganha força sugestiva. (1992, p. 46)

Para o crítico literário, são temas recorrentes em Amado, do ângulo poético, “o mar, a noite, a floresta, o vento, o amor” (*ibidem*). Diversidades paisagística e sentimental que ganham contornos sinuosos na engenhosidade poética do autor baiano.

Jorge Amado inicia sua carreira literária aos 19 anos de idade, publicando seu primeiro livro em 1931, *O país do carnaval*. Em 1933, publica *Cacau*, e no ano seguinte, *Suor*. As obras *O país do carnaval* e *Suor* concentram seus enredos na cidade, a cidade da Bahia (atual Salvador). O primeiro discute “as finalidades da vida” num país onde tudo termina em festa, e o segundo apresenta a degradação humana a partir da descrição de personagens e vivências num sobrado, o “casarão 68”. Mas a obra que nos interessa no momento é *Cacau*, que depois de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, dá visibilidade ao chamado romance regionalista de 30, marcado, sobretudo, pela figuração de situações onde há intensa exploração do homem camponês (por parte do patrão), ou dos homens que procuram no campo o “enriquecimento”, trabalhando duro nas roças de cacau – como é o caso de *Cacau* – ou nos engenhos de cana-de-açúcar – em *A bagaceira*. Uma das características deste tipo de romance é a importância dada aos trabalhadores das roças, aos explorados. É dada a eles voz, assim como consciência de sua condição subumana, mas prenhe de possibilidades de superação dessas condições a partir da consciência de classe: marcas do engajamento político dessa geração de escritores, principalmente de Jorge Amado.

Em 1935, Amado publica *Jubiabá*, obra em que o autor ganha uma consistência estética, apresentando um herói nascido do “povo” e para o “povo”: o Antônio Balduino. A narração oscila entre cidade e campo: espaços de formação do personagem, que sintetiza em si certas características do autêntico “tipo humano” (mais uma vez nos valendo de Engels). Depois, em 1937, publica *Capitães da areia*, que demonstra também uma maior maturidade estética. Mas, para nós, particularmente, é em *Terras do sem fim*, de 1943, que o escritor baiano chega a sua máxima realização estética. Tanto que, Candido, referindo-se a esta obra, sinaliza dizendo ser este um romance histórico, no qual o autor “venceu a etapa da impaciência e apurou as suas qualidades de escritor, combinando a sua dupla tendência para o documento e a poesia” (Candido, 1992, p. 51). Jorge Amado produziu em torno de 20 romances, diversos contos, peças de teatro, novelas, poesias e biografias até 2001, quando faleceu aos 89 anos de idade. Jorge teve também uma intensa vida militante e política, atuando no Partido Comunista do

Brasil (PCB), chegando a ser deputado federal em 1945 e fazendo parte da Assembleia Constituinte.

Na intenção de pensarmos o romance em sua dimensão histórica em *Terras do sem fim*, de Amado, recorremos aos estudos do filósofo húngaro György Lukács, pois no ensaio “O romance como epopeia burguesa”, publicado pela primeira vez em 1935, o estudioso diz: “o romance literário é o gênero mais típico da sociedade burguesa. (...) é no romance que todas as contradições específicas desta sociedade são figuradas do modo mais típico e adequado” (Lukács, 2009, p. 193). Ora, durante os anos de 1936-1937, o filósofo húngaro dedica-se ao estudo do gênero e produz, então, o *Romance Histórico*. Nesta obra, o estudioso faz reflexões desde o surgimento da tendência figurativa, com o escocês Walter Scott; os avanços e limites obtidos pelos seguidores de Scott; passa pela “crise do realismo burguês”, de 1848; até chegar à concepção do romance histórico humanista. Neste trajeto, o estudioso faz profundas reflexões acerca dos gêneros literários, sobretudo do Drama, que, para o autor, também é histórico.

O romance como prosa da vida burguesa

A evolução do pensamento de György Lukács demonstra desde cedo uma preocupação do estudioso em compreender a relação do homem com a natureza (sujeito-objeto) e mesmo com outros homens (sociedade).

Sob influência da filosofia kantiana ou neokantiana, Lukács, em seus primeiros escritos, revela um pessimismo, no mínimo, problemático. Com a publicação de *A teoria do romance*, em 1915, o filósofo húngaro consegue superar, em parte, a força que o pensamento kantiano tinha sobre ele. Todavia, nesta obra de 1915, é forte uma outra tendência não menos grave que o pessimismo, qual seja, um idealismo, fruto de seu contato com os estudos de Hegel (inclusive assumido pelo próprio Lukács em alguns de seus escritos de maturidade, principalmente no prefácio de 1962 de *A teoria do romance*, e no prefácio de 1967 de *História e consciência de classe*). Esta fase do estudioso húngaro só é resolvida – por assim dizer – quando, em 1932, tem contato com os “Manuscritos econômico-filosóficos”, de Marx, até então inéditos. Isto para nós é de suma importância, pois Lukács é um dos principais estudiosos a dar o devido tratamento estético-filosófico aos gêneros literários, pensando-os numa perspectiva histórico-ontológica. Etapa que só alcança maturidade e seriedade – como o próprio estudioso assume – a partir da década de 1930. Valendo-se da perspectiva histórica e dos estudos estéticos de Hegel, o filósofo húngaro chega a uma teoria do romance respaldado na épica como representante figurativa da “totalidade dos objetos”. Isto é, o romance, assim como a épica clássica, tende a figurar o movimento do sujeito sempre em relação aos objetos. Contudo, como expressões ou manifestações de suas épocas, romance e epopeia diferenciam-se quando nesta prevalece

o coletivo – as ações convergem para o coletivo – enquanto que naquele [no romance] prevalece o indivíduo, o que justifica, segundo os estudos de Lukács, a hostilidade à arte por parte da sociedade moderna burguesa. O que confere, ainda, um caráter prosaico ao romance, quer dizer, a vida na sociedade moderna perde o tom poético (no sentido de Totalidade, de imanência, de criatividade) como é na epopeia, e torna-se prosaica exatamente porque na sociedade moderna há uma tendência ao transcendente, ao fragmentário ou à especialização – como queira –, própria do mundo burguês.

Em contraponto a esta discussão entre romance e epopeia, amparado em estudiosos e estetas clássicos, Lukács traz à cena a questão do Drama. Para o estudioso, o drama figura a “totalidade dos acontecimentos”, concentrando-se no conflito, enquanto que o romance e a épica pretendem a “totalidade dos objetos”, como já mencionamos. Desta discussão decorre a problemática do que fazer diante da “degradação do homem” que o desenvolvimento capitalista traz consigo (2009, p. 200). Daí, os teóricos burgueses clássicos ou tendem ao romantismo (retorno ao passado – Schelling), ou intentam uma conciliação por meio “da aceitação e um certo reconhecimento” do ordenamento capitalista (Hegel) (*ibidem*). Este debate só será resolvido, por assim dizer, por meio da teoria do “desenvolvimento desigual”, posta por Marx. Ou seja, para o filósofo alemão, as formas figurativas estão diretamente relacionadas com uma *práxis* artística correspondente a determinados momentos históricos ou, representações próprias de um dado período, que estão relacionadas com o seu desenvolvimento, mas, não necessariamente, subordinadas ou mesmo presas a ele. Assim, mesmo o romance sendo uma expressão manifestamente típica da sociedade burguesa, ele faz ou aponta as conexões necessárias à superação de tal modelo de sociedade; já o desenvolvimento tem a ver com as ações humanas. Assim, para além da prosa individualizada do romance, há a poesia da vida, capaz de provocar ainda a catarse: o reencontro do sujeito com sua espécie.

Uma vez colocada a nossa ideia do que seja o romance e da importância que tem para a nossa análise, vamos ver como esse gênero literário peculiar se alça a uma dimensão histórica e chega ao chamado *Romance Histórico*.

Para Lukács, o romance histórico surge no século XIX, com o escocês Walter Scott, e desenvolve-se até 1848, ano em que se inicia um processo de decadência, em decorrência da crise do realismo burguês, que se acirra neste mesmo ano, e, ainda, da “mudança na concepção da história após a Revolução de 1848”. Seguindo a linha de raciocínio do estudioso húngaro, o romance histórico chegou ao patamar do “novo humanismo”: um humanismo democrático.

Nesse sentido, pensando o romance histórico, Lukács chama a atenção para o fato de que, antes de Scott, “... nos séculos XVII e XVIII, havia romance de temática histórica” (2011, p. 33). No entanto, a eleição do escritor escocês, pelo filósofo húngaro, como precursor deste tipo de narrativa justifica-se por certas

características que se apresentam mais adequadas – no que diz respeito à forma e ao conteúdo – aos acontecimentos históricos. Assim, diz Lukács:

No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. (*ibidem*, p. 60)

É salutar dizer ainda que “o que importa para o romance histórico é *evidenciar*, por meios ficcionais, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens históricas.” (*ibidem*, p. 62 – grifo do autor).

As abordagens que Lukács faz acerca da temática do Romance Histórico são um tanto quanto complexas. Portanto, limitar-nos-emos a tecer algumas considerações sintéticas importantes ao nosso estudo. Do ponto de vista formal do romance histórico (clássico), este se configura, sobretudo, pela importância dada à figura *coadjuvante, mediana*, realizada no chamado “*indivíduo histórico-mundial*” (tomado de empréstimo do Hegel). Para Lukács,

a grande personagem histórica, no papel de coadjuvante, pode gozar plenamente a vida como ser humano, aplicar na ação todas as suas qualidades grandiosas e mesquinhas; porém, no enredo, ela é figurada de modo que só age, só chega a expressão de sua personalidade em situações historicamente importantes. (*ibidem*, p. 64)

Os “heróis” dos romances históricos clássicos são *coadjuvantes* porque eles vivem as verdadeiras experiências humanas e só despontam quando as condições materiais históricas lhes dão força e fôlego, lhes impulsionam a assumir as dores do povo e liderá-los a um destino “vitorioso”. Tanto é assim, que, constantemente, Napoleão Bonaparte é citado como exemplo. Quanto ao conteúdo do romance histórico, prevalece a narração de traços marcadamente sócio-históricos. Pois este gênero literário é, nas palavras de Lukács, “a figuração da ampla base vital dos acontecimentos históricos, com suas sinuosidades e complexidades, suas múltiplas correlações com as personagens em ação” (2011, p. 62). Ainda, para o filósofo húngaro,

no romance histórico [...] os traços significativos não são simplesmente o modo mais elevado de manifestar uma situação global [...] que permanece essencialmente inalterada na ficção, mas, ao contrário, a mais nítida exacerbação das tendências sociais de desenvolvimento em meio a uma crise histórica. (*ibidem*, p. 65)

Estas características mais gerais do romance histórico nos possibilitam, ainda que de forma sumária, visualizar o quão importante foi e é tal modo de figuração. O estudioso Fredric Jameson, em seu texto “O romance histórico ainda é possível?”, publicado pela revista *Novos Estudos*, em 2007, chama a atenção para as possibilidades ou impossibilidades da realização de um romance histórico hoje, dado que, com a chamada “pós-modernidade”, a concepção de tempo e de história sofre significativas alterações. Assim, para o estudioso, nestas circunstâncias, é impossível o romance histórico, nos termos clássicos, nos dias atuais, e argumenta que:

a primazia que o modernismo confere à percepção pura acaba por privá-lo de qualquer possibilidade de discernir aquela outra dimensão, do público ou da história, que se requer para o registro daquela interseção peculiar que constitui a estrutura inconfundível do romance histórico. [...] poder-se-ia simplesmente argumentar que o subjetivismo intensificado do texto modernista torna cada vez mais difícil discernir a objetividade da dimensão histórica, quanto mais a sua irreversibilidade, a sua autonomia em relação a todas as subjetividades individuais. (Jameson, 2007, p. 200)

Certamente, o raciocínio de Jameson tem sua coerência e é fundamentalmente válido. No entanto, a concepção ontológica e histórica lukacsiana, fundamentada na tradição clássica marxista, não perdeu sua validade, precisamente quando enxerga nos momentos de crises, de turbulências históricas, o motor da história. Ou melhor dizendo, quando as contradições dos interesses das classes antagonicas acirram-se de tal maneira que fica impossível seguir, uma nova forma de sociedade mostra-se necessária, e para isso é imprescindível o aparecimento de determinadas personalidades que só podem surgir das massas, do povo. Assim, se pensarmos o que foi a primeira metade do século XX na Europa e a influência dos ideais humanistas, sobretudo na América Latina, vemos que o capitalismo não é o fim da história. Mesmo sendo um pouco arriscado, ousamos dizer que, por mais que se encontrem invertidas e intensamente reificadas as relações sujeito-natureza-sociedade nos dias atuais, encontram-se também aí as possibilidades de superação, no sentido do termo alemão (*Aufhebung*). Considerando tais condições – e aí o gênio e a sensibilidade do escritor são muito importantes neste processo de captação e figuração adequada do movimento histórico, tanto no plano tempo-espacial, quanto no plano das relações sociais mais imediatas –, enxergamos, sim, a possibilidade de um romance histórico capaz de, ao mesmo tempo, ser o registro, a prosa e a poesia da vida.

***Terras do sem fim*: será mesmo um romance histórico?**

Foi pensando um pouco sobre a especificidade do gênero romanesco como a figuração própria do intrincado e complexo movimento da vida no seio da experiência da sociedade moderna, que percebemos em um dos expoentes da literatura brasileira, situado na periferia do capitalismo, uma possibilidade de realização de um tal romance histórico. Estamos falando aqui, evidentemente, de Jorge Amado. Por mais emblemática que seja a literatura amadiana em seus “altos” e “baixos”, do ponto de vista estético e político, não dá para negar a sua relevância, sobretudo em obras como *Jubiabá* e *Terras do sem fim*. Assim, propomo-nos estudar em que medida Amado alcança a realização dum romance histórico em sua obra de 1943, pois Candido, em sua leitura sobre o romance supracitado, sinaliza dizendo que chegou à fórmula estética do escritor baiano, já que nesta obra “documento e poesia se fundem harmoniosamente através do romance histórico.” (Candido, 1992, p. 45). E justifica-se salientando que o livro em questão “é de certo modo um romance histórico [...]”, porque “para o autor, diga-se desde agora, não poderia haver solução melhor” (*ibidem*) – o que deve ser significativo, senão determinante, no processo figurativo que um autor precisa considerar na realização de um seu romance pretendente ser histórico.

Assim, entre outros indícios que conduzem a realização do romance histórico por Jorge Amado, é em *Terras do Sem Fim*, de acordo com Antônio Candido, que o autor perpassa os limites do romance proletário e dá a sua obra um significado mais amplo, universal, considerando que a história tem o poder de, “remontando a corrente do tempo, alargar o nosso panorama e ampliar a nossa compreensão”. Dessa forma, o autor de *Terras do Sem Fim*,

através do documento, [...] percebera a espoliação de uma classe; através da poesia, sentira o seu valor e o seu significado; através da história, que reúne espoliado e espoliadores numa relação de perspectiva, alargou a todos os homens a sua simpatia artística. (*ibidem*, p. 51)

O romance *Terras do Sem Fim* narra a história da luta pela terra, no sul da Bahia, entre algumas famílias, sobressaindo-se, porém, duas: a família dos *Badarós* e o coronel Horácio da Silveira, os quais travaram uma disputa épica em torno da posse da Mata do Sequeiro Grande. Em meio à disputa, aparecem certos personagens típicos, como é o caso do Negro Damião (jagunço dos *Badarós*), que numa certa altura da narrativa toma consciência de sua existência, quando numa conversa com Juca Badaró, Sinhô Badaró (chefe da família) pergunta se este acha bom matar gente, se nunca sentiu nada no coração (indicando remorso). E estas perguntas ficam latentes na mente do negro Damião.

[...] a noite descera completamente, a lua iniciava sua subida para o céu. Noite boa para uma “toçaiá”. Se via a estrada como se fosse de dia.

O negro Damião tomou pelo atalho, sabia de uma árvore magnífica para a espera. [...] O negro vai triste, desde a varanda ele ouvira a conversa dos irmãos Badarós. Ouvira o que Sinhô dissera a Juca e é isso que o perturba nessa noite. Seu coração inocente está apertado numa agonia. Nunca Damião se sentiu assim. Não compreende, nada lhe dói no corpo, não está doente, e no entanto era como se o estivesse. (Amado, 1943, p. 47)

No fim das contas, Damião decide não matar Firmo e foge para a casa dum Pai de Santo, que mora no meio da mata do Sequeiro Grande. E este, compreendendo o ocorrido, profetiza ou pragueja, adivinhando o futuro de mortes e desgraças. O curioso é que, de certa forma, o Negro Damião é o motivador, por assim dizer, da disputa épica. Se ele tivesse matado Firmo, certamente o desfecho da história seria outro.

O certo é que o fim da disputa entre os Badarós e Horácio da Silveira se dá com a vitória do coronel Horácio. Talvez, mais pela sorte (acaso) do que pelo poderio de armas e jagunços, considerando que Horácio se sobressaiu devido a uma reviravolta na política, na qual o seu partido consegue tomar o poder e expulsar e rebaixar o partido adversário.

Dessa forma, em termos gerais, *Terras do sem fim* pode se configurar como um romance histórico por representar, do ponto de vista formal, uma estrutura bem próxima à dos grandes realistas clássicos, como Scott ou Balzac e, poder-se-ia até dizer, Tolstói. Pois Amado, nas particularidades de uma nação periférica que ainda em meados do século XX vive um servilismo feudal à brasileira, marcado pela figura do coronelismo, visualiza na disputa pela terra e pelo poder dos coronéis no sul da Bahia uma disputa épica, no sentido da adequação da figuração da vida a um conteúdo histórico determinado, assim como da intensificação e universalização do material construído – se pensarmos aqui, por exemplo, a organização formal do romance desde seu tema inicial: “*A terra adubada com sangue*”, e seu subtemas episódicos que começam pelo *Navio*, chega à história da *Mata*, passa pela *Gestão das cidades*, o *Mar*, a *Luta* e encerra-se com o *Progresso*; se nos atentarmos ainda aos tipos e às situações figuradas, inclusive da personificação da natureza, que, diga-se de passagem, um tanto mística, remonta-nos, até certo ponto, a Homero (o *Navio*, o *Mar*, a *Luta*), e pode se dizer até da *Mata*, quando encarna seus deuses para se defender da interferência humana e, ainda assim, é vencida. Mas, como estávamos dizendo, não sabemos se *apesar* ou *pelas* especificidades e condições históricas em que vive o Brasil na década de 1930, não é tão difícil de visualizarmos o florescimento deste tipo de figuração num Jorge Amado que se encontra num grau considerável de amadurecimento estético e político (quando da publicação da obra em estudo), justamente porque viveu e está vivendo nestas duas esferas, revoluções e guerras. Tanto que, para

Duarte (1995), não é que as obras iniciais de Amado sejam fracas, mas constituem a base do amadurecimento do autor.

Em *Terras do sem fim* é possível vermos, ainda no campo da forma, como o autor vai definindo e montando os “planos”, e conectando-os a formar um “meio homogêneo”, para usarmos um termo lukacsiano, desenvolvido no Tomo II da monumental *Estética* (1963)². Assim, a luta maior, no primeiro plano, é a luta pela posse, pelo domínio da terra travada entre os *Badarós* e o *coronel Horácio da Silveira*. No entanto, a disputa não seria possível sem o apoio ou a participação de figuras como *Teodoro das Baraúnas* e *Dr. Genaro*, por um lado, e *Maneca Dantas* e *Dr. Virgílio*, por outro (que entendemos cumprir um plano secundário). Pensemos também em personagens como o *negro Damião* e *Antônio Vitor*, nos papéis de jagunços, e mesmo *Ester*, a esposa do coronel Horácio, e ou *Don’Ana Badaró* (personagens que se encontram num plano terciário). Poderíamos continuar hierarquizando, o que não nos interessa em absoluto. O que é relevante é o papel que estes personagens de terceiro plano cumprem junto à narração, pois sem eles, sobretudo o negro Damião, a obra não seria possível, já que suas decisões/ações interferem diretamente no desfecho da obra.

Demonstramos até agora os elementos formais que tendem a aproximar o romance amadiano em estudo à forma do romance histórico, inclusive com traços épicos. Mas damos razão a Jameson e compreendemos, até certo ponto, a impossibilidade da realização desse romance histórico nos termos clássicos, o que não impede que seja um romance histórico.

Como já assinalamos, é sabido que, mesmo o romance tendo aproximações figurativas com a épica, divergem radicalmente em alguns pontos, principalmente na composição heroica. Pois que, enquanto na epopeia os heróis travam batalhas externas aos seus ambientes de convívio, os heróis romanescos lutam entre si. A batalha é de indivíduo contra indivíduo, no âmbito local ou nacional. Nesse sentido, um outro aspecto que é perceptível na diferenciação formal entre épica e romance é que, naquela, a narração pode começar no ponto mais favorável ao desenrolar dos eventos e as ações/decisões do herói são explicadas no próprio correr da narrativa; já para o romance, é imprescindível uma explicação do passado do herói para se entender suas escolhas/ações no presente. Em todo o seu estudo estético, o Lukács maduro, como queiram alguns, deixa explícito a centralidade que cumpre a categoria da particularidade, na qual o típico é decisivo. E deve-se entender por típico, neste sentido, a categoria da vida, que desempenha na arte um papel central (Lukács, 1978, p. 262). Assim sendo, *n’O Romance Histórico*, o estudioso apresenta algumas características que compõem a realização de um tal gênero, e um dos aspectos fundamentais deste método

² Cf. Edição da Grijalbo, 1966. pp. 318-377.

figurativo é a representação de personagens e ou heróis típicos ou medianos, do ponto de vista de seus conteúdos. Quer dizer, o indivíduo que concentra em si “qualidades que – por necessidades objetivas – derivam de uma posição concreta determinada na sociedade, sobretudo no processo de produção” (*ibidem*). Ainda no romance histórico, o filósofo húngaro chama a atenção para um outro tipo de personagem: o *personagem coadjuvante*, tido como elemento central para o gênero. De modo bem sintético, poder-se-ia dizer que esse tipo de personagem ou representação heroica foi primeiro desenvolvido por Scott, cuja intenção era “mediar os extremos”, colocando esse “herói” num centro dramático, no qual as forças sociais opostas pudessem relacionar-se humanamente entre si (2011, p. 60). Dessa forma, o *coadjuvante* tem a ver com aquele indivíduo que reúne em si forças ou tendências históricas, inicialmente dispersas, mas que num dado momento o obrigam a tomar uma posição que altera radicalmente o curso da narrativa. E o interessante é que esse tipo de personagem não está em primeiro plano, ele só aparece como figura importante quando se vê forçado, pela dinâmica histórica, a uma tomada de partido frente à realidade.

Ora, se observarmos atentamente algumas personagens de *Terras do sem fim*, veremos que apresentam tendências nesse sentido. Pensemos no negro Damião. Jorge Amado o apresenta como um negro carregado de um sentimento pueril, inocente de toda a maldade:

Se antes alguém lhe dissesse que era terrível esperar homens na “tocaia” para mata-los, ele não acreditaria, pois seu coração era inocente e livre de toda a maldade. As crianças da fazenda adoravam o negro Damião que servia de cavalo para as mais pequenas, que ia buscar jaca mole nas grandes jaqueiras, cachos de banana-ouro nos bananais onde viviam as cobras, que selava cavalos mansos para os maiorzinhos passearem, que leva todos para o banho no rio e lhes ensinava a nadar. As crianças o adoravam, para elas ninguém era melhor que o negro Damião. (Amado, 1943, pp. 47-48)

No entanto, Damião era um jagunço, “certeiro na pontaria, devotado como um cão de caça” aos Badarós. Ele era mesmo um sanguinário que provocava medos e assombros aos adultos. Mas a questão é que, num dado momento da narrativa, como já mencionamos, Jorge Amado, de modo bem adequado por se falar, põe o negro Damião num processo de tomada de consciência num diálogo interno consigo mesmo. Nesse diálogo, o negro começa a pensar em sua vida e, já na tocaia, nega-se a cumprir a ordem de matar Firmo, que impedia a entrada dos Badarós na mata do Sequeiro Grande. Porém, o que para nós é importante aqui é que a atitude do negro altera todo o curso da narração. Pois se ele tivesse matado Firmo, a vitória seria dos Badarós e a história acabaria antes mesmo de

começar, mas como a opção pela vida de Firmo foi uma escolha consciente – mesmo que sem entender as razões – tomada por Damião, o enredo é estendido, e uma intensificação dramática é estabelecida, prevalecendo aí o conflito que adquire um caráter histórico, na medida em que vai revelando, como diria Lukács, “as forças motrizes da vida”, das quais elas mesmas são forças motrizes (2011, p. 136). Talvez por isso, Antonio Candido tenha dito não haver solução melhor.

Encarado desta maneira, vemos que, de certo modo, o negro Damião adquire – para o desfecho da obra – uma importância fundamental. Por esta razão acreditamos que ele possa ser esse *personagem coadjuvante*, com muito das características de Scott, mas ao mesmo tempo com várias peculiaridades que seriam próprias do tempo e das condições objetivas e subjetivas em que Amado – e a própria nação – se encontra para poder pintar esse personagem sem cair no “tendencialismo”, presente em outras obras do autor.

Até agora, em nossa discussão têm prevalecido os aspectos mais formais da figuração de um romance histórico em Jorge Amado, de *Terras do sem fim*. Nesse sentido, pensemos, então, o conteúdo – não necessariamente em oposição à forma, mas antes como categorias dialéticas.

Para Lukács, é vital o entendimento acerca da forma e do conteúdo. Em seus estudos, o filósofo húngaro diz que

[...] desde Hegel, seja claro que forma e conteúdo se convertem incessantemente um no outro; se bem que o materialismo histórico dialético – indo além de Hegel – estabeleça firmemente a prioridade do conteúdo, mesmo reconhecendo esta recíproca relação de conversão do conteúdo na forma e vice-versa. (1978, p. 182)

Assim, a forma romanesca muito nos interessa por permitir visualizar como o homem pode ir se perdurando num constante fazer e fazer-se na relação com a natureza, consigo e com a sociedade, ao mesmo tempo que preenche de sentidos ou de significados os objetos de sua criação ou relação. Dessa forma, há muito chão a se percorrer, o que não faremos nesta ocasião, já que implica outras tantas coisas, como a questão do fenômeno-essência ou sujeito-objeto, por exemplo. E isso, para nós, é importante na medida em que nos dá a ver a dimensão do homem no intervir, interagir, enfim, relacionar-se com a natureza e com sua espécie, o que lhe confere um caráter ontológico, histórico.

Mais do que o estudo de um gênero literário, quando nos propomos compreender o romance numa perspectiva histórica, é porque entendemos que isso só é possível porque o homem age, pensa, sente. Porque o homem é movido pela necessidade imediata, mas também pelas sensações, por suas paixões.

Pensemos um pouco em Jorge Amado. O escritor baiano vive um momento histórico emblemático, que foi os anos 30 do século XX – uma conjuntura mundial de crise estrutural capitalista avassaladora, assim como do despontar de ideais nazistas e fascistas que culminam na Segunda Guerra Mundial. E, no Brasil, vivem-se tentativas revolucionárias, ou melhor dizendo, processos revolucionários, sob forte influência das experiências soviéticas e russas. Isso porque o Brasil, depois de 1888, vê-se forçado a modernizar-se, fato legitimado, por assim dizer, a partir de 1922, com o movimento modernista, que realiza em São Paulo a Semana da Arte Moderna. Assim é que vamos nos aproximando das condições que conduziram toda uma geração de intelectuais e artistas (da qual Amado faz parte) a manifestarem e produzirem como uma forma de enfrentamento e disputa política e social. Mas o fato é que, neste período dos anos 30 e parte dos anos 40, a conjuntura política interna está passando por grandes turbulências e o crescimento intelectual e artístico cresce vertiginosamente. Tanto que, para alguns estudiosos, nunca se produziu tanto como neste período. E vale dizer que quando falamos “produziu”, estamos falando desde a estética (aqui mais voltada à literatura) – Jorge Amado, Rachel de Queirós, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, etc. – à intelectualidade (pensando a formação brasileira) – Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Antônio Candido, entre outros.

Dessa forma, é compreensível a posição e mesmo uma tentativa de realização de um romance histórico por parte de Amado numa tal circunstância histórica.

Lukács escreve que “a verdadeira arte [...] fornece sempre um quadro de conjunto da vida humana, representando-a no seu movimento, na sua evolução e desenvolvimento” (1968, p. 32). E, observado de perto, não é tão difícil de reconhecermos isso no processo criativo dos escritores brasileiros de 30. Inclusive o próprio Jorge Amado, que, como já vimos, possui aí suas limitações estéticas, o que não o diminui em absoluto.

Retomando nosso objeto de estudo, vemos que ele vai se configurando um romance histórico menos por narrar a história da fundação das cidades de Itabuna e Ilhéus, do que por figurar a história, o destino do povo de uma região brasileira, marcada pelo subdesenvolvimento, assim como a própria condição do Brasil mesmo – portanto, a história, o destino do povo brasileiro. Valendo lembrar, inclusive, desse processo de transição que vive o país, no sentido de que, no processo de modernização, de realização de um progresso que reconfigura a organização e a importância espacial, pois antes havia uma economia nacional que era sustentada na estrutura fundiária, e passa agora ao urbano sustentado pela indústria. E isso é forte em *Terras do sem fim*. O capítulo “Gestação das cidades” começa contando a história das três irmãs, que tem exatamente a ver com a história, com o destino dos sujeitos, ou melhor, dos “povos” basilares da formação

brasileira; o índio, o negro e o branco. Na condição em que se encontram, são todos (de uma forma ou de outra) explorados, mas cada qual a sua maneira. O capítulo termina com o episódio da comemoração da Independência, interrompido por *Teodoro das Baraúnas*, regando uma muda de planta que se fixaria como símbolo do progresso e da riqueza local com sua urina. Ora, tal postura de *Teodoro* não deixa de ser uma negativa a esse progresso. Ainda mais quando não está de acordo aos seus interesses. E é claro que este interesse pertence à “alta” esfera, já que, de fato, *Teodoro das Baraúnas* não faz parte do primeiro plano, mas pertence à classe dos proprietários e é partidário dos Badarós.

No capítulo “O progresso”, a sensação maior de realização, na narrativa, dá-se com a chegada de um bispo a Ilhéus e os investimentos no porto. O incrível nesta cena é que o povo louva isso como se o dito progresso fosse sua redenção, como se de alguma maneira o progresso os tornasse mais humanos, mais livres. E de fato, o povo goza, de alguma forma, essa realização. A questão é que ele é mais afetado por ela do que beneficiado. Quer dizer, esta foi uma realidade do ciclo do cacau, na Bahia, mas que também diz respeito à política desenvolvimentista nacional dos anos posteriores às revoluções de 30. Nesse sentido, lembrando Lukács, este diz:

A interação entre “alto” e “baixo”, cujo conjunto forma a totalidade da vida do povo, manifesta-se, portanto, da seguinte forma: se é verdade que no essencial as tendências históricas recebem no “alto” uma expressão mais nítida e generalizada, é sobretudo no “baixo” que encontramos o verdadeiro heroísmo das lutas incessantes das posições históricas. (2011, pp. 68-69)

Heroísmo que se mostra mais claro na obra amadiana seguinte a *Terras do sem fim*, a saber: *São Jorge Ilhéus*, de 1944. Estas duas obras do escritor baiano compõem a saga da fundação e da decadência das cidades de Itabuna e Ilhéus. Mas mais do que narrar os fatos históricos, o autor cria esse meio homogêneo, que é a arte, e faz surgir desse processo os verdadeiros heróis do romance histórico, a saber: o povo.

No entanto, cabe fazer aqui algumas ponderações. No *Terras do sem fim*, o desfecho que o autor dá à narrativa é compreensível, o que não significa, *a priori*, o mais legítimo. Assim, a obra em questão, tomada num contexto geral, aponta um determinismo histórico. Vejamos: temos uma coerência figurativa quanto aos destinos individuais – é só lembrarmos o caso das três irmãs, a situação do negro Damião, de Ester, de Antônio Vitor, etc. –, mas a culminância dos fatos plasmados não caminha para uma saída humanamente possível (no sentido da realização plena do homem como um Ser histórico e social). Isso tem muito a ver com a teoria do desenvolvimento desigual de Marx (Lukács, 1978). Quer dizer, o

progresso é o possível e a necessidade das condições históricas dadas, o que não quer dizer que não tenha contradições e que remeta, inclusive, a retrocessos. A este respeito, é curioso o livro de Amado terminar com o “Progresso”, como o que deveria ser a realização e libertação do homem, porém o faz mais prisioneiro e dependente. Uma outra questão acerca da problemática do “Destino” ou do desfecho (e aqui nos valem de uma leitura que o Lukács faz de Heinrich Mann e Tolstói a respeito da figuração do povo e que, muito contribui com a nossa discussão): parece-nos que, em *Terras dos sem fim*, “o destino do povo ainda não é sentido como destino concreto do povo, mas como destino histórico abstrato, em que o povo desempenha um papel mais ou menos contingente” (2011, p. 351). Dessa maneira, entendemos que a luta e a vitória casual, por se falar, do coronel Horácio da Silveira foram uma saída possível encontrada por Amado, mas não foi a luta, nem tampouco a vitória do povo. Em nossa leitura, a vitória do coronel Horácio, ainda que fosse dos Badarós, seria mesmo a vitória de uma forma de poder paralelo ao Estado. Seria a vitória de um conservadorismo atrasado, resquícios de um feudalismo à brasileira.

Em meio a essa situação de realizações e limitações de um romance histórico em *Terras do sem fim*, entendemos que ele é uma grande obra literária e que, por ser obra literária e grande, é um reflexo de um dado momento histórico, que figura com muita propriedade o que é mais importante: o movimento da vida ou a vida em movimento.

Algumas considerações (in)conclusivas

Para nós, *Terras do sem fim* configura-se como um romance histórico, menos por narrar o velho dualismo de explorador e explorado, do que por pintar o processo histórico a partir das ações, das escolhas, das paixões humanas. Enxerga na história local da terra do cacau a matéria da vida como ela se apresenta na cotidianidade, aprofundando-a até ao sentimento mais pleno de reconhecimento genérico, isto é, de se reconhecer no outro. Coisa que para o homem cotidiano imerso no mundo da reificação é quase impossível. A cena do diálogo psicológico do negro Damião foi genial. Eis ali o reencontro do indivíduo com sua espécie. Acerca dessas considerações, vale lembrar Candido, que diz que *Terras do sem fim*

não é mais feito do ponto de vista do proletário. Ele o é, simplesmente, do ponto de vista histórico (mais amplo) do pioneiro das terras do cacau no sul da Bahia – espoliado ou espoliador, cabra ou patrão – entrado para a categoria da história.

E o resultado é que o livro ganha em humanidade e em universalidade. (1992, p. 52)

E, de fato, tanto os personagens de primeiro, segundo ou terceiro plano, todos eles não vivem propriamente a ferrenha oposição de quem pode e quem não pode. Estas circunstâncias vão aparecendo naturalmente nas relações. No entanto, as experiências históricas vão sendo superadas no próprio narrar. A ideia de progresso caminha junta com a degradação, mas não há uma imposição do autor em resolver isso de imediato. Ele deixa que o movimento dialético da vida resolva o problema. O que queremos dizer é que este romance é histórico por mostrar como, em situações extremamente hostis, ameaçadoras ao ser humano, ser humano ainda é possível. Assim, acreditamos que a reificação e o fetichismo não podem dar a palavra final. Enquanto houver vida humana, haverá possibilidades outras.

Referências

- AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. São Paulo: Martins Fontes, 1943.
- CANDIDO, Antônio. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Natal: UFRN – Editora Universitária, 1995.
- JAMESON, Fredric. *O romance histórico ainda é possível?*, Revista Novos Estudos, nº 77, 2007. pp. 185-203.
- LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011
- _____. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Ensaio sobre literatura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Estética – la peculiaridad de lo estético: problema de la mimesis*. Mexico: Grijalbo, 1966.

Recebido em 26 de outubro de 2015

Aprovado em 11 de julho de 2016



NOTAS CRÍTICAS

Notas sobre o efeito estético

Hermenegildo Bastos*

Em “Marx e o problema da decadência ideológica”, Lukács afirma que o enorme poder da literatura consiste em que nela o homem surge sem mediações. Toda riqueza da vida interior e exterior humana aparece num nível de concreitude que não pode ser encontrado em nenhuma outra forma de expressão. Assim, ela oferece um amplo campo para descobrir e investigar a realidade (Lukács, 2010, p. 80). Ressalve-se que a dialética de interior e exterior é condição fundamental do ser social. A missão desfetichizadora da arte consiste em recompor essa unidade dialética sempre posta em perigo pelas diversas formas de estranhamento.

Também na *Estética*, no capítulo dedicado à catarse, Lukács contrapõe o reflexo científico ao estético, observa que o primeiro distingue em cada homem as camadas ou estratos de origens diversas, sendo essa análise imprescindível para a ciência. A imediatez segunda que é própria do reflexo estético, porém, apresenta um microcosmo orgânico de unidade de todas as camadas. Não há mais camadas, mas um conjunto unitário existencial. Este microcosmo só pode realizar-se na vida de modo tendencial, porque os homens reais da vida cotidiana são refigurados de um modo de completeza tal que não existe na realidade factual senão como tendência típica. São raros os momentos em que essa completeza pode ocorrer na vida cotidiana – nos grandes gestos éticos, sem dúvida, mas estes não são comuns e corriqueiros. Como a arte, diferentemente da ação ética, é mimese da vida e não a vida propriamente dita, essa completude está sempre presente.

As leis internas de movimento da própria literatura e as da vida social que as orientam e modelam convergem racionalmente, o que, entretanto, não exclui as contradições trágicas. A tragédia é a colisão entre a generidade atual fetichizada e a luta pela generidade não mais estranhada (Lukács, 1972, p. 530).

Por meio dessa racionalidade, dessa refiguração da realidade subespécie de completude e totalidade, a poesia produz no leitor a catarse como uma experiência do mundo circundante do homem, mas, sobretudo, de si mesmo. Contudo, para que o leitor afine sua sensibilidade, será preciso que essas experiências se irradiem de modo transformador.

* Professor Titular do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UNB. E-mail: hjbastos@unb.br

Não convém tomar essas proposições como as de um mero racionalismo. Racionalidade é aqui a da narrativa realista, ou ainda, a da ordem da fábula. A narrativa organiza e unifica a experiência, evidenciando o sentido dos fatos.

O processo mimético que permite à poesia evocar a realidade compreende, portanto, além da atividade do poeta, a do leitor. O conceito de *catarse* cunhado por Aristóteles e por ele aplicado à tragédia e aos afetos temor e compaixão ganhou outra amplitude na estética lukacsiana. A origem da *catarse* não está na arte, mas na vida; dessa forma, está presente entre as forças formadoras da refiguração estética da realidade. *Catarse* é, para Lukács, um abalo tal da subjetividade do receptor que suas paixões vitalmente ativas adquirem novos conteúdos, uma nova direção, e assim, purificadas, convertem-se em embasamento anímico de “disposições virtuosas” (*Ibidem*, p. 508).

Apesar das imensas diferenças de recepção (as características do receptor, o momento histórico, as especificidades de cada arte e cada gênero etc.), Lukács entende que em todas as recepções se produzem comoções essencialmente análogas, ainda que qualitativamente diversas umas das outras (*Ibidem*, p. 515).

Como resultado desse processo, a poesia devolve à vida cotidiana o seu reflexo como uma orientação para a superação efetiva dos limites estruturais do capitalismo. Convém sempre reafirmar o caráter de atividade da poesia, isto é, o fato de que a mimese não é mera reprodução passiva, mesmo porque não pode haver aí qualquer neutralidade. A poesia é sempre crítica da vida e o é ao mesmo tempo em que é descoberta do núcleo da vida (o da genericidade não mais estranhada). Como tal, é consubstancial à poesia um posicionamento perante os fatos da vida e até mesmo uma tomada de partido.

O problema, entretanto, está em que a capacidade evocadora e, como tal, transformadora da poesia não decorre em linha direta da intenção do poeta. Se confrontamos Lassalle e Balzac na perspectiva de Marx, leitor de ambos, vemos que o militante de esquerda Lassalle falhou na percepção do elemento trágico enquanto que o conservador Balzac pôde (com suas limitações) captar as contradições do capitalismo da França do seu tempo. É o caso também de Tolstói como estudado por Lenin. Assim também como entre nós o caso de Guimarães Rosa. (Evidentemente que ser conservador não se torna, por isso, a condição necessária para a realização do papel da poesia).

O poder da poesia está no seu caráter evocador de realidade, no despertar vivências de mundo. Ela representa os destinos de seres humanos concretos em situações concretas e, fazendo-o, leva o leitor a perceber na representação dos destinos alheios o seu próprio destino. Perfaz, assim, o processo da *catarse* de síntese de singularidade e universalidade, aparência e essência, casualidade e necessidade. As situações vividas pelos personagens são vivenciadas também pelo leitor, como uma realidade que surge da obra artística, que não é a realidade do dia-a-dia nem uma cópia sua, mas sua refiguração.

O mundo da obra, figuração do mundo objetivo, evidencia as conexões existentes entre os fatos da vida imperceptíveis para os homens na cotidianidade. Como tal, a poesia revela um mundo muito mais rico de significados, que pode elevar a capacidade de entendimento do leitor.

Em uma das inúmeras vezes em que se refere a Aristóteles, Lukács afirma que o pensador grego foi o primeiro a compreender a indissolúvel conexão que existe entre a perfeição estética e a importância social da arte (Lukács, 1970, p. 234). Não é possível separar a qualidade estética da obra da sua função social, ou seja, a função social não se soma à qualidade da obra. É porque se trata de uma obra de arte autêntica que ela produz efeitos estéticos emancipadores.

Lukács critica os dois extremos a que chegou a estética moderna com relação ao papel social da arte: por um lado, em linha direta de filiação kantiana, a ideia do desinteresse da arte; por outro, a concepção estreita da arte como se ela existisse para facilitar imediatamente determinadas tarefas sociais. Frente a estes dois extremos, a estética antiga rejeitava toda tentativa de isolar o estético da vida social. O exercício de determinadas artes é parte das forças formadoras da vida humana e, portanto, da vida social: a arte é capaz de influir nas direções de efeito promotor ou inibidor da formação de determinados tipos humanos. Em todas as questões da arte estão presentes os assuntos públicos e a pedagogia social (Lukács, 1972, p. 499).

Lukács toma como exemplo de proposta redutora da arte aos fins práticos e imediatos a formulação de Stalin, “consagrada em dogma”, do artista como “engenheiro de almas”. Reduz-se a universalidade da arte, que passa a ser concebida como serva de tarefas práticas atuais. A crítica burguesa à concepção de Stalin peca pela mesma estreiteza: o pensamento burguês pretende reduzir a representação artística ao meramente individual, ou a um universal humano abstrato, enquanto que Stalin eleva o social atual a uma onipotência que reduz também a arte.

As observações anteriores não negam a existência de verdadeiras obras de arte das quais possam emanar efeitos práticos imediatos. Essa qualidade pode inclusive constituir sua peculiaridade específica. Lukács cita os poemas de Petöfi, Maiakovski e Eluard, quadros e desenhos de Goya e Daumier, em que a intervenção imediata nas lutas mais atuais foi a base de uma arte superior. Aí a ocasião que desencadeou essas obras não é mera ocasião. Elas nasceram inseparavelmente intrincadas às “exigências do dia”.

Convém fazer, contudo, duas ressalvas. A primeira tem a ver com o fato de que essa “ocasião”, não sendo “mera ocasião”, é um instante único e irrepetível da história e, como tal, é típico. Só assim ele pode ter a força e a intensidade que tem. A segunda ressalva é a de que tudo isso se dá na condição de serem, de fato, obras de arte, e não simples propaganda. Tanto é assim que, se aquelas exigências do momento, do aqui e agora, caducarem ou caírem no esquecimento, nem por

isso as obras perderão sua eficácia estética (*Ibidem*, p. 524). Maiakovski continua sendo um grande poeta, seus poemas não perderam o valor estético em decorrência da caducidade da ocasião.

Os casos citados são casos limites, mas perdem esse caráter quando evidenciam seus efeitos duradouros. Conservam sua eficácia, sem reproduzir seu primeiro efeito explosivo, prático-imediato.

Os casos são limite também porque ocupam um espaço de encontro (mas também de possível desencontro) entre arte e retórica e publicidade. Essas se valem frequentemente de meios estéticos. Na Antiguidade, Aristóteles viu na retórica categorias estéticas, mas aí não se deu nenhuma penetração de tendências não artísticas na arte. Isso só ocorre com a Idade Moderna. Sempre se produziram espontaneamente obras para intervir diretamente nas lutas de classes, como os *Persas* de Ésquilo e *Lisístrata* de Aristófanes. O elemento retórico sempre esteve presente na arte, sem, entretanto, suprimir o caráter estético. Quando isso acontece, o retórico destrói o meio homogêneo artístico, o que se dá de forma sistemática a partir do século XIX (*Ibidem*, p. 522).

A perfeição na obra de arte é a coincidência da essência com a aparência, do interno com o externo, em um objeto concreto, incorporado artisticamente a uma conexão concreta de acordo com as legalidades de seu meio homogêneo (Lukács, 1967, p. 335).

O que importa entender aí é que a missão social da arte não decorre em linha direta da boa intenção do artista, como já frisamos. Há toda uma área ou zona de objetividade, que inclui a escolha do gênero e do sentido histórico deste. A grandeza da *figuração dramática*, diz Lukács em *O romance histórico*, depende menos da força criadora do artista e mais de quanto ele puder, subjetiva e objetivamente, descobrir na realidade efetiva personagens e conflitos que correspondem às exigências internas da forma dramática (Lukács, 2011, p. 145).

O maior desafio da estética marxista está em pensar as relações dialéticas entre a arte e a vida cotidiana, pois é aí, pelo processo catártico, que se produzem os efeitos da arte. Aí também se evidenciam os elos entre a estética e a ética. A subjetividade estética é não só uma intensificação da subjetividade média cotidiana, mas também, e simultaneamente, a restauração da sua integralidade.

A imediatez cotidiana precisa ser superada (no sentido hegeliano do termo) para que, pelo processo mimético, se produza nova imediatez – a estética. Para as ciências, o real e concreto em sua imediatez cotidiana é uma abstração, como salienta Marx no Prólogo à *Contribuição da Economia Política*. Tampouco as artes podem se satisfazer com o real e concreto imediato, mas o resultado do processo artístico não é o conceito científico, mas, sim, uma revelação sensível. Às ciências interessa a essência, para elas a aparência é fonte de erro, devendo, portanto, ser eliminada. Para as artes, pelo contrário, as aparências não são meros erros. A síntese de aparência e essência é o resultado do trabalho da arte. A poesia

dá forma precisamente à coincidência completa entre essência e aparência, consistindo nisso, como vimos, a sua perfeição.

Ao mimetizar situações humanas, conflitos e intrigas, lutas entre o velho e o novo, a poesia capta a dialética entre o individual e o coletivo: nos destinos concretos de homens concretos revela-se a evolução do gênero humano. Nesses confrontos se exprime a perspectiva ou possibilidade do avanço histórico – a mudança histórica e sua direção. Pelos processos constitutivos da particularidade artística (*Besonderheit*), o acontecimento singular liga-se à evolução histórica do gênero. A realidade representada na poesia é aquele momento da evolução da humanidade cuja particularidade tocou a imaginação do artista, sua vontade artística (Lukács, 1967, p. 325).

Temos aí uma discussão sobre o que é representável (o avanço histórico), ou sobre a representabilidade (*Abbildlichkeit*). A poesia, diz Lukács (1972, p. 268), é capaz de elevar o latente à atualidade, de prestar ao que na realidade é silente uma inequívoca expressão evocadora e compreensível. Toda grande arte mostra por meio de destinos individuais, se necessário por meio de conflitos trágicos, o percurso que leva os homens da generidade em si dada naquele momento rumo a uma generidade para si possível a partir daí.

Não se trata de uma antecipação utopista, mas sim do fato de que no existir concreto de homens concretos em situações concretas vêm à luz aquelas energias humanas, aquelas determinações concretas da vida, a partir das quais, em uma determinada sociedade, pode desenvolver-se e realizar-se – com muita frequência, só em termos trágicos –, a partir da generidade concreta em si, a generidade para si inerente a ela como possibilidade (Lukács, 2013, p. 709).

A grande poesia põe, como conteúdo central, exatamente essas transições do homem singular para a sua não-mais-singularidade (*Nichtmehrpartikularität*). Como tal, as suas criações podem até resultar fantasiosas, discordantes da existência empírica da sua época, mas elas possuem uma verdade histórica mais profunda, que nada tem a ver com utopias e que torna visíveis as mais elevadas tendências, nem sempre realizadas, mas inerentes ao processo histórico como possibilidades reais (*Ibidem*, p. 710).

A poesia propicia uma vivência dos limites impostos aos homens, uma vivência que, entretanto, é também do seu conhecimento possível. Os limites são vivenciados pelos personagens, como também pelo leitor. A vivência indica a possibilidade de superação. A poesia indica, pois, uma determinada direção da história, ou seja, as alternativas que o herói pode ter pela frente, não como algo que ele simplesmente encontra no mundo dos fatos, mas como alternativas para a sua ação.

Os limites atuais foram postos aí pelos homens. Dessa forma, podem também ser superados. O leitor percebe então que pode controlar e modificar as situações e, mesmo quando não pode modificar, pode perceber os limites, ou o

“destino”, como algo produzido pelos homens, e, se assim vê os limites, vislumbra também as possibilidades de superá-los.

A aspiração a uma existência plena de sentido passa pela distinção entre aspectos essenciais e inessenciais. A arte representa a possibilidade única de vivenciar substancialidades plenas. Mas o que a arte prova existir como possibilidade (um mundo sem estranhamento) só é passível de realização através da transformação das condições sociais, da eliminação da estrutura reificada da economia capitalista.

Entendamos, finalmente, por efeito estético o processo que leva o leitor a superar-se como indivíduo singular e atingir a consistência de pertença ao gênero humano, ou o caminho que vai do homem inteiro ao homem inteiramente, ou ainda, a dimensão ética presente no estético.

A eficácia estética é impensável sem a dimensão ética. Lukács combateu a tendência moderna de negar a dimensão ética da arte. Segundo ele, em um grande artista-moralista como Brecht, a preservação do núcleo da catarse é tão visível como a desconfiança frente ao efeito meramente emocional da arte. O efeito brechtiano de estranhamento, para Lukács, propõe-se a destruir a catarse meramente imediata e preservar a outra que, mediante a comoção racional do homem inteiro da cotidianidade, imponha a este uma conversão real de compreensão do mundo. Assim, apesar de toda diferença entre Brecht e Rilke, a sentença deste presente no seu poema “Torso arcaico de Apolo”, na verdade o último verso (“*Du musst deine Leben ändern*”, “Deves mudar de vida”), é também axioma da vontade artística de Brecht (Lukács, 1972, pp. 514-5)

Referências

- LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- _____. *Estética*, vol. 2. Barcelona - México: Grijalbo, 1972.
- _____. *Estética*, vol. 3. Barcelona - México: Grijalbo, 1967.
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Ontologia II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

A busca pela essência do imperialismo: uma breve nota a partir de *O império do capital* de Ellen M. Wood

Leonardo de Magalhães Leite*

Não há como entender o que é o imperialismo capitalista sem passar por *O império do capital* de Ellen M. Wood. Publicado originalmente em língua inglesa em 2003, a obra tornou-se acessível ao público brasileiro em 2014, com uma cuidadosa edição da Boitempo. Ela conseguiu demonstrar que no imperialismo do século XXI, o Estado continua tão necessário quanto antes. Aliás, mais forte do que isso: é necessário um sistema internacional de múltiplos Estados que garanta o funcionamento do império do capital. O sujeito do processo imperialista, precisamos enfatizar isso, é o capital – e não uma burocracia estatal qualquer.

Nesta nota, apresentarei minha interpretação sobre um aspecto da contribuição magistral de Ellen M. Wood para a compreensão da lógica do imperialismo capitalista de nossos dias. Sustentarei que sua obra fornece um *insight* para desmembrar o imperialismo em dois níveis básicos de abstração, que chamarei de essência e aparência.

Imperialismo como transferência de riquezas

O objetivo de Wood (2014a) em *O império do capital* é “definir a essência do imperialismo capitalista” (p. 19). Reconhecendo que a lógica imperial, expansiva, de subordinação do *outro* é, evidentemente, muito mais antiga que o próprio capitalismo, a autora estuda várias formas de imperialismo ao longo da história para entender a especificidade do imperialismo de nosso tempo. Passando pelos impérios romano e hispânico, árabe, veneziano e holandês, até chegar ao inglês e estadunidense, ela destaca que todos os impérios pré-capitalistas basearam-se na força da coerção extraeconômica. Por outro lado, o imperialismo capitalista distingue-se pela dominação puramente econômica, o qual não exclui, evidentemente, a força da violência para tornar os sujeitos subordinados aos imperativos de mercado:

Assim como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercitivo direto, porque os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a entrar nele para vender a sua força de trabalho,

* Professor do Departamento de Ciências Econômicas de Campos da UFF, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF e pesquisador do NIEP-Marx.
E-mail: leonardoleite.uff@gmail.com

coisa análoga aconteceu no plano global, onde mais e mais partes do mundo foram submetidas a esses imperativos de mercado que as tornaram dependentes (Wood, 2014a, pp. 9-10).

Independentemente da forma sob a qual o imperialismo capitalista se diferencia dos modos antigos, o que há de comum entre todos eles parece ser, conforme a autora, a transferência de riqueza das regiões subordinadas às regiões dominantes, imperialistas. Isso se evidencia, por exemplo, quando, em função da opacidade da relação imperialista tipicamente capitalista, ela afirma que “hoje é mais difícil que nos antigos impérios coloniais *detectar a transferência de riqueza* das nações mais fracas para as mais fortes” (*ibidem*, p. 16).

Na *Resposta aos críticos*, publicada como apêndice na referida edição brasileira de seu livro, Wood explicita sua concepção trans-histórica de imperialismo como modos de “aquisição de riqueza”: “não tenho dúvidas de que todas as formas de expansão territorial e de dominação imperial, ao longo da história, preocuparam-se, de um modo ou de outro, *com a aquisição de riqueza*, nem duvido de que o Estado tem sido fundamental para todas elas” (Wood, 2014b, p. 136 – grifos nossos).

A partir desse entendimento do imperialismo em geral, ela coloca a questão que norteia seu livro: “mas a questão aqui é saber se, ou como, um imperialismo impelido pela acumulação capitalista difere de outras formas, ou quando e como a dominação imperialista passou a ser associada ao capitalismo como uma forma específica de aquisição” (*ibidem*, *loc. cit.*).

De fato, enquanto os romanos expropriavam impostos dos produtores locais em regiões dominadas, os ingleses, no estágio de transição para o capitalismo, expropriavam terras. Na estratégia imperial inglesa, a colonização em “graus substanciais” tornou-se “um fim em si mesmo”. Trata-se de uma “forma de imperialismo movido pela lógica do capitalismo”, criada pela Inglaterra para atender aos “imperativos do capitalismo” embrionário (Wood, 2014, p. 65). O laboratório desse novo tipo de império foi a colonização irlandesa, cujo objetivo era tornar esta economia subordinada aos imperativos do mercado. Nas palavras da autora (*ibidem*, p. 69), “a intenção declarada era reproduzir as relações sociais de propriedade do sudeste da Inglaterra”¹, cujo efeito “não seria apenas ‘civilizar’ os irlandeses, mas também, ou parece ter sido esta a intenção, absorver a Irlanda na economia inglesa, tornando-a dependente em uma forma que tentativas de integração política e legal até então tinham fracassado”.

O meio para que o poder econômico se estabelecesse – isto é, para que o imperialismo inglês na Irlanda se efetivasse – seria a expropriação da terra

¹ Vale lembrar que no debate historiográfico sobre as origens do capitalismo, a posição de Wood, expressa, por exemplo, em *A origem do capitalismo* (Wood, 2001), é que o capitalismo nasceu em regiões agrárias do sudeste da Inglaterra no final do século XVII.

e o “deslocamento em grande escala dos irlandeses”. Como destaca Wood (*ibidem*, pp. 69-71), houve, já no século XVI, uma “enorme *transferência de terras* dos irlandeses para colonos ingleses e escoceses”. Portanto, a síntese dessa nova espécie de imperialismo é a sobreposição do poder econômico em relação ao extraeconômico: “os governantes irlandeses, bem como os nobres ingleses, que usavam seu poder extraeconômico para extorquir impostos daqueles sob sua autoridade, seriam substituídos por proprietários de terras cuja riqueza vinha das rendas geradas por locatários engajados na agricultura comercial produtiva”.

A opacidade do imperialismo capitalista deve-se à predominância da coerção econômica, indireta, invisível, que se realiza pelas vias do mercado. Sob o capitalismo, os produtores, onde quer que estejam, dependem do mercado. Qualquer unidade produtiva deve se sujeitar “aos imperativos da concorrência, acumulação e produtividade crescente do trabalho; e todo o sistema – em que a produção competitiva é condição fundamental da existência – é movido por esses imperativos” (*ibidem*, p. 21). Isso nos permite visualizar que a expansão espacial do capitalismo, ou do mercado mundial regido pelas relações de produção capitalistas, implica a sujeição global dos produtores àqueles imperativos. Historicamente, segundo Wood (*ibidem*, p. 17), este processo se completa apenas no século XX: “o desenvolvimento de imperativos econômicos suficientemente fortes para substituir formas mais antigas de dominação direta se deu em um período muito longo, só chegando à plena realização no século XX”.

É importante deixar claro, desde já, que a coerção econômica no capitalismo não prescinde da utilização de forças extraeconômicas, sendo a principal delas o Estado. Nos termos de Wood (*ibidem*, *loc. cit.*), o uso do extraeconômico “é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si”. Sobre a necessidade do Estado para garantir a realização do poder econômico do capital, a seguinte passagem é reveladora:

o capitalismo é único na sua capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico e que isso, entre outras coisas, implica que o poder econômico do capital é capaz de ir além do controle de qualquer poder político ou militar existente ou concebível. Ao mesmo tempo, o poder econômico do capital não pode existir sem o apoio da força extraeconômica; e a força extraeconômica é hoje, tal como antes, oferecida primariamente pelo Estado (*ibidem*, p. 18).

Se o imperialismo em geral, trans-historicamente compreendido, define-se pela transferência de riquezas, e a novidade do imperialismo capitalista é que ele “exerce seu domínio por meios econômicos, pela manipulação das forças do mercado, inclusive da arma da dívida” (*ibidem*, p. 23), podemos dizer que é o próprio mercado (mundial) o *locus* onde se efetiva a transferência de riquezas no

capitalismo. Podemos concluir, portanto, que as possibilidades de manifestação do imperialismo capitalista são tão diversificadas quanto as possibilidades de interação nesse mercado.

Essência e aparência do imperialismo capitalista

Quando Wood exemplifica o uso da “arma da dívida” como uma forma de dominação por meios econômicos, ela está dizendo, em minha interpretação, que a dívida – através do pagamento de juros – é um instrumento sob o qual se efetiva a transferência de riquezas no capitalismo. Ou seja, a “arma da dívida” é um dentre vários instrumentos possíveis de manifestação do imperialismo capitalista.

De fato, o imperialismo contemporâneo pode ser apreendido na superfície da sociedade capitalista a partir de três grandes formas de manifestação, compreendendo, portanto, sua aparência. Sua roupagem explicitamente trágica e violenta, destacada especialmente em parte das teorias contemporâneas do imperialismo (Harvey, 2003; Fontes, 2011), são as formas de dominação extraeconômicas, como guerras, golpes militares, expropriações de populações tradicionais, etc.

Para além do explícito, contudo, existem formas mais sutis, que se desenrolam no dia a dia do mercado e se efetivam basicamente em duas vias: através do comércio ou do investimento. Utilizando a “artilharia pesada” da produtividade, parafraseando Marx e Engels (2007, p. 44) no *Manifesto comunista*, que permite reduzir custos e preços, efetiva-se uma transferência de valores na economia mundial através do comércio, cujos beneficiários são as empresas mais produtivas. As chamadas teorias da troca desigual (Emmanuel, 1990) e teorias marxistas da dependência (Marini, 2005; dos Santos, 2011; Bamberger, 1977), desenvolvidas entre as décadas de 1950 e 1970, foram responsáveis por fornecer ao comércio internacional o *status* de imperialista.

Pela via dos investimentos, eixo central das chamadas teorias clássicas do imperialismo (Lenin, 2008; Bukharin, 1988; Luxemburgo, 1976), o processo de extração de valores ocorre pelo lado produtivo, através das remessas de lucro das companhias multinacionais, e pelo lado financeiro, cujo instrumento mais tradicional é o pagamento de juros. Contemporaneamente, as políticas de ajuste neoliberais inserem-se nesse quadro, fortalecendo o duplo processo de transferência de recursos em direção aos grandes capitais.

Deve estar claro que o que motiva o imperialismo capitalista é a extração de riquezas, valores, seja pela guerra, pelo comércio ou pelo investimento. *Primeiro* os grandes capitais espalham dinheiro pelo mundo em investimentos, empréstimos, etc. Se fizermos um paralelo com a física, esse primeiro movimento é o imperialismo atuando como uma força centrífuga. *Na sequência*, esse dinheiro

precisa retornar à origem acrescido de mais dinheiro, num movimento parecido com uma força centrípeta, atraindo os lucros necessários ao funcionamento dos capitais onde quer que estejam.

No imperialismo, as forças centrífugas e centrípetas não têm, obviamente, a mesma intensidade. Somando as duas, o dinheiro tende a se concentrar nos capitais mais competitivos. Abstraindo suas formas de manifestação, ele é, em essência, esse processo de transferência internacional de valores dos capitais menos produtivos – na maioria das vezes localizados nos países mais pobres, dependentes – para aqueles mais produtivos, geralmente situados nos países mais ricos, imperialistas. Concebido dessa maneira, podemos perceber a existência de uma cadeia imperial global em cujo seio se cristaliza uma polarização entre imperialismo e dependência. O que é decisivo na posição de cada país na cadeia é quão produtivos são os capitais situados nesse país, pois, quanto maior a produtividade, maior tende a ser a capacidade de apropriação/expropriação de valores produzidos alhures.

A convocação de Wood para uma renovação das teorias do imperialismo

A compreensão de imperialismo que apresentamos anteriormente pressupõe a existência de sujeitos capitalistas nos dois polos, isto é, governados pelos imperativos do mercado. Considerando a existência dessa hegemonia global capitalista, falta, nos termos de Wood, uma “teoria sistemática do imperialismo”:

Ainda não vimos uma teoria sistemática do imperialismo criada para um mundo em que as relações internacionais sejam internas ao capitalismo e governadas por imperativos capitalistas. Isso, ao menos em parte, é porque um mundo de capitalismo mais ou menos universal, em que os imperativos desse sistema sejam um instrumento universal de dominação imperial, é um desenvolvimento muito recente (*ibidem*, p. 99).

E reforça sua posição algumas páginas adiante:

assim como ainda não vimos uma teoria sistemática do imperialismo num mundo de capitalismo universal, não temos nenhuma teoria do imperialismo que compreenda adequadamente um mundo composto não de senhores imperiais e súditos coloniais, mas de um sistema internacional em que tanto os poderes imperiais quanto os subordinados são Estados mais ou menos soberanos (*ibidem*, p. 115).

O convite feito pela autora continua aberto: precisamos contribuir para o desenvolvimento dessa “teoria sistemática do imperialismo”, pois a realidade

atual nos impõe essa tarefa política. Contra uma geração de interpretações pós-modernas do imperialismo, que pulverizaram a crítica ao capitalismo, o legado de Ellen M. Wood em *O império do capital* foi mostrar que “o contrapoder é possível de fato”.

Referências

- BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica. Mimeo. Cátedra Che Guevara, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires (UBA)*. Buenos Aires, 48 p. 1977. (Disponível em: <http://www.lahaine.org/amauta/b2-img/vaniadependencia_02.pdf>. Acesso em: 02/12/2015).
- BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 164 p.
- DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. Caracas (Venezuela): Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. 577 p.
- EMMANUEL, A. “El Intercambio Desigual”. In: AMIN, S., et al. *Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1990. 192 p.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 201 p.
- LENIN, V. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 130 p.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MARINI, R. M. “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 256 p.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 143 p.
- WOOD, E. M. *O império do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014a. 151 p.
- WOOD, E. M. “Resposta aos críticos”. In: WOOD, E. M. *Império do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 127-151

Recebido em 28 de março de 2016

Aprovado em 2 de maio de 2016

Einstein, nosso contemporâneo: cem anos depois

Natan Oliveira*

No dia 11 de fevereiro de 2016 foi anunciada uma descoberta que animaria a comunidade científica internacional: a primeira detecção direta das ondas gravitacionais. Segundo os cientistas envolvidos neste projeto, uma colisão de buracos negros cujas massas seriam de 29 e 36 vezes a massa do Sol teria ocorrido há estimados 1,3 bilhão de anos. Desta colisão, teria resultado um buraco negro de 62 massas solares. As três massas solares faltantes seriam convertidas, em fração de segundos, na energia que impulsionou as ondas gravitacionais. Apesar de todo este poder cósmico original, a passagem delas sob a Terra teria efeitos ínfimos: as ondas gravitacionais esticaram e comprimiram o espaço-tempo em nosso planeta em algo equivalente ao diâmetro de um núcleo atômico. Essa pequena variação só foi possível de ser detectada graças à extrema sensibilidade do *Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferometria Laser* (LIGO, em inglês)¹.

As ondas gravitacionais, finalmente detectadas, são uma confirmação de uma das previsões da teoria da relatividade geral de Albert Einstein. A recente evidência a favor da visão cósmica erguida a partir de seus trabalhos fundamentais põe Einstein, após cem anos, mais uma vez como nosso contemporâneo na compreensão das leis da natureza.

A presente nota crítica procura oferecer, de modo sumário, alguns elementos teóricos que permitam compreender a teoria cuja celebrada descoberta confirma, esclarecendo com isso a razão da contemporaneidade de Einstein. Estas observações, a despeito de seu limitado escopo, perseguem ainda outro objetivo ambicioso: contribuir minimamente para o avanço do trato das ciências da natureza pela tradição marxista, projeto este que, em alguma medida, estava presente nos pensadores fundantes.

Desafios para uma teoria geral da relatividade

Para a adequada compreensão do significado da detecção das ondas gravitacionais, é preciso voltar cerca de um século. Com a teoria da relatividade

* Graduando em Física pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro discente do NIEP-Marx. E-mail: oliveira.natan93@gmail.com.

¹ Projeto construído a partir de iniciativa conjunta do MIT e do Caltech com financiamento da Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos (NSE, em inglês). Estima-se um custo em torno de 620 milhões a 1,1 bilhão de dólares. No Brasil, físicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e do Instituto de Física Teórica da UNESP participaram do projeto. Quanto ao experimento, nosso artigo citado na nota 14 abaixo.

especial, a natureza do espaço e do tempo mostrar-se-ia bastante diferente das concepções anteriores. E com o triunfo da teoria de Einstein, logo surgiria uma nova incompatibilidade teórica no interior da física. Depois de séculos de êxitos e previsões bem estabelecidas da teoria newtoniana da gravitação, o físico alemão deparou-se com o seguinte desconforto: sua teoria da relatividade especial não se mostrava compatível com ela. A poderosa teoria newtoniana da gravitação, portanto, era desafiada pela nova teoria de Einstein. Contudo, no ano de 1907, Einstein teria um pensamento a respeito disso que ele próprio classificaria como o “mais feliz” da sua vida. Antes de nos determos nas razões de tal felicidade, detenhamo-nos na incompatibilidade entre a teoria da gravitação de Newton e a teoria da relatividade especial de Einstein.

A relatividade especial, formulada em 1905, estabelecia o fato de que *nenhuma informação ou interação física poderia se propagar mais rápido do que a velocidade da luz no vácuo*². O limite determinado pela luz para as velocidades é um dos aspectos centrais da relatividade especial e é válido não apenas para corpos materiais, incluindo também sinais e informações de qualquer tipo. Na teoria da gravitação de Newton, contudo, a atração gravitacional exercida por um corpo sobre outro se manifesta *instantaneamente*. Havendo, pois, alguma alteração na interação gravitacional, a teoria de Newton determina que os corpos reagiriam imediatamente a tal modificação³.

Haveria ainda outro empecilho conceitual que Einstein precisava superar: o estatuto dos referenciais. Na mecânica, existiriam duas classes de referenciais: os *inerciais*, que são aqueles definidos por estarem em repouso ou descreverem um movimento em linha reta com velocidade constante (o tal movimento retilíneo uniforme); e os *não-inerciais*, que seriam aqueles caracterizados por serem referenciais acelerados, ou seja, referenciais nos quais o sentido e/ou a intensidade da velocidade alterar-se-ia. No quadro teórico da relatividade especial permanecia ainda esta limitação: a incapacidade de se referir a quaisquer referenciais – os inerciais ainda possuíam um estatuto privilegiado⁴.

² A velocidade da luz no vácuo, cujo valor é aproximadamente 300 mil quilômetros por segundo. Sempre que nos referirmos à velocidade da luz, trata-se dela no vácuo e não em outros meios de propagação.

³ Vejamos um exemplo: caso o Sol, por qualquer razão que seja, desaparecesse repentinamente, a Terra, distante dele a cerca de 150 milhões de quilômetros, sofreria, de acordo com a gravitação newtoniana, uma alteração *instantânea* em sua órbita normal. Note que esta conclusão *viola diretamente o princípio da relatividade especial* de Einstein, o qual assegura que nenhuma informação pode se propagar acima da velocidade da luz.

⁴ O físico sublinhava que se fosse assim, uma nova pergunta naturalmente surgiria: “Como é possível que certos corpos de referência (ou seus estados de movimento) sejam privilegiados em relação a outros corpos de referência (ou seus estados de movimento)? *Qual é a razão desta preferência?*” (Einstein, 1999, p. 62 – grifos no original). Haveria de se explicar, portanto, a razão dessa assimetria.

Dadas as considerações acima, ficava evidente para Einstein o incômodo destas duas limitações de sua teoria: por um lado, ela se aplicava apenas ao movimento uniforme, de velocidade constante e, por outro, não incorporava a gravidade tal como estabelecida por Newton. Neste sentido, a teoria da relatividade de Einstein de 1905 é dita *restrita* ou *especial*, isto é, ela não trata de movimentos em referenciais acelerados (não-inerciais). Havia, porém, em Einstein a intenção de uma descrição mais geral, que fosse capaz de incorporar qualquer tipo de movimento, superando as limitações de sua teoria mais recente.

Voltemos agora ao ano do pensamento “mais feliz” de Einstein. Ano em que o autor da teoria da relatividade percebeu que *os dois incômodos estavam intimamente relacionados* e poderiam ser solucionados com a elaboração de uma nova teoria da gravitação, cuja formulação completa demoraria até o final de 1915 para ser concluída. O leitor naturalmente há de se indagar: o que, afinal, havia deixado Einstein tão feliz? Para nos aproximarmos da resposta a esta indagação, é preciso antes descrever brevemente uma das ideias que o próprio Einstein teve enquanto enfrentava o desafio de generalizar sua teoria da relatividade. O físico de origem alemã raciocinou a partir de um experimento mental (*gedankenexperiment*) sintetizado a seguir:

Considere um observador fechado em um compartimento sem contato com o exterior, nem mesmo através de contato visual, de forma que sua única possibilidade de estudar o mundo exterior seja através de experimentos internos ao compartimento. Este observador, ao sentir uma força gravitacional homogênea ao longo da direção vertical, poderia afirmar que ao invés de existir um campo gravitacional, na realidade, ele está sendo puxado com aceleração constante ao longo desta mesma direção, porém no sentido contrário. Isto se deve ao fato de que a aceleração gera um sentimento de peso contra o piso do compartimento idêntico a um campo gravitacional homogêneo. Por outro lado, se este observador estivesse numa região do espaço na ausência de campos gravitacionais e por meio de um cabo puxássemos o seu compartimento com aceleração constante, este observador poderia concluir que, ao invés de estar sendo acelerado, ele se encontrasse parado num campo gravitacional homogêneo⁵.

Esta indiscernibilidade entre estar sendo acelerado na ausência de gravitação ou estar parado na presença de um campo gravitacional homogêneo nos permite vislumbrar uma associação entre gravitação

⁵ Como os campos gravitacionais variam em intensidade e direção, considera-se uma região relativamente pequena do espaço (aproximadamente homogênea), de modo que o princípio da equivalência seja aplicável.

e movimento acelerado. Se de fato podemos “imitar” a gravitação através de acelerações e, reciprocamente, podemos anular a contribuição de um campo gravitacional homogêneo ao descrevermos o sistema a partir de um sistema acelerado, então é possível que haja uma associação não trivial entre estes dois fenômenos. (Falciano, 2009, p. 4311)

Com esta forma de abordar a questão, Einstein examinava um fenômeno pouco refletido, ainda que bastante conhecido: a equivalência entre a massa inercial e a massa gravitacional de um corpo material. Vejamos o que isto significa: na mecânica clássica, a *massa inercial* mede a resistência de um corpo à mudança de seu estado de movimento e, portanto, ela é definida como o parâmetro de proporcionalidade entre a força resultante exercida sobre este corpo e a aceleração adquirida por ele na influência desta força. Na ausência de aceleração, sabe-se, pelo princípio de inércia, que os corpos mantêm indefinidamente seu estado de movimento (seja o repouso ou o movimento retilíneo uniforme). A *massa gravitacional*, entretanto, possui – a princípio – uma natureza inteiramente distinta: ela expressa a intensidade da interação gravitacional entre um corpo e um campo gravitacional. Acontece que um resultado conhecido há muito tempo e considerado apenas como fato experimental indicava que *o valor da massa inercial é exatamente igual ao valor da massa gravitacional*⁶. No entanto, aquilo que *apareceria* apenas como coincidência na mecânica clássica é tomada por Einstein como princípio-guia à formulação da teoria da relatividade geral. Considerou-se a hipótese da equivalência exata entre as massas como a expressão de uma propriedade mais fundamental das interações mecânicas. O *princípio de equivalência*, como ficou conhecido, poderia ser um indicativo para se considerar que a inércia dos corpos e a gravitação possuiriam uma mesma origem. Nas palavras dele (Einstein, 1999, p. 58 – grifos no original):

Até hoje a mecânica, na verdade, *registrou* este importante princípio, mas não o *interpretou*. Não podemos chegar a uma interpretação satisfatória senão quando reconhecermos este fato: conforme as circunstâncias, *a mesma qualidade* do corpo se manifesta ora como “inércia” ora como “gravidade” (“peso”).

Einstein observou que os efeitos locais da gravitação e os da aceleração são equivalentes e, portanto, indistinguíveis. Com o princípio da equivalência subjacente ao seu experimento mental, pôs-se a base para a generalização de sua

⁶ A verificação experimental atual registra valores com precisão até a segunda casa decimal (Falciano, 2009).

teoria da relatividade especial, mas tão somente a base. O pensamento dito “mais feliz” o impeliu nesta direção, mas seriam necessários ainda oito anos subsequentes de trabalho árduo para concretizar esta generalização, de maneira a incorporar o movimento acelerado e constituir uma nova teoria da gravidade.

Geometria, espaço-tempo e gravidade

Como vimos, Einstein havia notado que da mesma forma que havia uma equivalência entre massa inercial e massa gravitacional, havia também uma equivalência entre todos os efeitos inerciais (resistência à aceleração) e os efeitos gravitacionais, como o peso. Na concepção dele, *ambos os efeitos seriam manifestações da mesma estrutura*. A felicidade de Einstein, portanto, consistia nesta conclusão notável a que havia chegado: *a descoberta da profunda conexão entre a gravidade e o movimento acelerado*. E é de se compreender sua felicidade, uma vez que a gravidade é uma interação cuja natureza se revelava misteriosa, e seu nexos com o movimento acelerado, cujas propriedades são mais tangíveis, permitiria a Einstein uma maior compreensão da natureza da própria gravidade. Dito de outro modo: *o conhecimento sobre o movimento acelerado seria a ponte para o conhecimento acerca da gravidade*.

Seu primeiro avanço, como já mencionado, ocorrido em 1907, a partir de um experimento mental, explorou o princípio de equivalência e notou a impossibilidade de distinguir entre um movimento acelerado e os efeitos locais de um campo gravitacional. Tendo ele percebido “que seria capaz de estender ou generalizar a relatividade para aplicá-lo a sistemas acelerados, além dos que se moviam em velocidades uniformes”, supôs que “poderia resolver simultaneamente o problema da gravitação” (Einstein *apud* Isaacson, 2010, p. 206). *Uma das consequências do princípio da equivalência derivadas por Einstein era que a gravidade deveria curvar um raio de luz*. Usemos mais uma vez o experimento mental do compartimento (ou câmara fechada) para que seja possível explorar esta consequência.

Imagine que a câmara está sendo acelerada para cima. Um feixe de laser entra por um pequeno orifício na parede. Quando ele chegar à parede oposta, está um pouco mais perto do piso, pois a câmara se move para cima. E, se traçarmos sua trajetória dentro da câmara, ela será curva por causa da aceleração para cima. O princípio da equivalência diz que o efeito será o mesmo quer a câmara esteja acelerando para cima, quer ela permaneça imóvel num campo gravitacional. Portanto, a luz parece curvar-se quando passa por um campo gravitacional. (Isaacson, 2010, p. 206)

A partir deste raciocínio, pareceria que a luz curvar-se-ia na presença de um campo gravitacional. Esta conclusão levantaria questões interessantes, uma vez que através de experimentos cotidianos era determinado que a luz propagava-se em linha reta. Na presença de campos gravitacionais variáveis, como um raio de luz determinaria uma trajetória retilínea? O comportamento da trajetória do raio de luz através de um campo gravitacional variável pode ser comparado ao de uma linha representada numa superfície curva. No caso de superfícies curvas, a menor distância entre dois pontos é uma curva (geodésica)⁷. *A curvatura da luz indicava, portanto, que a estrutura do espaço através do qual o raio de luz viaja seria curvada pela gravidade*⁸. O trajeto mais curto através de uma região do espaço curvada pela gravidade teria uma aparência distinta das linhas retas da geometria tradicional dos espaços planos (euclidiana). Havia, contudo, outro indício de que nova forma de geometria seria necessária para se considerar o problema. Tal evidência se revelou a Einstein quando ele considerava o caso do disco giratório. Registremos brevemente este indício.

Conforme um disco gira, sua circunferência contrai-se na direção do movimento, quando observado do sistema de referência de uma pessoa que não está girando com ele. O diâmetro do círculo, contudo, não sofre nenhuma contração. Portanto, a razão entre a circunferência do disco e seu diâmetro não será mais dada por pi. A geometria euclidiana não se aplica a esses casos.

O movimento rotativo é uma forma de aceleração, pois a cada momento um ponto na borda está mudando de direção, o que significa que sua velocidade (uma combinação de rapidez e direção) sofre mudanças. Como é necessário usar a geometria não euclidiana para descrever esse tipo de aceleração, segundo o princípio da equivalência ela também será necessária para gravitação. (Isaacson, 2010, p. 208)

Como é possível que um objeto com a forma de um círculo viole o antigo postulado da geometria (plana), de que para qualquer círculo a razão entre seu diâmetro e circunferência seja sempre e exatamente igual a pi (π)? Este fenômeno aparentemente contraditório, na perspectiva de Einstein, levá-lo-ia a propor

⁷ A *geodésica* é uma definição formal do conceito de menor distância entre dois pontos em espaços não-euclidianos. A geodésica é para o espaço curvo aquilo que a reta representa para espaços euclidianos (planos).

⁸ Einstein apresentou uma previsão para a luz que atravessava o campo gravitacional próximo do Sol. Sua previsão de desvio da luz foi confirmada em 1919 por um eclipse solar. Uma das expedições que confirmaram esta previsão foi feita na cidade de Sobral, no Ceará. Para maiores detalhes, cf. Moreira & Videira (1995).

a ideia de curvatura do espaço e substituir a geometria plana que não se aplica a viagens giratórias pela geometria generalizada de espaços curvos. No trato quase obsessivo com o problema da gravidade, Einstein foi obrigado a se resolver com a forma da geometria necessária que correspondia ao processo físico em questão⁹. Na sequência de suas investigações, ele mostraria que para todas as instâncias do movimento acelerado, a curvatura do espaço verifica-se como um resultado.

Einstein havia demonstrado, com a relatividade especial, que o espaço e o tempo não eram mais entidades independentes, eram constituintes dinâmicos de uma estrutura unificada¹⁰. Havia demonstrado ainda que *quanto mais depressa se move um objeto* (ou um observador), *mais devagar anda seu relógio*. No caso do disco giratório, para pontos mais distantes do centro, maior o percurso para se completar uma volta, portanto, maior deverá ser a velocidade deste ponto. O ritmo da passagem do tempo depende da posição, neste caso, da sua distância ao centro do disco.

A conclusão a partir do experimento do disco giratório é a seguinte: à medida que se afasta do centro, a aceleração aumenta (e sua velocidade cresce). Vemos assim que para uma aceleração maior, corresponde um relógio mais vago, ou seja, o aumento da aceleração resulta em uma curvatura mais acentuada do tempo. O que queremos dizer com a expressão “curvatura do tempo”? “O tempo é curvo se o ritmo de sua passagem difere de um lugar para o outro” (Greene, 2014, p. 85). Podemos constatar, assim, a interessante descoberta de Einstein: *o movimento acelerado resulta não apenas em uma curvatura do espaço, mas igualmente em uma curvatura do tempo*.

A descoberta revolucionária de Einstein foi esta: *a gravidade poderia ser definida como uma curvatura do espaço e do tempo* e, portanto, ser identificada geometricamente. Entre 1912 e 1915, dedicou-se energicamente a buscar as equações corretas que completassem seu trabalho de generalização da teoria da relatividade especial e obter sua teoria do campo gravitacional¹¹. Em novembro

⁹ O desenvolvimento das geometrias não-euclidianas ocorria desde a segunda metade do século XIX, com as pesquisas realizadas por Gauss, Bolyai, Lobatchevski e Riemann. Com elas inaugurou-se um debate científico e filosófico sobre a natureza da geometria apropriada ao mundo físico. Cf. Jammer (2010, cap. 5).

¹⁰ A *relatividade especial* manifesta-se, sobretudo, quando os objetos se movem a velocidades próximas à da luz no vácuo, e a *relatividade geral*, por sua vez, é requerida quando os objetos têm enorme massa ou são extremamente densos, e o encurvamento do espaço-tempo é correspondentemente significativo. Esclareceremos este último ponto mais adiante.

¹¹ A teoria de Einstein pretendia satisfazer as seguintes exigências *do ponto de vista físico*: em certas condições, reproduzir a teoria newtoniana sobre gravidade e movimento; preservar as leis de conservação da física clássica; e, por fim, satisfazer o princípio de equivalência (Isaacson, 2010, p. 213).

de 1915, finalmente concluiria sua teoria da relatividade geral, chegando ao seu *grand finale*¹², cuja ideia essencial apresentamos a seguir:

De acordo com Einstein, a gravidade é a curvatura do espaço e do tempo [...] A mera presença de um objeto dotado de massa leva o espaço a responder, curvando-se. Assim também, a Terra não se mantém em órbita por causa da atração gravitacional de algum outro objeto externo que a guie pelas depressões de um ambiente espacial curvo, como ocorre com a pequena esfera de aço na superfície de borracha. Ao contrário, Einstein mostrou que os objetos se movem através do espaço (do espaço-tempo, mais precisamente) pelo caminho mais curto possível – o “caminho mais fácil possível” ou o “caminho de menor resistência”. Se o espaço é curvo, esse caminho também será curvo. (*ibidem*, pp. 85, 90)

A equação da relatividade geral sintetiza precisamente essas informações: o lado esquerdo da equação informa como a geometria do espaço-tempo é deformada e curvada por objetos, o lado direito descreve o movimento da matéria na presença do campo gravitacional. *A interação entre ambos os lados, portanto, mostra como objetos curvam o espaço-tempo e como, por sua vez, a curvatura afeta o movimento dos objetos.* Precisamente sobre este contexto, a famosa expressão de traço poético feita pelo físico John Wheeler: “A matéria diz ao espaço-tempo como se curvar e o espaço curvo diz à matéria como se mover”.

Registremos ainda que as equações obtidas por Einstein resolviam o desconforto inicial com o qual se preocupava: por um lado, sua teoria incorporava todas as formas de movimento fosse ele inercial, acelerado, rotacional ou mesmo arbitrário; por outro lado, no cenário da relatividade geral, Einstein calculou a velocidade de propagação das perturbações da tessitura do espaço-tempo e obteve como resposta que elas viajam precisamente à velocidade da luz¹³, respeitando assim o limite cósmico determinado pela relatividade especial.

¹² A teoria da relatividade geral de Einstein é considerada por muitos como o trabalho que além de apresentar uma beleza matemática, registra uma das maiores conquistas do pensamento humano, ao passo que Dirac comentou: “[foi] provavelmente a maior descoberta científica que já se fez” (Cf. Isaacson, 2010, p. 239). Mencionemos, *en passant*, que esta teoria deu a base para a compreensão e/ou previsão dos buracos negros, da expansão do universo e, evidentemente, das próprias ondas gravitacionais. O matemático David Hilbert, ainda que também tenha chegado às equações, atribuiu os créditos da teoria a Einstein (*ibidem*, p. 237).

¹³ Na concepção einsteiniana, isto significa que se o Sol desaparecesse repentinamente – por qualquer razão que seja – produziria uma alteração na distorção (curvatura) do tecido do espaço-tempo e a Terra, por exemplo, sofreria as consequências gravitacionais deste desaparecimento pouco mais de oito minutos depois (o tempo de propagação da luz do Sol até à Terra).

Considerações finais

Feitas estas considerações sobre a relatividade geral de Einstein, podemos voltar ao nosso ponto de partida: as *ondas gravitacionais*. A colisão de dois buracos negros é um evento cósmico de tamanha intensidade que não apenas deforma sobremaneira o espaço-tempo como produz nele ondulações que se propagam pelo universo afora. São os resquícios destas *ondulações no tecido do espaço-tempo* produzidas há 1,3 bilhão de anos que foram detectados no dia 14 de setembro de 2015 pela colaboração LIGO¹⁴.

A detecção direta das ondas gravitacionais aflorou os ânimos de grande parte da comunidade científica. Comparada por alguns à mirada do telescópio à Lua por Galileu, tal descoberta naturalmente abre um novo campo de pesquisas sobre objetos astrofísicos, visto que com as ondas gravitacionais existe uma possibilidade de exploração cósmica alternativa à exploração por radiação eletromagnética. Objetos como a matéria escura¹⁵, buracos negros e, talvez, até mesmo o universo remoto podem ter suas estruturas desvendadas através das informações advindas das ondas gravitacionais. A própria gravidade, por sua vez, apesar dos avanços obtidos por Einstein, ainda permanece um desafio para a física contemporânea, especialmente na escala subatômica das interações¹⁶.

Antes de finalizar esta nota crítica, só mais uma breve consideração. Sabemos que Einstein não foi um cientista “puro” como pretendem alguns de seus admiradores. Ao contrário, ofereceria reflexões sobre as questões políticas e sociais de sua época. Suas considerações a este respeito são identificadas seja em seus escritos, como por exemplo, seu artigo “Por que o socialismo?”, publicado na *Monthly Review* em maio de 1949, seja em suas manifestações públicas de defesa das liberdades civis e de direitos políticos. Apesar das considerações políticas não constituírem o cerne desta nota crítica, não deixemos de registrar a visão de Einstein do significado *social* da ciência:

A preocupação com o próprio homem deve sempre constituir o principal objetivo de todo esforço tecnológico, preocupação com os grandes

¹⁴ Discutimos a maneira pela qual foram detectadas as ondas gravitacionais em versão online reduzida intitulada “*Ondas gravitacionais: Einstein, cem anos depois*”, publicada no *Blog Junho*, cuja versão ampliada pretendemos ter desenvolvido aqui.

¹⁵ Os resultados de observações recentes (2009-2014) do *telescópio espacial Planck* da Agência Espacial Europeia (ESA) e de estudos publicados nos inícios de 2015 a partir da observação de aglomerados galácticos em colisão indicaram uma nova distribuição na densidade de matéria e energia que compõem o universo: estima-se agora *que 4.9% correspondam à matéria visível, composta por átomos, 26.8% à matéria escura e 68.3% à energia escura*. Por fim, registremos que no *Phys. Rev. Lett. (2016) 201301* (“*Did LIGO Detect Dark Matter?*”) encontra-se a interessante discussão a respeito da possibilidade de que esta detecção do LIGO seja a assinatura para a detecção de matéria escura.

¹⁶ Desde a segunda metade do século XX, esforços são realizados na direção de oferecer um tratamento quântico para a interação gravitacional (ou seja, uma teoria quântica da gravidade) e, possivelmente, a unificação das interações fundamentais. Para uma visão sobre esta busca, cf. Greene (2014) e Smolin (2002).

e não resolvidos problemas de como organizar o trabalho humano e a distribuição dos bens de consumo de maneira *a assegurar que os resultados do nosso pensamento científico possam ser uma bênção para a humanidade*, e não uma maldição. Jamais se esqueçam disso quando estiverem refletindo sobre seus *diagramas e equações*. (Einstein *apud* Mészáros, 2004, p. 281)

“Nestes *tempos instáveis*, apresento ao leitor esta pequena reflexão, objetiva, mas apaixonada, porque é minha opinião que, hoje em dia, é através da devoção silenciosa aos fins eternos comuns a todas as pessoas instruídas que *posso ajudar na recuperação política, de uma maneira mais eficiente do que através de considerações e manifestações políticas*” (Einstein, 2005, p. 664 – grifos nossos). Com isso, esperamos que o legado de Einstein ao presente século contribua de alguma maneira para avançar nossa própria contemporaneidade.

Referências

- EINSTEIN, Albert. *A Teoria da Relatividade Especial e Geral*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999 [1916].
- _____. “Indução e dedução na física” (1919)., *Scientiae Studia*, v. 3, n. 4, pp. 663-664, 2005.
- FALCIANO, F. T. “Geometria, espaço-tempo e gravitação: conexão entre conceitos da relatividade geral.”, *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 31, n. 4, p. 4308, 2009.
- GREENE, Brian. *O Universo Elegante: supercordas, dimensões ocultas e a busca da teoria definitiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ISAACSON, Walter. *Einstein: sua vida, seu universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JAMMER, Max. *Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço na física*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOREIRA, I. C. & VIDEIRA, A. A. P. (orgs.) *Einstein e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- PATY, Michel. “Introdução a três textos de Einstein sobre a geometria, teoria física e a experiência.”, *Scientiae Studia*, v. 3, n. 4, pp. 641-662, 2005.
- SMOLIN, Lee. *Três caminhos para a gravidade quântica*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

Recebido em 1º de junho de 2016

Aprovado em 8 de junho de 2016

Terror e miséria: *Uma entrevista com o coletivo da montagem de Terror e Miséria do Terceiro Reich, de Bertolt Brecht*

Kênia Miranda* e José Rodrigues**

Divulgação.



*No quinto ano do governo daquele
Que se diz enviado de Deus,
Ouvimo-lo declarar ser chegado o momento
De iniciar sua guerra; estavam prontos os tanques,
Os canhões, os couraçados; os aviões
Enchiam os hangares e eram tantos que
Se alçassem vôo juntos, a um aceno de sua mão,
Os céus se escureceriam.
Nesse momento resolvemos passar o povo em revista.
Que tipo de gente, em que situação, e com que pensamento,
Acorrera ao chamado do chefe, disposta a marchar
Sob sua bandeira. Passamos em revista o exército.
(Brecht. “A grande parada militar alemã.”
In: Terror e miséria do Terceiro Reich. 2005, p. 183.)*

* Professora da Faculdade de Educação da UFF, doutora em história (UFF, 2011), membro do Niep-Marx e do Círculo Brechtiano.

** Professor da Faculdade de Educação da UFF, doutor em educação (Unicamp, 1997), membro do Niep-Marx e do Círculo Brechtiano.

Durante os meses de julho e agosto de 2015, no centro cultural municipal Solar do Jambeiro, situado no bairro do Ingá, em Niterói (RJ, Brasil), todas as terças-feiras, a partir das 18h, formavam-se filas com cerca de 100 interessados em assistir à montagem de *Terror e Miséria do Terceiro Reich: Uma exposição coletiva de teatro*, a partir do texto original de Bertolt Brecht. *Terror e miséria* foi fruto de um grande coletivo, cuja coordenação geral coube a Fábio Fortes¹. Em maio de 2016, já no Teatro Municipal de Niterói, novamente o grupo, agora, mais enxuto, reapresentou ao público a denúncia brechtiana do horror nazista.

Bertolt Brecht (1898-1956), ele próprio alemão de nascimento, militante marxista, poeta, músico, encenador, dramaturgo, no dia seguinte à queima do Parlamento alemão, perpetrada pelos nazistas e atribuída aos marxistas, em fevereiro de 1933, partiu para o exílio, passando por Londres, Nova York, Paris e Moscou². Apesar de marxista, perseguido pelo governo de Hitler, também não pôde se estabelecer na União Soviética, pois não era bem visto pelo stalinismo, que o considerava uma dupla ameaça: de um lado, por ser considerado um simpatizante de Leon Trotsky e, por outro lado, um contestador teórico-prático das teses do chamado *realismo socialista*³, que passou a ser o cânone oficial estatal a partir do congresso de fundação da União dos Escritores Soviéticos, em 1934, e do manifesto apresentado por Zidanov e Gorki, praticamente pondo um ponto final em toda a riquíssima produção artístico-cultural que emergiu após Outubro de 1917⁴.

No exílio, Brecht redige *Terror e miséria do Terceiro Reich* (Brecht, 2005), entre 1935 e 1938, a partir de notícias jornalísticas e depoimentos clandestinos. A peça, composta por 24 cenas, sendo quatro delas um pouco mais longas, a saber, “Em busca da justiça”, “O espião”, “A cruz de giz” e “Mulher judia”. A peça se encerra com a cena *Plebiscito*, que trata justamente da consulta popular sobre a anexação da Áustria à Alemanha nazista, convocando o público a um posicionamento. Em cada cena, Brecht passa em revista os mais diversos setores da sociedade alemã: da ciência (“Físicos”), passando pela justiça (“Em busca da justiça”), pelo proletariado (“Os sapatos pretos”, “O egresso”), pela mídia (“A hora do trabalhador”), pela pequena burguesia intelectualizada (“O espião”), chegando à burguesia e ao antisemitismo (“Mulher judia”). Enfim, *Terror e miséria* traça um tétrico panorama de uma sociedade em estado de exceção permanente, que conduziu a humanidade a um de seus momentos mais mortíferos.

¹ As fichas técnicas encontram-se no final deste texto.

² Para um panorama da vida e da obra de Brecht, ver Peixoto (1968).

³ Para um breve comentário crítico sobre o realismo, ver *O popular e o realista* (Brecht, 1967a). Sobre a polêmica Brecht-Lukács a respeito do Expressionismo, ver Carvalho (2015).

⁴ Cf. Domingos & Maciel (2009) e Mattos (2012).

Cabe talvez assinalar que a proposta estética de Bertolt Brecht – o teatro épico – vai de encontro ao que ele considerava o teatro digestivo, mero entretenimento, um verdadeiro estupefaciente: a forma-drama. Nesta perspectiva, a audiência é capturada – tanto pela temática, quanto pela forma dramática, propriamente dita – pela identificação às personagens, o que redundava, por um lado, na certeza de que tudo sempre foi daquela maneira, e, por outro lado, na *catarse*, ao fim do espetáculo (sic), que propicia o alívio necessário à angústia estabelecida pelo contato imaginário com os limites da sociabilidade capitalista⁵.

Ora, *Terror e miséria do Terceiro Reich* não segue por esta trilha. A obra apresenta uma dura análise das condições daquela sociedade, das escolhas que são feitas e das (primeiras) consequências do ápice da ditadura da burguesia. Não há alívio ao final. Não há redenção. Há um chamado à auto-organização da classe trabalhadora e à luta contra a barbárie nazicapitalista:

“Querido filho! Amanhã não estarei mais com vida. A execução costuma ser às seis da manhã. Escrevo, ainda, pois quero que você saiba de minhas opiniões, meus ideais permanecem os mesmos. Não pedi clemência, pois não cometi crime algum. Apenas servi à minha classe. Pode parecer que não consegui nada com isso, mas não é verdade: cada um no seu lugar, este deve ser o lema! Nossa tarefa é muito difícil, mas é a maior que existe: Libertar dos opressores a humanidade. Sem isso, a vida não tem valor. Só isso conta. Se não pensarmos sempre nisso, a humanidade cairá no barbarismo. Você ainda é pequeno, mas é sempre bom saber de que lado está. Fique com sua classe, assim seu pai não terá sofrido um trágico destino em vão, pois não foi fácil. Tome conta da mãe e dos irmãos, você é o mais velho. Seja consciente. Saudações, a todos, do pai, que muito bem lhe quer..”

(Brecht. “Plebiscito”.

In: Terror e miséria do Terceiro Reich. 2005, p. 287)

Na montagem de *Terror e miséria*, realizada em 2015, no Solar do Jambuí, uma bela assobradada edificação, revestida de tapetes de azulejos portugueses, no centro de um jardim, as cenas curtas foram apresentadas simultaneamente em blocos, os quais eram interrompidos por sirenes de alerta de bombardeio. Então, a ação se deslocava para o interior do casarão, onde eram apresentadas duas das quatro cenas principais, também de forma simultânea.

Tal proposta cênica, embora não indicada por Brecht, vai ao encontro de suas preocupações, pois, entre outros aspectos, tal encenação procura retirar o espectador da passividade, dado que cada um precisa escolher quais cenas e em que ordem serão assistidas, além de ser convidado, algumas vezes, a integrar-se

⁵ Para uma introdução à perspectiva brechtiana, ver *Notas sobre Mahagonny* (Brecht, 1967b).

à própria cena. Essa encenação foi denominada pelo grupo de “exposição coletiva de teatro”. Na segunda temporada, o espaço cênico transferiu-se para o Teatro Municipal de Niterói, localizado no centro da cidade. Felizmente, a proposta “exposição coletiva” permanece intacta. Agora, as cenas estão distribuídas por todo o complexo teatral: o palco, as coxias, a casa de máquinas, o porão e as frisas e, até mesmo, a rua. A cena “A grande parada militar alemã”, que abre a peça, é encenada à porta do teatro, curiosamente, diante de uma catedral das mercadorias, um *shopping center*.

Na entrevista, são abordados diversos temas, como a oportunidade de montar *Terror e Miséria*, a perspectiva brechtiana, o trabalho coletivo e a questão do financiamento público da cultura.

Entrevista:⁶

Por que Brecht em uma hora dessas? Tudo conspira contra esse tipo de texto e da proposta que vocês fazem. De onde vocês tiraram essa ideia de montar *Terror e miséria*?

Fábio Fortes: Eu fui estudante de teatro, comecei licenciatura na UNIRIO, e o primeiro texto que eu li na universidade foi o *Terror e Miséria do terceiro Reich*. E eu fiquei muito encantado, impressionado com o texto, com as possibilidades dele. E tenho essa ligação com Niterói, que é, de fato, minha cidade, onde eu iniciei o meu projeto de teatro, de ser artista, e ficava pensando que o texto, pela sua característica, pela *epicidade*, aquela coisa dividida em contos, pequenos contos, pudesse gerar uma proposta de agregar pessoas para um projeto de fazer teatro melhor em Niterói. Não que o que esteja sendo feito não seja bom, ou alguma coisa assim, nesse sentido, mas assim eu pretendia aprofundar, estudar melhor o teatro, a teoria do teatro, subir um degrau, modestamente. Eu queria, e eu acho que esse texto tinha tudo para isso, porque de fato podia ser produzido dessa forma como a gente acabou produzindo. É claro que, além disso, faz 70 anos do fim da Segunda Guerra, além de 75 anos de lançamento desse texto. Então, foi uma série de efemérides de que a gente foi se apropriando para fazer – “é esse ano, vamos lá e vamos iniciar”.

E o Brecht é aquela figura, para a gente do teatro, praticamente um mito, mitológica, que a gente sempre fica querendo aprender, estudar, colocar em prática aquilo que se estuda. E é sempre tão difícil de produzir, de fazer, pensar e tudo mais, discutir com as pessoas. Então, eu achava que, assim, o Brecht dava essa possibilidade dessa discussão do que já não se fazia na cidade. Então, tem

⁶ A entrevista foi realizada em agosto de 2015, no Solar do Jambeiro. A transcrição foi realizada por Ingrid Carvalho, a quem agradecemos pelo trabalho, enquanto que o estabelecimento do texto, inclusive as inserções e notas, são de responsabilidade de Kênia Miranda e de José Rodrigues.

um caráter muito prático nesse trabalho. No sentido de que as companhias da cidade ouviram muito pouco Brecht. Eu não me lembro de alguém ter montado Brecht na cidade, então eu falei: “agora a gente pode ir por aí”. E toda a questão política acontecendo...

Rafael Ferreira: Eu só queria dizer que eu acho muito interessante uma fala do Brecht, na verdade eu nem sei se foi ele que falou [...] que “o teatro de hoje deve servir ao povo de hoje”. Então, eu acredito que tocar nesse assunto de um regime fascista, totalitário, que, enfim, fez tanto mal pra humanidade como fez, e você abrir o jornal e você ver notícias de como: “por que não acabaram com vocês em 64?”, “volta à ditadura!”. Então, a gente refrescar esses assuntos que infelizmente são trágicos, eu acho sempre bom. É sempre bom ter isso vivo na mente das pessoas, do que já aconteceu. E se realmente eles querem que isso aconteça de novo.

Ana Flávia Chrispiniano: Na verdade, a ideia original não partiu de mim, veio do Fábio Fortes, mas quando eu recebi o convite, já tinha uma admiração muito grande pelo Brecht. Mas esse texto, especificamente, acho que tem essa questão que o Rafael falou, que a gente está vivendo, no momento atual, onde se vê muito o discurso de intolerância em outras mídias. Agora com a rede social, não sei se sempre existiu ou está mais explícito agora... de alguma maneira, muitas pessoas estão com um discurso muito conservador, estão saindo do armário, indo para a rua, muitos símbolos nacionalistas, bandeira, hino. Para mim, particularmente, faz muito sentido esse texto como ele está. A gente até conversou com o Sérgio de Carvalho,⁷ quando ele deu uma oficina para a gente e sugeriu atualizar o texto. Mas, nesse caso, eu acho que [tinha que] olhar para aquela época mesmo, como estava. Não fizemos nenhuma atualização, nenhuma alteração do texto, ou “vamos trazer para o Brasil explicitamente”. Seria até um recurso do Brecht mesmo, olhar a história, deslocar no tempo histórico, até faz você refletir, já é uma forma de distanciamento, distanciamento histórico. Você olhar o que aconteceu também faz você refletir sobre hoje.

Fábio Fortes: Remontar é reavaliar também. A gente conversou muito sobre isso, como que se atualiza. Mas, só de a gente pegar o texto e montar, já está atualizando.

Rafael Ferreira: É, esse negócio de deslocar o olhar, me lembra de quando Brecht fez *Os fuzis da senhora Carrar*, que ele jogou para a Guerra Civil da Espanha. Ele pegou uma situação e jogou para a China. Então, é mais ou menos [isso], a gente está utilizando um recurso dele.

Ana Flávia Chrispiniano: Tem algo muito interessante nesse projeto especificamente, que é, para além do conteúdo, uma busca por um outro modo de

⁷ Professor da USP, dramaturgo, encenador e diretor da Companhia do Latão.

produção. Esse projeto tem uma cara que é muito difícil de viabilizar no mercado, porque são muitos atores. Hoje em dia, acho que as pessoas têm esse raciocínio: “vamos fazer com pouca gente que a gente ganha mais”. Além do modo de produção mesmo, muito coletivo e tal, vários diretores, essa forma [de utilização do] espaço, então, para além do que é dito, acho que é a uma forma que também busca ser revolucionária, de as pessoas verem tudo ao mesmo tempo. Tirar o espectador do seu lugar cômodo, do esperado.

Pedro Lopes: Certamente, do elenco inteiro, eu sou uma dessas pessoas que não conhecia o texto, que se espantou, de um jeito bom, com o quão atual ele era. Uma facilidade que você tinha de fazer sincretismos muito claros entre elementos do texto que eram contemporâneos à época dele com elementos do nosso tempo, tranquilamente. Desde uma entidade policial que oprime, que vai numa casa, tira uma pessoa de lá, até um sistema que pune uma pessoa porque fez a mesma coisa que a outra fez e não foi punida. “Em busca da justiça”, uma das cenas, tem isso claro demais também: o sistema comendo o próprio sistema por possibilidades.

Uma das questões postas por Brecht é lidar de uma forma diferente com o teatro que virou uma mercadoria e problematizar a divisão do trabalho. No site do espetáculo,⁸ o coletivo diz que uma das inquietações que deu origem à montagem nasceu durante o festival *Niterói em Cena*, onde atores questionaram essa divisão. Vocês resolveram fazer diferente, mudar a forma de se produzir a encenação, mas também mudaram a relação com o público. Como foi colocar em questão a divisão capitalista do trabalho?

Fábio Fortes: Pois é, essa é uma inquietação minha. Que é: a arte, o valor da arte, como se agrega valor à arte hoje, como se cobra pela arte e o que você faz como artista para viver da arte? E, nesse sentido, eu estava completamente insatisfeito com o processo que se dá hoje, muito focado na Lei Rouanet. Os grandes empresários acabam escolhendo peças que fazem bem para o negócio deles e ainda fazem isso com incentivo fiscal. Já aqueles grupos que são periféricos e que têm muita capacidade e talento não chegam ao financiamento. De fato, não é algo para a população, para os artistas, ou seja, não é democrático. Isso me incomodava muito e eu comecei a perceber que também incomodava muita gente. Assim, como sou produtor do *Niterói em cena* já há 8 anos, essa é a discussão: como uma peça, um musical, ganha 51 milhões, enquanto os grupos não conseguem chegar a produzir qualquer coisa via lei Rouanet e outra recebe 21 milhões, e a outra 3 milhões, que são cifras que não combinam com o teatro, mas que são próprias do cinema? A cifra do teatro não é essa. Ou seja, você não precisa de 51

⁸ <<http://www.terroremiseria.com/>>, acesso em agosto de 2015.

milhões para fazer peça alguma, não há necessidade. Não precisa de um milhão para fazer peça alguma. Com um milhão você faz quantas peças? Tanto é que essa [*Terror e miséria*] nós fizemos com nada, com uma vaquinha; na verdade, é essa a proposta. Então, a gente fomentava essa discussão e todo ator falava que se sentia muito lesado, porque a cifra milionária não chega ao ator, nunca. Chega um salário medíocre, um cachê irrisório, enquanto os produtores, diretores ficam milionários com essa arte que é do ator. Porque o teatro é a arte do ator. O cenógrafo, o figurinista etc. estão super bem servidos, que deveriam ser de fato, mas há um deslocamento dessa força propositiva do ator no teatro. Isso me incomodava muito e incomodava as outras pessoas. E a rede social servia para isso. Eu sou meio falante na rede social, então, acabava colocando essa coisa “como é que pode 51 milhões?”. Por exemplo, eu fui ver *Chacrinha, o musical*, gosto de falar mesmo que eu fui ver, e o encosto da cadeira tem um abacaxi, com aquilo ali eu montava cinco peças, só com o dinheiro que foi gasto para colocar o encosto da cadeira tipo avião. E comecei a ver que os meus pares estavam muito incomodados com isso, e comecei a pensar o seguinte: Então, do que eu preciso? Eu preciso do ator como elemento fulcral do teatro. Mas como é o ator de que eu preciso? E todos os atores que eu conheço têm múltiplas funções na vida. O cara é ator e programador visual, ator e figurinista. O artista é assim. Então, eu só preciso de atores, gente com vontade de trabalhar e gente com vontade de pesquisar outras possibilidades como ator, que de repente é fazer um figurino, juntar com mais quatro ou cinco pessoas orientadas por alguém para fazer o figurino. E eu pensei nisso, e falei com quatro, cinco pessoas, que me disseram: “Não, você é maluco. Isso não vai dar certo jamais. As pessoas não vão querer”. Mas eu pensei: “acho que as pessoas vão querer. Eu acho que vai dar certo”. E um dia eu fui no Facebook, e falei assim: vou chamar todos os atores que me interessam. Fui chamando, chamei quarenta. Trinta e cinco apareceram e hoje nós somos trinta e dois. Desistência zero, porque assim era a situação: não tem dinheiro, tem uma possibilidade de um investimento da Fundação [Municipal de Teatro] para vinda para o [Solar do] Jambreiro, mas apenas para cobrir a temporada. É para estudar, é para gente se testar. E quando eu vi, os trinta e dois toparam, o que eu jamais esperaria, porque eu fiz realmente um *brainstorming*. Achei que iam ficar dez e quando eu vi ficaram trinta e dois. E a gente se virou a partir disso. Aí também começaram os problemas, por que são trinta e duas pessoas que pensam diferente. E como a gente liga tudo isso, como a gente faz? Mas foi tudo muito bacana e acho que a gente chegou a um resultado bom. E eu acho que é isso que é mais importante falar: eu não chegaria sozinho neste resultado. Se eu não tivesse essas pessoas juntas, o resultado seria muito inferior ao que a gente conseguiu. Então, é, de fato, um processo colaborativo por isso, porque as pessoas entraram mesmo com sua força de trabalho, com sua força de pensamento. Então, ampliaram-se as possibilidades do que foi feito, da estética, do resultado.

Ana Flávia Chrispiniano: Tem problemas também. O exercício do coletivo, de você fazer de outra forma, não é fácil mesmo. As pessoas, muitas vezes, têm que reaprender como trabalhar dessas outras maneiras, porque estamos, às vezes, condicionados. Acredita-se, mesmo, na necessidade de se ter um chefe, ou em outro ritmo de tomada de decisão. Porque se alguém decide sozinho, é mais rápido. As decisões coletivas, muitas vezes, a gente sentiu e falou sobre [elas] – “Que demora para tomar uma decisão! Por que tem que debater?”

Só para pontuar o que o Fábio falou da Lei Rouanet [...], a experiência de São Paulo, por exemplo, da Companhia do Latão, que participou do movimento contra a Rouanet, que é a lei de fomento ao teatro, [mostra] que um grupo isolado, uma pessoa só é muito difícil [...] mudar essa realidade.

Apesar de todos os obstáculos mencionados, de fato, a peça foi montada em menos de seis meses. Foi tudo muito rápido. Enfim, como foi possível realizar uma montagem tão complexa em tão pouco tempo?

Pedro Lopes: Deve-se tudo isso à vontade que tínhamos de fazer, de gerar. Porque eu tenho certeza de que se dez pessoas eram próximas ao Fábio, e ele viu essa inquietação nessas dez, outras vinte que nunca falaram com ele tinham essa mesma inquietação. Eu, por exemplo, quando cheguei aqui, não venho dessa realidade do *Niterói em Cena*, não participei dele ainda, nem nada disso, mas tinha essa noção de que o teatro não estava sendo feito ainda com esse foco, com o perdão do erro, com esse foco fundamental no ator, e pensava nisso e me via diante de milhões liberados para uma coisa. Dois milhões para um *blog* e nenhuma coisa liberada para aquela equipe da rua que fazia tudo com duas pessoas. E sempre fui amante desse teatro, não só de rua, mas desse teatro independente, de grupo de arte independente. O *Teatro Mágico*, em São Paulo, por exemplo, começou assim, com esse trabalho de formiguinha, e “aconteceram” e foram incentivados por quem queria ver aquilo acontecendo ou por outras pessoas que fizeram. Então, acho que a gente deve essa “facilidade” à nossa vontade de fazer. O ator merece um momento de se experimentar como foco, a luz que está em cima de mim não foi um cara que colocou, fui eu que coloquei aquela luz. O figurino que eu estou vestindo agora foi ela que costurou e está nascendo comigo. Então o ator merecia esse momento, esse espaço de se ver num espelho e não ter mais nada além dele, ele e a classe dele, o segmento dele. Acho que essa foi a maior chave para acontecer, para a gente colocar de lado os muitos “nãos” que a gente pudesse ter de: “não concordo com essa postura, Fábio”, “Rafael, acho que não é por aí”. Isso tudo veio e foi adiante também, mas até isso foi abraçado pela vontade de fazer e fizemos. E estamos aqui.

Rafael Ferreira: Eu só queria acrescentar algumas coisas. A gente está acostumado com tiro curto. O que a Ana Flávia falou, muitas vezes falta mais tempo, infelizmente, com teatro [...] Ficar muito tempo em um projeto, infelizmente, é

um tiro no pé para a gente. Muito tempo sem trabalhar... A gente não recebe cachê por ensaio, só se ganhar um edital de manutenção de companhia, que é muito difícil. Então, a gente tem que ser no tiro curto. Eu por exemplo, dedico quatro horas da minha vida a um trabalho [...] que me sustenta. É um trabalho que me dá possibilidade de conseguir ensaiar durante três meses, para depois da temporada eu conseguir receber um retorno financeiro. É muito difícil para a gente viver de teatro na nossa situação atual. As pessoas têm uma imagem diferente do teatro, não se vê o incentivo. Eu fiz o ensino fundamental e nunca ouvi falar de teatro... Só fui buscar na minha adolescência. Então, é muito, muito difícil para gente. E uma coisa legal também desse projeto foi a nossa troca como artista. Trinta e duas pessoas de lugares completamente distintos, de escolas completamente diferentes, de experiências completamente diferentes. Lembro o Tiago Torres chegando e falando: “Gente, eu tenho só três meses de teatro”. [...] Foi uma troca muito, muito interessante, e isso mantinha o teatro vivo, a vontade de a gente fazer, além de toda essa nossa inquietação artística, política também, essa troca foi muito gostosa. Por que o que é artista senão uma experiência de vida?

Brecht e o teatro político querem atingir o público. O pensamento dominante da nossa sociedade diz que o público não tem interesse nesse tipo de proposta que vocês trouxeram. Contudo, temos visto longas filas. Então, queria que vocês comentassem a reação do público ao convite de serem ativos, desde entrar na fila até escolher as cenas a que vão assistir.

Rafael Ferreira: Na verdade, eu acho que “n” fatores chamaram o público para cá. O primeiro é [ter] trinta e quatro pessoas envolvidas, se cada um chama a família, já enche. Trinta e quatro pessoas divulgando ativamente no Facebook. O Jambeiro já tem um público cativo às terças-feiras. Então foram fatores que foram acumulando. A proposta é também uma coisa que chama atenção. Tem uma coisa que me irrita muito no teatro, eu acabei de participar de um festival, onde eu estava como dramaturgo, e eu fiz um texto que falei sobre redução da maioria penal. Só que eu não falei “no cru: redução da maioria penal”. A gente usava metáforas, alegorias. E o júri na hora de dar o *feedback*: “eu amei, a mensagem chegou até a mim, mas eu tenho certeza que não chegou na plateia.” Como assim, tem certeza que não chegou na plateia? Ele estava completamente subestimando a plateia. Eu, por exemplo, faço teatro infantil e me surpreendo muito com o que as crianças trazem de retorno. Elas percebem os signos, elas percebem tudo que a gente trabalhou com o maior detalhe. Então, tem que parar com essa mentalidade de que o público não vai gostar, de que o público não vai entender, de que o público é isso, de que o público é aquilo. Parar com isso de preencher todas as lacunas. Deixar as lacunas abertas para o público pensar, preencher com sua experiência de vida. [...] O que eu acho que afasta o público

do teatro não é nem a proposta, muitas vezes é o preço, outras vezes a produção não consegue instigar a curiosidade da pessoa.

Fábio Fortes: Eu queria falar sobre como a gente pensou que o público agiria. A gente pensou nessa questão do teatro exposição. A gente não quis teorizar sobre isso, mas, sim, agir na prática. Eu vi as cenas e achava que essa peça, pela dificuldade da temática, por ser longa, que é exatamente um caminho contrário do que a gente tem visto, a rapidez... [...] A gente começou em reuniões, no contato, a pensar que essas cenas não precisavam estar todas no palco. Eu lembro que o Rafael falou: “A gente pode colocar uma cena aqui primeiro”, isso pensando que seria no teatro convencional. [...] A gente pode fazer tudo, a gente não precisa fazer uma ou duas, a gente pode fazer todas elas, e fazer com que o público tenha essa atitude como ele tem em uma exposição. Ele chega, por exemplo, ao museu, vai ao CCBB ver o Picasso agora e fica o tempo que você quiser ali na frente de uma obra. Ou anda rápido, passa rápido. Que necessidade é essa de a gente dizer tudo e como que o público pode de fato “encaixotar”? Então a gente pensou nisso, criamos essa ideia desse teatro exposição, onde as cenas estariam livres e o público é que faria o seu contato, preencheria as suas vontades, desejos, rever, reavaliar, ver de novo a mesma [cena]. E começaram a surgir ideias. “A gente pode modificar o ator”. Como é ver a mesma cena com três atores diferentes fazendo, como é fixar, como é fazer em coro, como é repetir? E a gente foi pensando tudo isso, e isso acabou instigando as pessoas. A gente escuta muito retorno, e o retorno que eu tenho ouvido é: “É muito confuso no início, mas como é prazeroso eu poder fazer o meu caminho. Como é bacana eu não entender nada e de repente a coisa ir caindo e aos pouquinhos eu ir entendendo que eu vou montando a peça do jeito que eu quero”, e de repente você vê umas pessoas mais desesperadas correndo pelo Jambeiro. Essa questão é muito bacana e prova que a gente tem muito lugar. Eu sempre fiquei pensando esse lugar do teatro, onde o público chega e apaga-se a luz e você vê uma peça, é só um lugar. De forma alguma quero desmerecer o palco italiano, ele é potente, é forte, porque ele tem sua propriedade. Agora, eu acho que a gente tem muitos outros lugares. E que também era uma novidade aqui para a cidade. Como você chega em um espaço desse e se apropria dele, isso para o artista, mas a gente conseguiu [...] transpor isso para o público. Então, para o artista é comum, mas o público agora também se apropria do espaço.

Pedro Lopes: De várias críticas que eu ouvi, de conhecidos, de amigos, em assuntos paralelos, [de pessoas] que nem sabiam que eu estava na peça, duas me marcaram demais. Uma porque é muito louca e faz todo sentido. Um amigo me disse: “Quantas vezes na vida você tem a oportunidade de controlar um *déjà vu*. Eu tenho que ficar aqui e rever tudo isso que eu passei, porque não vai ser igual”. E o outro comentário que eu ouvi, que eu achei genial, e agora eu falo mais como estudante de letras mais do que como um ator mesmo. “Eu tenho tantos minutos

para ver todas as cenas, então eu já sei que não vou conseguir ver todas que estão se passando. Quando saio daqui eu não vi somente *Terror e miséria do III Reich*, de Brecht, eu vi *Terror e Miséria do III Reich* meu. Porque eu acabei sendo obrigado a construir uma história com os 5 minutos que eu vi dessa, com o grito lá longe que eu ouvi, que eu não estava e eu achei isso fenomenal”.

Ana Flávia Chrispiniano: Eu não tenho tantos amigos que vieram ver, porque eu estou chegando na cidade. Então eu vou falar uma coisa mais teórica que eu vejo nessa peça... Como mestranda, a minha pesquisa é essa relação com o espectador, eu tenho um palpite que tirar o espectador da passividade é algo que vai contra o *status quo*. Porque a gente vive em uma sociedade do espetáculo, onde essa passividade, essa contemplação passiva, é muito forte. [...] Então acho que colocar o público numa posição de escolha, de sair do lugar, para mim particularmente, é muito interessante. Para o teatro, que é uma arte tão artesanal, tão antiga, acho que é preservar a essência dela do encontro mesmo, deixar isso na enésima potência...

Não foi preciso falar de *estranhamento*⁹ para o público, nem convidar para um teatro épico, e as pessoas se colocaram nesse lugar. Uma das coisas muito caras ao Brecht é a relação entre a forma e o conteúdo. Era possível montar a peça de outro jeito? Vocês podem comentar como trabalharam essa relação na montagem?

Ana Flávia Chrispiniano: Brecht sempre falava da diversão. Então, pensando essa questão sobre o público, não sei, às vezes as pessoas podem achar [...] que teatro é chato ou a política é chata. Eu acho que, na verdade, é divertido também. Toda hora eu falo isso, eu queria ser espectadora dessa peça, poder escolher [...]. É divertido mesmo, apesar de a gente estar tratando de um tema tão profundo.

Fábio Fortes: Tudo isso que você falou foi muito caro para a gente. A gente pensava em que relação é essa entre o palco e a plateia, para que se dê o estranhamento. Para que todas essas características que já estão muito claras no texto aconteçam. Essa peça tem esse presente, né? O épico dela já é dado no texto. Ou seja, as cenas que se cortam e um todo que fala de uma mesma coisa. Várias partes falando de um mesmo assunto, episódico, características de um teatro episódico, isso já é muito dado no texto. Eu acho que a gente teve boa condição de se apropriar dele e estudar esses conceitos do Brecht e trazer para o público.

⁹ O efeito de *estranhamento* ou *distanciamento*, *V-Effekt* (*verfremdungseffekte*), é um conceito-chave na obra brechtiana. Referindo-se à interpretação do teatro chinês, Brecht diz: “O objetivo do artista é parecer estranho e, mesmo surpreendente para a plateia. Ele o consegue, olhando com estranheza para si próprio e para seu trabalho. O resultado é que tudo o que produz tem o toque de espanto. O cotidiano é, assim, suspenso a um nível superior, ao óbvio e automático” (Brecht, 1967c, p. 106). Ver também Brecht, 1967d e 1967e.

Foi um gol que a gente marcou. A coisa da tragicomédia, em que a gente tentou também investir, e o problema que você falou, em quatro meses, quatro meses não é nada para essa peça de produção. Eu acho que a maior crítica que eu, como coordenador geral, diretor, tenho é que a gente ensaiou muito pouco para fazer essa peça, a gente deixou de lado ainda muitas coisas que gente tinha a ganhar. Um mês de pesquisa e três de ensaio.

Contem mais sobre a divisão do trabalho na montagem.

Fábio Fortes: Quando todos os diretores estavam presentes,¹⁰ discutíamos a estética. Essa reunião era para discutir a estética, mas acabou discutindo a produção também. A ideia era cada grupo ensaiar por conta própria, tinha um coordenador que iria a esses ensaios. A gente tinha trinta e cinco atores, em que cada um tinha um dia e um horário para ensaiar. Isso determinou as montagens. Então, eu pude fazer a [cena] “A traição”, com a Ana Flávia e com o Bernardo, porque eles tinham terça-feira à noite livre, que era o meu dia livre também. Então, a escalação se deu muito por essa coisa. No final das contas, havia uma preocupação como coordenador geral, que era a de cada um fazendo uma coisa para um lado [...]. Isso daria ao que já é episódico uma falta de unidade. A gente tinha reuniões aos sábados que debateriam essa questão [...]. Essa reunião aos sábados, que juntava os diretores, era muito importante para chegar no grupo e a gente gerir essa unidade que é a questão da montagem de um espetáculo tão múltiplo e construir o cenário.

Já são sete horas, já tem fila, então, a última pergunta é: Trinta e duas pessoas com experiências diferentes fizeram, junto com a plateia, isso funcionar. Se vocês não eram, agora são um grupo Brechtiano?

Ana Flávia Chrispiniano: Eu estou super triste que está para acabar. [...] É o máximo você poder vir aqui ensaiar, e me preocupa muito essa questão para onde levar [a montagem]. A gente já conversou, onde instalar essa peça, porque de alguma maneira ela se tornou essa coisa específica, quando a peça é feita para um lugar. Para mim, ela quase está nesse lugar. Se a gente fosse levar para um outro, teria que repensar tudo, porque ela se colou muito aqui nesse espaço. A questão do espaço aqui eu acho bastante forte na encenação, então, se fosse para um outro lugar...

Fábio Fortes: [O trabalho coletivo, com decisões coletivas] é uma prática que a gente não tem. Como é que eu consigo doar alguma coisa sem que eu me apoie no outro, sem que eu, enfim, que eu esteja ativo? Então, eu acho que ficou muito claro isso para a gente: tem gente que gosta e consegue fazer esse trabalho,

¹⁰ Cada cena (ou grupo de cenas) foi dirigida por um diretor específico.

e tem gente que é ator mesmo, sem demérito... Eu não estou dizendo que é melhor quem é assim ou quem é assado. De forma alguma. Tem gente que gosta de trabalhar coletivamente, que sabe trabalhar, que já chegou antes de todo mundo, já está lá arrumando e tem gente que chega para fazer sua cena e que vai se dar muito bem. [...]

Pedro Lopes: Eu concordo quando você diz que chegou um momento de se ver como um grupo brechtiano. Mas eu acho que a gente alcançou uma coisa muito grande também, conseguir virar um grupo coletivo, colaborativo, coletivista e todos esses termos dentro disso. Eu acho que isso vai guiar nossos passos. A partir de agora, talvez seja até estranho voltar a um formato tradicional, quando você viu que isso deu muito certo e que pode dar mais.

Fichas Técnicas

Encenação Solar do Jambreiro (2015)

Coordenação e Direção Geral: Fábio Fortes

Direção: Alexandre Vollú, Amanda Calabria, Andréa Terra, Eleusa Mancini, Fabio Fortes, Felipe Ronan, Philippe Ariel, Rafael Ferreira.

Elenco: Aldo Perrota, Alexandre Junior, Alexandre Vollú, Amanda Calabria, Amaury Lourenzo, Ana Flávia Chrispiniano, Ana Luiz França, Andréa Terra, Bernardo Carvalho, Bruno Praxedes, Cecília Terrana, Cecília Vaz, Eleusa Mancini, Erick Tuller, Fabio Fortes, Felipe Ronan, Flaviana Pereira, Fraya Hippertt, Geovana Marques, Guilherme Miranda, Gustavo Chermont, Julia Onofre, Juliano Antunes, Karina Mills, Pedro Lopes, Philippe Ariel, Rafael Ferreira, Renata Egger, Sonia Wegenast, Thi Cardoso, Tiago Torres, Vivian Sobrino.

Encenação Teatro Municipal de Niterói (2016)

Diretores: Amanda Calabria, Fabio Fortes, Felipe Ronan, Renata Egger, Ricardo Rocha e Vivian Sobrino.

Elenco: Amanda Calabria, Amaury Lourenzo, Ana Flávia Chrispiniano, Ana Luiz França, Bárbara Abi-Rihan, Bruno Praxedes, Erick Tuller, Fabio Fortes, Felipe Ronan, Flaviana Pereira, Karina Mills, Luan Vieira, Renata Egger, Ricardo Rocha, Thiago Cardoso e Vivian Sobrino.

Referências

BRECHT, Bertolt. "O popular e o realista." *In: Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967a.

_____. "Notas sobre Mahagonny." *In: Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967b.

_____. “O efeito de distanciamento nos atores chineses.” *In: Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967c.

_____. “O teatro experimental.” *In: Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967d.

_____. “Pequeno *Organon* para o teatro.” *In: Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967e.

_____. “Terror e miséria do Terceiro Reich.” *In: Teatro completo*. v. 5 (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARVALHO, Sérgio de. “Brecht e a polêmica sobre o Expressionismo.”, *Marx e o Marxismo*. v. 3, n. 5, Niterói, jul./dez. 2015. Disponível em <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/issue/view/6/showToc>>, acesso em maio de 2016.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado & MACIEL, Tiago. “Quando a última trincheira é o livro: a sociedade alemã durante o nazismo em ‘Terror e miséria no III Reich’”, *Métis: história & cultura*. V. 8, n. 15, pp. 83-101, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/728>>, acesso em maio de 2016.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Cultura.” *In: E.P. Thompson e a tradição crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2012.

PEIXOTO, Fernando. *Brecht: vida e obra*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1968.



LUTA e MEMÓRIA

Perseguição e Vigilância na UFF (1964-1987)

Ludmila Gama Pereira*

Desde o golpe empresarial militar de 1964, muitos professores foram perseguidos politicamente e demitidos das universidades brasileiras. Porém, foi apenas na ocasião da criação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI), em 1971, que a ditadura estruturou uma forma de vetar contratos de professores críticos ao regime. A ASI foi um órgão criado em 1971 como parte do Serviço Nacional de Informações, e foi neste mesmo contexto que aumentou consideravelmente a intervenção do MEC nas universidades. A partir da construção de tais órgãos, o papel do MEC seria vigiar as atividades universitárias (incluindo atividades estudantis, congressos acadêmicos, etc.) e punir diretamente, por exemplo, através dos expurgos.

No caso da UFF, todo contrato de professor poderia não se efetivar por não acompanhar uma declaração de “nada consta” emitida pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Se esta declaração não fosse apresentada à universidade, ou se houvesse, por parte do DOPS, qualquer impedimento para o contrato do professor, este não teria seu contrato efetivado.

O “nada consta” significaria, em tese, que o professor não teria feito qualquer declaração crítica à ditadura, não teria identificação com a esquerda ou com qualquer movimento contra a ditadura – por exemplo, as declarações de apoio aos estudantes e professores demitidos ou presos, o envolvimento com o marxismo (na academia ou em qualquer movimento político) e até pautas específicas, como qualquer crítica à reforma universitária, seriam enxergados como “subversivos”. Com o “nada consta” em mãos, o professor seria contratado, mas isso não significaria dizer que ele não seria investigado ou que conseguiria se manter no cargo. O processo de renovação de contratos também seria marcado por um novo “atestado ideológico”, e muitos professores seriam demitidos nesse processo.

Além destes, outros professores foram vetados depois de trocas de informações entre os diversos órgãos de segurança e o MEC. Ou seja, as informações circulavam em todas as ASI universitárias. Os professores podiam não ser contratados pela UFF porque a Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSI/MEC)¹ observava um

* Doutora em História pela UFF e professora da rede estadual do Rio de Janeiro.

¹ As Divisões de Segurança e Informações (DSI) eram um outro braço do SNI criado em 1967. Eles seriam estruturas de investigação de funcionários públicos ou entidades que se relacionariam com os ministérios de governo com o objetivo de investigar a influência comunista nos aparelhos de Estado.

“histórico negativo” quando pedia informações para outras universidades. Naturalmente que a DSI/MEC pedia informações para a ASI/UFF de todos os ex-professores ou ex-alunos (da graduação e da pós-graduação) da UFF que se candidatavam a qualquer cargo em outra universidade². Todas as fichas de identificação de professores eram constantemente levadas e trazidas pela DSI/MEC, criando uma rede de investigação de docentes.

Os pedidos de informações dos professores davam-se por diversos motivos, e se em sua ficha funcional estivesse algum elemento que o vinculasse a qualquer movimento reivindicatório nos arquivos das ASI universitárias ou na polícia, ele estaria fadado a não ser contratado por qualquer universidade pública, afinal, o DSI/MEC sempre pedia informações de candidatos às universidades pelas quais eles passaram anteriormente. Os vetos a professores não se resumiam somente a contratos e recontratos, mas resvalavam para a liberação de viagens ao exterior, candidaturas a cargos de direção dentro das universidades e participação em colegiados, evidenciando mecanismos de controle bastante amplos e ativos.

O processo de escolha dos ocupantes de cargos de direção ou de membros dos colegiados superiores na universidade também seria submetido à decisão do Ministro da Educação. Seriam enviadas para o MEC lis-

tas sêxtuplas com os nomes dos candidatos à eleição de reitores, vice-reitores, membros dos colegiados superiores, diretores de institutos e chefes de departamentos. Nos arquivos da ASI/UFF, há a lista de candidatos vetados para cargos de chefia de departamento nos anos de 1975, 1976 e 1977³. Dos 269 professores listados nestes anos, dez foram vetados para os cargos para os quais se candidataram.

Além de vetar admissão e renovação de contratos de docentes críticos ao regime, especificamente na UFF e também no âmbito universitário brasileiro, a ditadura controlou e impediu reuniões que não estivessem de acordo com os seus princípios; interveio na atuação do movimento estudantil e suas entidades; negou a ocupação de cargos de direção universitária aos professores que fossem contra a ditadura; decidiu quais congressos poderiam ser realizados nas universidades; censurou, dos professores, livros, apostilas e planos de curso; restringiu a livre circulação de livros e editoras; expulsou estudantes das universidades ou não aceitou suas admissões; espalhou anonimamente documentos de propaganda da ditadura; contratou informantes pagos pelas próprias universidades; destruiu documentos que demonstravam perseguição política; perseguiu entidades de representantes de professores e servidores; e difundiu manuais de contrapropaganda criados pelo SNI.

² Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF Caixa 4.

³ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF Caixa 15.

Exemplo de lista de veto de professores para cargos de direção universitária nos anos de 1975, 1976 e 1977⁴.

184


A handwritten list on lined paper, organized into columns. The columns include: a list of names (e.g., 'Agripino de Albuquerque Cavalcante', 'Eugênio José de A...'), their titles or positions (e.g., 'Coordenador', 'Sub-Coordenador'), and dates of vetoes (e.g., '2-26-76', '1-22-76', '1-23-76'). There are also handwritten notes in red ink, such as 'Veto do Rebeco 21/01/76', 'Veto do 30', and 'Veto do 20'. The list covers the years 1975, 1976, and 1977.


Telegrama do MEC contra indicam um professor para um cargo de direção universitária⁵.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE RETEMEC		SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES			
Procedência	BRASÍLIA	Número	Palavras	Data	Hora
		8207	30	22/06	1737
Destinatário	NITSI		Recebido de BHZ 23 às 1100 por SA/TM		
TEXTO	2150/2170/76/SICI/2/DSI/MEC/76 VQ 22/06/76 VQ REF INFAO NR. 00/76/ASI/UFF VQ 29/3/76 VQ RESPEITO A DE A Q REGISTROS EXISTENTES CONTRA INDICAM SUA PERMANENCIA NA FUNÇÃO QUE EXERCE NESTA UNIVERSIDADE PT				
	BSBSI				
<p>5-2-C, 29/6/76 Ao Excmo. Especial prof. Adriano Fernandes do Louço Jundiaí ROD. MOURÃO CHEFE DE GABINETE</p>					
Assinatura do Expedidor					
Imprensa Universitária da U.F.F.					

⁴ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 17.
⁵ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 13.

Veto de professor a cargo de direção universitária através do levantamento de dados biográficos. 18 de junho de 1976.


MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
INFORMAÇÃO Nº 1434/ARSI/RJ/DSI/MEC/976
(Em 18/06/1976)



ASSUNTO: - LDB - I

ORIGEM: ARSI/RJ

AVALIAÇÃO: -

DIFUSÃO ANTERIOR: -

DIFUSÃO ATUAL: AESI/UFF

REFERÊNCIA: PB 02/75/AESI/UFF

ANEXOS: -

. Em atenção ao expediente da referência informamos que os registros existentes na DSI/MEC contra-indicam o aproveitamento do nominado na função proposta. .§.

CONFIDENCIAL


CONFIDENCIAL

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo d'est documento.
(Art. 62 Dec. n.º 60.417/67 - Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

R

Telegrama do MEC enviando o parecer dos candidatos a diretores da Escola de Serviço Social da UFF em 10 de agosto de 1971⁶.

Nome e cargo do expedidor lechado a lado. Escrever separando as palavras com 2 espaços
TELEGRAMA
 TEXTO A TRANSMITIR

 MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		Carimbo da Estação Retemec Niteroi	
Espécie: OFICIAL Origem: Brasília	Número 264 Palavras 60	Data: 0/8 Hora: 4.45 Via a seguir	R-GB
Indicações de Serviço Tanadas		Hora da Transmissão 111320	
Endereço NITMR-Confidencial		Iniciais do Operador NL-LZ	
N.º 1392 de 10- 8 - 71 —			
Comunico lhe vg de ordem vg et a proposito lista sextupla para Diretor Escola Serviço Social dessa universidade estão condições ser nomeados quatro primeiros nomes pt Sr. Ministro manda ouvi lo quer indicar um destes nomes ou se prefere aguardar mais algum tempo resultados exames sobre Luiz Ferreira da Silva pt SDS			
BSBCG			
Assinatura ou rubrica do expedidor:			

⁶ Seção de Arquivo Permanente da Universidade Federal Fluminense. Acervo ASI-UFF. Caixa 13.